

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS MORRINHOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS
VINÍCIUS FERREIRA RIBEIRO

**A HISTORIOGRAFIA DO CANGAÇO REVISITADA: TRÊS
MATRIZES INTERPRETATIVAS**

MORRINHOS-GO

2021.

VINÍCIUS FERREIRA RIBEIRO

**A HISTORIOGRAFIA DO CANGAÇO REVISITADA: TRÊS
MATRIZES INTERPRETATIVAS**

MORRINHOS-GO

2021.

VINÍCIUS FERREIRA RIBEIRO

**A HISTORIOGRAFIA DO CANGAÇO REVISITADA: TRÊS
MATRIZES INTERPRETATIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – PPGHIS, da Universidade Estadual de Goiás como requisito final para a obtenção do título de Mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. Julierme Moraes.

Linha de pesquisa: Cultura e relações de poder.

MORRINHOS-GO

2021.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UEG
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FR484 Ferreira Ribeiro, Vinicius
h A historiografia do cangaço revisita: três matrizes
interpretativas / Vinicius Ferreira Ribeiro; orientador
Julierme Moraes. -- Morrinhos, 2021.
258 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico em História) -- Câmpus Sudeste -
Sede: Morrinhos, Universidade Estadual de Goiás, 2021.

1. Cangaço. 2. Historiografia. 3. Lugar Social. 4.
Representação. 5. Matriz Interpretativa. I. Moraes,
Julierme , orient. II. Título.

VINICIUS FERREIRA RIBEIRO

**A HISTORIOGRAFIA DO CANGAÇO REVISITADA: TRÊS
MATRIZES INTERPRETATIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Banca examinadora:

Prof^o. Dr^o. Julierme Morais (Universidade Estadual de Goiás / UEG)

Orientador / Presidente

Prof^o. Dr^o. Júlio Cesar Meira (Universidade Estadual de Goiás / UEG)

Membro Interno

Prof^o Dr^o. Ivan Lima Gomes (Universidade Federal de Goiás / UFG)

Membro Externo

MORRINHOS-GO

2021.

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria de Fátima, ao meu pai, Mauro Sérgio e a minha irmã, Maryanna. Em vocês reside a imensidão do meu amor.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é, antes de tudo, um ato de humildade. É reconhecer que a mão que escreve e a mente que abstrai não se auto sustentam durante a realização de uma pesquisa. Pensando nisso, dedico esse espaço a agradecer a todos que, direta ou indiretamente, me auxiliaram durante o percurso da pós-graduação. Deixo claro, desde já, que não ordeno estes agradecimentos por importância, por acreditar que algumas coisas não podem ser hierarquizadas.

O empreendimento da pós-graduação se deu em um contexto bastante específico, mas não isolado. As fronteiras espaciais que me cercavam eram as mesmas da graduação, o que me fez recordar, durante todo o processo, de pessoas que me auxiliaram anteriormente nos corredores da mesma universidade, com diálogos calorosos, produtivos e sinceros. Quero agradecer, em primeiro, aos meus amigos do curso de história, que me fizeram crescer como acadêmico e ser humano. Agradeço a Alexandre, Cida, Suelene, Rafael, Kayan, Kananda, Laiza, Isabela, Carina, Cláudia, Naiara, Romário, Vanderléia, Lorrany, Iasmin, Kymberlly, Alessandro, Elisama, Thiago e Tainara (*in memoriam*). Todos vocês me proporcionaram momentos em que jamais esquecerei. Agradeço, especialmente, ao Murillo, parceiro de incontáveis *toddynhos* de sábados de manhã que tínhamos por lei. Sua figura despreocupada e por vezes até descompromissada com a urgência que a academia exigia nunca escondeu a pessoa benevolente que era, oferecendo apoio e teto sempre que necessitávamos. Agradeço, também, a Jéssica Nunes Fernandes, pela amizade e sinceridade que sempre teve para comigo. Você sempre acreditou no que eu poderia fazer, mesmo eu não crendo nem um pouco. Sua amizade é um presente. Serei sempre grato ao que fizeram.

Aproveito a deixa para agradecer os professores que fizeram parte desse processo de formação, tanto na graduação quanto na pós-graduação. A seriedade com que tratavam a profissão foi um dos fatores que me motivou a buscar a carreira acadêmica como projeto de vida. Agradeço a Prof. Vilma, Prof. Leoneide, Prof. Dr. Alisson, Prof. Ms. Cleumar, Prof. Dr. Hamilton, Prof. Dr. Flávio, Prof. Ms. Araly, Prof. Dr. André, Prof. Ilka, Prof^o Ms. Robson (*in memoriam*), Prof. Ms. Eron, Prof. Ms. Marcelo, Prof. Dr. Leo Carrer. Agradeço ao Prof. Dr. Thiago Madeira pelos diálogos e ensinamentos a respeito da Literatura Brasileira. Ao Prof. Dr. Manoel Gustavo e ao Prof. Dr. Júlio pela participação na banca de qualificação, suas contribuições foram muito valiosas. Reitero o agradecimento ao professor Prof. Dr. Júlio, pela competência enquanto professor e coordenador, tanto na graduação quanto no mestrado. Eu sempre lhe admirei pela postura e compromisso, e isso me motivou a ser um leitor mais assíduo

e um estudante mais competente. Agradeço, também, ao Prof. Dr. Itelvides e a Prof. Ms. Paula. O respeito e atenção aos seus alunos é admirável e me fizeram buscar patamares mais elevados. Por fim, agradeço ao Prof. Dr. Robson Gomes Filho, pelo ser humano e profissional que sempre se mostrou, sem restrição de horários para responder a mensagens, nem mesmo quando eu já não era oficialmente aluno da universidade. Eu espero, de coração, que a roda da fortuna me permita retribuir a você e a todos os outros professores a oportunidade de lecionar para seus filhos e netos. Neste momento, vos mostrarei que o ciclo da educação compensa o trabalho bem realizado.

Aproveito a deixa para agradecer ao meu orientador Prof. Dr. Julierme Morais, que soube aparar as arestas de um orientando sedento por abraçar o mundo inteiro numa pesquisa com tempo extremamente reduzido. Você soube ouvir o que eu tinha a dizer, reconhecer contribuições que eu pude oferecer e me ofertar um caminho teórico plausível para a proposta que eu tinha em mãos. Obrigado pelo respeito!

Agradeço a Márcia Leão, uma pessoa que visualmente ainda me é desconhecida, mas me foi apresentada remotamente pelo companheiro Marcos Manoel a quem sou muito grato. De você recebi o presente da correção do meu trabalho, o que muito me emocionou por ser uma gentileza gratuita e desinteressada. Nós nunca nos vimos e a nada você me devia, e mesmo assim fui presentiado com tamanha bondade. Eu sou muito agradecido pelo ato. Espero que possamos tomar o café prometido.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, corajosos que enfrentaram o desafio e a responsabilidade de ser a primeira turma. Agradeço a Wander, Natasha, Kymberly, Camila, Marcos Manoel, Iago, Maximiliano e José Henrique. Com vocês estabeleci diálogos profícuos e aprendi muito sobre o significado de companheirismo.

Agradeço a Escola Estadual em Tempo Integral Alfredo Nasser. Ali, dei meus primeiros como estudante e tive a honra de retornar para começar minha caminhada como professor. Nesse local encontrei apoio quando decidi realizar o mestrado, e ninguém colocou empecilho em me auxiliar. Fui agraciado em trabalhar com os professores que me formaram e isso foi de grande importância na minha vida.

Agradeço a Escola Cri-Ativa, local onde hoje exerço o professorado. Agradeço especialmente a Carmen Lúcia, pessoa caridosa e sempre disposta a ensinar. A permanência nesse espaço escolar me faz crescer e perceber que mais do que professores de áreas específicas, somos, acima de tudo, educadores.

Agradeço a amigos presentes na minha vida hoje e sempre. Agradeço a Jéssica Lima, companheira de luta e desabafos, uma historiadora, artista e amiga. Alexandre, que sempre esteve em lutas muito parecidas com as minhas, enfrentando a estrada de segunda a sábado rumo a universidade, na escola lecionando todos os dias em tempo integral e agora no mestrado, se diferenciando unicamente na linha de pesquisa. E mesmo discutindo dia sim, dia também, você é o que hoje posso chamar de amigo. Reitero os agradecimentos a Iago e José Henrique, com quem mais de perto pude debater e aprender. Agradeço a Carlos Henrique, que junto a Alexandre e a mim formou o Estilhaços Literários, um grupo de leitura que já nasceu meio morto, mas que serviu bem ao propósito de discussões acaloradas. Agradeço a Fábio Leonardo pelo contato e atenção em sempre responder minhas dúvidas. Agradeço a todos os Brothers do conglomerado *Zueira Never Ends*, grupo que nunca fui muito ativo, mas que por reunir os melhores amigos que eu pude ter me manteve mais tranquilo. Agradeço também aos meus ex-alunos, Ryan, Henrique, Mário, Diego, João Vitor, Nicolás, Felipão, Rhenan, Athos e a todos que me auxiliaram a manter a sanidade mental colocando em pauta os assuntos mais sem sentido da existência. Agradeço a Ana Carolina, uma cunhada bem mediana mas que não reluta em me emprestar seu travesseiro. Agradeço a amizade de todos vocês e peço desculpas pelas omissões no curto espaço dedicado a falar de pessoas tão importantes.

Dedico uma parte destes agradecimentos a falar da segunda família que ganhei nesse processo. A emergência da pós-graduação me fez tomar algumas decisões importantes e uma delas foi sair de minha casa e morar na cidade vizinha. Lá estava a pós-graduação tão almejada. A ruptura com o lar e a ambientação em um lugar diferente deveria ter sido penoso e solitário, mas não foi o que houve. Eu fui acolhido, desde o princípio, dentro da casa de Dona Leci, a quem hoje reconheço como Vó. Sua figura me acolheu dentro de sua casa sem o menor esforço, mesmo sem ter parentesco comigo. Fui alvo de uma bondade sem precedentes e, não só por quem me acolheu, mas por todos que estiveram envolvidos, me recebendo em suas casas, sem pedir nada em troca. Agradeço a Isabela, Carmenia, Eriston, Ana, Cleudeir, Valdúcia, e estendo o agradecimento a todos dessa família linda. Minha gratidão será eterna, por tudo.

Reservo um espaço a reiterar meus agradecimentos a Isabela, minha companheira da vida, a quem mais de perto acompanhou as angústias de se fazer a pós-graduação sem financiamento, o que implicou sempre em muitas renúncias. Você aceitou minhas ausências em nome do estudo, meu stress advindo dos pesares e falhas na produção e até o retardamento do nosso sonho de comprar uma casa. Eu não venho apenas te agradecer, mas também me

desculpar, por todos os sacrifícios, voluntários ou não. Seu carinho e abdicção me ajudaram a ficar de pé sempre que eu quis desistir. Eu te amo!

Agradeço, por fim, a minha família, sem a qual eu jamais seria o que sou agora. Seu apoio incondicional e amor incomensurável são os pilares da minha vida. Agradeço a minha irmã, amiga de todos os momentos, independentemente da distância. Em você reconheci o verdadeiro sentido de irmandade. Ao meu pai, pelo exemplo e dedicação em ultrapassar seus limites pessoais para vir ao meu auxílio sempre que necessitei. E a minha mãe que sempre deu tudo de si para me ver em segurança. Eu sei que para você a minha partida foi a mais sentida, pois sempre demonstrou que o amor pelos seus filhos é a maior coisa dentro de si. Mesmo na cidade vizinha, você ainda se emociona quando eu chego e também quando eu saio. Sua presença é latente em mim. Eu amo vocês, sempre e para sempre.

Estendo os agradecimentos a todos de minha família, sempre se mostrando tão amorosos quanto possível. Em minhas idas e vindas, suas orações me motivavam a permanecer de pé. Eu sempre cheguei e sai de seus lares com sorrisos e abraços e não quero que esse momento seja diferente. Agradeço a vó Ana, ao vovô Divino, a vó Zica (*in memoriam*), aos meus tios e minhas tias Waldiane, Waldiene, tio Wanderson, a tia Simone, a tia Josina, ao tio Dabeco, ao tio Ivan, tio Clodoaldo e ao tio Disson. A atenção e o cuidado de todos vocês são impagáveis.

Eu creio que o ato gentil é a reafirmação do pacto com a vida. Todos vocês me mostraram isso. Para mim, essa é a verdadeira manifestação da presença de Deus!

“Os fatos estão disponíveis para os historiadores nos documentos, nas inscrições, e assim por diante, como os peixes na tábua do peixeiro. O historiador deve reuni-los, depois levá-los para casa, cozinhá-los, e então servi-los da maneira que o atrair mais”

Edward Hallet Carr.

RESUMO

RIBEIRO, Vinícius Ferreira. A historiografia do Cangaço revisitada: três matrizes interpretativas. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Goiás – UEG, Morrinhos – GO, 2021.

Este trabalho tem como objetivo principal demonstrar a existência de matrizes interpretativas na historiografia do Cangaço. Repleto de análises, o Cangaço como evento histórico colecionou interpretações das mais variadas, associadas entre si como também completamente dissonantes. Esta premissa nos levou para o campo, onde passamos a conhecer a bibliografia especializada e a reconhecer padrões interpretativos ao longo de toda a bibliografia, o que nos fez inferir na possibilidade de ver preponderância em algumas interpretações em relação as demais quanto a natureza social do Cangaço. Sendo assim, elegemos três nomes que se destacaram por todo esse corpo bibliográfico: Gustavo Barroso, Rui Facó e Frederico Pernambucano de Mello. Na pesquisa que segue, destacamos cada um destes respectivos autores enfatizando suas contribuições vanguardistas para o Cangaço, entendendo assim o texto escrito como representação. Na esteira desse processo, resgatamos o lugar social de cada um destes autores a fim de entender o lugar social em que tais pesquisas foram materializadas, assim como a quem se destinavam. Por fim, a eficácia da pesquisa passaria pelo crivo dos demais pesquisadores do Cangaço que ecoariam a interpretação de tais teorias, tornando-as aptas a serem chamadas de matrizes interpretativas.

Palavras-chave: Cangaço, representação, lugar social, matriz interpretativa, historiografia.

ABSTRACT

The historiography of the Cangaço revisited: three interpretative matrices. Master's Dissertation in History, at Universidade Estadual de Goiás - UEG, Morrinhos - GO, 2021.

This work has as main objective to demonstrate the existence of interpretative matrixes in the historiography of the Cangaço. This work aims to demonstrate the existence of interpretative matrices in the historiography of the "Cangaço". This premise took us to the field, where we started to get to know the specialized bibliography and to recognize interpretative patterns throughout the bibliography, which made us infer the possibility of seeing a preponderance in some interpretations in relation to the others regarding the social nature of the Cangaço. Thus, we chose three names that stood out throughout the bibliography: Gustavo Barroso, Rui Facó, and Frederico Pernambucano de Mello. In the research that follows, we highlight each of these respective authors emphasizing their avant-garde contributions to the Cangaço, thus understanding the written text as representation. In the wake of this process, we rescue the social place of each of these authors in order to understand the social place in which such research was materialized, as well as to whom it was intended. Finally, the efficacy of the research would pass through the sieve of other researchers of the "Cangaço", who would made the interpretation of such theories, making them apt to be called interpretative matrices.

Keywords: Cangaço, representation, social place, interpretative matrix, historiography.

SUMÁRIO

Introdução, 8

Cap. 1 - Gustavo Barroso e o Banditismo: Interpretações Insólitas no Cangaço Vivente, 29

1. Eugenia, nacionalismo e Cangaço – Perfil biográfico, 30
2. De bandidos a “Heroes”: Consagração bandoleira na sociologia sertaneja (1912 - 1931), 36
3. Demarcando o lugar social: da influência de Domingos Sarmiento (1811-1888) às teorias raciais, 58
4. O percurso de uma matriz: Raízes interpretativas em Gustavo Barroso, 73
5. À guisa de conclusão, 83

Cap. 2. - Transição social: contribuições faconianas à historiografia do Cangaço brasileiro, 88

1. Rui Facó: Biografia de um marxista, 89
2. Cangaceiros e Fanáticos: “Prólogo da luta armada”, 95
3. “Brasil Século XX” e o debate acerca do latifúndio no Brasil, 114
4. Do primor conceitual ao manifesto político: contrastes de Rui Facó e Eric Hobsbawm, 126
5. Desbravando novos rumos: Raízes de uma interpretação marxista do Cangaço, 135

Cap. 3 - Frederico Pernambucano de Mello e o resgate da postura cultural, 153

1. O sangue e o nome: evidências de pertencimento, 154
2. De guerreiros do sol a modelos de couro: escudo ético e estética como marco, 162
3. O enlace do sertão e do canavial no Cangaço como ponte, 188
4. Última parada: renovação de uma matriz cultural do Cangaço?, 215

Considerações finais, 236

INTRODUÇÃO

O Brasil vem colecionando, desde o início da colonização, fenômenos de insurreição contra a ordem instituída. José Honório Rodrigues (1982) faz o mapeamento destes levantes na obra *Conciliação e Reforma no Brasil*, em que demonstra que a natureza civilizatória portuguesa – mesmo com seu modelo cadenciado se comparado à colonização hispânica ou anglicana nos moldes de como propõe Gilberto Freyre – continuou a não gerar uma unidade completa na qual disputas pelo poder não seriam necessárias. Na mesma medida em que acordos eram selados entre colonizadores e tribos nativas nos litorais do Brasil, outros grupos de nativos passavam a se tornar oposição. Assim forma-se a dualidade de tupi e tapuia. Nesses casos, a guerra se tornava o álibi da pacificação.

Vários outros exemplos recheiam nossa História, como a Revolta de Vila Rica, Conjuração Baiana, Conjuração Mineira, e outras mais que não receberam nomeações reconhecidas na historiografia como exemplo do conjunto geral de todas as fugas e revoltas dos indígenas, africanos e afrodescendentes que foram feitos escravos.

Esses exemplos citados são do período colonial do Brasil, o que não torna a independência do Brasil o momento em que os ânimos nacionais se arrefecem. A década de 1830 e 1840 são provas mores do grande obstáculo enfrentado pelo regime imperial monárquico brasileiro na luta pela contenção das revoltas e revoluções regionais. Assim, como a monarquia não agregou a todos a partir de 1822, a república também não o faria. Em suas duas primeiras décadas de existência, os exemplos da Revolta da Vacina, a Revolta da Chibata e Canudos ditam o tom de como continuaria a ser tendência no país. No mar de todas as manifestações sociais aqui citadas e omitidas – mas que continuam presentes na centenária história do Brasil – algumas se destacam aos olhos do povo e dos pesquisadores em detrimento a outras. Uma delas é o Cangaço.

Conhecido pela figura majoritária de Virgulino Ferreira, vulgo Lampião, o Cangaço pode ser caracterizado mais indistintamente como fenômeno social armado ocorrido no Nordeste brasileiro, durante o século XIX e XX. Neste período, seus agentes – os cangaceiros – adotavam uma vida nômade mais comumente na área compreendida como “sertão” nordestino, e empreendiam assaltos para bancar este estilo de vida que levavam pelos mais diferentes motivos, sejam eles honrosos ou não. No conhecimento popular, ficaram conhecidos

pela simbologia do chapéu com abas “quebradas” na viseira e ornamentadas com estrelas desenhadas na ponta da agulha, com moedas incrustadas, sejam elas nacionais ou estrangeiras¹.

Mesmo que o palco do Cangaço tenha sido apenas o sertão nordestino e nunca regiões altamente urbanizadas ou ditas modernas, naquele momento a fama dos cangaceiros extrapolou as fronteiras do Nordeste, dentro e fora do país. No livro *Albânia: horizonte vermelho nos Balcãs*, Luiz Manfredini entrevista um habitante local, questionando sobre seus conhecimentos a respeito do Brasil. Na entrevista, o entrevistado disse que conhecia o Brasil pela figura de Pelé e os cangaceiros pelo filme de Lima Barreto em 1953.

Não é surpreendente o alcance adquirido pelos cangaceiros ainda no século XX, primeiramente pelo estilo de guerra nômade que chamavam atenção de muitos, conseguindo sobreviver às investidas do Estado durante décadas e, depois, pela semelhança com cavalheiros populares como *Os doze pares da França*, tão popularmente conhecidos no Nordeste brasileiro. A armadura de couro e os desafios que se impunham a eles encantaram muitos, e até mesmo tentaram compará-los ao ideal Robin Hood, como vingadores dos oprimidos, os representantes brasileiros de uma classe de homens e mulheres que desfiguravam a riqueza dos nobres em nome do povo.

Do lado oposto, encontramos um grupo de pessoas extremamente descontente com a heroicização dos cangaceiros que não passavam de bandidos egoístas, pertencentes a um estilo de vida ilegal em nome dos próprios interesses. O discurso, em torno da prática de violência corriqueira de assaltos aos pobres e estupro de moças indefesas, quebrantava toda e qualquer representatividade possível desse grupo heterogêneo. A heterogeneidade, inclusive, é uma das características mais marcantes desse fenômeno. Isso se explica pela quantidade relevante de cangaceiros existentes ao longo do tempo. Os mais famosos, como Lucas da Feira, Rio Preto, Jesuíno Brilhante, Antonio Silvino, Sinhô Pereira, Lampião, Corisco dão prova a esse argumento².

Inegavelmente, o ideal de vida “Cangaço” sempre despertou o interesse de muitos estudiosos e não-estudiosos. Isso fez com que o fenômeno em si passasse por várias leituras ao longo de todo século XX, desde o início destas manifestações até os dias de hoje, colecionando obras memorialistas e acadêmicas com um número superior a 1000, isso sem mencionar todas

¹ Quando incluímos o Cangaço no rol de movimentos sociais do Brasil, não significa que não existem diferenças notáveis entre movimentos sociais aos moldes tradicionais e o Cangaço que se insere mais em uma categoria banditista. Para entender mais sobre o banditismo como campo, Cf. (SINGELMANN, 1975), (SLATTA, 1987), (TEIXEIRA, 2016), (OLIVEIRA, 2014).

² Outros exemplos de banditismos rurais existiram no Brasil fora do Nordeste. Um exemplo é a façanha de Silvino Jacques, no Mato Grosso. Para mais informações, Cf. (RIBEIRO, 2011).

as matérias de jornais, artigos, canções e cordéis. A constatação da dimensão desta bibliografia levaria a crer que todas as possibilidades de pesquisa possíveis sobre o Cangaço estariam esgotadas, mas não é bem assim esse cenário.

Em uma *live* transmitida em 12/08/2020, pelo canal *Aderbal Nogueira – Cangaço*³ onde se discutia a bibliografia mais relevante do fenômeno, o pesquisador, estudioso e entusiasta Ângelo Osmiro⁴, perguntado sobre novas possibilidades de pesquisa a este respeito, afirma que o momento de entrevistas a remanescentes vivos do Cangaço na busca da reconstrução da história local e regional está no fim. Seriam poucos que ainda vivem da época de vigência do Cangaço desde a década de 1940. A saída, segundo Ângelo Osmiro, seria se enveredar pela historiografia do que já foi produzido, dado que se trata de fortuna crítica bastante extensa e variada.

Tal constatação potencializa a necessidade de se pensar a historiografia como um subcampo de pesquisa, na qual o objeto central de análise remete o fenômeno a segundo plano através do rompimento com o plano carnal e a reconsideração do caráter historiográfico, representativo de uma realidade humana. Sobre o lugar de autonomia da história da historiografia em relação à prática historiográfica costumeira – ou a possibilidade dele –, Valei Lopes de Araújo (2006) lança a seguinte provocação:

Diferentemente da “teoria da história”, que pode arrogar uma natureza distinta da própria atividade historiográfica, a história da historiografia parece possuir a mesma natureza de seus objetos, ou seja, ambos são histórias escritas. Seria então a história da historiografia uma atividade da mesma natureza da historiografia em geral, com uma diferença meramente temática? (ARAÚJO, 2006, p. 80).

Sob o espectro disciplinar, seria difícil sustentar uma impostura ou um tratamento desigual em nome de uma designação que signifique o rompimento da história e de sua prática historiográfica. A reconsideração continuada acerca da historiografia se constitui como um processo outro que não permanece no campo da pesquisa prática ou dos procedimentos elementares, localizando-se, ainda, na construção de sentido estético-comunicativa através de códigos culturais que possibilitam o contato com um público externo.

A reivindicação de autonomia para o estudo da historiografia encontra reflexo na teoria da história. Quando Rüsen (2007) racionaliza a relevância da dimensão textual da pesquisa como um processo último da matriz disciplinar, por exemplo. Ele o faz quando afirma:

³ Acessado em: 23/11/2020. <https://www.youtube.com/watch?v=sePVIajRyMM&list=PL9Y5TjzONSq-TAeQ_Nu7BgaJSSsgAGun&index=16&ab_channel=AderbalNogueira-Canga%C3%A7o>

⁴ Ângelo Osmiro é um dos pesquisadores, na atualidade, que possui um dos maiores acervos bibliográficos do Cangaço, contando com mais de 1000 títulos.

Por mais que a pesquisa e a historiografia se entrelacem ou sejam lados de uma mesma coisa, é perfeitamente plausível distingui-las (mesmo se forma abstrata) como duas fases do processo histórico de conhecimento. Essa distinção se baseia nos dois princípios já mencionados: no princípio da relação à experiência (que o conhecimento histórico mantém na pesquisa) e no princípio da relação ao público alvo (na apresentação histórica). Ambos os princípios determinam os aspectos formais do conhecimento histórico. Na pesquisa, trata-se de uma *forma cognitiva*, de uma estrutura de pensamento, baseada nas regras dos procedimentos adotados para lidar com a experiência, ou seja, em princípios metódicos. Na apresentação, trata-se de uma *forma expressiva*, de formatação linguístico-“literária”, baseada nas regras de procedimentos adotados para lidar com o interesse histórico, ou seja, em princípios estéticos e retóricos (RÜSEN, 2007, p. 22).

Quando o núcleo das duas dimensões – cognitiva e expressiva – é desmembrado em detrimento de um melhor discernimento de ambas, a ilusão da escrita como procedimento insignificante ou imparcial “cai por terra”. A *forma expressiva* possui uma racionalidade individual, composta, de acordo com Rüsen (2007), das dimensões da retórica e da estética. A estética se configura através da linguagem abarcando as disposições pré e extracognitivas, enquanto a retórica se ocupa dos modelos e estratégias de argumentação linguísticas presentes na orientação da vida prática e na construção identitária (RÜSEN, 2007, p. 36).

Essa reflexão nos leva a crer a uma desnaturalização do procedimento escrito, e assim, na possibilidade de múltiplas receitas quanto à materialização, em forma de linguagem, da pesquisa realizada. Ainda em Rüsen (2007), podemos observar uma sistematização de algumas tipologias historiográficas possíveis.

Tal sistematização acontece por meio de proposição de tipologias historiográficas, nos seguintes termos: a primeira tipologia apresentada é orientada pelo princípio da *afirmação*, com o pressuposto básico de que toda vida humana já é orientada com ou sem uma constituição narrativa de sentido pré-estabelecida. Esse pressuposto é válido quando consideramos que as premissas mais básicas são frutos de “acordos sociais”. Até na gênese da ideia de conflito, estes “acordos” estão presentes. Quando adentramos um conflito, já temos a ideia prévia de que existe um vencedor entre os que embatem.

A analogia apresentada visa demonstrar que na história a orientação pela *afirmação* de que já existe algo prévio, vem-nos pela primazia da tradição, cujo passado é cristalizado no presente, como exemplo a ser seguido. Daí o termo *constituição tradicional de sentido*, a qual Rüsen define da seguinte maneira: “histórias que obedecem a esse formato e a esses topos remetem às origens, que se impõe às condições contemporâneas da vida, e que se querem manter inalteradas, presentes e resistentes ao longo das mudanças no tempo.” (RÜSEN, 2007, p.48).

Com uma didática louvável, o autor coloca cada constituição de sentido respondendo aos pilares que as sustentam. Como foi observado, a *memória histórica* da *constituição tradicional de sentido* preza a continuidade do passado no presente, mantendo-se inalterado. A contemporaneidade conserva tais narrativas de diferentes formas. O discurso religioso sobre o papel do gênero feminino é um exemplo. Infere-se que não há ruptura com o passado, e o furor das mudanças, ao longo do tempo, é remediado pela representação do passado como permanência da ordem social. Esse modelo de narrativa influi diretamente na formação das identidades. Logo, a partir do estabelecimento do que seria “certo” e “errado”, padrões de comportamento são naturalizados na sociedade e a “ordem” continua a ser mantida.

Como essa forma de narrativa possui fragilidades aparentes, a segunda constituição de sentido emerge em uma situação em que um evento foge da compreensão tradicional: uma via que não é assimilada pela tradição e precisa ser entendida na sua especificidade. O princípio da *regularidade* existe na distinção da experiência como divergente e não incorreta. Não perece sob o jugo de “valores intransponíveis”, e com maior abstração, aborda “diversas tradições em interpretações unificadas das experiências temporais” (RÜSEN, 2007, p.46) A *constituição exemplar de sentido* se volta para o passado e instrui o presente através de seus exemplos, o que não significa que tenha uma linearidade tradicional como foi visto na tipologia anterior. A visão *Historia magistral vitae* provém desta concepção, com a experiência adquirindo notoriedade. Essa constituição de sentido cria regras para orientação do agir que se tornam atemporais, garantindo seu espaço no futuro.

A identidade dessa constituição narrativa de sentido possui caráter essencialmente científico. Aqui, a identidade vai ser a “[...] competência reguladora que torna a práxis possível” (RÜSEN, 2007, p.52). Diferente da constituição tradicional, esta identidade poderá ser fundamentada e criticada, transcendendo posições sociais e se embasando em princípios gerais. Exemplos dessa constituição de sentido são comuns no dia a dia, mesmo que não seja no seu caráter mais puro, mas vários exemplos, principalmente dentro do âmbito político, são utilizados para fundamentar ações contemporâneas.

Orientando-se pelo *princípio da negação ou da contraposição*, o terceiro tipo de constituição de sentido pensa nas narrativas que exprime diversidade, ou seja, a contrariedade do que está posto. A *constituição crítica de sentido* busca “esvaziar os modelos de interpretação histórica culturalmente influentes, mediante à mobilização da interpretação alternativa das experiências históricas conflitantes” (RÜSEN, 2007, p.55). Se na estrutura da *constituição crítica de sentido* imperam a contraproposta do que está posto, fica claro qual será sua posição

perante a ideia de continuidade. As descontinuidades das narrativas mestras estão presentes em movimentos bem influentes da história, como no “pós-modernismo” e o “pós-estruturalismo” (RÜSEN, 2007, p.56).

Obedecendo a uma sequência lógica na estruturação do pensamento, a formação da identidade na *constituição crítica de sentido* também vai trilhar o caminho da descontinuidade, negando mais uma vez o que está posto para a proposição de novas identidades, individuais e coletivas. “Com isso, os sujeitos ganham fôlego para modelar culturalmente seu próprio tempo, da maneira que creem poder e querer, por meio da memória histórica.” (RÜSEN, 2007, p.58)

Exemplos claros dessa constituição de sentido estão presentes na história das mulheres, como cita Rüsen. Aqui, a história vai ser escrita do ponto de vista de quem foi subjugado e através dela veremos os elementos previstos como pilares nesta constituição, como a negação da historiografia vigente, aspectos que demonstram uma ruptura com a continuidade do tempo histórico preexistente e a formação de novas identidades.

A última constituição de sentido no texto de Rüsen vai nos mostrar que tudo que precedeu esta constituição (todas as anteriores) foram passos evolutivos, pois através das brechas abertas por uma tipologia, tornava-se abertura para outra. O princípio orientador dessa constituição vai transcender o ponto de vista tradicional, exemplar e a negação, mirando o tempo histórico e abraçando a própria transformação como mediadora. Isso não desestrutura os princípios anteriores e não significa que não estejam presentes em textos históricos.

O *princípio da transformação* será classificado como constituição genética de sentido, e será peculiar quanto às demais. A mudança será o motor da história, e portadora de sentido próprio, cujas experiências vão ser dinamizadas a partir de tudo que já se produziu, e o presente será marcado como momento de transição do passado ao futuro. Algumas categorias de pensamento que remetem ao “desenvolvimento” são exemplares do princípio transformador, como progresso e revolução.

Quando não é necessário seguir o rigor da narrativa tradicional, de princípios gerais ou da contraposição do que está posto, cria-se um espaço de individuação, a fim de que a formação da identidade adquira aspectos singulares e a alteridade passa a ser valorizada, já que todo indivíduo é portador de experiência. A valorização da identidade é definida por Rüsen da seguinte maneira: “Trata-se do modo do reconhecimento mútuo da alteridade como chance de ser por si mesmo.” (RÜSEN, 2007, p.61)

Quando Rüsen pensa nestes quatro tipos de constituição de sentido, ele não cria um modelo engessado no qual só existem possibilidades dentro delas, nem mesmo que um texto

histórico se encaixe completamente dentro de um modelo apenas; mas afirma que todo texto histórico tem características que refletem estes modelos, e vai mais longe quando diz que uma obra não se limita a uma categoria, porém apresenta aspecto de todas. De acordo com o autor, existiria uma relação dialética e a constituição tradicional se tornaria exemplar e em última estância em genética, utilizando-se da constituição crítica como catalizadora (RÜSEN, 2007, p.63-64). A tipologia exposta por Rüsen deteve os liames da historiografia de modo a justificar a autonomia da prática escrita, categorizando a historiografia como objeto de estudo independente.

Retrocedendo ao que o pesquisador Ângelo Osmiro reivindica quando afirma que novas possibilidades de pesquisa surgem dentro da historiografia do Cangaço e não apenas quanto ao estudo do movimento. Assim, entende-se que o texto produzido tem uma historicidade independente ao próprio objeto de interpretação, o que o possibilita ser objeto de investigação particular. Quando retornamos outra vez à historiografia do Cangaço, agora resguardada pela possibilidade de olhá-la como objeto independente, percebemos que a multiplicidade de vetores interpretativos colecionados, ao longo das décadas, por todos que se comprometeram a entender a natureza do fenômeno, acabaram por se distinguir em vários momentos. A disparidade interpretativa elevada a um alto grau de diferença nos leva a refletir sobre os motivos de tal discrepância. Poderia um mesmo fenômeno, interpretado durante e após seu término, colecionar adjetivos como: heróis, vilões, oprimidos, “coronéis sem-terra” e “*Typos anormaes*”? A que se atribuiu tamanha disparidade? O que mobiliza tamanho sentimento?

Ao entrar em contato com essa historiografia, percebemos uma carência de sistematização ordenada que organizasse as principais interpretações sobre o tema em vista de algum critério. Esse é, fundamentalmente, o intuito principal da presente pesquisa: entender, prioritariamente, a natureza da historiografia do Cangaço e, a partir disso, descortinar a disparidade interpretativa desta historiografia com base nos principais núcleos de interpretação. Buscaremos, ainda, entender ao longo da pesquisa, a existência de correntes interpretativas majoritárias no Cangaço, e se postos sob um regime cronológico, destacariam-se, também, matrizes interpretativas dentro destas correntes. Autores que se colocaram como vanguardas, interpretaram o Cangaço sob uma perspectiva que inauguraria uma corrente interpretativa. Essas correntes possuiriam, sobretudo, características e limites próprios, dado que são alocadas numa dada temporalidade.

Na busca desse objetivo elegemos três nomes principais que se destacaram pelas elucubrações na temática: Gustavo Barroso, Rui Facó e Frederico Pernambucano de Mello.

Juntos, estes autores comportam, em nossa percepção, a vanguarda interpretativa na qual se articulam outros autores que visam entender a natureza do Cangaço. A partir desse ponto, pergunta-se: em que medida é possível pensá-los como vanguardas, ou mais particularmente, matrizes interpretativas na historiografia do Cangaço? Acreditamos que a crença nessa possibilidade perpassa pelo período de vigência em que cada uma destas interpretações vigorou, com início, meio e fim. Além disso, cada um destes autores, não estaria isolado na articulação de tais ideias. A representação do Cangaço instituída, historicamente, está diretamente relacionada a um lugar social.

O objetivo central da pesquisa de tentar pensar nesses autores como matrizes interpretativas suscitam também outras questões, como: Qual o grau de influência das teorias raciais na obra de Gustavo Barroso? Em que medida é possível pensar na relação entre o que escreve Rui Facó, em *Cangaceiros e Fanáticos* (1963), com os anseios do Partido Comunista no Brasil? Qual é o peso exercido por Gilberto Freyre e Ariano Suassuna na vida e obra de Frederico Pernambucano de Mello? Como se relacionam os autores aqui considerados matrizes com o debate sobre o Cangaço de sua época?

Para que tal intuito seja possível e as questões respondidas, apoiaremos-nos em três pilares teóricos: Certeau em *Operação Historiográfica*, Chartier a partir no conceito de representação e em Julierme Moraes, quando racionaliza a noção de matriz interpretativa. Entendemos, tal como Araújo (2006) que a dimensão textual ou mais particularmente a historiografia, não pode ser entendida sem o discernimento contextual ou simplesmente estático no plano escrito, como assim entende Ankersmit embasado na leitura pós-moderna do texto histórico⁵. A literariedade do texto tende a ser considerada na mesma medida em que se pensa nas influências possíveis para que aquela representação escrita pudesse sobressair. É nesse sentido que necessitamos de um cabedal teórico que nos auxilie no processo de leitura das possíveis matrizes e correntes interpretativas do Cangaço.

O primeiro dos pilares teóricos da pesquisa contempla o usufruto do conceito de lugar social centrada ao nível textual. O apoio angariado na teoria vai estabelecer suas bases em Michel de Certeau, em especial no famoso texto que se tornou um capítulo em 1975, intitulado *Operação historiográfica*. Discutir, aqui, intenções de escrita ou a natureza da pesquisa histórica na obra do autor, escapam as intenções originais. Todavia, é importante ressaltar a relevância da operacionalização em Certeau (2011) para a própria prática da história num momento de incertezas quanto ao estatuto da ciência histórica. Isso possibilita, por exemplo,

⁵ Cf. (ARAÚJO, 2006); (ARAÚJO, 2013).

pesquisas como esta se realizarem na medida em que torna a historiografia um objeto de análise, desnaturalizado. A obra que se pretende científica é posta sob uma lente que visibiliza o seu lugar de enunciação, facilitando, assim, as entrelinhas que inscrevem autores numa dada demanda temporal.

“Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural.” (CERTEAU, 2011, p. 65) A constituição do *lugar social* possui em seu cerne esta constatação retirada da obra de Certeau, a partir do qual o autor busca ampliar a ideia original na explanação de seus elementos formadores. A começar pelo *não-dito*, que seria para o autor um espaço subjetivo o qual estabeleceria diálogos, organizando suas ideias a partir de um sistema de referências, de uma “filosofia” implícita particular”. (CERTEAU, 2011, p. 65-66).

As discussões de Certeau a esse respeito se tornaram referência para as gerações posteriores, o que não significa que a subjetividade do indivíduo não tenha sido comentada antes dele. O autor busca em Raymond Aron justamente as intenções de “objetividade” que circunda a história científica. Como este é um debate extremamente datado, voltar a Raymond Aron implica em retroceder ainda mais voltando a Dilthey e, conseqüentemente, a imanência do historicismo alemão como resposta à proposta de história idealista, hegeliana. O começo de toda a discussão que, em muitos momentos é simplificada como embate objetividade/subjetividade, implode ainda no século XIX, quando é realizado o esforço de se racionalizar a história cientificamente, centrando atenção aos esforços de Ranke e ao positivismo alemão. Na transição do século XVIII para o XIX, a mudança de estatuto da história é vista como necessidade, e aqui se inicia o trajeto deste campo do conhecimento que almejava ser pensada como ciência. Ranke, como um dos precursores nesta nova demanda, teria um posicionamento definido na emergência dessa nova visão.

José Carlos Reis (1996) nos auxilia quanto a definição da ideia de história em Ranke quando afirma:

A história, para Ranke, era o reino do Espírito, que se manifestava de forma individual. Era feita de “individualidades”, cada uma dotada de estrutura interna e sentidos únicos. Pessoas e grupos possuem as qualidades da individualidade, que podem ser apreendidas por meio de métodos hermenêuticos, através de sua manifestação no mundo dos sentidos. A significação dos eventos parece no mundo dos sentidos. Daí a necessidade do rigor na análise das fontes. Para Iggers, o que evitou a dissolução da história em um conjunto fragmentado de individualidades foi a profunda crença em que se “a história não podia ter a unidade de um sistema filosófico”, ela também não era sem conexões internas” (REIS, 1996, p. 12).

Como nos mostra Reis (1996, p. 14-17), a ideia central dessa nova concepção de história centrada em Ranke, buscava, principalmente, uma aceitação maior como ciência e dirimir lacunas que possibilitavam questionamentos através da proposição do método hermenêutico. Desse modo, como Ranke e a escola positivista surgem – e nesta esteira também é possível relacionar sua equivalente francesa na fundação da *Revue Historique* em 1876, em especial com o manual de história de Langlois e Seignobos (1898) – como reação à história idealista kantiana, a nova proposta de um modelo científico também obtêm respostas e, conseqüentemente, críticas. Aqui surgem, por exemplo, propostas para se repensar a relação com o passado a partir da crítica, tal como sua relação com a consciência do presente e a ideia de futuro. Dilthey seria um dos autores que esboçariam uma reação ao modelo proposto.

De acordo com Reis (1996, p. 29), Dilthey [1883] (2010) via a individualidade como objeto da história. Essa individualidade como “estrutura” reuniria a vivência presente com a experiência do passado na busca da “consciência de si”. O sujeito revisto, novamente no presente como objeto da história, já extinguiria a possibilidade de separação com o outropassado como estava sendo pensado até então. A ruptura proposta em Dilthey [1883] (2010) ganha sobrevida com sucessores. Dentre eles, Weber e R. Aron.

Weber (1995) transforma o que é identificado na obra de Dilthey como filosofia em teoria. Na obra *Metodologia das Ciências Sociais* (1995) há uma tentativa de objetivação das ciências sociais tendo em vista os fins imbricados a conjuntura entre o objeto e o indivíduo. De fato, faz parte da sua obra a busca da neutralidade enquanto axioma, contudo isso não o exime como sucessor Dilthey. Com Raymond Aron (1938), vemos um quadro parecido. Ele aceita a incomensurabilidade do conhecimento histórico centrado no passado, mas diferente de Dilthey, relaciona sua concepção de história ao evolucionismo iluminista em busca de uma sociedade moral (REIS, 1996, p. 34-35).

A incorporação de R. Aron, como resposta à concepção de história em Certeau, vem inicialmente, da tentativa da desconstrução da história positivista, ou “metodista”, como aponta (Reis, 1996). Todavia, provém, também, da construção do que chama de “não-dito” no lugar social. Antes que o lugar institucional fosse levado em consideração em Certeau (2011), o presente da produção, de maneira mais ampla, foi considerado por Aron em 1938:

Aron admite que os enunciados históricos são relativos à época em que foram produzidos, o que o levaria ao relativismo também, mas ele acrescenta que a compreensão, sem suprimir a renovação das obras e dos enunciados históricos diferentes, em cada época, se eleva a uma validade mais e mais larga, subordinada ao presente e à teoria (REIS, 1996, p. 35).

Por intermédio de Aron, fica claro que a escolha dos historiadores na realização do seu produto científico já torna questionável o princípio que trabalha sob o jugo da neutralidade axiológica⁶. A “relatividade” vai ter espaço na história através da subjetividade individual e a filosofia que saiu pela porta dos fundos, pela busca da objetividade como critério inegociável no século XIX, entrou a ciência pela porta da frente com o retorno da mesma acusação, problematizando as decisões “à revelia” da escrita da história anteriormente. “A "relatividade histórica" compõe, assim, um quadro onde, sobre o fundo de uma totalidade da história, se destaca uma multiplicidade de filosofias individuais, as dos pensadores que se vestem de historiadores.” (CERTEAU, 1982, p. 66).

A influência de Aron foi longínqua e de acordo com Certeau foi difícil de pensar na autonomia de um lugar fugindo do que pensou o autor ainda em 1938. O que veio a ser considerado a autonomia do lugar, ainda apresentou resquícios em Michel Foucault e Paul Veyne, mesmo que implicitamente, entretanto, sozinho o *não-dito* não compõe o lugar social.

Um segundo elemento previsto na operação historiográfica é a *instituição do saber*. O espaço acadêmico de produção vai perder seu tom de neutralidade na obra de Certeau, que nos mostra que as instituições estão presentes nos trabalhos desenvolvidos pelo corpo acadêmico, mesmo que de maneira implícita. Postos adentro deste espaço social, o profissional se depara com escolas de pensamento e grupos de estudo que instituem “doutrinas” e que as perpetuam.

Certeau ainda destaca a operacionalização do pronome “nós” nos trabalhos historiográficos, e como o historiador contemporâneo passa a fazer parte de um corpo acadêmico, em que a instituição seria o principal alvo dos trabalhos realizados que teriam como foco principal os pares dentro da academia, e não a sociedade. Isso não significa que nenhum discurso seja feito tendo a sociedade como destinatária, mas que os discursos vão se alternar dependendo do lugar a que se dirige e, na maioria das vezes, as obras visam a outros pesquisadores do meio científico. Vale lembrar que as instituições não só estabelecem uma rede de ideais próprias, mas também lhes confere estabilidade.

À luz das ideias de Certeau, a concepção de pesquisas históricas pensadas na sociedade e buscando a edificação social após sua conclusão perde relevância, diferente do que propõe Jörn Rüsen. A aceitação pelos “pares” filtra propostas na sua aceção; logo, mesmo se o texto

⁶ Popularizado nas ciências sociais por Weber (1995), o conceito de neutralidade axiológica ganha forma na tentativa de definição da maneira de atuar das ciências sociais, cientificamente. Para Weber (1995), o espaço para a subjetividade implica relacionar cientificidade à juízos de valor, algo inadmissível. Na obra *Metodologia das Ciências Sociais* (1995), o autor afirma: “Juízos de valor não deveriam ser extraídos de maneira nenhuma da análise científica, devido ao fato de derivarem, em última estância, de determinados ideais, e de por isso terem origens “subjetivas”” (WEBER, 1995, p. 109).

histórico não visar à academia na totalidade, parte de seus pressupostos teóricos e metodológicos. “Cada resultado individual se inscreve numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num momento dado.” (CERTEAU, 2011, p. 71) Quando surgiu a questão sobre o que era uma obra “de valor” na história, Certeau responde: “Aquela que é reconhecida como tal pelos seus pares” (CERTEAU, 2011, p. 71).

O que agora é pensado como acadêmico, antes era feito fora dessas instituições. Discursos eram proferidos na defesa de uma causa e não tinham a preocupação de se manterem “neutros”. Tudo que poderia ser considerado nocivo, agora é mascarado já que aquele discurso não é mais aceito pelos “pares”, fazendo com que àquela narrativa entre em um processo de transformação, podendo não abandonar tudo que era anteriormente, ao contrário, com a obrigação de se manter “neutro”.

As instituições que a tem como produto a pesquisa acadêmica, de acordo com Certeau (2011), ainda não teria sua fonte única e exclusivamente na academia, pois as demandas acadêmicas também são ligadas umbilicalmente aos anseios sociais presentificados na história cotidiana⁷. Certeau (2011) usa o exemplo da Escola dos Annales, que surfaria na onda da história econômica justamente no momento em que o mundo cairia numa crise profunda no *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929⁸.

Para além de definir as principais pautas a serem trilhadas em uma instituição acadêmica, este mesmo lugar ainda teria o poder de limitar o corpo historiográfico, dado que a atualidade se elabora e caminha com a própria história. Nessa direção, Certeau afirma:

De toda maneira, a pesquisa está circunscrita pelo lugar que define uma conexão do possível e do impossível. Encarando-a apenas como um “dizer”, acabar-se-ia por reintroduzir na história a *lenda*, quer dizer, a substituição de um não-lugar ou de um lugar imaginário pela articulação do discurso com um lugar social, pelo contrário, a história se define inteira por uma relação da *linguagem com o corpo* (social) e, portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe, seja à maneira do lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto outro (passado morto) do qual se fala (CERTEAU, 2011, p. 76)

⁷ A ideia de se voltar para a sociedade em busca de novos campos de pesquisa gera debates acalorados pela impraticabilidade de pensar sempre os anseios sociais como norteadores da pesquisa histórica, todavia, historiadores como Certeau (2011) e Rüsen (2007) articularam essa premissa com a natureza da produção do conhecimento acadêmico. Nesse sentido, mesmo que de forma remota, há de se pensar que em alguma medida existe validade nesta teorização.

⁸ A exemplificação da historicidade da pesquisa histórica dos vanguardistas dos *Annales* instrumentada por Certeau, se dá num momento em que há a emergência de uma nova geração nos *Annales*, entre a década de 1970 e 1990, encabeçada, sobretudo, por Chartier e a proposta da Nova História Cultural.

O tom ácido assumido em alguns momentos da obra do autor, dignifica o que é sua real defesa: a) O reconhecimento do conjunto de referências individuais do indivíduo se tornando influente no desenvolver da pesquisa; b) O crescimento da influência das instituições não tornou os discursos neutros, porém, os vestiu assim; c) A relação do historiador com a sociedade vai ser diferente na maneira como ele interage com a academia. Os discursos se modificam dependendo do local a que são destinados; d) A pesquisa histórica é condicionada por seu meio, e o ideário de determinada instituição vai legitimar ou não a pesquisa, com plenos poderes à permissão ou interdição. (CERTEAU, 2011, p. 76).

A partir do que se entende por *lugar social* em Certeau, o segundo pilar teórico da pesquisa seria a instrumentalização do conceito de *representações coletivas*, embasado em Roger Chartier. O conceito de *representação* se tornou rotineiro na pesquisa das ciências sociais no Brasil após a década de 1990, por motivos diversos. Primeiramente, pela larga influência da historiografia francesa no país em detrimento a várias outras escolas de pensamento, a exemplo da inglesa ou mesmo da alemã. A difusão de obras produzidas num cenário francês sempre gozou de maior fluidez na historiografia que se convencionou no Brasil. E depois, pela facilidade alargada de se historicizar o conceito de representação e seus múltiplos significados, que mesmo no exterior da pesquisa histórica, permite-nos fazer do termo um vício de linguagem corriqueiro. O grande impasse que surge desde então, é racionalizar uma noção ao nível conceitual de uma terminologia tão facilitada, que possuiria, em tese, várias “armadilhas”.

No artigo *Acerca do conceito de representação* Dominique Vieira C. dos Santos problematiza alguma destas questões. A primeira delas está relacionada ao próprio conjunto de significados que emana do próprio termo na língua portuguesa. De acordo com o autor, a complexificação se dá quando utilizamos o mesmo termo – representação – para todas as situações cabíveis, para a qual não existiria uma diferenciação em nenhuma das situações. Na língua inglesa ocorre o mesmo. Na língua alemã, isso seria etimologicamente impossível.

A língua alemã apresenta três palavras distintas para o que, em inglês, só se pode expressar com o termo “represent”. São elas: *vertreten*, *darstellen* e *repräsentieren*. A primeira delas, “vertreten”, significa “atuar como um agente para alguém”; “darstellen”, traduz a idéia de “retratar” ou “colocar algo no lugar de”; O significado da terceira, “repräsentieren”, é próximo ao de “vertreten”, só que mais formal e com conotações mais elevadas. Os teóricos alemães da política dizem que meros interesses privados e egoístas podem ser “vertreten”, mas o bem comum ou o bem do Estado deve ser “repräsentiert”. De forma alguma o significado de “repräsentieren” é próximo do de “darstellen”. (Santos *apud* Pitkin, 2011, p. 27-29).

Tanto no português quanto no inglês, independe se o que vai ser representado é um objeto inanimado, um agente civil representante ou uma figura pública. Entende-se que

representar seria assumir o lugar de. Afora do círculo etimológico e a fim das noções conceituais, o conceito de representação também coleciona diversos significados⁹.

Como anunciado anteriormente, Roger Chartier é o segundo pilar teórico da pesquisa ora desenvolvida. Dentro dessa abordagem pretendida, as obras que enquadram o Cangaço podem ser vistas como representações do fenômeno, desde que o conteúdo de suas páginas façam referência a algum acontecimento dentro do que se entende por Cangaço, constituindo, assim, a essência da historiografia que se formou em torno deste fenômeno.

Quanto ao que se entende por representações em Chartier, como Ginzburg na obra *Olhos de Madeira* (2001), parte-se do seguinte princípio quando se instrumentaliza o conceito: a dualidade é a medida. Tanto é possível ver nas representações a presentificação de uma ausência, como nos casos supracitados das figuras de cera, madeira e couro ocupando o lugar de reis, como também perceber a presença empreendida pela própria coisa ou pessoa. Os bonecos de matéria inanimada, mesmo quando estão personificando o ausente, ainda são o que são, apenas figuras.

Dentre os nomes que almejam instrumentalizar o conceito, Chartier é quem mais se destaca quanto à sua definição. Este destaque pode ser percebido no Brasil, por exemplo, na massificação de trabalhos acadêmicos que se embasam na ideia de representação em Chartier a partir da década de 1990. Em 2000, a obra *Representações – contribuições a um debate transdisciplinar* já assinala alguma destas questões, propondo, através de uma reunião de ensaios, a multiplicidade de abordagens nas diferentes áreas que pode atuar essa noção. A própria concepção de representação é alargada como mencionamos relacionando a etimologia da palavra no português e inglês.

Em Chartier, é possível visualizar a consternação do conceito intrínseca à história cultural. Parte da cultura, inclusive a distância tomada de abordagens históricas diversas que apreendem a realidade pelo seu veio social, enquadram as clivagens culturais de cada sociedade humana a partir do estamento em que se encaixam. A cultura letrada, por exemplo, seria restrita aos níveis econômicos mais bem escalados da sociedade, e nenhuma variação desta cultura

⁹ Dois exemplos desse usufruto seria a conceituação de representação na psicologia social por Jodelet e Gumbrich na arte. Ambos partem de um estatuto próprio e independente de como normalmente é feito no plano da história cultural. Na psicologia social, a representação carece de estrutura e ela poderia ser entendida a partir de níveis próprios, não estando todos eles no mesmo plano. Na arte, Gumbrich nos mostra sumariamente que as representações por meio de telas, por exemplo, necessitam tanto da “inspiração” do produtor como também do receptor no ato de criação do significado. Estes exemplos nos mostram que o uso do conceito de representação, independentemente do campo de conhecimento, um esclarecimento prévio se faz necessário afim de que confusões desta natureza não aconteçam. Para mais informações, Cf. (MAKIWIUCKY, 2003); (FERRARA, 2002); (GINZBURG, 2001); (MALERBA & CARDOSO, 2000).

chegaria às classes intermediárias ou baixas. O que Chartier propõe na esteira da história cultural é que nem sempre é possível definir um conjunto de práticas culturais de determinados grupos pela simples classificação social a qual pertencem. Nessa esteira, podemos identificar outra perspectiva dos estudos culturais, uma mudança paradigmática da História Social da Cultura à História Cultural do Social (CHARTIER, 1991, p. 180-181).

Ao privilegiar apenas a classificação sócio-profissional, esqueceu-se de que outros princípios de diferenciação, igualmente sociais, podiam dar conta, com maior pertinência, dos desvios culturais. Assim sendo, as pertenças sexuais ou geracionais, as adesões religiosas, as tradições educativas, as solidariedades territoriais, os hábitos de ofício (CHARTIER, 1991, p. 181).

Esta nova abordagem histórica reconsideraria a hierarquia dos objetos de análises, o que não significa que os estudos das tradições educativas, pertenças sexuais ou práticas culturais de determina época, já não estivessem no rol de análise dos historiadores. Vale lembrar que novas abordagens se tornaram possíveis na fundação dos *Annales* na década de 20 e 30, e seriam estes justamente o campo de estudo que seria explorado por aquele grupo de historiadores que buscavam rompimento com a geração passada de pesquisadores e o privilégio incontestável com a história política e econômica. A proposta da nova história cultural, a qual prega Chartier, seria a destruição da barreira que separaria os estudos da antropologia física e da fenomenologia, do físico e do mental, na busca de um fluxo que ligaria estas duas vertentes e possibilitariam estudos mais completos no campo das mentalidades e da própria história cultural. Calcado em suas pesquisas sobre a história dos livros, estudo críticos dos textos e das práticas de leitura, esse autor buscou relacionar estas práticas culturais nos seus lugares de enunciação, historicizando as relações empreendidas em torno do livro como objeto cultural e das práticas como formadoras das identidades de cada um destes grupos estudados.

Nesse empreendimento, Chartier recorre a Marcel Mauss e Emile Durkheim e mobiliza o conceito de representações coletivas para definir melhores relações com o mundo social:

[...] de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 1991, p. 183).

As representações coletivas e as identidades sociais assumem, nessa perspectiva, duas vias: na primeira, as representações dos grupos sociais são realizadas por intermédio de quem

possui o poder de classificar e nomear; e a segunda diz respeito às identidades sociais e à própria imagem que cada grupo tem de si mesmo. Isso pode significar tanto a subversão interna da representação imposta quanto a aceitação do que lhes foi atribuído¹⁰.

Por mais que a relação do mundo social, a partir de práticas culturais no estabelecimento do fluxo entre estas duas esferas, tenha sido o aspecto mais mobilizado em sua obra por outros autores, queremos chamar atenção aqui para um outro viés, no qual Chartier busca definir melhor os modos de representação e “[...] as distâncias mais socialmente enraizadas nas diferenças mais formais” (CHARTIER, 2002, p. 76).

A proposta dos modos de representação é alegorizada com a exemplaridade de uma peça de Shakespeare, que é trazida para a América e alterada de modo a incorporar elementos comuns a outros espetáculos como farsa, balé, melodrama e circo. Essa peça, que num estado normal só atrairia – e era facilitado – a um público elitizado, chamou atenção de diversos grupos sociais, permitindo uma pluralidade de apropriações (CHARTIER, 2002, p. 76).

Por meio da (re) apresentação da obra de Shakespeare, Chartier nos mostra que é possível identificar a prática escrita como componente cultural, inscrito em um lugar e posicionado socialmente. Para isso, basta perceber a receptibilidade de Shakespeare em sua vertente mais formal na Inglaterra. Outros exemplos possíveis derivam da pesquisa do próprio Chartier, quando este apreende as modalidades de obras impressas e das práticas de leitura do Antigo Regime na França, no século XVI. O autor constata em sua pesquisa que os livros partilhados entre as pessoas de origem mais humilde era, muitas vezes, os mesmos que circulavam no meio da classe alta, “é o caso de Menocchio, o moieiro do Friul, leitor das *Viagens de Mandeville*, do *Decameron* do *Fioretto della Bibbia*, ou de Méénétra, o vidraceiro parisiense, admirador fervoroso de Rousseau” (CHARTIER, 1991, p. 181.).

A impressão e os modos de ler de determinada época fizeram frente ao próprio teor da narrativa para o entendimento maior do funcionamento da comunidade leitora. O discurso, obrigatoriamente, teve de abrir espaço para a sua apropriação. Tudo isso não significa que a própria narrativa não se constitua como objeto cultural, naturalizado, ou que não seja uma representação. A realidade interpretada aos olhos de um autor não configura a exatidão ou

¹⁰ Há uma discussão acerca de uma mudança interna de posição de Chartier na proposição das representações coletivas realizadas por Ciro Flamarion Cardoso (2000), na qual o autor afirma que a proposta de suprimir a “tirania do social” pelo autor francês acabou por redundar em outra tirania quando o papel das *representações coletivas* passou a construir o mundo social, e não apenas interagir com ele. De acordo com Cardoso & Malerba (2000) uma série de críticas caiu sobre Chartier que teria substituído uma tirania por outra. A resposta de Chartier teria sido indireta, em uma proposta de texto de 1993-1994, na qual o autor não pensa mais no processo construtor das representações coletivas, mas mediador, interventor com o mundo social (CARDOSO & MALERBA, 2000, p. 15-18). Para mais informações acerca do conceito de Representações Coletivas, ver CARVALHO (2005).

verdade unilateral da realidade empírica. Traçado um paralelo com a acepção básica da noção de representação, a narrativa seria o objeto configurado para retratar outro além de si mesmo, ao mesmo tempo em que continua a ser uma coisa em si. Não se pode esquecer, contudo, que a obra escrita pertence a um lugar e traz consigo uma série de não-ditos que justifiquem suas posições. A conseqüente desnaturalização de tal prática, em Chartier, tem bases profundas em Foucault e, especialmente, em Michel de Certeau, quando o autor desnaturaliza a prática – escrita – estando ligada a um lugar.

Dado o contexto, na pesquisa que segue, identificaremos vozes dissonantes, representações alternativas, composições abstratas, que flutuam no limbo da historiografia temática enunciando uma possibilidade representacional. Nosso papel será resgatar tais enunciados, e pensá-los numa sistemática, em correntes interpretativas e como já fora explicitado, a partir de matrizes interpretativas, das quais surgem tais correntes de pensamento.

Para que tal objetivo seja possível, apoiaremos-nos no que chamamos de Matriz Interpretativa. O terceiro pilar teórico da pesquisa, em questão, é a construção da noção de Matriz Interpretativa, calcado na obra de Julierme Morais. A tratativa que considera um texto ou autor como matriz interpretativa leva em consideração vários fatores, dentre eles, o destaque de uma interpretação sob as demais, um maior índice de referências no determinado nome, ou mesmo na reverência dos seguintes a quem veio antes e a sua interpretação como uma verdade preponderante.

No livro *Paulo Emílio Historiador: Matriz interpretativa da história do cinema brasileiro* Julierme Morais (2019) faz uma leitura acerca da história do cinema brasileiro a fim de desmistificá-la, entendendo-a como uma construção coletiva em oposição a interpretações tradicionais de condicionamento aos fatos apresentados como verdades indelévels. Na obra em questão, é feito um esforço para contrastar fatos e interpretações de modo a demonstrar a relevância da figura de Paulo Emílio de Salles Gomes na cristalização de marcos na historiografia do cinema brasileiro.

O modelo de matriz adotado por Morais (2019) leva em consideração a subjetividade da construção historiográfica alocada, intrinsecamente, na objetividade da memória histórica construída pelo grupo dominante e cristalizada pelo próprio tempo. Não se limitando a essa primeira perspectiva, o lugar social do sujeito também auxilia na solidificação dessa matriz, expondo à luz as bases daquele pensamento que se legitima no corpo da história. A ideia central que viabiliza o conceito de matriz interpretativa, na presente pesquisa, parte dos mesmos pressupostos dos que foram problematizados por Morais (2019). Além de perscrutarmos sobre

as possibilidades de uma matriz interpretativa na historiografia do Cangaço, faz-se necessário entender quais as representações foram preponderantes ao longo da história e quais foram os motivos que as fizeram se sobressair em detrimento às demais, tal como o lugar social de seus atores.

A historiografia do Cangaço obedece também a estes mesmos princípios de inteligibilidade, no entanto, possui algumas complicações adicionais. Primeiramente, trata-se de uma extensa bibliografia, e dentro dela temos textos memorialistas, canceiros – não sendo de fato historiográficos, mas como todo texto escrito, tem a utilidade de servir como lentes de estudo para olhar o autor que os escreve, tal como pautar-se numa devida temporalidade - científicos, diletantes, entre outros que, independente da via, possuem contribuições. Isso dificulta o trabalho do pesquisador que, de fato, investiga sob as possíveis causas de um ponto de vista científico pelas várias vozes que ecoam.

Como principal impasse esse emaranhado historiográfico também se consiste na base da pesquisa: entender como esta historiografia se configura e como se relaciona com o fenômeno do Cangaço. O norte principal é se guiar, principalmente, pelo nicho historiográfico que fala diretamente do fenômeno e não de agentes isolados, a exemplo dos livros que perscrutam a vida de Lampião e outros cangaceiros e isso gera um empasse. Não seria o estatuto de uma pesquisa que se desloca para uma análise de textos sociológicos, sociológica na mesma medida? Sobre isso, Certeau (2011) disserta: “Efetivamente, se a historiografia pode recorrer aos procedimentos semióticos para renovar suas práticas, ela mesma se lhe oferece como um objeto, na medida em que constitui um *relato* ou um discurso próprio” (CERTEAU, 2011, p.33).

Há, de fato, uma complicação aparente em pensar o homem escriturário, refeito na obra produzida como objeto de estudo da própria história, principalmente quando o estudo do fenômeno é recolado em posição de estudo em detrimento do sujeito, vinculado mais diretamente à história do que em outras ciências. Contudo, a “cesura” limite a este objeto de conhecimento que deixa de ser reconhecido enquanto possibilidade de estudo, é recolado no páreo por Certeau (2011). A proposição do lugar social na *Operação Historiográfica* visa a esse sentido: historicizar a subjetividade do produtor de conhecimento a partir de seu espaço de enunciação. O esclarecimento do estatuto da história tem de ser olhado como marco no instante da produção da prática de pesquisa. Se por um lado há dificuldade em se ampliar o escopo da história que agrega cada vez mais áreas do conhecimento, como exemplo das pesquisas propostas por Foucault a partir da década de 1960, existe a benesse de se legitimar campos de

pesquisa inéditos, a exemplo da própria história da historiografia a quem reclamamos ainda nesta introdução. Essa pesquisa se insere, portanto, mesmo se tratando de um objeto de estudo historiográfico mas inserido a um campo puramente sociológico, na chamada história da historiografia, pela tentativa de se pensar em individualidades que racionalizaram o fenômeno do Cangaço a partir de um lugar.

Metodologicamente, organizaremos-nos com base na proposta inicial de organização/sistematização de tais interpretações. Seguindo com um autor em cada capítulo, e partindo de ordem cronológica, Gustavo Barroso, Rui Facó e Frederico Pernambucano de Mello, serão analisados individualmente. Para um melhor discernimento, faremos um breve esboço de dados biográficos a fim de entender o espaço de que emergem. O segundo passo é destrinchar o discernimento sobre Cangaço de cada um deles, para perceber o âmago de suas interpretações. O terceiro passo é relacionar a natureza de suas interpretações às principais ideias que as norteiam, correlacionando, necessariamente, seu lugar social. Por fim, após a articulação da representação individual vinculada às influências do lugar, tais interpretações serão submetidas ao diálogo com outros pesquisadores do Cangaço no mesmo período em que acreditamos que vigora cada uma das respectivas matrizes, para se realizar uma reflexão sobre suas ideias, examinando se produzem ecos e são respeitadas como primordiais para o entendimento do Cangaço. O último passo, de cada um dos capítulos, será determinante para se perceber se é possível crer nos citados autores como matrizes da tratada historiografia.

Por mais que a organização posposta crie tendência a parecer estática pela repetição metodológica, a historiografia do Cangaço possui um funcionamento bastante fluído. Mesmo concepções opostas, auxiliam-se no ato de suas construções por meio da desconstrução das demais por intermédio da negação. A cronologia adotada também serve a um outro propósito: o modelo de matriz interpretativa utilizado é entendida com eclosão, vigência e término. Toda matriz interpretativa eclode em um momento, normalmente guiada pelo diálogo com os pares. O período de vigência termina quando outras ideias suplantam a última e consegue recepção na comunidade em que se discute o assunto. Acreditamos que esse modo de entender a matriz funciona com mais precisão submetido a uma cronologia, o que não significa, porém, que isso implique numa posição evolucionista, em que a interpretação posterior seria sempre superior à última.

Partindo de ordem cronológica, como já mencionado, a primeira matriz interpretativa identificada emerge no mesmo momento em que o Cangaço está em plena atividade. A segunda, surge em uma temporalidade intermediária, com duas décadas após o fim do fenômeno, e a

terceira, já mais madura, após grande carga de produção anterior, ganha corpo por mais de quatro décadas após o fim do movimento. As matrizes interpretativas relacionadas não serão entendidas apenas como “visões meteóricas”, que apareceram do zero e desaparecem quando identificamos seu limite, mas estão inter-relacionadas umas às outras, seja pela proximidade, ou pelo afastamento. Tal discernimento individual e coletivo desse conjunto historiográfico só será possível após enlace das fontes com o cabedal teórico acima elencado.

No primeiro capítulo será destrinchado todas as nuances correspondentes a uma tentativa inicial de se pensar o fenômeno concomitante a seu acontecimento. A captação da informação mais relevantes naquele momento coincidirá com a bagagem de cada um de seus intérpretes que possuem uma ótica “viral” quanto ao Cangaço, embora este seja um mal a ser demovido dos sertões nordestinos. Tudo isso provê inicialmente, de acordo com os dados relacionados, com uma interpretação fundamental de Gustavo Barroso, nas obras *Terras de Sol* (1912), *Heroes e Bandidos* (1917), *Almas de Lama e Aço* (1931). Gustavo Barroso configura o que seria difundido como uma interpretação fundamental na primeira metade do século XX. Seu texto não seria mera apresentação ao tema, mas sim uma representação. Nesta seara entenderemos o discurso que se enuncia a partir do lugar ao qual pertence e dos diálogos que estabelece, levando as conclusões barrosianas ao contexto de discussão das teorias raciais na transição do século XIX e XX, entendendo, também, qual é o grau de influência da obra *Facundo* (1845), de Domingos Sarmiento, na construção do “ser sertanejo”.

No segundo capítulo, encontramos a eclosão de outra corrente interpretativa, iniciada na década de 1960 em meio ao contexto de supressão realizado pelos movimentos sem-terra encabeçados por Francisco Julião. Na corrente que Rüsen poderia classificar como *constituição crítica de sentido*, encontramos uma renovação da perspectiva barrosiana – entende-se renovação no sentido de propor algo novo, não necessariamente melhor ou mais assertivo – sob a tutela de Rui Facó, na obra *Cangaceiros e Fanáticos* (1963). A corrente faconiana do Cangaço privilegiaria uma justifica social do Cangaço, uma espécie de politização de seus agentes. O Cangaço, aqui, deixaria simplesmente de ser um mal a ser combatido, pelo contrário, se torna instrumento ideológico na representação idealizada por Rui Facó e pelos pesquisadores que seguem essa linha. Para que uma compreensão mais geral se faça sob a perspectiva de Rui Facó, analisaremos outra obra do autor onde o mesmo busca uma compreensão mais geral do país – sendo esta *Brasil Século XX* (1960) – a fim de entender não só os usos e desusos do fenômeno no Cangaço, como também o contexto em que está inserido, cujas lutas pela posse de terra adquirem fundamental importância e protagonismo.

No terceiro e último capítulo, versaremos sobre as contribuições de Frederico Pernambucano de Mello e sua leitura culturalista do Cangaço. Com uma visão madura e com mais de quatro décadas distante do fim do fenômeno, Pernambucano de Mello almeja uma nova compreensão do que já se pensou até aquele momento, principalmente quanto aos preceitos “determinantes” como da matriz faconiana. Os diálogos abordados para a construção de sua narrativa e aprofundados na presente pesquisa, dão-se com a dualidade de Gilberto Freyre e Ariano Suassuna, com suas concepções discrepantes de Nordeste.

A formulação da historiografia do Cangaço como objeto de estudo em seu estágio inicial pode, também, ser entendida através de uma alegoria, pela qual o Cangaço passa, assim como a própria luz quando atravessa um prisma, por uma dispersão: as cores – neste caso, interpretações – podem ser identificadas com mais nitidez do que quando os escritos do fenômeno eram olhados com naturalidade, sem questionamento. A fragmentação das diferentes visões do Cangaço nos proporcionam um olhar mais amplo do que entendemos, hoje, sobre o fenômeno do Cangaço. Consoante a essa discussão, tem-se em vista o desenvolvimento da historiografia relacionado aos diálogos estabelecidos por cada um dos autores, localizados em um determinado lugar e momento.

CAPÍTULO 1

GUSTAVO BARROSO E O BANDITISMO: INTERPRETAÇÕES INSÓLITAS NO CANGAÇO VIVENTE

Porque assim são e, em outro meio, com outras *directivas* e impulsos, suas qualidades os fariam úteis, dedicados e grandes, os chamamos *Heroés* e Bandidos, certos de que muita vez são mais bandidos que *heroés*, porém *quasi* sempre mais *heróes* que bandidos.

Gustavo Barroso

Este capítulo tem o objetivo de analisar a bibliografia do Cangaço das primeiras décadas do século XX à luz das conclusões barrosianas como precursoras no ramo. A questão básica e que à primeira vista se mostra simplória, perpassa por variadas nuances específicas da obra de Barroso.

Gustavo Barroso (1888 – 1959) foi, antes de tudo, um intelectual de seu tempo. Preocupado em analisar a sociedade em que vivia escreveu sobre diversos assuntos, dentre eles a política e a cultura, mais especificamente o folclore, chegando a ter participações significativas nestas áreas, como a direção do Museu de História Nacional e com posto importante na Ação Integralista Brasileira na década de 1930. Um dos assuntos que transitam entre suas zonas de interesse é o fenômeno do Cangaço.

Na época em que se interessa pelo tema pouco se tinha escrito sobre o assunto, principalmente sobre as causas que possibilitavam sua existência, dadas que as dimensões do Cangaço crescem com o tempo, alcançando sua proporção máxima sob o comando de Lampião na transição da década de 1920 a 1930. Visto que o Cangaço não era apenas uma característica regional do Nordeste e sim um problema a ser resolvido, o autor se dedica a analisar esta modalidade de banditismo mesmo lhe sendo contemporâneo e com vistas a soluções prováveis, dadas as circunstâncias em que vivia a parcela do sertão que convivia com o Cangaço cotidianamente.

Empregando uma metodologia comparativa e com ineditismo em suas conclusões, Gustavo Barroso passa a ser destaque após o lançamento de suas obras, em especial após a publicação de *Heroes e Bandidos*, em 1917, comprovadamente pela repercussão de seus escritos em textos de outros estudiosos do Cangaço. Nesse sentido, no capítulo que segue

analisaremos a possibilidade da obra de Barroso se emergir como uma matriz de uma vertente interpretativa da historiografia do Cangaço, partindo, inicialmente, de algumas questões primárias: Quais são as principais influências de Barroso no ato de escrita de suas considerações? Os intelectuais que se apropriam de seus postulados possibilitam a elevação da literatura barrosiana como uma matriz interpretativa? E, por fim, se há possibilidade de legitimarmos essa matriz interpretativa como tal, quais são seus limites, o que a limita e até onde ela se estende?

1. Eugenia, nacionalismo e Cangaço – Perfil biográfico

Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu em Fortaleza - CE em 29 de dezembro de 1888, filho de Antônio Filinto Barroso — membro de uma família rural do Ceará — e Ana Dodt Barroso — descendente de imigrantes alemães — cursou seus primeiros anos escolares ainda no Ceará, no colégio “Partenón Cearense”, em 1898. O Colégio tinha sido fundado há algumas décadas antes da entrada de Gustavo Barroso e foi responsável por seus estudos primários.

Após sua formação inicial, Barroso entrou no curso secundário no Liceu do Ceará, em 1899, completando seus estudos até 1906¹¹. Este colégio possuiu crucial importância em sua formação, e Barroso, em memória, recorda com carinho daqueles anos ali. Dos anos de 1939 a 1941, o autor lançou três obras memorialistas sobre esse período vivido no Ceará, e o título do segundo texto recebe o nome da instituição, comprovando que sua passagem ali se tornou um marco em sua vida, um pedacinho do Ceará lembrado saudosamente em contos por toda a vida (MOREIRA, 2006, p. 9).

Terminado os estudos no Liceu do Ceará, inicia-se não apenas na imprensa redigindo textos no jornal “A República”, em 1906, como também ingressa na Faculdade de Direito do Ceará no ano seguinte. O jornal era atrelado à oligarquia dos Accioly¹², família marcada por esquemas de corrupção e práticas coronelistas e de nepotismo (MOREIRA, 2006).

¹¹ No momento de seu ingresso ao Liceu do Ceará, o colégio já possuía renome no estado, e era frequentado apenas por quem tinha condições financeiras minimamente “razoáveis” para manter seu filho na instituição. Suas disciplinas versavam a formação completa do estudante, que tinha em sua grade curricular as disciplinas de Matemática (Álgebra, geometria, trigonometria), letras, e línguas: portuguesa, francesa, alemã, latina e grega; E ainda o estudo de mecânica, astronomia, física, química, meteorologia, mineralogia, geologia, zoologia, botânica, biologia, geografia, história universal, sociologia e moral, literatura nacional, desenho, arte, música, ginástica, evoluções militares e esgrima. Ao término dos estudos, ao alunato era conferido o título de Bacharel em Letras e Ciências.

¹² A família Accioly governou o estado do Ceará entre os anos de 1896 a 1912. Auxiliados pelo Governo Federal e pelos coronéis locais, os Accioly conseguiram domínio oligárquico no Estado, repreendendo a todos que se

Pouco tempo depois, Barroso se torna oposição aos Accioly e passa a atuar em jornais adversários, escrevendo em artigos e publicando-os em revistas de grande visibilidade nacional, como *A Careta* e o *Tico-Tico*. Nesse mesmo período já se mostrava homem convicto do que acreditava e expunha sua opinião publicamente, como ficou registrado em seu texto de 1909, intitulado *A Derrocada* (MOREIRA, 2006, p. 9 – 11).

O texto supracitado é analisado por Queluz & Babinski (2017) na qual a relação íntima de nacionalismo expressa em muitos momentos da obra do autor é atrelada a teorias do começo do século XX que nos auxilia a fazer uma leitura do estado atual da construção do Estado brasileiro. Para intelectuais como Barroso, o Brasil possui empecilhos para prosseguir em amplo desenvolvimento como países de primeiro mundo, e a tese levantada pelo autor visa demonstrar que a composição racial está intimamente ligada a fatores progressistas. Parte do contexto está relacionado à guinada de valores da própria sociedade que deixaria para trás alguns preceitos do século XIX. José Luís Bendicho Beired (1999) analisa como a crise das guerras mundiais – no caso de Barroso, a primeira guerra – e do fim do otimismo positivista e liberal no início do século XX, vão afetar, principalmente, os intelectuais de direita, que passam a ganhar contornos autoritários, distanciando-se, cada vez mais, de teorias liberais e marxistas. O Estado passa a ser protagonista, com atividade direta no direito de intervenção social para a garantia da civilidade e ordem. Nesse sentido, Queluz & Babinski (2017) nos mostram, através da análise de *A Derrocada*, a maneira como Barroso se encaixa nesse perfil de “intelectual autoritário”, mesmo em um período anterior à Primeira Guerra Mundial, mas que se vê afetado por ela aumentando o tom autoritário ao longo da década de 1920 e 1930, quando se encontra no amplo direito de auxiliar na salvação da “nação”. O tom “autoritário” acusado por Queluz & Babinski (2017) não se deve simplesmente à tentativa realizada por Gustavo Barroso de pensar a nação, mas pelas medidas reacionárias pretendidas por este. Seu “nacionalismo autoritário” teria fundo eugenista e vê na raça um dos empasses ao progresso da nação (QUELUZ & BABINSKI, 2017).

Em 1910, Barroso se dirige ao Rio de Janeiro, até então capital do Brasil, e lá exercita cada vez mais sua escrita, ampliando seu espaço de atuação para vários jornais e revistas, como a *Fon-Fon* e o *Jornal do Comércio*, do qual foi editor chefe de 1914 a 1919. Ainda no Rio, em

colocavam contra sua hegemonia. A prova maior de insatisfação popular do poder desta oligarquia é o fato de terem sido depostos a armas pela população, depois de mais de uma década de opressão e absurdos, como acometida em 1904 quando a polícia sob seu comando matou sete pessoas numa manifestação e feriu outras 40. Em 1912 outro acontecimento mobiliza atenção por parte da população. Durante uma passeata pró-Rabelo (candidato opositor nas eleições) a cavalaria policial avança sobre a população e uma criança é morta. Esse acontecimento foi o estopim que culminou na sua saída de vez do governo do estado (SILVA, 2008).

1912, conclui seu curso de Direito e se lança de vez como escritor com a obra *Terra de Sol: Natureza e Costumes do Norte*. A versatilidade de Gustavo Barroso, marcado desde este primeiro clássico, leva-o não só a pesquisar diversas áreas, como também a pesquisar sobre a sociologia sertaneja e ser um estudioso reconhecido do folclore (MOREIRA, 2006).

Afonsina Maria Augusto Moreira (2006) explora bem a produção folclórica de Barroso e o suas fontes de inspiração. Fica claro em sua tese que a saudade sentida pelo escritor do sertão cearense também o levava a valorizar costumes e tradições populares daquele espaço, e através da cultura letrada vai demonstrar que o conhecimento dos saberes populares era crucial no desenvolvimento da identidade nacional. Nesse sentido, Moreira (2006) afirma:

A “missão” intelectual e política de redescobrimento da nação nas primeiras décadas do século XX não ignorou as tradições populares, tidas como o próprio espírito nacional, o alicerce do sentimento de irmandade. A preocupação com a tradição, os usos e costumes sinalizou para a tarefa de sistematização da cultura popular, através da catalogação, elaboração de séries e fixação destas “produções de espírito e da alma” (MOREIRA, 2006, p. 107).

O que mais chama a atenção na abordagem de Gustavo Barroso é a cientifização do processo, na tentativa de creditar às produções populares a busca da identidade nacional. Quanto ao procedimento científico, Barroso se remete ao estudo do *folk-lore*¹³ em outras culturas para comparar com o caso brasileiro em busca de similitudes e discrepâncias. Nesses estudos cunha o termo “Ancestralidade folclórica” para se referir a elementos semelhantes entre os *folk-lores* estudados (MOREIRA, 2006, p. 132). Esse interesse de Barroso pelo folclore se inicia com o clássico já mencionado – *Terra de Sol* (1912) – e se estende às décadas posteriores, com produções frequentes, ao menos até 1932.

Em 1914, Gustavo Barroso volta ao Ceará. É importante frisar que, neste período, o estado do Ceará passa por várias turbulências entre as oligarquias locais e o governo federal. Na data, o país tinha Hermes da Fonseca como presidente da república. À frente do estado, Franco Rabelo passa a governar logo após a deposição de Nogueira Accioly, ainda em 1912, deixando o cargo por intermédio do próprio Governo Federal, que possuía interesse em minar as influências das oligarquias locais (DANTAS, 2014, p. 40 – 43).

Dois anos depois, em 1914, Franco Rabelo e o Governo Federal entram em conflito disputando a permanência do governador. A disputa em questão, novamente com as oligarquias cearenses que reúnem um exército de jagunços sob a liderança de Floro Bartolomeu, almejam pôr fim à intervenção Federal nos assuntos de ordem regional. O embate ficou conhecido como

¹³ Esta palavra de origem inglesa significa, essencialmente, sabedoria popular. Como o estudo de Barroso se referencia em estudos estrangeiros, a terminologia utilizada nos textos é essa.

Sedição de Juazeiro ou Revolta de Juazeiro, e foi vencida pelas oligarquias. Franco Rabelo foi sucedido por Benjamin Liberato Barroso, primo de Gustavo Barroso (DANTAS, 2014, p. 40 – 43).

Nesse contexto, Barroso é chamado para assumir o cargo de Secretário do Interior e da Justiça, todavia, não se contenta por muito tempo com o cargo, tornando-se candidato a Deputado Federal e conseguindo ser eleito e assumindo em 1915. Com a posse do cargo, Gustavo Barroso ganha mais visibilidade que antes e externa suas opiniões políticas/ideológicas através de projetos de leis que vêm sendo alvo de discussão até mesmo um século depois, dividindo opiniões na intelectualidade brasileira, como no projeto de lei que visava proibir a entrada de agrupamentos considerados “indesejáveis” (QUELUZ & BABINSKI, 2017, p. 163).¹⁴

Em 1917, é lançado *Heroes e Bandidos*. Nele, seu estudo enfatiza o cangaceiro como anormal, mas, também, como valente que sobrevivera em solo infértil e de educação escassa, com pouca atenção do governo federal. Em 1923, Barroso realiza um de seus maiores feitos: a entrada na Academia Brasileira de Letras. Ocupando a cadeira 19, foi largamente reconhecido dentro da instituição chegando à presidência desta. Outra instituição que ganhou corpo e nome com Gustavo Barroso na presidência foi o Museu de História Nacional (MHN), na qual foi presidente de 1922 até 1959, ano de sua morte – com exceção de 1930 e 1932 pois não exerceu o mandato. De acordo com Moreira (2006), Gustavo Barroso quis ser lembrado como um “missionário” na preservação da história nacional e de fato foi à luta para que o projeto do museu se consolidasse, porém, só obteve resultado no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), responsável pela fundação do museu. O que está implícito ao discurso de preservação da história nacional era o que o escritor acreditava fazer parte desta história, afinal de contas o Brasil já era, naquele momento, um país com mais de 400 anos de história, deixando à parte a ocupação indígena no território que veio a ser brasileiro. O projeto de Gustavo Barroso para buscar a origem e lutar em prol da preservação do patrimônio nacional, prezava um resgate orientado, com pontos específicos de rememoração e esquecimento, algo que nos lembra em

¹⁴ No artigo intitulado *Gustavo Barroso: Eugenia e nacionalismo autoritário* os autores Karla de Souza Babinski e Gilson Leandro Queluz (2017) analisam periódicos e entrevistas referentes ao projeto de lei “Os Indesejáveis” de 1916. Nele, Gustavo Barroso procura delimitar quem eram os grupos étnicos e de qual nacionalidade poderiam ser aceitos no Brasil. Esse desejo profundo de exclusão, no qual explicitamos anteriormente quando o mesmo pôde ser enquadrado como um “intelectual autoritário”, deixa claro sua posição nacionalista, mesmo que seja um nacionalismo cunhado a pouco e com contornos especificamente elitistas. Em síntese, a ideia era institucionalizar a não aceitação de “desvalidos”, que na visão dele, podem prejudicar a nação, seja por ser de “raça inferior” ou mesmo estrangeiros liberais, socialistas ou anarquistas que possuem ideologia contrária as dele.

partes a consagração da república brasileira com projetos como dos positivistas nos bastidores (MOREIRA, 2006, p. 196 – 200).

O que seria exposto neste museu teria de passar pelo crivo de quem fiscalizaria, por uma seleção minuciosa de objetos que mereciam ser lembrados e que criariam as bases para o nacionalismo que Barroso acreditava ser o correto, já que sua formação, tal como sua visão de mundo, influiria diretamente na direção tomada no MHN. Visto isso, a prioridade de resgate do museu se direcionaria para um passado que há muito o autor já admirara, e do qual queria fazer parte. O passado de glória e resgate escolhido versavam sobre a gloriosa história militar, com grande concentração no histórico militar do Brasil Império. Neste sentido, Moreira afirma:

Ora, o autor recorreu às memórias não só para atenuar sua saudade, mas para vangloriar seus feitos. O Barroso adulto consolou a dor do menino dando atenção ao tema militar na prática intelectual. Em complemento a isso, ao relatar a desolação pela incompreensão de sua “tendência militar” quis também valorizar sua incursão por esse tema, uma vez que decorrente do sonho infantil (MOREIRA, 2006, p. 199).

A própria biografia deste autor nos mostra o apego que tinha para com o passado nacional, e o museu era a melhor forma de conservação deste passado que ficava protegido do esquecimento, recoberto de uma penumbra exercida pelo próprio Estado¹⁵.

Se a direção do MHN começava a fazer parte da história de Barroso, a atuação na Ação Integralista Brasileira¹⁶ também começava a se tornar um dos temas recorrentes em pesquisas sobre ele, principalmente pelos posicionamentos polêmicos que assume durante a década de 1930. Um deles, e o que é mais pesquisado, é o antissemitismo, destilado em vários de seus textos. Talvez a prova maior de seu antissemitismo seja a tradução do texto *Os protocolos dos sábios de Sião* (1936), obra bastante conhecida por espalhar teorias conspiratórias por parte dos judeus sobre um plano de dominação mundial (VIEIRA, 2012, p. 63 – 66).

A raiz de seu antissemitismo, por vezes, fora atribuída ao seu nacionalismo e protecionismo com relação ao que considerava ameaça para o país, ainda que esta não fosse uma tese hegemônica. Karla de Souza Babinski (2015) conclui que as teorias raciais,

¹⁵ Na tese *No Norte da Saudade* (MOREIRA, 2006) a autora além de mostrar que a criação de memórias de um passado militar era decorrente de seu passado frustrado no qual almejava se tornar militar, também traz algumas fotos de sessões internas do museu que mostram a dinâmica utilizada para a exposição e o que foi escolhido para ser exposto.

¹⁶ Ação Integralista Brasileira, no Brasil conhecida pela sigla AIB, foi um movimento político de direita, ultranacionalista, de cunho católico e conservador. Criado em 1932, por Plínio Salgado, Miguel Reale e o próprio Gustavo Barroso, o movimento político conquistou apoio de uma grande parcela da classe média brasileira e tinha como opositor o movimento político ligado ao PCB, conhecido como ANL (Ação Nacional Libertadora). A década de 1930 foi palco de movimentação em ambas as partes, tanto por parte da ANL como do AIB, e nesta mesma década encontraram seu fim, ambos pelas mãos do grupo político ligado ao presidente Getúlio Vargas (DANTAS, 2014).

emergentes no Brasil, no final do século XIX e começo do século XX, foram preponderantes para a visão nacionalista autoritária de Barroso. Inclusive, também seria crucial na constituição de sua crença antissemita. Nesse sentido Babinski, afirma:

Como vimos, Gustavo Barroso estava inserido em meio a esses pensamentos que borbulhavam em nossa sociedade, influenciado, principalmente, pelo conservadorismo de diversas vertentes, especialmente a francesa, que denotava em alguns casos, a questão racial como fundamental para a formação de uma sociedade soberana. Acreditamos que esse contato trouxe reflexos para a formação de sua visão autoritária, eugenista e posteriormente integralista (BABINSKI, 2015, p. 185).

Não apenas a posição no integralismo de Barroso foi demandada de sua visão de mundo e de suas zonas de influência ao longo da vida, e como também pode ser percebida nesta apresentação da vida do autor. Os caminhos trilhados pelo escritor refletem a todo momento sua orientação ideológica e tudo mais em que acreditava. Os espaços frequentados por Barroso cearense servem de norte para a leitura sobre sua personalidade e atuação, tanto no campo cultural quanto no político. Oriundo de uma família de potentados, Gustavo Barroso sempre frequentara as melhores instituições de ensino e já na fase adulta tem contatos que lhe permitem ter cargo garantido dentro da política do estado. Levando em consideração sua origem privilegiada, seu olhar sobre a realidade do Ceará e do Nordeste como um todo, ele tem como base os pressupostos de sua classe. Este é um detalhe que está intrínseco às suas principais posições, como, por exemplo, a repulsa por determinados grupos de estrangeiros e a defesa realizada à família dentro do AIB.

Suas crenças estavam presentes quando foi deputado entre 1915-1918 quando propôs o projeto de lei “Dragões da Independência” e “Os Indesejáveis”. Estava também na criação de uma memória nacional a partir de fragmentos que ele achava que deveriam constituir a história da nação, com projetos relacionados ao militarismo e à posição excludente assumida na negação ao judeu durante a década de 30.

Todas essas conclusões já estão consolidadas no que se refere a produções acadêmicas, visto que trabalhos importantes já problematizaram a historicidade do discurso barrosiano e chegaram a interpretações bem fundamentadas¹⁷. O que ainda não foi problematizado, em profundidade dentro de toda zona de interesses e produções de Gustavo Barroso – que por sinal é bastante extensa – foi justamente suas influências preponderantes para o estudo de banditismo e fanatismo no sertão. Dentro desse corpo bibliográfico é possível identificar bastante

¹⁷ Cf. (MOREIRA, 2006); (DANTAS, 2014); (VIEIRA, 2012); (BABINSKI, 2015); (BERTONHA & NETO, 2015); (CERQUEIRA, 2011); (NETO, 2013); (JUNIOR, 2017).

protagonismo, como será demonstrado na análise do principal texto de Gustavo Barroso sobre o tema: *Heroes e Bandidos*, como também nas obras satélites – *Terra de Sol* (1912) e *Almas de Lama e Aço* (1931).

2. De bandidos à “Heroes”: Consagração bandoleira na sociologia sertaneja (1912 - 1931)

Os surgimentos de banditismos sempre estiveram ligados a um contexto, por vezes semelhantes entre si, mas dispersos no globo, como quem indica que sua produção não é decorrente apenas de fatores regionais, mas socioculturais. Há algum tempo, intelectuais que se prontificaram a estudar o banditismo chegaram a esta conclusão. No Brasil, Gustavo Barroso, como um dos principais estudiosos do banditismo, como também do Cangaço, clareou muitas destas questões após 1912.

Grande parte de tudo que Barroso escreveu girou em torno de um só eixo: o sertão nordestino. Na obra *Heroes e Bandidos* reconhecendo nesta espécie de banditismo “[...] o mais importante fenômeno da rude vida do sertão [...]” (BARROSO, 1917, p. 15), no qual preocupasse em apresentar as principais causas do Cangaço, os principais tipos de cangaceiros e os principais grupos em atividade ou que ficaram conhecidos. No sertão, também reside o berço de seus estudos folclóricos já mencionados, tal como considerações que alcançam zonas naturais, como a vegetação (BARROSO, 1962).

Em 1912, Barroso menciona o Cangaço na obra *Terra de Sol*, mas o faz rapidamente e, depois, volta ao tema em 1917 com mais afinco, determinado a pensar mais especificamente a questão do Cangaço, dedicando toda obra ao tema. Não satisfeito, em 1931 retorna e redige um último texto, *Almas de Lama e Aço*, em vista a se deter de tudo que tornara seu texto desatualizado desde 1917 e atualizar suas conclusões após a passagem de treze anos, durante os quais se colocou mais afeito a alguns diagnósticos que a outros. Em síntese, existem três momentos na própria história do autor dedicados a pensar o Cangaço, com diferença de dezenove anos se compararmos o primeiro ao último. No meio dessa produção é evidente que outras pesquisas surgiram, tal como outras ocupações já citada na seção anterior, a exemplo da posse como diretor do Museu de História Nacional e também suas pesquisas sobre folclore na década de 1920.

Não obstante, uma pergunta fica sem resposta: por que os vetores de análises do Cangaço não foram problematizados por muitos dos autores que se dispuseram a pensar

Gustavo Barroso como intelectual do século XX?¹⁸ De fato, Gustavo Barroso se mostrou eugênico, saudosista, amante do passado militar e até antissemita, porém quando traz à tona o problema do Cangaço no sertão, abre várias possibilidades de estudo com contribuições para outras temáticas¹⁹.

Várias são as causas tipificadas por Barroso ao longo de seus textos como primordiais para a eclosão e permanência do Cangaço. Dentre elas estão: o meio, a raça e a formação social. Como veremos em seguida, cada um destes tópicos se destrincha em vários, esmiuçando ao máximo todas as possíveis variáveis que poderiam fazer de um sertanejo, bandoleiro. Contudo, nem sempre todos estes fatores foram abordados com a mesma relevância ao longo do todo o percurso destinado a pensar o fenômeno. Há uma sequência lógica de maturação de suas ideias e de diagnósticos acerca do Cangaço ainda a ser analisado.

Iniciando ainda em 1912, *Terra de Sol* consiste em um tratado sobre o Nordeste, mais especificamente do Ceará, terra natal do autor. Os principais assuntos relacionados no texto são: o meio, os animais, o homem, a arte e as lendas locais. A beleza narrativa do texto nos mostra a paixão que o autor tem por aquele espaço e por tudo que nele há²⁰. É mais especificamente no quesito homem que se encontram os cangaceiros e curandeiros, considerados por ele até o momento como “anormais”. Aqui, residem suas primeiras considerações sobre a criminalidade no Nordeste.

As primeiras linhas do capítulo destinado aos cangaceiros em *Terra de Sol* já nos dizem bastante sobre o autor naquele momento: “O cangaceiro do Norte é selvático e feroz, sofrendo de um descalabro nervoso – produtos da ancestralidade e do cruzamento étnico” (BARROSO, 1962, p. 98). Aqui, o eixo central de toda narrativa é o fator genético, racial. Adiante, em outro trecho de descrições e comedimentos dos cangaceiros, são descritos como “ [...] criminosos degenerados, tarados pelo atavismo, com nevroses de todas as espécies” (BARROSO, 1962, p. 98). Na análise das conjecturas barrosianas, Karla Babinski (2015), afirma que o tom eugenista presente em parte da obra de intelectuais dos primeiros decênios do século XX era comum, já que para mais do que gene do banditismo, o negro no Brasil carregava o fardo do atraso da nação (BABINSKI, 2015). O pareamento do nacionalismo e eugenismo era cômodo, dado que

¹⁸ Um diagnóstico possível seria afirmar que o autor perpassou por um processo de cancelamento pela academia no início deste milênio pelas posições adotadas na década de 1930. O antissemitismo manchou sua biografia sombreando outras de suas produções.

¹⁹ Alguns exemplos de trabalhos acadêmicos que têm Gustavo Barroso como objeto de pesquisa: BERTONHA & NETO (2015); DANTAS (2018); CERQUEIRA (2011); MOREIRA (2006); BABINSKI & QUELUZ (2017); BABINSKI (2015).

²⁰ O domínio da escrita e a leveza com que aborda os mais diferentes setores que chama de lar no Ceará apresentados no livro lhe confere, alguns anos depois, uma cadeira na Academia Brasileira de Letras.

era mais simples culpabilizar uma única raça ou o cruzamento com esta do que assumir a culpa pela situação colonial em que o Brasil se encontrava.

A construção imagética do cangaceiro tem como eixo principal a etnia vinculada socialmente em determinações criminais. Nessa direção, o “Homem do Norte” possui essa predisposição genética presente desde a obra de Euclides da Cunha: *Os Sertões*.

Na busca pela melhor caracterização do que veio a ser o “Homem do Norte”, Gustavo Barroso também deixa impressões a respeito de como se relacionava o sertanejo sem renda, com os coronéis e a influência que estes exerciam na população local. É interessante notar como a categoria de “coiteiro”²¹ não fora problematizada largamente aqui, mas sim o relacionamento do homem do sertão com o coronel – estando o primeiro subordinado ao segundo – não como troca de favores de agentes independentes. Na obra *Terra de Sol*, o autor afirma:

Lá campeia o crime à sôlta, sem peias e sem repressões; lá se albergam os foragidos do sertão inteiro nos bandos numerosos de filhos do crime, que os chefes políticos municiam e sustentam para as suas lutas intestinas, sabendo de antemão que o *patriótico* governo do Estado dará ao chefe vencedor as honras e propinas. O chefe em torno de quem se alinham esses bandoleiros fica o potentado da região, manda espaldeirar, chicotear, torturar, matar os seus desafetos; sai a campo em arremetidas bruscas a saquear povoações, expulsando os habitantes, incendiando o casario tosco, violentando as mulheres, cevando todos os seus instintos da inaudita ferocidade (BARROSO, 1962, p. 102).

Esse vai ser um diagnóstico corrente na historiografia sobre o tema. Até mesmo a literatura vai abusar desta característica de auxílio – forçoso ou não – do Cangaço como uma peculiaridade particular. José Anderson Nascimento redige em 1998 o livro *Cangaceiros, Coiteiros e Volantes* e não é o primeiro a reproduzir essa relação na literatura. Outro nome expressivo que aborda a temática é José Lins do Rego na obra *Cangaceiros*. O coiteiro no sentido tradicional era conhecido no auxílio mútuo entre cangaceiros e coronéis, e isto não é o expresso na citação acima.

A categoria resgatada por Barroso está pautada em um compadrio antigo existente na região Nordeste em que os coronéis estabelecem alianças com sertanejos locais para realização de seus conflitos pela posse da terra. Seguindo essa lógica, na parte destinada aos exemplos, Barroso traz exemplos de lutas de famílias que se utilizavam deste recurso a fim de conseguir adeptos que lutassem por eles, para a tomada de novas terras e a defesa de suas próprias.

Em síntese, esse é o esboço inicial de Barroso a respeito do sertanejo e do Cangaço. O autor não busca identificar causas diferentes de ingresso ao Cangaço, nem mesmo pensa mais

²¹ No período de vigência do Cangaço no sertão, coiteiro era aquele que defendia e escondia cangaceiros, ora por vontade própria ora a força, das forças estaduais e federais, garantindo sua passagem segura pelo local.

sistematicamente comparando o Cangaço a outros banditismos para encontrar semelhanças e diferenças como faz em seus estudos posteriores. Por fim, Barroso apenas deixa suas impressões sobre alguns bandoleiros que circulavam até a data com seus principais feitos. Entretanto, os cangaceiros escolhidos para análise não foram escolhidos aleatoriamente, pelo contrário, esses exemplificavam tudo que o autor imaginava ser os cangaceiros até esse momento. Nesta parte do texto encontramos exemplos de lutas de famílias, de bandidos “degenerados” e também os principais nomes da época, a exemplo de Antônio Silvino²².

Em 1917, a obra *Heroes e Bandidos* é redigida com pressupostos diferentes de *Terra de Sol*. Este foi sua obra de maior destaque no que tange ao Cangaço, mesmo não sendo seu último. Vale notar que, aqui, todo texto vai ser usado para pensar o Cangaço como fenômeno social mais importante naquele momento, como ele mesmo se pronuncia ainda na obra *Heroes e Bandidos*. Se na primeira obra o Cangaço era creditado como parte do ambiente, no segundo, seu caráter expansivo e sanguinolento se tornara ferida grave, que por falta de cuidado, ameaçara de fato, a vida no Nordeste.

A exposição inicial de suas ponderações em *Heroes e Bandidos* se referem ao meio, e como este seria crucial na formação não apenas do criminoso, mas também do sertanejo. A principal referência de suas reflexões é Euclides da Cunha, na obra *Os Sertões* (1902).

O meio como produtor deste homem sertanejo é produtor de miserabilidade. Para além do desamparo social, o meio por si só já justificaria a luta das pessoas que ali vivem contra condições de maior grandeza, como o clima e a fome: o segundo, quase sempre, fruto do primeiro. Para fundamentar este argumento, historicamente, basta-nos rememorar a seca de 1877 através de seus relatos, e também perscrutar um pouco sobre a literatura ficcional produzida a partir deste evento. Secas como estas privaram os habitantes destas regiões das necessidades mais básicas, e são carências como estas que, muitas vezes, motivam a busca de respostas através da criminalidade (BARROSO, 1917, p. 21).

Gustavo Barroso vai partir da condição do sertão para contrapor duas regiões: o sertão e o litoral. As conclusões do autor estão ligadas aos diagnósticos científicos correntes na época. Na contraposição destas duas regiões, fica claro certo determinismo mesológico, que condicionaria fatalmente as pessoas de determinados espaços ao fracasso.

Diferente do público da seca, a população litorânea, apesar de próxima, viveria uma outra realidade. Barroso identifica a discrepância e assinala, no trecho:

²² Uma análise mais aprofundada desta parte do texto, como também dos exemplos de cangaceiros apresentados nos livros subsequentes, será feita ao longo da pesquisa.

O clima sertanejo tem a máxima culpa na produção da cangaceiragem. Strabão, descrevendo a Europa ocidental, dizia: “Acontece, com efeito, que, nas regiões férteis, as populações são sempre de genio pacifico, sendo belicosas e enérgicas nos paizes pobres” (BARROSO, 1917, p. 21).

A seca também influi na população sertaneja em outra frente: no seu ofício. Diferente de regiões que têm acesso à água e ao solo fértil, a seca do sertão impossibilita o plantio. Na terra estéril, infértil, o ganha-pão da massa deixa de ser a agricultura e passa ser o pastoreio, e essa atividade, longo prazo, cria tradições que para autores como Barroso estão explícitas no banditismo. Em seu texto destacam-se as principais heranças do pastoreio que levam à criminalidade. São elas: nomadismo e desocupação.

A vida nômade caracterizada pelo autor é notada de copioso isolamento. São condições anormais de seu ponto de vista, dado que a civilidade vem da convivência com outros seres humanos. O contato direto apenas com animais, a longo prazo, desperta instintos incomuns, quase irracionais. Junto ao isolamento vem a desocupação. O argumento corrente utilizado é que o gado, normalmente, cria-se sozinho, cuida de seu próprio alimento. Barroso se apropria da ideia para afirmar que parte deste tempo livre é usado para a busca de novas emoções. “Das emoções da jogatina e da beberrónia, nas vendas e tavernas que marginam os caminhos, para a caça de aventuras maiores e emoções mais fortes, vai somente um passo” (BARROSO, 1917, p. 24).

Vale ressaltar que esse cenário não é apenas condição única do sertão nordestino. Barroso nos mostra que estas também são condições de outros lugares, e que o isolamento é causa de banditismo no país e no mundo. Vários são os exemplos utilizados em seu texto para ilustrar este afastamento de cidades e regiões portuárias, e do quão “primitivos” podem ser estes povos, de Beduínos à Cow-Boys²³.

Na tentativa de buscar o algoz da condição criminal, vivenciada por muitos povos, o autor se depara com o Estado e com a falta de assistência que lhes é dada. Para além da fome, a negligência do poder público se faria ausente também no auxílio a doenças, de outras ocupações que não fossem o pastoreio ou a agricultura em escala ínfima, no provimento de educação, entre outras. De acordo com Barroso (1917), o único momento efetivo de atividade por parte do governo seria para repelir ações de quem sublevou-se e fez do banditismo um meio

²³ O autor se utiliza de exemplos estrangeiros para comparar com o caso brasileiro. De todos seus textos referente ao Cangaço, a obra *Heroes e Bandidos* (1917) vai ser o que ele mais se preocupa em manter noções científicas de comparação de caso.

de vida²⁴. Os dois principais caminhos trilhados por Barroso na acusação da falta de assistência do Estado seria o da repressão e da falta de educação oferecida aos povos daquela região.

A ação policial, em regiões assoladas pelo banditismo, não deveria causar indignação – não em condições normais. Acontece que neste caso, nas entrelinhas da mobilização das forças volantes – como chamadas as tropas de combate ao Cangaço – também reside a falta do Estado. Se as forças volantes atuam para combater o infortúnio, nada foi feito para evita-las. Como observado em várias passagens do texto de Barroso, nunca foi oferecido – à população – as condições mínimas de sobrevivência, educação e demais possibilidades de ofício, conforme mencionado acima.

A falta do Estado, como causa do banditismo, e a repressão subsequente, não é uma situação exclusivamente brasileira. Com base em pesquisas internacionais, o autor nos mostra que o quadro já se repetiu na França, Espanha e até em Roma nos tempos áureos. Na urdidura destas conclusões, o autor se apoia em um grande arcabouço de autores internacionais que pesquisaram sobre o banditismo. Destes autores, três se destacam: Henri-Marie Beyle, conhecido pelo pseudônimo Stendhal é o primeiro deles. Stendhal ganhou grande visibilidade mundial pelos romances que publicava, como *Armance* (1827), *Vermelho e o negro* (1830) entre outros. *A abadessa de Castro* (1839) é uma das obras de crônicas escrita por ele que auxilia Barroso na construção do imaginário popular quanto ao banditismo. Stendhal também publicava não-ficções, como na obra bastante citada ao longo de *Heroes e bandidos* (1917), intitulado *Rome, Naples, and Florence* (1817).

Carlos Letourneau e Domingos Sarmiento também fazem parte do conjunto de autores-base que suprem esse sistema de referências. Letourneau é bastante citado a partir da obra *Physiologia das Paixões e Sociologia*. Sarmiento, através da obra *Facundo* (1945), estudo biográfico de um bandoleiro famoso na Argentina. Algumas das referências, aqui aferidas, serviram de suporte para as conclusões no texto, especialmente em *Heroes e Bandidos* em que são largamente citados, além de conferirem legitimidade ao estudo do autor. Por se utilizar de vários artifícios literários e não estar ligado a uma Universidade e a uma formação palatável

²⁴ A respeito da categorização do cangaceiro e o alinhamento dos motivos que os levam ao Cangaço, Gustavo Barroso (1917) e Frederico Pernambucano de Mello (2004) se utilizam da mesma categoria para afirmações divergentes. Frederico Pernambucano de Mello estigmatiza o Cangaço com a classificação de três motivos principais de ingresso na vida bandoleira, e quando trata do cangaceiro de profissão, está se relacionando com o indivíduo que realmente vive do Cangaço, que faz dele um meio de vida. Barroso também versará sobre o cangaceiro que faz do Cangaço, sua profissão, mas quando usa a terminologia “cangaceiro de profissão”, mais especificamente na página 59, está se referindo a jagunços, não exatamente a bandos de cangaceiros autônomos. Outros aspectos ainda convergem entre as obras e os próprios autores, como buscaremos demonstrar ao longo da pesquisa.

para o desenvolvimento da pesquisa, questionamentos podem ser feitos no tocante à validade de sua pesquisa.

Durante algum tempo, a obra de Eric Hobsbawm intitulada *Bandidos* (1969) foi referência nos estudos sobre causas do banditismo em todo o mundo. Pouco tempos após sua publicação em 1969, especialistas discutiram bastante suas teses por cunhar o termo “bandidos sociais”. Em parte, este trabalho foi desprestigiado por suas conclusões, por outro, bastante acolhido por ser uma matriz quando o tema é o estudo de criminalidade em zonas rurais. O que pretendemos ressaltar aqui é que alguns diagnósticos valorizados na obra de Eric Hobsbawm, se deram antes das reflexões que Barroso tinha desenvolvido há 42 anos antes, ainda em 1917 em *Heroes e Bandidos*²⁵. Não que isso desprestigie reflexões tão vultuosas como as que são expostas em *Bandidos*, ainda que mostre algumas ponderações já racionalizadas muito antes da tradução do texto para português do tão aclamado historiador Britânico²⁶. A grandiosidade da obra de Hobsbawm não advém simplesmente da qualidade de seu texto, mas de seu alcance. Como o historiador inglês já era conhecido internacionalmente e Gustavo Barroso ainda não tinha alcançado patamar tão elevado, é comum que situações assim se repitam. No que se refere aos vetores de análise do Cangaço, pesquisadores brasileiros já desenvolveram uma considerável bibliografia a respeito até a década de 1960²⁷.

Parte das deduções e apontamentos de Barroso são partilhados por outros estudiosos *a posteriori*, inclusive de literatos. João Cabral de Melo Neto immortaliza a reflexão da antagonia de dois mundos sertão/litoral entre 1954-1955 na obra *Morte e Vida Severina*. Nele, impactamos com a reação de Severino, homem da seca, em seu primeiro contato com solo fértil, “feminilizante”²⁸, terra de fácil manuseio que dispensa o trabalho contínuo de domingo a domingo de quem nela labuta. As reflexões de João Cabral não são originais, inauditas, todavia, o labor literário e seu poder mimético, representativo e criador de realidades, nos chocam com sua profundidade.

As consequências diretas de terras inférteis, em primeiro plano, aparecem como a fome, contudo ela não é a causadora da vida bandoleira, mas uma das causas de maior importância (BARROSO, 1917, p. 21). Por esse e outros motivos que existem em Gustavo Barroso tamanha referência em Euclides da Cunha, já que foi ele quem mais se destacou na contemplação da luta

²⁵ Aspectos como: o isolamento social, a falta de assistência estatal, a vigilância das comunidades rurais ser exercida por seus próprios habitantes, a falta de um sistema educacional, etc.

²⁶ O isolamento dos povoados sertanejos, a falta de policiamento e o contato com comunidades rurais são diagnósticos comuns entre a obra de Barroso e Hobsbawm.

²⁷ Ver *Bibliografia comentada do Cangaço* (2012), de Melquiades Pinto Paiva.

²⁸ Na obra de João Cabral de Melo Neto, o Severino – protagonista – se depara com um lugar onde encontra vastas plantações, e considera aquela terra “feminilizante” por ser doce, de fácil manuseio.

diária do homem sertanejo. No último parágrafo do capítulo de análise das causas do banditismo, Barroso eleva *Os Sertões* a “[...] maior livro de nossa literatura.”

Gustavo Barroso também opera a literatura para fins representativos, ainda que diferentemente de como faz João Cabral de Melo Neto. O autor vê a necessidade de relatar trovas sertanejas com a finalidade de ilustrar a visão popular referente ao Cangaço e quebrar o paradigma da poesia do povo como inculta. Para isso, compara versos de exaltação do Cangaço com versos europeus referente a Carlos Magno e os Doze Pares da França e a Ragnar, o mítico viking. Essa metodologia comparativa também se mostra presente no estudo folclórico de Gustavo Barroso. Nele, o autor se utiliza do método comparativo para buscar elementos semelhantes e divergentes da estrutura folclórica brasileira. Nesta direção, Moreira (2006) afirma:

Com frequência, Gustavo Barroso mencionou a *ancestralidade folclórica* usando termos como: possíveis origens, fonte comum, antiga e misteriosa. Ao tratar a “fonte folclórica” como algo comum em todas as sociedades, o seu estudo foi elaborado a partir do reconhecimento das similitudes da maior longevidade possível (MOREIRA, 2006, p. 132).

Ainda tratando do método em Gustavo Barroso, Moreira (2006) nos mostra o apreço do autor com comparações e atesta, empiricamente, que este procedimento já está sendo usado por muitos cientistas na Europa. Na obra *Colunas do Templo*, Gustavo Barroso chega a dizer que o estudo de analogias seria o mais interessante do folclore (MOREIRA, 2006, p. 133). Analisando a fundo as obras de sociologia sertaneja, em especial *Heróis e Bandidos*, percebemos que, mesmo aqui, o método comparativo se faz presente para além do estudo de trovas sertanejas. Barroso está o tempo todo pensando em uma universalidade de condições propícias para a proliferação do banditismo e vai nos mais diferentes lugares do globo buscar exemplos, como quando cita Stendhal. Em alguns trechos fica clara a utilização do método aqui apresentado, como:

A Calabria, a Corsega, a Serra Morena, os desertos da Syria e da Mauritania, todos esses coutos de salteadores, nunca foram gabados por sua abundancia. [...] O homem ali vive primitivamente como os povos que demoram no mesmo estagio de civilização: gaúchos, beduinos, esclavonios, tartaros ou cow-boys (BARROSO. 1917, p. 21-26).

Em segundo plano, essa comparação tem importância porque demonstra a identificação do povo com aqueles bandoleiros que, na grande maioria das vezes não se preocupava em fazer o bem à comunidade pertencente, muito pelo contrário, vilipendiava a classe popular, ainda assim se tornava ícone. Vê-se um conjunto de relações complexas, não apenas entre o bandoleiro e a sociedade, mas até entre a difusão da imagética produzida para representar o

indivíduo que está na vida de crimes, que se torna, para todos os efeitos, um símbolo. Barroso afirma: “A tradição mantém o culto pela bravura e mesmo pelo crime. [...] Na época actual, estamos a vêr a feitura dum verdadeiro romanceiro dos “apaches”, isto é, dos gatunos e rufiões” (BARROSO, 1917p. 47). É a exaltação de um passado de lutas e, por vezes, de glória.

Toda essa simbologia aferida ainda estaria ligado à difusão das trovas e cordéis para a comunidade, a qual se encarregaria de cristalizar esta visão romanceada criada por poetas populares. Roger Chartier, em sua obra *História Cultural: Entre práticas e representações* (1889) vai nos mostrar através de um estudo feito dos camponeses da França do século XVIII que a prática de leitura de uma dada comunidade depende, exclusivamente, da distribuição livresca do local (CHARTIER, 1998, p. 150-158). Como o cordel sempre foi o impresso mais acessível no Nordeste, podendo ser encontrado até em feiras locais, é inevitável o contato destas trovas e da comunidade.

A pesquisa de Gustavo Barroso também se encontra em outra frente com as proposições de Chartier (1889) quando se trata de cordéis e a sociedade camponesa: a maneira diferenciada de ler. Chartier (1889) embasa sua pesquisa em relatos de abades que responderam a um questionário sobre as comunidades locais, no qual havia perguntas referentes à leitura popular. Nesta pesquisa, duas maneiras diferentes da relação com o texto foram encontradas entre os camponeses: o contato frequente com o mesmo escrito e a leitura compartilhada. Neste sentido, Barroso assinala que as aventuras locais e de heroísmo, “[...] todos sabem de cór” (BARROSO, 1917, p. 48). No que se refere à leitura compartilhada, Chartier já deixa claro que vai além de qualquer sentimentalismo ou mesmo de uma harmonização social, e está diretamente ligada ao estado de analfabetismo de grande parte da população camponesa (CHARTIER, 1998, p. 150-158). A associação com o contexto nordestino apresentada em *Heroes e Bandidos* não é diferente, dado que uma das maiores causas denunciadas para o aumento e permanência para o banditismo, indicada pelo autor, é a falta de escolarização, com índices elevadíssimos de analfabetismo. Ainda hoje se encontram mais cordéis e pequenas estatuetas de madeira de Lampião, na região assolada pelo banditismo, do que do próprio Tiradentes, herói republicano escolhido a dedo²⁹.

Não foram apenas o clima e a falta de recursos dos componentes que sustentaram o banditismo. O estudo de Barroso consiste em pensar em como aquele espaço se estrutura geograficamente e como isso poderia influenciar na vida bandoleira. No que se refere à influência do espaço geográfico no banditismo, a primeira causa assinalada para sua

²⁹ Ver CARVALHO (1990).

permanência é a possibilidade de fuga para outros estados. Como o Cangaço ou mesmo ações de rapina são antigas no sertão nordestino, seria apressado dizer que Barroso foi o precursor da tese, todavia é o primeiro que ganha notoriedade.

A grande região compreendida entre o rio São Francisco e o valle do Cariry, estendendo-se da serra do Quincuncá á do Martins, dahi ás faldas da Borborema, aos contrafores da Baixa Verde e dos Dois Irmãos, é o *habitat* do banditismo. Alli se encontram e se aproximam as fronteiras de sete Estados, tendo nesgas de territórios que se enfiam umas nas outras, como cunhas. O meio, a cumplicidade do habitante e a facilidade de fugir dum Estado para o outro oferecem guarida segura a todos os criminosos (BARROSO, 1917, p. 11).

A costura de fronteiras estaduais como práticas cangaceiras é melhor explicada em outros autores, ou mesmo em biografias de Lampião, nas quais se utilizou diversas vezes desta tática³⁰. Em síntese, quando um facínora cruzava a fronteira de um estado, a delegação em seu encalço fica impedida de prosseguir, visto que a incumbência já era da polícia de outro estado. Pesquisas sobre o assunto, a exemplo de Mello (2004), mostra-nos que este é um problema tão antigo que as autoridades locais vêm se reunindo desde o século XIX para tentar resolver a interferência de policiais nas ações criminais em outros estados³¹. Barroso não parece se preocupar em datar tratados específicos no seu texto, nem mesmo pensar em suas consequências.

O autor segue outro caminho, ocupando-se de pontuar os lugares mais infestados pelo banditismo nos estados da região naquele momento: “O Cariry é celebre por sua história. Nelle se deram os motins de Filgueiras e Pinto Madeira, de Belém e do Padre Cícero” (BARROSO, 1917, p. 12). Para Barroso existiria toda uma tradição de revoltas e motins na região, justificando, assim, sua vulnerabilidade na proliferação do banditismo. Seu argumento faz mais sentido se alocado numa explicação geográfica, não apenas sócio histórica. Não obstante, ainda identifica os principais focos na Paraíba, em Pernambuco e na Bahia, na medida em que deixa claro que é no Cariry, onde há maior concentração de banditismo no Ceará.

No interior da Parahyba, esse papel é exercido pela villa do Teixeira e terras circundantes, cortadas pela estrada que, partindo do São Francisco, atravessa a bacia do Piranhas, por onde transita o maior commercio daquelles logares.[...] Os sertões de Triumpho e Pagehú de Flôres são os maiores valhacoutos de bandidos em Pernambuco. [...] no sertão Bahiano, á margem do Vasa Barris ou de outros rios, não estadeiam nem se homisiam milhares de bandoleiros, não se deve esquecer que ali fizeram frente a um exército inteiro, dando exemplo duma resistência poucas vezes registrada pela história (BARROSO, 1917, p. 13-14).

³⁰ Cf. (CHANDLER, 1981).

³¹ Cf. (MELLO, 2004).

Com as causas postas, seriam apenas a seca – e suas consequências – e as condições geográficas condicionantes à proliferação do banditismo nestes lugares? Regiões limítrofes e desérticas são sim propícias ao cangaceirismo, mas as coordenadas de Barroso não poderiam se limitar a isto, posto que outros municípios e povoados estavam nas mesmas condições das que foram citadas. O autor completa seu argumento reiterando a participação de um grupo, em especial, que seria crucial na existência destes bandidos: os coronéis.

No conjunto das zonas apontadas, vivem os bandidos sob a proteção do terror que inspiram, das autoridades politicantes ou dos chefes de partido e mandões de terra, atravessando as fronteiras, quando precisam fugir as perseguições policiais ou vinganças particulares, mutuamente se ajudando nas evasões, rapinagens e matanças (BARROSO, 1917, p. 14).

Na interpretação marxista do Cangaço, o realce vai prezar uma variação deste argumento com primor, acima de todos os outros. Nessa vertente, os latifúndios ou donatários de grandes posses de terra seriam os principais culpados da existência dos bandoleiros. A alegação influi em outras subsequentes, como na isenção de culpa pelos crimes cometidos pelos sertanejos, justificando os fins pelos meios/causas. Essa é uma premissa corrente em Rui Facó, um dos mais notórios representantes marxistas a escrever sobre o Cangaço.

Se Facó se aproxima das considerações de Barroso, quando se trata das influências dos coronéis na sobrevida do banditismo, não se pode dizer que também ocorra nas considerações sobre raça. Gustavo Barroso, como intelectual de seu tempo, cresceu intelectualmente num momento do século XX de efervescência das teorias raciais que gravitavam por grande parte do globo, como destaque especial para a Europa e América, com variações de teorias evolutivas, como Darwinismo, que adquiriu roupagem social. Tais teorias seriam usadas para justificar a sobreposição de uma raça sobre outra. Da cor de pele às características faciais, vários eram os elementos usados na tentativa de legitimação das teorias. Variações destas matrizes justificavam crimes pela largura do nariz e grossura dos lábios, características essencialmente negras. As ramificações das teorias, usualmente, almejaram chegar a uma mesma conclusão: provar cientificamente que os negros eram, de fato, inferiores (SCHWARCZ, 1993).

Barroso chega a referenciar parte de seus argumentos em Césare Lombroso, higienista e criminologista italiano, estudioso de crânios. Lombroso é bastante conhecido por procurar na estrutura craniana elementos comuns a bandidos. Como tais considerações eram revestidas de postulados científicos, estas ideias circularam inclusive como um dos fatores condicionantes na busca das causas do banditismo sertanejo³².

³² As considerações e demonstrações do eugenismo na obra de Barroso serão realizadas na seção 3 deste capítulo.

A incorporação de grande parte das causas do cangaceirismo já foi exposta pela composição do meio e da raça como fatores condicionantes. Falta-nos observar como são categorizadas as afirmações de Barroso em relação à formação social sertaneja. Aqui, se encontram os principais balizamentos sociais do autor que vê na educação o trajeto do homem culto, racional. Nessa direção, a educação é a vanguarda no combate ao cangaceirismo e misticismo no sertão. São várias passagens do texto em que esta tese pode se tornar fato consumado, quando a prática da violência é associada à falta de educação. Aqui, o autor não se limita a justificar toda a ausência do Estado apenas pela ausência da educação. A formação social, como uma das causas do cangaceirismo, é alargada para todo setor dependente do Estado.

A consolidação do homem inculto e violento serão interpretações resultantes da falta de investimento em saúde, modernização e educação. Sua tese não parece minimamente exagerada quando levamos em consideração todos estes setores. A saúde, por exemplo, se mostra em decadência no Nordeste do país.

O grande problema não é apenas o índice de mortalidade, mas, também, a discrepância de investimentos regionais. A realidade da zona nobre São Paulo - Rio de Janeiro esboçava um cenário diferente. Zonas marginais são deixados “ao léu” da estrutura desenvolvida para a saúde de quem tem melhores condições financeiras, e a maior parte do Nordeste, neste momento, é considerado zona marginal. O gueto é incluso apenas quando se torna ameaça para a saúde pública que se preocupa com doenças contagiosas, como no episódio da Revolta da Vacina no Rio de Janeiro no primeiro decênio do século XX. A estrutura moderna que era construída para abrigar potentados e estrangeiros não poderia ser crítica por surtos de varíola ou doenças nesse sentido.

Assim também acontece com a tecnologia. Os suburbanos são excluídos do processo modernizador, e inclusos quando o assunto é a repressão que evoca a mesma modernização, ainda que através da indústria bélica. Frederico Pernambucano de Mello, na obra *Guerreiros do Sol: Violência e banditismo no sertão nordestino* (1985) destaca os instrumentos utilizados para fundar o reinado de Lampião. Dentre eles estão a estrada de ferro, que povoou o sertão, palco de atuação bandoleira e o aparato militar. Como bem destaca Mello (1985), as armas dos volantes policiais no último ciclo do Cangaço já eram significativamente mais modernas do que as portadas pelos cangaceiros (MELLO, 2013). O que deve ser destacado com isso é que nos ambientes de proliferação de banditismo a modernização só é presente nas repressões físicas ou na tentativa de coerção desta população. A grande acusação referente à formação social é a

condição colonial perpetrada na região. Não são alterações em largos espaços de tempo, é a omissão governamental que resulta no desmonte social da sociedade sertaneja.

Talvez o principal sacrilégio que Gustavo Barroso destaca de todas as causas tenha sido mesmo a ausência da educação. Mesmo com as consequências da falta de auxílio na saúde pública ou mesmo na falta de estradas, a ausência da educação seria o culminar do cangaceirismo epidêmico. Essa falta é tão latente que o autor relembra intervenções jesuítas na educação, realçando que foram os últimos professores do sertão, e que depois disso, o sertanejo não saberia nem mesmo reconhecer as cores (BARROSO, 1917:36). Sua proposição de requerimento à educação poderia até mesmo vir de sua própria experiência. Gustavo era filho de proprietário de terras e imigrante, dono de uma educação valorosa, dado que pertencia ao estado considerado um dos principais berços do banditismo, como ele mesmo destaca. O alvorecer de seus estudos secundários foi no Liceu do Ceará, colégio de renome desde o século XIX que possuía em sua grade de disciplinas todos os componentes essenciais para a formação de um indivíduo.

Seus estudos o autonomizaram e deram-lhe bagagem, fazendo com que sua visão sobre ela fosse a de legitimar o processo educativo como libertário. Fora dela, resta a brutalidade e até a repulsa à inovação. Um caso comentado em sua obra, neste sentido, é a Revolta Quebra-Kilos iniciado na Paraíba, em 1874. Nela, populares paraibanos se revoltaram contra o novo modelo de pesagem, métrico decimal, importado diretamente da França. Para além de outras causas e do desfecho da revolta, sobressai no texto de Barroso a inércia popular que se afastava por medo que parte da força modernizadora, uma vez que já possuíam sistemas de pesagem herdados de pais e avós.

O princípio ativo que levava os sertanejos a adentrarem no Cangaço também pertencia àqueles que optavam pelo fanatismo. Largamente associado ao Cangaço pelo postulado da miserabilidade sertaneja, autores como Rui Facó e Abelardo Montenegro teceram suas narrativas condensando as duas formas de levante popular. O fanatismo também se encontra em *Heróis e Bandidos*, nos quais são pontuadas as causas que levariam a população a seguir mandos e desmandos de salvadores populares que personificavam imagens santificadas e milagreiras.

Essa menção é necessária, neste momento, para sinalizar outro resultado da falta de educação da população. Isso não significa que esta seja a única causa responsável por todo o imbróglio. Como já mencionado, é importante ressaltar a relação que existe nas causas do banditismo e do fanatismo no sertão decorrentes do mesmo princípio que, na maioria das vezes,

são frutos da deseducação. A instrução pública ainda seria uma reivindicação corrente em sua obra de 1931.

A obra *Almas de Lama e Aço* (1931) é um relato sequencial de tudo que o autor propõe nas obras anteriores e nesta em específico Gustavo Barroso se mostra explicitamente mais afeito a alguns de seus diagnósticos do que outros. As causas nele expostas não gozam de grande ineditismo em relação aos anteriores, principalmente dado à magnitude de *Heroes e Bandidos* (1917), mas a necessidade de escrever outra vez sobre o tema nos faz inferir possibilidades, como: novos acontecimentos relevantes podem ser dignos de ser apresentados, como o surgimento de outros cangaceiros, o que de fato houve. Lampião, o cangaceiro mais relevante do movimento, é mais ativo e tem sua fama acrescida na década de 1920 e 1930, ou seja, posterior a *Heroes e Bandidos*. Outro ponto que pode ser motivo de escrita de um novo texto é uma possível mudança de posição em relação aos textos anteriores, ou ainda é possível afirmar que a ferida aberta pelo Cangaço apresentada em 1917 ainda não se estancou, pelo contrário, ganhou mais força. Em certos momentos da década de 1920, são relatadas armas militares nas mãos dos cangaceiros, armamentos superiores às volantes policiais que os procuravam³³. Nesse sentido, insistir na denúncia do Cangaço, mesmo que em uma terceira obra, ainda é sensato.

O que há de diferencial neste terceiro texto se volta ao sentido estritamente social que adquire o combate ao banditismo. Os coronéis, por exemplo, são destacados como comparsas de bandos independentes mais intimamente do que antes: “A protecção a cangaceiros foi sempre praticada em grande escala pelos chefes políticos no interior do Nordeste, muito especialmente no Ceará” (BARROSO, 1931, p. 24). A grande questão que se coloca aqui é como o Estado passa a ter mais culpa do que antes, por permitir que este contato se estenda.

Os coronéis não são os únicos a estreitar os laços com os cangaceiros e sertanejos como um todo na exposição desta terceira obra. A categoria dos padres também é citada como necessária para uma boa convivência no Nordeste e também pela ausência de apoio estatal, algo que sequer era mencionado nas obras anteriores. Em um dos momentos que Barroso vai tratar sobre a importância destes padres para a região, afirma:

Esses homens são necessários ao sertão. Num meio dominado pela anarquia, qualquer desses padres representa uma base, um poder central, uma influencia até certo ponto moderadora, uma autoridade moral onde não há nenhuma. E, si fanatizam, si exploram, a culpa não cabe a população sertaneja, que carece

³³ Um evento em especial merece ser mencionado. Se trata do convite feito ao grupo de Lampião em 1926 para que combatesse a Coluna Prestes que passaria na região dentro de pouco tempo. Em troca do apoio militar de Lampião, todo seu grupo receberia armas militares de ponta e Lampião seria honrado com um título militar. Contudo, Lampião percebeu a armadilha na qual o título que lhe seria concedido era falso. Em posse dessa informação, fugiu com seu grupo e com todas as armas “doadas” pelo Governo Federal (CHANDLER, 1981).

de escolas, hygiene, de agua, de vias de comunicação; porem aos governos estadoaes e a seu supremo mentor – o governo geral ou federal” (BARROSO, 1931, p. 35).

Junto a estes dois grupos apresentados, um último ganhe destaque em *Almas de Lama e Aço*: os policiais. Chamados por Barroso de “cangaceiros de farda”, este grupo seria um dos responsáveis pelo aumento nas fileiras do banditismo no sertão, pois o sertanejo não lhe tem apreço. Barroso afirma que o sertanejo é vilipendiado pelo Estado sob a figura dos agentes que, em tese, deveria protegê-los e, por isso, a raiva cresce por este grupo no sertão, principalmente após vários relatos de abuso de poder por estes, que fazia muitos sertanejos “ganharem o sertão” em busca de sua honra perdida. Nessa direção, Barroso atesta: “As policias nos Estados do Brasil são tudo, menos policias” (BARROSO, 1931, p. 62).

Com apenas estes destaques da obra *Almas de Lama e Aço*, percebemos uma clara mudança discursiva se comparado às obras anteriores. Todavia, há mais semelhanças e desencontros dentro desta “trilogia” de análise do Cangaço que se percebe à primeira vista.

A mudança de posições é constante e aparente na trajetória de Barroso. A “trilogia” do Cangaço espelha bem essa característica. Para além do que foi exposto, é importante notar que a metodologia e a organização dos textos seguiram sempre uma lógica uniforme: o apontamento das causas que levaram o Cangaço a eclodir e, posteriormente, os exemplos de cangaceiros mais perigosos até o presente momento, organizados tipologicamente ao final³⁴. Por exemplo, em *Terra de Sol* (1912) o atavismo do homem de cor é denunciado como preponderante para o ingresso no Cangaço, como bem acreditava o autor respaldado nas teorias raciais do período. Essas considerações mais gerais, a respeito da temática, eram apresentadas em primeiro plano, seguidas de minibiografias de cangaceiros famosos na época, como, por exemplo, Rio Preto. Dentro do tópico destinado a falar do cangaceiro, Barroso relata seus principais feitos como cangaceiro e indiretamente relaciona com o que poderia tê-lo levado ao Cangaço, lembrando das causas postuladas anteriormente. Essa forma de organização textual na obra barrosiana pode ser categorizada como metodologia, dado que o autor racionaliza o processo se detendo das causas inicialmente e, posteriormente, demonstrando sua “aplicação prática”. Essa estrutura está presente em *Terra de Sol*, como também em *Heroes e Bandidos* e em *Almas de Lama e Aço*.

O que pode parecer leitura enfadonha, na verdade, esconde que seus escritos foram contemporâneos ao Cangaço e que os cangaceiros e famílias de potentados rurais alternaram

³⁴ A organização tipológica se refere a exemplaridade dos tipos de criminosos possíveis e exemplos reais, como o caso do cangaceiro Rio Preto apresentado nas duas primeiras obras. Na tentativa de mostrar um tipo de cangaceiro cruel, atávico e com características lombrosianas, ele é alocado no texto a partir de descrições prévias. Essa forma de controle ajuda na caracterização estética/científica das obras.

suas descrições ao longo dos textos. Em alguns momentos, ao longo das três obras, os donatários de terras e cangaceiros chegam a se inverter de lado, e as certezas sobre quem praticam as ações mais criminosas são colocadas em xeque. Para além disso, as causas do Cangaço foram esmaecendo em partes e se intensificando em outras, o que demonstra que nos três casos, a realidade foi lida de maneiras diferentes. A mudança de algumas opiniões é clara se compararmos o texto *Terra de Sol*, de 1912 e *Almas de Lama e Aço*, de 1931. Consta-se duplamente essa afirmação: primeiramente quando analisamos algo que nos é contemporâneo, os cangaceiros atuantes em 1912 eram diferentes dos que atuavam na década de 1920. O título de rei do Cangaço, por exemplo, deixa de ser de Antônio Silvino e passa a Lampião no recorte de tempo de aproximadamente uma década. Apesar de ambos viverem na época do Cangaço, possuíam posturas discrepantes. Segundo: os sistemas de referências intelectuais e a atitude do Estado face ao problema do Cangaço também se alternam. A profundidade destas influências é clarificada no decurso percorrido pelo autor em sua pesquisa, e a representação criada em seu texto reconstrói percepções sobre o Cangaço que muitos aderem. Chartier ilustra bem essa questão, teorizando sobre a tessitura das representações como “[...] as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social” (CHARTIER, 1991, p. 183).

A leitura da realidade que parte dos dispositivos culturais e tem em Chartier sua figura de proa, pode ser interessante na perspectiva adotada nessa pesquisa. A partir dele, os dispositivos culturais têm o poder de quebrar estamentos sociais e interpelar indivíduos, independente das classes (CHARTIER, 1991). Nesse sentido, a escrita barrosiana pode ser vista como uma representação da realidade social e cumpre o papel mediador entre o que pesquisa e o público interessado. Quando seu texto se torna a lente usada para a visão do que foi pesquisado, junto à análise realizada vem todo um conjunto de opiniões indissociáveis do que foi apresentado. É inerente e inevitável. Todo o composto que se apresenta junto a essa visão passa a influenciar seu leitor. Em maior ou menor escala, Gustavo Barroso nessa pesquisa é aludido como matriz interpretativa na historiografia cangaceira. Sendo assim, as interpretações subjetivas do texto podem, a partir das representações, constituir memória histórica³⁵ sobre o assunto, neste caso, ainda com certa preponderância.

Como já foi mencionado, o texto *Terra de Sol* não foi dedicado única e exclusivamente ao Cangaço. Apenas algumas páginas lhes são dedicadas, e presume-se com isso que a

³⁵ No que tange a memória histórica, no apoiamos na concepção de Carlos Alberto Vesentini (1997) em sua reflexão acerca da construção subjetiva dos fatos na historiografia, apoiados pelo processo histórico que legitima as interpretações transpondo-as para outro nível, objetivando-as, consolidando assim os fatos na história. Estes fatos, de acordo com o autor, estariam blindados aos olhos de interpretações dispares.

profundidade de análise do Cangaço será menor comparada às outras obras. As referências ao estudo do banditismo completam este argumento. Ao longo de todo o corpo do texto de *Heroes e Bandidos* são mencionados vários autores que eram referências no estudo de banditismo naquele momento. A importância que exercem estes autores é grande, sobretudo quando confirmam dada reflexão. Quanto ao texto *Almas de Lama e Aço*, o conjunto de referências de *Heroes e Bandidos* aparece em menor medida, visto que parte das conclusões desta obra são divergentes, como veremos adiante.

Outro ponto contrastante entre os três textos apresentados, referem-se, às determinações raciais. Em *Terra de Sol* (1912) o cangaceiro é, de fato, um ser anormal, resultado do cruzamento étnico, sem chances de sucesso³⁶. O peso destas considerações é maior neste primeiro texto porque nele Barroso não pretende apenas falar do cangaceiro, mas do homem do Nordeste. Na esteira das classificações, mesmo sem atitudes criminais, o homem de cor traz traços de degenerescência. Visto isso, pensa-se logo: O mesmo discurso permanece nos escritos subsequentes? O autor vocifera contra o cruzamento étnico e a bandidagem nata da mesma maneira?

Em *Heroes e Bandidos*, podemos afirmar que se o diagnóstico não desaparece, pelo menos não é mais o protagonista. Isso não significa que inexistem o apontamento de causas raciais na obra de sociologia sertaneja de 1917, todavia, em relação ao texto anterior, isso diminui consideravelmente.

Sendo assim, Gustavo Barroso ainda tipifica a anormalidade do sertanejo, como por exemplo na classificação dos cangaceiros, atestando a existência da degenerescência apontando que o primeiro tipo de cangaceiro possível, ainda é o criminoso nato (BARROSO, 1917, p. 91-92).

Como este, ainda despontam outros diagnósticos raciais em outras partes do texto, mas reiteramos, não são mais os protagonistas. Fatores genéticos não são mais preponderantes, mas a falta do Estado, especialmente no que tange à educação. É com este pressuposto que sua narrativa se envereda neste novo começo, para indicar a falta de instrução dos moradores daquela região neste debate social. O sertanejo que já luta contra o meio, também lida com a falta de escolaridade, o que a longo prazo se revertem como prejuízos à própria sociedade, como confirma Barroso, quando diz que a única maneira que o sertanejo encontra para se expressar é

³⁶ A relevância das teorias raciais não será discutida com propriedade no momento para serem trabalhadas com maior afinco no decorrer da pesquisa em questão.

através da violência (BARROSO, 1917, p. 44). Em síntese, o espaço ocupado pelas explicações e diagnósticos raciais, foram, relativamente, transformados e substituídas pela formação social.

A mudança mais radical acontece no último texto desta suposta “trilogia”. Aqui, há uma ruptura com o discurso apregoado em *Terra de Sol*. O espaço destinado a apontar as causas do Cangaço não menciona uma única vez o componente genético³⁷. Vemos, com mais frequência, a construção das condições necessárias para a eclosão do cangaceirismo. É válido lembrar que há outra série de questões que podem ser problematizadas, para além do fator étnico. Outros diagnósticos também aparecem com frequência, como a relação dos sertanejos com os coronéis, a profissão no sertão, a influência do meio, o fanatismo e a intervenção do Estado na região.

A começar com a relação dos sertanejos com os coronéis, é notável que o relacionamento destas duas categorias do sertão estão presentes até mesmo em *Terra de Sol* como visto nos comentários gerais sobre o texto no início deste tópico. É importante ressaltar que a descrição dessa relação também se altera de uma obra a outra.

Em *Terra de Sol*, a demonstração do convívio entre o sertanejo e coronel diz bastante sobre a formação de exércitos particulares³⁸, não sobre a função de coito e refúgio aos bandos independentes como se está acostumado a ver, principalmente com bandos nas décadas de 1920 e 1930. Essa relação diz mais a respeito da luta por territórios³⁹. Tal interpretação permanece válida até o último texto da série de sociologia sertaneja, quando, finalmente, assume outros contornos, mais conhecidos através do termo “coiteiros”.

Na segunda obra, a reflexão é um tanto mais elaborada, com destaque à investida de Padre Cícero e à sua tentativa de acordar entre os proprietários de terras “mais amabilidade”

³⁷ Neste momento é importante nos afastarmos de possíveis interpretações que vejam nessa pesquisa a redenção das acusações eugênicas realizadas por Gustavo Barroso. Aqui defendemos apenas que o fator genético perdeu espaço na interpretação do Cangaço se pensarmos no conjunto de textos de sociologia sertaneja organizados com certa progressão. Pesquisadores como Karla de Souza Babinski (2015), e Cícero João da Costa Filho (2016) inclusive enxergam o pensamento eugênico de Barroso relacionado a sua visão nacionalista e que posteriormente veio a embasar seus pressupostos antissemitas, o que deixa claro que a posição do autor em uma ou outra obra não dá conta de todo o conjunto de suas crenças e valores.

³⁸ A concepção de exércitos particulares advém do período regencial (1831- 1840) através da criação da Guarda Nacional, que em suma se consistia na atribuição de títulos militares para grandes fazendeiros que ficariam responsáveis pelo controle “judicial” nas regiões em que residiam. Estes exércitos que em tese deveriam servir para o controle e manutenção da ordem, acabaram por ser utilizados para realização de vontades pessoais, na disputa por terras e intimidação de inimigos políticos. Esta foi uma realidade bem presente especialmente no Nordeste durante o século XIX e o começo do século XX. Na obra *A Milícia Cidadã* (1977), a autora nos mostra a atribuição de títulos militares a civis não aconteceu apenas no Brasil, mas também nos Estados Unidos e na França. Como forma de controle social, estas atividades seriam exercidas sobretudo por quem tinha condições sociais, como sinônimo de estratificação.

³⁹ Mais adiante, Barroso trata mais claramente do que vem a ser um coiteiro, mas não relaciona com coronéis.

uns com os outros, a fim de que se extinguem as parcerias com cangaceiros⁴⁰. Contudo, não possui uma ruptura fundamental com a ideia desenvolvida ainda na primeira obra.

Já na terceira obra, com conclusões um tanto discrepantes, chega à seguinte conclusão da relação entre potentados e cangaceiros: “[...] no Ceará, ensina-nos claramente que, no sertão, o cangaceiro existe em função do coronel e o coronel domina em função do cangaceiro. Combata-se o coronelismo e se estará trabalhando para a extinção do cangaceirismo (BARROSO, 1931, p. 31).

Percebe-se, com isso, que Barroso sai de uma postura amena e chega a pôr fim em tom de denúncia em 1931. Porém, dizer que o Cangaço findaria no combate ao coronelismo é arriscar em outro determinismo. Fato é que essa conclusão foi tomada a longo prazo, dado que é na progressão de seus estudos que se chega a esse ponto. Aqui, não nos interessa pensar no diagnóstico mais assertivo, e sim expor a construção do pensamento do autor na análise do Cangaço. Assim, também, ocorre na infusão de culpa do Estado. A presença do gene foi esquecida pela ausência do Estado, que reprimia, mas não formava ou capacitava a população. O momento que o autor mais se faz ouvir em suas declarações, sobretudo quanto à formação social é em *Almas de Lama e Aço* (1931).

Isso não implica em afirmar que a última obra aprimora todas as ideias expostas se comparada aos textos anteriores. Cada um dos três textos possui particularidades próprias. É em *Terra de Sol* que a seca é melhor estudada, tal como a dependência do meio na escolha das profissões no sertão. Tanto é que a seca extrapola o Cangaço, é inerente ao sertanejo como um todo, o interpelando-o enquanto sujeito vivente. Todo um capítulo é destinado a tratar destas questões relacionadas ao meio, ao pastoreio e à agricultura. Nesta análise, nem a flora lhe escapa. São apontadas as plantas que resistem e as que sucumbem com o efeito do clima. As que resistem recebem a alcunha de “filhas da pedra e do areal” (BARROSO, 1962, p. 20).

Quanto às profissões, o gado está para o solo infértil assim como a agricultura está para o litoral. Aqui, não temos nenhuma novidade, mas as particularidades e minúcias da descrição são superiores aos dos próximos títulos. Nas obras *Heroes e Bandidos* e *Almas de Lama de Aço* a tradição nômade é uma das causas apontadas do cangaceirismo, ainda que a constituição do meio concretizado narrativamente só acontece em *Terra de Sol*.

Em última instância, o que nos resta problematizar são os exemplos dados pelo autor na segunda metade do seu texto. No primeiro título, a descrição tipológica do Cangaço é realizada

⁴⁰ Em 1911 é feita uma reunião em Juazeiro com todos os coronéis locais afim de extinguir as rixas políticas e dirimir o contato com cangaceiros, fator que auxiliava no aumento da criminalidade.

sem muito rigor. Os exemplos não são precedidos de subtítulos e não há uma separação formal das causas e exemplos, como o título *Terra de Sol* não se limita ao Cangaço e sim à apresentação dos costumes do Norte. A estrutura reflete de forma direta mesmo dentro da descrição dos “homens anormais”. Entre as causas postuladas e os exemplos aferidos, temos a descrição de como se vestiam os cangaceiros. Para o bem ou para o mal, as descrições das vestimentas não são alocadas num contexto. O autor se contenta simplesmente em descrevê-los. Naquele momento, este é apenas mais um elemento do texto, que faz da obra mais completa.

Na atualidade, é justamente da estética que se utilizam os estudiosos – mais especificamente o historiador Frederico Pernambucano de Mello (2010) – na emancipação do Cangaço enquanto fenômeno social tipicamente brasileiro e essencialmente nordestino. Sempre houve certa dificuldade em dizer quando o Cangaço começa e quando é que termina. Nesse sentido, a estética foi o fator que emancipou este fenômeno social dos demais crimes correntes do Nordeste que remontavam aos primeiros decênios da colonização.

Quanto a exemplos de cangaceiros, alguns são repetidos nos três títulos, outros são únicos de cada texto. O que vale notar é que existe coerência entre as causas postuladas e os tipos apresentados. Consoante a isso, apresentaremos alguns exemplos que nos ajudam a entender a coerência narrativa dos textos analisados.

O primeiro tipo apresentado no *Terra de Sol* foi o caso Viriato. Viriatos é como o grupo de sequazes ficou conhecido no sertão paraibano, pernambucano e cearense. O nome do grupo advém do plural do nome do chefe do bando. Este caso está presente na primeira obra, como já mencionado, e também no segundo. Entretanto a abordagem em cada obra obedece a um princípio discursivo.

Na obra de 1912, por exemplo, o Viriato vai ser introduzido como “[...] um miserável, estabonado nos atos, com uma infinidade de predisposições redutíveis ao roubo, ao estupro e ao assassinio” (BARROSO, 1962, p. 105). Esta passagem é ilustrativa do que foi posto desde o subtítulo do texto na categorização dos cangaceiros: “Homens Anormas”. É, sem dúvida, a mensagem que nos é passada, e segue a lógica discursiva/representativa de todo o texto.

Após este início é contada uma história de roubo do grupo, história esta que também se faz presente no corpo do texto de *Heroes e Bandidos*. Porém, acontece que no início do caso, Gustavo Barroso já não se utiliza de termo como “[...] predisposição a crimes” para caracterizá-los, mas nem por isso deixa de expor a violência de seus atos. Como dissemos anteriormente, *Heroes e Bandidos* é uma obra mais técnica, na qual o Cangaço é de fato instrumentalizado cientificamente. Nele, os Viriatos são introduzidos com a explicação do motivo de serem

chamados assim, com a especificação de sua zona de atuação, na qual o autor faz uma comparação com salteadores de outras épocas para legitimar seus pressupostos, como no seguinte trecho: “[...] roubavam fazendas e tropas e, da mesma sorte que o nobre roubador do feudalismo cobrava a força do direito de alcavala dos bufarinheiros de Genova, eles obrigavam os comboeiros a pagar um tributo de barreira, pedágio ou passagem” (BARROSO, 1917, p. 195).

Em *Almas de Lama e Aço* (1931) o caso dos Viriatos não é sequer mencionado. Mas por quê? Justamente para seguir a mesma lógica narrativa das causas apresentadas. Na última obra da série o diagnóstico corrente que remontava à predisposição genética “cai por terra”. Isso não significa que Barroso seja omissivo quanto à violência do Cangaço, mas que naquele momento, talvez não fosse bastante lógico trazer Viriato para a narrativa, assim como também não o fez no caso do Rio Preto.

Contextualmente, Rio Preto foi um cangaceiro bastante conhecido na história do Cangaço por violentar mulheres. É citado tanto em *Terra de Sol* quanto em *Heroes e Bandidos*, e sua descrição nos dois textos é bem sugestiva. O personagem é introduzido em *Terra de Sol* da seguinte maneira: “O mais feroz cangaceiro do sertão foi Rio Preto, negro abjeto e cruel, atarracado e assimétrico, de insaciável sensualidade [...]” (BARROSO, 1962, p. 68). Já em *Heroes e Bandidos*, Gustavo Barroso faz questão de encaixar seu perfil físico nos moldes da Antropologia Criminal de Lombroso, no trecho:

O Rio Preto era um negro alto e musculoso, de queixo pontegudo e braços longos como os dos macacos, dedos nodosos, beijo inferior caído, tendo a testa saliente em demasia, característico o mais visível e expressivo de sua degenerescência moral. Natural da serra dos Macacos, perto de Teixeira, na Parahyba, celebrou-se pela malvadez, por nunca igualada agilidade e porque imitava perfeitamente o zurrar dos jumentos. Reunia a matula de facínoras, que o acompanhava, com esse rincho bárbaro. Abjeto e cruel, violentava mulheres de surpresa, nos caminhos, ou cercando-lhes as casas, quando os maridos se ausentavam. Nas feiras, para mostrar ao povilêu pasmado, a sua ligeireza de gato, saltava de costas por cima dum cavalo! (BARROSO, 1917, p. 155).

Já em *Almas de Lama e Aço*, outra vez porta-se diferente dos textos anteriores. Rio Preto não é sequer mencionado, como já foi dito. O facínora das histórias é, de fato, um criminoso, logo não seria interessante nem mesmo citá-lo, já que o objetivo final do texto é dar uma roupagem social ao Cangaço, foi melhor fugir de determinismos lombrosianos⁴¹.

⁴¹ Gustavo Barroso não refuta nenhuma teoria de Lombroso na obra *Almas de Lama e Aço*, mas também não se utiliza de nenhum de seus pressupostos.

Isso não significa que não exista nada de comum entre os exemplos das três obras. Temos, por exemplo, as lutas entre famílias, que já são correntes a várias décadas em solo nordestino. Vários destes embates fizeram surgir cangaceiros, principalmente os que buscavam vingança por algum mal feito à sua família. Sendo assim, algumas lutas de famílias também foram apresentadas como causas do Cangaco, e conseqüentemente, foram exemplificados. Na primeira obra, Barroso destrincha as principais causas das lutas entre famílias, e mantém coerência até 1931, não divergindo na reflexão.

Apesar de não apresentar elementos comuns aos dois primeiros textos e também manter a coerência em alguns aspectos, temos no último título, tópicos que inexistem nos demais. Se a crítica basilar no *Almas Lama e Aço* é a ausência do Estado na garantia da formação social sertaneja, é justo que se façam presentes exemplos que legitimem essa questão.

Isso se clarifica nos tópicos concernentes aos *Policiaes*, *aos Cangaceiros* e *Cangaceiros de Farda*. Neles, a crítica pesa toda sobre a repressão ineficiente do Estado, podendo mesmo ser considerados, de fato, “cangaceiros de farda”. Sua insatisfação quanto a este grupo é clara em várias passagens, como no trecho a seguir.

Os nossos conterrâneos do sertão têm mais receio dos defensores da ordem do que dos próprios bandidos [...] os exemplos mostram que os bandidos sertanejos quase sempre procuram fazer com suas mãos a justiça que lhes negaram os magistrados, policiaes e governos. De mim sei que, na maioria dos casos, prefiro os cangaceiros sem farda aos cangaceiros de farda. Aquelles são muitas vezes almas de Aço. Estes raramente não são almas somente de Lama (BARROSO, 1931, p. 60-69).

Panoramicamente, infere-se que ao longo do tempo, Gustavo Barroso perdeu a pouca fé que tinha nas autoridades, e por fim já questiona a legitimidade dos atos de quem diz proteger a sociedade civil das ações dos cangaceiros. Seus diagnósticos saem da predisposição do gene e adquirem um caráter social mais nítido. É perceptível, principalmente, no contraste em uma passagem feita em *Terra de Sol* em relação a outra passagem de *Almas de Lama e Aço*. Em 1912, caracteriza os cangaceiros da seguinte forma: “[...] almas de lama que nunca esboçaram um gesto de compaixão e nunca possuíram o menor sentimento de homem” (BARROSO, 1912, p. 100-101). Já em 1931, muda a compostura e muda de lado: “De mim sei que, na maioria dos casos, prefiro os cangaceiros sem farda aos cangaceiros de farda. Aquelles são muitas vezes almas de Aço. Estes raramente não são almas somente de Lama” (BARROSO, 1931, p. 69).

Ademais, faz-se necessário pensar para além das conclusões aferidas no texto analisado e olhar panoramicamente para o contexto sociocultural de Gustavo Barroso a fim de identificar quais são os elementos que na primeira ordem, levaram-no levantamento para a chegar a este ponto.

3. Demarcando o lugar social: da influência de Domingos Sarmiento (1811-1888) às teorias raciais

Domingos Sarmiento é uma das figuras mais conhecidas e reconhecidas da história da Argentina do século XIX. O intuito prioritário de trazê-lo para a pesquisa que ora se desenvolve será pensar na progressão de análise de Barroso do universo sertanejo do início do século XX e a maneira como ele se apropria da leitura da sociedade Argentina para pensar na situação a qual se propõe investigar com o cangaço como foco principal.

Heroes e Bandidos foi o texto que mais buscou se apropriar da estética cientificista para sua produção e a metodologia utilizada por Barroso não apenas nos estudos de sociologia sertaneja como em suas pesquisas de folclore, é o método comparativo, com referências em outros eventos similares. A “Ancestralidade Folclórica” reincorporada por Afonsina Moreira (2006) não pode ser aplicada aqui na sua integralidade, mas na ideia de uma ancestralidade comum, situações semelhantes no espaço de germinação próprias ao banditismo, facilita a compreensão do que pode ter sido a influência de Facundo na construção de seu pensamento. Nesse sentido, voltar ao texto de Sarmiento se torna crucial para entendermos até que ponto outros estudos de comunidades rurais – pré-capitalistas – foram influentes em seus escritos.

Domingos Faustino Sarmiento Albarracín (1811 – 1888) em 15 de fevereiro de 1811, na província de San Juan, Argentina. Como intelectual do seu tempo, engaja-se no movimento político dual na Argentina, no qual se apresentavam unitários e federalistas. Taxado de liberal e mais próximo dos unitários, Sarmiento é exilado no Chile na década de 1840 pelo governo de Juan M. Rosas. Em 1845 escreve, em forma de folheto, a obra *Facundo: Civilização e Barbárie* (NASCIMENTO & FRANKLIN, 2007).

Facundo Quiroga, personagem principal do ensaio de Sarmiento, era uma figura importante da história dos pampas argentinos nesse período. Conhecido por conquistar várias províncias através da força, seu nome evoca uma carga de sentido do que significa ser um caudilho – um indivíduo ruralizado e bárbaro, que está longe dos conceitos básicos de civilização como entende o mundo ocidentalizado pela dominação europeia⁴², mesmo que tenha certo poderio econômico decorrente da terra que possui. Em termos comparativos, o caudilho possui semelhanças aparentes com o que se denominou chamar de coronel em território

⁴² É importante lembrar que a carga de sentido evocada pelo conceito é considerada, pela historiografia recente, extremamente pejorativa.

brasileiro. A carga “barbarizada” que porta o termo caudilho na obra de Sarmiento vem da recusa ao projeto modernizador ao qual eram contrários. Ficariam conhecidos pela antonimia à modernidade e ao estrangeiro.

Ao biografar Facundo, Sarmiento não pretende apenas registrar a vida do personagem, e sim justificar seu entendimento do governo federalista de Juan Manuel Rosas (1835 – 1852) e tendo em vista um projeto de nação adverso em que acreditava o mandatário atual da Argentina. Nesse sentido, a obra de *Facundo, Civilização e Barbárie* é dividida da seguinte maneira:

O livro é constituído de três partes. A primeira parte pretende estudar o território argentino, de forma a abranger os tipos populares, a cultura e a história da pátria. A segunda parte se volta à biografia do personagem central do livro, o “bárbaro” nascido na província de La Rioja: Facundo Quiroga, que Sarmiento trata por identificar como a barbárie provinda do campo argentino, e na terceira parte aparece o programa político liberal com que se identifica Sarmiento e alguns companheiros da Geração de 37, entre eles Esteban Echeverría e Juan B. Alberdi (NASCIMENTO; FRANKLIN, 2007, p. 01).

A divisão deste texto pode ser considerada uma concatenação de ideias que leva às características dos opositores de Sarmiento no momento de escrita do livro. Como já mencionado, a primeira parte do livro dedicada a estudar o território argentino traz em seu bojo a caracterização dos chefes políticos que dominavam as províncias Argentinas: os Caudilhos⁴³. Por meio da defesa de seus ideais, estes chefes políticos vão se afastar de preceitos civilizacionais em nome dos costumes populares aos quais estavam familiarizados.

A criação desse perfil nos leva a Facundo como um destes chefes que estabelecem monopólios, assim como a Juan M. Rosas, que seria fruto deste meio e governaria a partir de sua experiência pessoal. Estas figuras icônicas da história Argentina chegariam ao poder a partir da quebra de vínculo acarretada com o processo de independência em 1810 em relação a coroa espanhola.

Engajado no projeto de libertação nacional, estavam grupos com interesses políticos e econômicos divergentes. De um lado, um grupo que almejava a unificação do país na centralidade de Buenos Aires. De outro, a legitimação da independência das províncias sem o fator centralização – os federalistas. Tanto Facundo Quiroga quanto Juan M. Rosas pertencem ao grupo dos federalistas e com essa posição lutam, veementemente, contra unitários,

⁴³ Como a figura do caudilho fora importante para a Argentina no XIX e a figura do donatário rural teve ecos em toda a América Latina, vários estudos os tiveram como alvo. Nessa direção, ver TELES (2015), SILVA (2007), NASCIMENTO (2007).

preservando a ideia conservadora de manutenção dos costumes locais sem a necessidade de integração constante com costumes estrangeiros como pregava a cartilha unitária.

Aqui se insere Sarmiento, intelectual ligado aos liberais, com pressupostos unitários, que não se sustenta no país pelas suas ideias e embate os ideais federalistas, afirmando barbaridade por parte dos detentores do poder como ato de negação da civilidade europeia e união pelo bem comum.

Estabelecendo comparações iniciais, ao contrastarmos Sarmiento a Barroso, na tessitura de seus textos, percebemos um engajamento político por parte do primeiro, enquanto o segundo o faz mais indiretamente. O autor argentino parte do pressuposto de que a falta de progresso do país é decorrente da evolução progressiva de “bárbaros” que chegaram ao poder, na medida em que Gustavo Barroso pensa em como é que o Cangaço pode ser combatido, visto que ele é o atraso do sertão. Fica clara, ainda, a influência de Sarmiento na obra de Barroso na proporção em que Sarmiento pensa na formação social e determinação geográfica dos mandatários do poder como influentes na maneira como regem o país. Essa caracterização seria usada por Barroso para pensar em como se formam estes bandoleiros a partir do meio do qual se erigem.

Contudo, existe uma dualidade que não está presente, explicitamente, na bibliografia de Barroso e é posta como verdade inalienável na obra de Sarmiento: a questão da proveniência da barbaridade. A ruralidade pitoresca do campo fez com que dois mundos distintos surgissem: um deles, iluminado pela ideia e civilização, como são descritas as cidades e aqueles que aderem a princípios liberais provenientes da Europa, em detrimento dos que continuam no apego a costumes tradicionais e são apartados do progresso da sociedade, por eles mesmos, inclusive.

Quando afirmamos que essa dualidade aparece em menor medida nos escritos de Gustavo Barroso, é por que o autor não estabelece exatamente esta terminologia. Bárbaro e “anormal”, como descreve o autor no livro *Terra de Sol*, não são sertanejos apegados às tradições e apartados do desenvolvimento e costumes urbanos, mas aqueles que bandeiam para banditismo e o fanatismo. Estes têm almas corrompidas a animalescas.

Outra dualidade presente no texto de Barroso são as benesses do litoral e suas vantagens geográficas em relação ao árido sertão. A vida seria mais dura e também endureceria os sertanejos quando comparados aos litorâneos. Não seria correto uma leitura apressada ao afirmar que os mesmos preceitos estão presentes em ambas as obras sob a mesma ótica. Existem semelhanças latentes, como no caso do determinismo geográfico. Tal como os pampas moldam o caudilho e os gaúchos – esta seria a forma como Sarmiento se dirige à população interiorana

local que não possui grandes posses e influência política – “endurecendo-lhes as feições e o espírito”, o sertanejo é moldado pelo sertão, agreste por si só e que exige dureza e resistência para que nele se viva. O meio condiciona costumes e justifica personalidades. É inegável que conclusões, nesse sentido, são pejorativas, mas fica claro nas citações de Gustavo Barroso, principalmente em *Heroes e Bandidos* (1917) a influência de Sarmiento, tal como de Euclides da Cunha com *Os Sertões* (1902).

Ainda sobre este mesmo determinismo geográfico, outro problema encontrado no território argentino seria sua larga extensão. Esse fator é determinante para a vida de quem trabalha com a locomoção de gado entre províncias já que oferece bastante perigo por parte de “selvagens”. Ao longo do tempo, esse condicionante seria o responsável pela arregimentação do caráter áspero do gaúcho. Na mesma direção, vemos o sertanejo no Nordeste. Diferente dos pampas, em que a terra farta proporciona outras ocupações, no Nordeste, o conjunto clima e solo não oferece outras opções a não ser o pastoreio. Com outros pressupostos em relação a Sarmiento, Gustavo Barroso afirma que este ofício auxilia na formação do caráter sertanejo. Mais do que apenas oferecer perigo, o autor nordestino atesta que como o gado se cria sozinho, sobra tempo para outros afazeres, aventuras, e em uma delas o sertanejo pode adentrar na vida bandoleira por excesso de tempo livre no pastoreio.

Sarmiento ainda relaciona estes “capatazes” a outros povos, como se a profissão em si acarretasse construção pessoal dos indivíduos.

O capataz é um caudilho como na Ásia o chefe da caravana; são necessários para esse mister, uma vontade férrea, um carácter arejado até a temeridade, para conter a audácia e a turbulência dos flibusteiros de terra que ele tem de governar e dominar sozinho no desamparo do deserto (SARMIENTO, 1938, p. 36).

Apesar de Facundo, o personagem mister de sua obra, ter cometido vários crimes, o texto de Sarmiento não é um tratado a respeito do banditismo. É muito mais para pensar nas nuances do caudilho do que em Facundo si, que personaliza singularmente uma modalidade de caudilho que Sarmiento define ao longo da obra. Tal como Gustavo Barroso define os tipos possíveis de cangaceiros a partir de sua entrada no Cangaço, Sarmiento o faz tipologizando o gaúcho e demonstrando quais as possibilidades existentes dentro desse grupo de pessoas. Quando o autor sai da caracterização do gaúcho e vai tratar dos entremeios da guerra oriunda em 1810, percebe-se que alguns personagens da trama são caracterizados de forma a lembrar cada um destes tipos aferidos. É importante salientar, outra vez, a comparação para a qual chamamos a atenção. Enquanto o caudilho seria uma espécie de equivalente ao coronel em território nordestino, o gaúcho faria o papel de sertanejo, ou seja, alguém que possui a

semelhança de viver mais isolado da população, constituindo-se massivamente por interioranos. Os caudilhos seriam um entrave para a modernização, pois estariam muito mais alinhados ao coronelismo distrital do que aos anseios da capital. É nesse sentido que Sarmiento vê importância em definir os traços que definem os gaúchos, visto que eles são a grande parte dos habitantes das zonas interioranas, enquanto aos caudilhos lhes é reservado o posto de chefe político local.

Os quatro tipos de gaúchos denominados por Sarmiento são: o rastreador, o Vaqueano, o “Gaúcho Mão” e o Cantor. Sobre o primeiro destes, Sarmiento afirma:

O mais conspícuo de todos, o mais extraordinário, é o rastreador. Todos os gaúchos do interior são rastreadores. Em planícies tão dilatadas, onde as sendas e caminhos se cruzam em todas as direções e os campos em que pascem ou transitam as bestas são abertos, é preciso saber seguir as pegadas de um animal, e distingui-lo entre mil; conhecer se vae devagar ou ligeiro, solto ou puxado, carregado ou livre (SARMIENTO, 1938, p. 57).

Cercado de mitos, esse tipo de gaúcho acostumado com a vida nos pampas a tratar de gado, teria a habilidade de rastrear o que fosse. Longe de toda a simplicidade de ver uma pegada visível, o rastreador conseguiria identificar qual é o animal dono da pegada. Na obra em questão, alguns casos são contados de rastreadores que identificavam a cor do animal que passou por ali pela pegada, mesmo após um ano feito desde a última vez que vira a mula pela última vez. Outros casos inacreditáveis são contados neste mesmo sentido como, por exemplo, na afirmação de chamar os rastreadores para identificarem donos de pegadas em crimes locais. Ninguém escaparia ao rastreador, com habilidades de impressionar detetives, como são descritos (SARMIENTO, 1938, p. 57-59).

O segundo tipo de gaúcho apresentado é o vaqueano. Sobre ele, o autor afirma:

Após o rastreador vem o vaqueano, personagem eminente e que tem em suas mãos a sorte dos particulares e das províncias. É um gaúcho grave e discreto, que conhece a palmo vinte mil léguas quadradas de planícies, bosques e montanhas. É o topographo mais completo, o único mapa que um general leva para dirigir os movimentos da sua campanha (SARMIENTO, 1938, p. 60).

Outro tipo de gaúcho que nos traz curiosidade é o vaqueano. Para Sarmiento, este teria a habilidade de conhecer cada palmo da terra em que habita, ainda que bastante extensa. Se o rastreador possui habilidades correspondentes a detetives, o vaqueano seria o topógrafo, o que conhece toda a extensão sob seu comando. Estes seriam, inclusive, usados em guerras para melhor localização do exército e elaboração de planos de ataque. “[...] o êxito de uma batalha, a conquista de uma província, tudo dele depende” (SARMIENTO, 1938, p. 60).

O terceiro tipo apresentado é o “Gaúcho Mão”. Talvez este seja o que mais se aproxima de um salteador como conhecido no Cangaço brasileiro. A diferença é que Sarmiento faz questão de atestar que o “Gaúcho Mão” não é necessariamente um bandido. “Rouba, é verdade, mas essa é a sua profissão, seu tráfico, sua sciencia” (SARMIENTO, 1938, p. 63). Ainda de acordo com o autor, este “caráter argentino” é um tanto singular se comparado aos demais. Possui mais contato com selvagens em relação a seres humanos. Isso faz com que seja difícil persegui-lo, uma vez que além de escapar com facilidade, é dotado de extrema perícia em eliminar quem estivesse em seu caminho. Essa mitologia, criada em torno destes personagens, incorpora o lado mais animalesco do gaúcho, a barbaridade campesina levada à última estância. Ainda assim, o autor transparece que não existiria uma repulsa por parte da população em relação a estas pessoas. Sarmiento afirma: “A justiça o persegue há muitos anos; seu nome é temido, pronunciado em voz baixa, *mas sem ódio e quase com respeito*” (grifo nosso) (SARMIENTO, 1938, p. 62).

Mesmo que não exista um movimento reconhecido de banditismo como no sertão nordestino, a comunidade rural argentina, como a desenha Sarmiento, também possui este aspecto de heroicização de indivíduos que desafia a lei e estende sua liberdade para além de seus limites. A manifestação deste desejo de imortalizar essa classe de pessoas vem com a quarta categorização de Sarmiento: os cantores.

O cantor. Tendes ahi a idealização daquela vida de revoltas, de perigos, de civilização e de barbárie. O gaúcho cantor é o mesmo bardo, o vate o trovador da Idade Média que se move na mesma scena, entre a vida que se vae e a vida que se aproxima. O cantor anda de pago em pago, da tapera ao galpão, cantando seus heróes do pampa perseguidos pela justiça, os prantos da viúva a quem os índios roubaram os filhos num assalto recente, a derrota e a morte do valente Ranch, a catástrofe de Facundo Quiroga e a sorte que coube a Santos Péres (SARMIENTO, 1938, p. 64).

A manifestação destes “trovadores populares” aparece na mesma medida nos escritos de Barroso se comparado a esta descrição. Os cantadores sertanejos seriam os responsáveis por imortalizar a imagem dos bandoleiros a partir da caracterização do local em que se enuncia. O que Sarmiento vai chamar de “vidalita”, Gustavo Barroso vai nos apresentar como cordel. Mesmo tocados com instrumentos diferentes, é provável que tanto a “vidalita” - como ficaram conhecidas as cantigas populares que exaltavam canções sobre os valentes - quanto o cordel, tenham funções parecidas nas comunidades que os tornou famosos.

Esse é um dos momentos de maior aproximação dos dois autores. Tal como Sarmiento o faz, Barroso também associa as cantigas populares ao trabalho feito pelos bardos medievais. Essa comparação nos mostra que a cultura popular não sofre pela falta de erudição, pelo

contrário, demonstra que existe certa semelhança na ancestralidade do hábito de imortalização de feitos heróicos. Barroso se mostra mais refinado nesse sentido indo além da comparação com os trovadores da Idade Média. Compara-os, também, às canções que narravam as aventuras dos vikings, e demonstra que se aproxima bem ao que faziam os outros países como a França, quando postula sobre as aventuras de Carlos Magno.

Mesmo se utilizando de metodologias científicas de comparação, a partir da definição tipológica de personagens, estes autores se aproximam, outra vez, quando o aspecto é a narração. De acordo com Noberto O. Ferreras:

Para seus fins ambos escrevem ensaios sociológicos literários que misturam análise e narração. A narração tem por objetivo descrever a situação dando provas para as afirmações realizadas nas análises de forma tal que apareça como legitimando a posição do autor. No caso de Sarmiento narração e análise estão imbricadas, embora divida o livro entre a natureza, os arquétipos e a biografia de Facundo. Em Barroso, pelo contrário, ambos momentos aparecem separados em duas seções – As Causas e Os Tipos – diferenciadas e complementares (FERRERAS, 2004, p. 169).

De acordo com Ferreras, (2004) ainda existe outro ponto de interseção entre os dois autores na utilização de biografias. Gustavo Barroso será quem vai inaugurar essa tradição de biografar cangaceiros, os quais este fazia em toda parte final dos seus três livros de estudo de sociologia sertaneja. Vários cangaceiros foram biografados nesse percurso, muitas vezes condizentes aos tipos possíveis apresentados ainda nas causas por ele postuladas. Sarmiento o faz com Facundo Quiroga. Por vezes, relacionadas no texto como “Gaúcho Máo”, Facundo foi biografado e caracterizado a partir do que expôs o autor na definição do gaúcho de maneira geral.

No entanto, os autores não partilham sempre do mesmo caminho. Uma das diferenças primordiais entre dois textos é a postura dos dois intelectuais. Como foi dito anteriormente, Gustavo Barroso tenta, a todo momento, demonstrar que seus escritos são frutos de larga pesquisa, nacional e internacional através da citação de autores de outras nacionalidades como é o caso de quando cita Sarmiento. Na busca da estética do cientificismo, também tenta ocultar militâncias políticas, de modo a apresentar para o leitor, de maneira enxuta, as causas que levariam ao Cangacho. Por outro lado, *Facundo* foi escrito em um momento político e com uma finalidade totalmente discrepante ao que vemos em Barroso. A dimensão crítica de Sarmiento atravessa uma questão identitária em solo argentino. Não fora nem mesmo escrito para pensar nas causas do banditismo nos pampas.

A começar das inexatidões de seu texto, no próprio prefácio do livro, Ricardo Rojas nos diz numa nota de rodapé que o próprio Sarmiento admite inexatidões na biografia de facundo,

dado que a obra é escrita como forma de manifestação política diante da dualidade partidária da Argentina na época de sua escrita. Rojas ainda critica, veementemente, sociólogos e historiadores que optaram por uma lente ortodoxa quanto à interpretação de Sarmiento já que o próprio autor não a considera assim. A manipulação da realidade Argentina, através de uma leitura social exacerbada, é admitida tempos depois que algumas imprecisões foram utilizadas para definir os contornos do tom e da dualidade que era necessária em seus escritos naquele momento. Isso é suficiente para percebermos que *Facundo* é, antes de tudo, um discurso.

Essa formula prestou seus serviços ao progresso do paiz; mas é tempo já de denuncia-la pelo que encerra de parcial e perigosa. Eu a combati em um dos meus livros porque a considero insuficiente para explicar a evolução argentina, sobretudo, si, como o fazem alguns “sociólogos” de marca europeia, se crê que “barbárie” quer dizer “província”, “federalismo”, “tradição”, “emoção agreste ou americana”, e que “civilização” quer dizer: “cosmopolis”, centralismo, riqueza, pedanteria livresca ou intelectual (SARMIENTO, 1938, p. 24).

Nesse sentido, de que nos serve os escritos de Sarmiento? Lembrando sempre que esta é uma análise de história da história, o livro *Facundo: civilização e barbárie* é utilizado com fins comparativos em que alguns reflexos das definições de gaúcho e da “barbarização” da ruralidade também podem ser vistas no Nordeste, através da figura do sertanejo nos escritos de Barroso. Vários são os momentos em que o sertanejo, na “trilogia” do Cangaço do autor cearense, mais parece uma fusão do interiorano de Sarmiento com características herdadas do agreste como é visto em Euclides da Cunha.

A lente que usamos, ao olhar para a sociedade, contém determinados vícios adquiridos pelos fragmentos socioculturais, os quais entramos constantemente em contato. Com Gustavo Barroso não é diferente, pois a manifestação da realidade transposta em representação escrita é interpelada pelas ideias que o constituem enquanto sujeito e que o auxiliam em sua interpretação. Em maior ou menor medida, as influências de Sarmiento, mais especificamente em *Heroes e Bandidos*, é clara pelo conjunto de elementos apresentados comuns às suas pesquisas, ou melhor, às apropriações feitas por Barroso já que este sucede em muitas décadas a escrita de *Facundo*.

Assim como os caudilhos e a população interiorana na Argentina eram bárbaros, os cangaceiros também eram personagens curiosos que alimentavam a imaginação popular na mesma medida em que eram responsáveis pelo atraso do sertão. A partilha da leitura social, tanto nos pampas quanto no sertão, legitima a comparação de dois intelectuais que se propuseram a pensar a manifestação incivilidade a partir de um grupo específico da sociedade

rural. A ponte para o progresso também era a mesma, a educação, mesmo que os motivos fossem divergentes.

Sarmiento, contudo, não foi a única influência relevante na escrita barrosiana, como já mencionado. Nenhum homem é apartado de seu tempo. Sua constituição cidadã, moral, intelectual e social é fruto direto do lugar e da época em que viveu. Toda pesquisa historiográfica que não considera este princípio, se auto limita.

Nessa direção, verificaremos como se deu a inserção das teorias raciais na obra de Gustavo Barroso, tal como na intelectualidade brasileira, tão preocupada no início no século XX com seu projeto de modernidade e, conseqüentemente, de nacionalidade. As respostas para muitas perguntas relacionadas a como o Brasil alcançaria um lugar de destaque entre as potências mundiais vieram das teorias raciais, que influenciaram não apenas as ciências sociais, mas também instituições como faculdades de medicina e de direito. Pesquisas à parte, como a de Gustavo Barroso com o Cangaço não fugiram a isso.

A influência das teorias raciais, na intelectualidade brasileira no final do século XIX e início do XX, tem sido alvo de várias pesquisas nos últimos anos. Essas teorias não são originárias do Brasil, e sim provenientes dos Estados Unidos e Europa. Elas surgem em um contexto peculiar da história da humanidade. O século em que tais teorias ganham notoriedade é o mesmo da invasão realizada pela Europa no continente africano e asiático no chamado neocolonialismo, na segunda metade do século XIX. A dominação via armas necessitaria de pressupostos teóricos que a fundamentassem e legitimassem, que desse crédito para mostrar a todo globo a superioridade da raça branca, ou melhor, dos europeus. O ingresso na África e Ásia ganhou legitimidade quando o algoz da história se defendeu com a petulância ao afirmar que trazia consigo a civilização e a maneira como todos os não-europeus viviam/acreditavam era incorreta.

As teorias raciais vêm para dizer que o erro não existe apenas na maneira se vive ou nos valores que carrega, mas é determinante pela genética que possui. A raça deixa de ser apenas um conceito biológico para ser incorporada pelas ciências sociais, que neste momento permanecem em transe na busca do estatuto de cientificidade.

A notoriedade do Darwinismo se torna lei e também adquire roupagem social. Autores como Joseph Arthur Gobineau, na obra *Desigualdade das Raças Humanas* (1853-1855), defendiam a inferioridade não apenas dos negros, mas também de todo aquele que tem em sua família negros e indígenas. Sobre a apropriação do Darwinismo pelas ciências sociais, Dalva Aparecida Marques Silva e Roberto Leme Batista (2010) afirmam:

A partir da publicação da “Origem das espécies”, por Charles Darwin o conceito de raça ultrapassa os problemas biológicos e adentra nas questões de cunho político e cultural. Surgindo o Darwinismo Social, com o uso de termos como: “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução” e “hereditariedade”. O Darwinismo tenta justificar com isso o domínio ocidental. A mistura de raças passa a ser vista como um problema de “degeneração” advindo do cruzamento de “espécies diversas”. Para Gobineau a extrema fertilidade destes povos seria a causadora das características mais negativas das raças em cruzamento, portanto deveria ser evitada. Segundo ele a desigualdade das raças humanas seria em problema ligado à miscigenação e que o resultado desta mistura seria um grande dano (MARQUES; LEMES, 2010 p. 8).

Agora, fundamentada cientificamente, as teorias raciais se apropriam de conceitos que pressupõem uma hereditariedade. É nesse contexto que é criada a ciência Eugênica, encabeçada pelo inglês, Francis Galton, que creditava o nível de evolução dos indivíduos à genética. Terminologicamente, eugenia significa: “eu” boa, “genus” geração. Ciente e adepto ao Evolucionismo, pesquisadores vinculados a este discurso desacreditam nas mazelas oriundas das faltas sociais.

Esse discurso eurocêntrico, disseminado inicialmente na Europa, pode até causar comoção, todavia, seus impactos sociais para quem reside em solo europeu é limitado, já que o volume de pessoas de cor naquela região não é tão significativo como nos trópicos. Quando estas teorias são incorporadas por intelectuais brasileiros e se fazem valer na sociedade, o quadro é diferente. A maior parte da população brasileira é constituída por não-brancos. No período referente à entrada destas teorias no país, o Brasil atravessa um dos momentos mais delicados de sua história, com andamento no processo que deu fim à escravidão. A Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871, é parte importante deste processo porque é promulgada no início da década que tais teorias vão ganhar força no território brasileiro. Segundo Marques e Leme (2010), as atribuições da Lei do Ventre Livre são:

[...] todos os filhos de escravas nascidos no Brasil seriam livres, mas os obrigavam a ficarem sob a tutela dos senhores, que teriam a obrigação de criá-los até completarem 8 anos de idade. Depois disso, os senhores podiam escolher entre receber uma indenização do estado, no valor de 600 mil-réis ou utilizar o trabalho do menor, até que completassem 21 anos de idade. Ainda segundo esta lei, foi instituído um Fundo de Emancipação, onde era destinado parte do dinheiro arrecadado pelo governo para comprar a alforria dos escravos (Schmidt, apud, MARQUES; LEMES, 2010 p. 4).

O processo iniciado em 1871 teve fim em 1888 com a Lei Áurea. Outras leis também fizeram parte da gradativa liberação dos escravos no Brasil, o que demonstra certo planejamento. Na contramão do processo que levou ao fim da escravidão, temos a inserção do ex-escravizado em sociedade, que agora na condição de liberto também possuía o status de cidadão – ou pelo menos deveria. É nesse contexto que surgem tais teorias no Brasil, em um

momento crucial na jornada de conquista dos direitos cidadãos de uma etnia que foi privada do direito à liberdade. Se a raça negra, a partir destas teorias, apresentam um estado de degeneração, o Brasil é, de fato, um país doente. Lilia Moritz Schwarz é assertiva ao caracterizar a sociedade brasileira como um “Espetáculo das Raças” (SCHWARZ, 1993).

Os intelectuais responsáveis pela divulgação e produção de conhecimento a esse respeito no Brasil foram Silvio Romero, João Batista Lacerda, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna. Apesar de partirem do mesmo ponto, suas opiniões não convergem quando se pensa na solução para a situação presente. Oliveira Vianna, Silvio Romero e João Batista Lacerda eram conscientes da situação brasileira e da miscigenação inerente, diferente de Nina Rodrigues que já não a aceitava⁴⁴. As autoras Kenia Soares Maria e Maria Helena Navas Zamora (2018) trazem uma passagem de Nina Rodrigues que ilustra essa situação:

Ninguém pode duvidar tão pouco de que anatomicamente o negro esteja menos adiantado em evolução do que o branco. Os negros africanos são o que são: nem melhores nem piores que os brancos; simplesmente eles pertencem a uma outra phase do desenvolvimento intellectual e moral (RODRIGUES, apud, MARIA; ZAMORA, 2018, p. 274).

Nina Rodrigues foi discípulo direto de Cesare Lombroso, seu representante nos trópicos, e tal como Lombroso, creditava à genética o problema da raça negra. Portanto, a miscigenação está fora de questão. Não obstante, a “cura” da sociedade brasileira adviria justamente do cruzamento das raças para intelectuais como Oliveira Vianna, Silvio Romero e João Batista Lacerda. Confiando na pressuposição de preponderância da raça branca sobre as demais, estes autores acreditam no branqueamento da população. O Brasil era um país escuro com esperanças de clareamento. João Batista Lacerda chega a discursar no Congresso Universal das Raças, em Londres, no ano de 1911, no qual apresenta sua tese atestando o desaparecimento do negro e mestiço, no Brasil, em pelo menos um século. De acordo com Vanderlei Sebastião de Souza e Ricardo Ventura Santos (2012) Lacerda não acreditava no mestiço como um fruto ruim da miscigenação,

[...] o cruzamento entre negros e brancos, ao contrário da opinião de muitos escritores, não teria gerado um mestiço de qualidade inferior no Brasil. Embora fossem descritos como moralmente voluptuosos e pouco afeitos ao trabalho braçal, Lacerda entendia que os mestiços do Brasil eram “intensamente inteligentes” e teriam “disposição para as letras, para a ciência e para a política”. Muitos deles teriam, inclusive, gerado descendentes que se tornaram proeminentes políticos, poetas, pintores, escultores, músicos,

⁴⁴ Muito se produz a respeito do pensamento racial da transição do século no Brasil, a exemplo de CARVALHO (2016), COSTA (2015), MAIA & ZAMORA (2018), NARA & SANTOS (2016), NERY & FALEIROS (2019), SANTOS (2008), SOUZA & SANTOS (2012), THEODORO (2008), TORRES (2008).

advogados, médicos e engenheiros, com reconhecido domínio técnico e habilidade profissional (LACERDA, apud, SOUZA; SANTOS, 2012, p. 754).

Mesmo com o reconhecimento das plenas faculdades mentais de não-brancos, a esperança, no final, ainda era de uma possível transformação do quadro social voltado ao branqueamento da população como um todo. Na melhor das hipóteses, a degeneração não era tamanha como imaginava Gobineau (1853-1855). A raça branca ainda era superior, e um país com sua maioria, obedecendo a esses princípios de civilidade, tinha grandes chances de enveredar em um futuro mais promissor.

Mas nem todo intelectual brasileiro, na época, era refém das teorias advindas da Europa. Manoel Bonfim, político, educador, médico e historiador, vai escrever a obra *América Latina: Males de Origem* em 1903. Nela, o autor nos auxilia a refutar a ocidentalização e naturalização das desigualdades por não ver na genética a lente mais adequada para enxergar a penúria da raça negra, e sim a lente social. A relação hierarquizada de europeus com não-europeus é mais o contato do colonizador e colonizado do que civilizado e bárbaro. Assim, as teorias de ordem genética e todos os procedimentos de medição craniométrica não possuíam comprovação científica. O que deve ser considerado é a relação dialética do espaço das ideias e da naturalização das diferenças a partir das raças.

Octavio Ianni (2004) nos ajuda a entender melhor a dinâmica que instrumentaliza o conceito de raça conforme as etnias com a finalidade de apropriação de direitos fundamentais como no trecho:

A raça, a racialização e o racismo são produzidos na dinâmica das relações sociais, compreendendo as suas implicações políticas, econômicas, culturais. É a dialética das relações sociais que promove a metamorfose da etnia em raça. A “raça” não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação (IANNI, 2004, p. 23).

Partindo da premissa de metamorfosear a etnia em raça para a manutenção das estruturas de poder, fica evidente a adesão da intelectualidade que serve aos anseios da modernidade. A ideia de modernidade aqui apregoada pressupõe a modernização da sociedade, guiada pelo aprimoramento dos meios de produção, pela expansão do mercado consumidor e crescimento da mão de obra. A ciência caminha junto a este processo na garantia de legitimidade do dominador, na garantia de espaços sociais, culturais e econômicos.

Os responsáveis pela vanguarda neste processo são justamente esta intelectualidade, os “Homens de Ciencia” (SCHWARCZ, 1993), que procuram nos eventos sociais explicações raciais, o que acontece na escrita barrosiana referente ao Cangaço. Nos seus primeiros dois

textos que mencionam a temática, os cangaceiros são considerados “Typos Anormaes”, que estão muito mais próximos da animalidade que dá civilidade. Sob o jugo da anormalidade, no capítulo destinado em falar sobre os homens do “Norte”⁴⁵, Barroso faz uma divisão, levando em consideração os cangaceiros e curandeiros como anormais.

Mas ao lado dêesses, infelizmente em maior quantidade, há os profundamente infames e infinitamente miseráveis, degenerados completos, nevropatas ignóbeis, tendo a audácia de todas as torpezas e a inclinação para todos os crimes, almas de lama que nunca esboçaram um gesto de compaixão e nunca possuíram o menor sentimento de homem; perversos, covardes, crivados de todas as taras, atupidos de todas as psicopatias, *raramente brancos, sempre mestiços de ínfimo cruzamento* [...] (grifo nosso). (BARROSO, 1962, p. 100 - 101).

O tom adotado por Barroso no trecho acima clarifica suas considerações a esse respeito até 1912⁴⁶. Suas conclusões estão repletas de determinismos, como o racial e geográfico. Características físicas como beijo e tamanho da cabeça proeminentes e nariz largo caracterizariam o que ficou conhecido na teoria lombrosiana como criminoso nato. Contextualizando a condição brasileira, lotada de mestiços, principalmente em regiões palco de grandes volumes de escravizados, como é o caso do Nordeste brasileiro, naturalmente seria um lugar propenso ao banditismo. A radicalização das ideias da escola italiana de criminologia chega a propor uma mudança no código penal que considerasse culpado o criminoso, não o ato cometido.

Todos esses pressupostos servem de base para a explicação às causas do Cangaço. Barroso escreve seus textos em um período de plena efervescência das teorias raciais. Sua formação cidadã, está ligada a esta sociedade, tais como seus referenciais⁴⁷. Outra explicação palatável para suas conclusões a esse respeito é a aceitação do que escreve seus pares na academia brasileira. Certeau (2011) fala dessa relação quando pensa na instituição de saber como um lugar onde se criam vínculos e são compartilhadas ideias que, necessariamente, precisam ser aceitas pelos demais e não se limitam a tal. Ali, o discurso é edificado na subjetividade do compartilhamento de ideias de quem participa do público em potencial do autor. Gustavo Barroso foi largamente reconhecido pela obra *Terra de Sol* (1912), e aceito na

⁴⁵ Nos escritos referentes ao Nordeste até a década de 1920 no século XX, a região compreendida como Nordeste era considerada o Norte do país. Por isso, no título de sua obra Barroso se propõe a falar sobre os costumes do Norte, como até então era conhecido. Sobre a invenção do Nordeste, ver *A invenção do Nordeste*, de Durval Muniz de Albuquerque.

⁴⁶ É importante lembrar do caminho percorrido por Barroso até a escrita de *Almas de Lama e Aço* e sua mudança de postura a respeito do tema.

⁴⁷ Na seção 1 e 2 do capítulo 1 do trabalho em questão apresentamos evidências do pensamento eugenista de Barroso expresso em artigos escritos para jornais, tal como na tentativa de promulgar um projeto de lei que negavam a entrada de “indesejáveis” no país.

Academia Brasileira de Letras poucos anos depois de sua publicação (MOREIRA, 2006). Isso nos mostra que, de fato, o autor foi abraçado pelo que apresentara em seu texto.

Como Gustavo deixa claro que as manifestações de ordem psíquica e social são mais importantes que os próprios crimes por eles cometidos, infere-se que se o sertanejo comum, com determinadas características, teria no mínimo uma tendência maior à vida bandoleira que os demais, predisposições psicológicas (BARROSO, 1917p. 16). Em várias outras passagens, além da já mencionada, a eugenia e frenologia no pensamento de Barroso é explícita, como:

Só se conhecerão as tendências do homem de nordeste, remontando a acção dos elementos ethnicos e sociaes que formaram. [...] A sociedade sertaneja é o resultado da ruina de três raças, cada qual com diversa natureza moral e physica, com expansões diferentes e manifestações contrárias. Ellas se derruiram no caldeamento da mestiçagem baralhada (BARROSO, 1917p. 18).

E ainda:

Criminosos natos são aquelles, victimas da degenerescencia da raça, e das anomalias mórbidas, que o meio transformou em forças agressivas e energias perigosas; mestiços de ínfimo cruzamento, com todos os característicos lombrosianos de determinados e regressivos, com tics faciaes, desvios do nariz, falta de dentes, beiços de lebre, orelhas afastadas da caixa craneada, estrabismo, gagos ou de linguagem perra, prognathas, asymetricos, malformados, capazes das maiores torpezas, epilépticos ou syphiliticos, de olhar torvo e riso bestial, às vezes obscenos ou pervertidos sexualmente (BARROSO, 1917p. 91-92).

Percebe-se que as considerações do autor não são de forma alguma subentendidas, mas declaradas explicitamente. Criminosos natos teriam características próprias, e por intermédio de cruzamentos, a gesta também carregaria a predisposição ao crime.

Todavia, o teor dessas declarações não se limita à temática do Cangaço. Babinski (2015), mostra-nos em sua dissertação de mestrado e, posteriormente, em um artigo sobre o mesmo tema, percebe como desde 1909 esta visão predominantemente eugênica já é construída no discurso barrosiano.

Esse seria o argumento corrente, usado como bode expiatório quando o assunto girava em torno do atraso da nação brasileira. Babinski salienta que o pensamento eugênico de Gustavo Barroso tem origem justamente neste nacionalismo exacerbado, xenofóbico.

Barroso apresentava uma grande preocupação com a decadência da nação brasileira, que necessitaria de uma nova formação, de um novo homem, que, a seu ver, ocorreria através da luta social. [...] Também destacamos a ideia de progresso denotada em seu discurso, mostrando que estava preocupado, assim como grande parte dos intelectuais do período, com a formação de um novo país ligado aos preceitos modernos do período (BABINSKI, 2017, p. 162).

Com “[...] preceitos modernos do período” a autora subentende a carga teórica das teorias raciais que fundamentam este ideário. O trecho citado, entretanto, não possui nenhum teor claramente eugênico. Sua primeira aparição, segundo Babinski, dá-se em 1916⁴⁸, primeiramente com a estória intitulada *Ganhar Dinheiro*, publicada pela revista *Fon-Fon*, e, posteriormente, no projeto de lei conhecido nos jornais da época como *Os Indesejáveis*. Babinski & Queluz (2017) relembram de um trecho no *Jornal do Comércio* em que Barroso fala de seu projeto:

[...] Elle visa afastar do Brasil todos aquelles que não possam ser factores de trabalho, energias aproveitaveis; aquelles que pelas suas condições de saúde ou raça não possam contribuir senão para peiorar as condições actuaes do povo brasileiro. Certo é que com a terminação da guerra ha o perigo duma invasão maior de “indesejáveis”, mas o projeto visa afastal-os agora, no fim da guerra e mais futuramente ainda. A guerra foi simples e unicamente quem acordou uma idéa que ainda se não precisaria bem, mas existia latentemente (BABINSKI & QUELUZ apud *JORNAL DO COMMERCIO*, 1916: s.n. grifo nosso).

Como exposto claro no trecho acima, o projeto visava afastar quem não poderia contribuir com saúde ou *raça* para a nação brasileira (BARROSO, 1916). O que ganha destaque, tanto na estória quanto no projeto de lei, é como os negros e inválidos seriam detratores do progresso. Além de deixar claro que um dos grupos mais indesejáveis eram os negros de Barbados e de outras Antilhas⁴⁹, estende seu discurso a vários outros. O critério de Barroso na classificação de quem poderia ou não vir para o Brasil é sintetizado por Babinski neste trecho:

Os “indesejáveis”, são os não trabalhadores, os que não poderiam ajudar no “progresso” brasileiro”, os que não estavam nos moldes burgueses de trabalho e família. Aqueles que não foram “domesticados”, ou seja, aqueles que não seguiam os padrões impostos pelas elites e que não foram “disciplinados”. Estando fora da educação burguesa, estariam fora da sociedade, e por esse motivo, deveriam ser isolados, ou até, em casos extremos, exterminados (BABINSKI, 2017: 171).

Infere-se a partir desse contexto que a eugenia não se explicitava apenas nas considerações de Barroso a respeito do Cangaço, ele também se estendia a outros campos, como estórias escritas para jornais ou mesmo projetos de lei que incorporavam tais ideais. Isso nos mostra que para além do eugenismo no universo das letras, a crença, nestes pressupostos,

⁴⁸ Apesar ser este o ano atribuído por Babinski como primeira aparição dos comentários degeneradores por parte de Barroso em relação a raça, demonstramos na presente pesquisa que desde 1912 era comum tais pressupostos constarem em seus diagnósticos.

⁴⁹ O destaque de Barroso para as ilhas supracitadas se devia ao alto número de emigrantes de cor que vinham destas ilhas para a Amazônia, e como o mesmo pregava uma inferioridade racial de emigrantes fora do território Europeu, era contrário à ideia de mais pessoas destes lugares povoando o território brasileiro.

poderia claramente adentrar institucionalmente a política brasileira e atingir a população de cor em território brasileiro e até mesmo quem poderia vir ao Brasil.

4. O percurso de uma matriz: Raízes interpretativas em Gustavo Barroso

Grande parte da produção sobre o tema foi escrito contemporaneamente ao Cangaço, não apenas após seu fim. Ainda assim, existe certa dificuldade em aceitar tudo que fora produzido anterior a 1940 como relevante para um melhor discernimento do tema, porque dentre estes textos, vários são somente relatos de sertanejos que, ocasionalmente, cruzaram com grupos de cangaceiros. Culturalmente e até do ponto de vista memorialístico, estes relatos são bastante valiosos, entretanto, para uma pesquisa científica que procura análises com bases metodológicas mais assertivas, outros autores chamam mais atenção.

Nesse contexto emerge Gustavo Barroso, como pesquisador, que garante seu espaço entre os primeiros escritores do Cangaço, se destacando por abrir espaço com métodos mais apropriados que os demais na determinação das causas primeiras deste movimento social heterogêneo. Isso não significa que sua interpretação seja mais correta, até por que parte de suas considerações são carregadas de preconceito de época, que julgam o homem na sua acepção biológica e não apenas social, mas sua metodologia comparativa lhe garante legitimidade por salvaguardar em outras pesquisas de banditismo.

A começar do significado do termo Cangaço, não se sabe ao certo quem assim o nomeou ou lhe atribuiu o significado como o conhecemos. Sabemos que quando algum pesquisador, posterior a 1917, pensou em relacionar o significado do termo na obra, foi a Gustavo Barroso a que remeteram. Isso não significa, de fato, que o escritor cearense detivesse todo o crédito pela definição do início relativo ao movimento de revolta estudado, seu mérito foi pontuar algumas questões que obtiveram ressonância *a posteriori*. Este é o caso de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977), que confirma:

Atribui-se-lhe em geral como origem o termo “canga”, jugo de madeira colocado nos bois de carro; é a opinião de Gustavo Barroso [...] de canga, porque o bandoleiro antigo sobrecarregava-se de armas, trazendo o bacamarte passado sobre os ombros como uma canga. Andava debaixo do Cangaço” (apud BARROSO, 1917, p. 31).

Assim também procede Pedro Baptista, que em 1929 escreve um conjunto de histórias de capangas que se tornaram “cangaceiros” no século XIX e atribui o significado primário a Barroso: “CANGACEIRO – O vocábulo cangaceiro, de Cangaço, homem de Cangaço, recebeu

do autor de “Os Sertões”, p. 223, e de Gustavo Barroso, em nota 16 a página 31 de “Heroes e Bandidos” (BAPTISTA, 2011, p. 278).

A referência imediata de Pedro Baptista não a faz apenas a Gustavo Barroso, mas também a Euclides da Cunha. Cronologicamente, *Os Sertões* fora redigido alguns anos antes das primeiras referências de Gustavo Barroso ao Cangaço. Logo, a necessidade de referenciar Gustavo Barroso como o significador da terminologia perderia força, em tese. Todavia, não é o que acontece. *Os Sertões* é conhecido e lembrado em obras que retratam algum aspecto da condição social nordestina no século XX, entretanto, como perceberemos a seguir, as outras manifestações que buscam imprimir sentido à terminologia do Cangaço se voltam a Gustavo Barroso. Percebe-se, a partir disso, que não se trata apenas de registrar o significado do termo, mas da legitimidade que se tem ao fazê-lo. Euclides da Cunha é reconhecido um importante pensador na intelectualidade brasileira,— prova maior é a reedição constante de seus textos, em especial *Os Sertões* — ainda assim, não é especialista nos assuntos referentes ao Cangaço, pelo menos, não como Barroso. A premissa científica e a aura precursora acompanham Barroso nesse percurso e fazem com que seja mais citado nesse aspecto.

Abelardo F. Montenegro (2011) também faz referência a Barroso quanto à apresentação da terminologia, contudo, com algumas modificações em relação aos demais:

Cangaço ou engaçó, diz o “*Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*” organizado por Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso, significa resíduo das uvas depois de pisadas extraído o vinho; conjunto de armas que costumam conduzir os bandoleiros do Nordeste; o gênero de vida desses bandoleiros; objetos de uso de uma casa pobre; pedúnculo e espada do coqueiro, os quais se desprendem da árvore, quando estão secos (MONTENEGRO, 2011, p. 256).

O significado mais comum à origem terminológica do Cangaço não é a que fora apresentada por Abelardo F. Montenegro, todavia, suas considerações nos servem para que a origem do termo seja assentada na figura de Gustavo Barroso.

O eco das conclusões Barrosianas chegam ainda mais longe a respeito da origem desse movimento. Mesmo em pesquisas referentes a vertentes específicas do Cangaço, como tem sido costumeiramente abordado da década de 1980 em diante, o autor continua a ser citado como uma referência primária, no que tange ao Cangaço. Em 2005, na dissertação de mestrado intitulada *A Presença Feminina no Cangaço: Práticas e Representações (1930-1940)* o autor é citado no seguinte trecho:

Na concepção da socióloga, o termo “Cangaço” é antigo, e foi empregado no século XIX para definir indivíduos que “andavam debaixo do Cangaço”. Designava, particularmente, os que ostensivamente se apresentavam muito

armados “de chapéu de couro, clavinotes, cartucheiras de pele de onça-pintada, longas facas enterçadas batendo nas coxas”, conforme descreveu o escritor cearense Gustavo Barroso (FREITAS, 2005, p. 16).

A referência feita a Barroso sobre a terminologia original de “Cangaço”, mesmo com largo período de tempo entre Barros e a autora supracitada, nos diz algo importante. O perfil técnico tão precocemente adotado para sua análise, conferiu-lhe nome para que fosse citado como referência sempre que alguém necessitasse de banhar sua prerrogativa em aspectos científicos. Alocado numa temporalidade específica e distante de tantas normatizações acadêmicas para parte desta intelectualidade que se dispôs a escrever sobre o Cangaço, isso seria uma novidade. A tendência geral não era exatamente essa. Ao contrário, era de contar as experiências obtidas com cangaceiros em encontros casuais ou mesmo trabalhar na gesta do Cangaço através da exaltação de sua valentia nos cordéis. O molde técnico do qual o autor se torna tendência, transforma-o em matriz, em maior ou menor medida.

Normalmente, as referências, a seu nome nas primeiras décadas após a escrita do livro, apareciam pela comparação do Cangaço com outros banditismos de países diversos. “Os bandidos não são produtos exclusivos das terras brasileiras de nordeste”. Em outra passagem, reitera: “Foi a vida triste, solitária e forte dos pastores que formou sempre as maiores multidões de bandidos. Ella reuniu os massagetas, agrupou os Hyksos, arrastou os hunos sobre a Europa, deu poderio aos dervixes da Nubia e ao senussi tripolitano” (BARROSO, 1917, p. 17-28). Esta seria ainda a mesma abordagem utilizada por Eric Hobsbawm, em *Bandidos*, quando o autor busca pensar em uma teoria que englobasse determinadas formas de banditismo com roupagem social. Não existe, porém, nenhuma referência a Barroso nos textos de Hobsbawm, mesmo a semelhança metodológica sendo perceptível.

Mais especificamente sobre Gustavo Barroso, Luís Câmara Cascudo, em seu livro *Vaqueiros e Cantadores* de 1939, referencia-o seguindo o perfil metodológico apresentado acima, no seguinte trecho:

Essa poética guerreira e valorizada do homem valente, do sem-lei, está em todos os povos. Vive na Inglaterra com Robin Hood, na França com Pierre de la Brosse, “seigneur” de Langeais, na Itália com Gasparone, com Bonnacchocia, com Nino Martino, com o napolitano Perella, o corso Romanetti cujo enterro, em Ajaccio, a 29 de maio de 1926, foi acompanhado por 30.000 pessoas e a polícia teve de ser recolhida, “por precaução”, aos quartéis, para evitar “conflitos com o povo” (apud BARROSO, 1931, p. 110).

No curto espaço destinado a falar do Cangaço no livro, Cascudo traz parte de suas considerações de comparações com outros banditismos para enquadrar o Cangaço em um museu universal, junto a outros exemplos de países distintos. Nessa mesma direção, Abelardo

F. Montenegro (2011) afirma: “As áreas de fome sempre acusaram elevado índice de criminalidade. “A Calábria, a Córsega, a Serra Morena, os desertos Síria e Mauritània, todos esses coutos de salteadores, nunca foram gabados por sua abundância” (apud BARROSO, 1917, p. 17). Frederico Pernambucano de Mello, em 1974, traz a mesma citação no artigo *Aspectos do Banditismo Rural Nordestino* a fim de legitimar seu argumento a respeito de atuações de banditismo em todo o mundo. Nesse sentido, o autor afirma:

Dissemos no início desta parte que o Cangaço de rapina, como modalidade criminal, apresenta parentesco com manifestações surgidas em várias partes do mundo [...] Sobre a pobreza das regiões tradicionalmente assoladas pelo banditismo, este trecho do livro *Heróis e Bandidos*, de Gustavo Barroso "A Calábria, a Córsega, a Serra Morena, os desertos da Síria e da Mauritània, todos esses coutos de salteadores, nunca foram gabados por sua abundância" (MELLO, 1974, p. 99).

Para Barroso, o Cangaço deixa de ser um elemento nacional, isolado. Este, internacionaliza-se, pertence a um todo, principalmente quando busca comparar o banditismo brasileiro com o de outros países. É de fundamental importância colocar sob o mesmo teto tais constatações, simplesmente porque após esse momento, podemos estudar o Cangaço a partir de um conjunto de causas possíveis pela comparação com seus semelhantes.

José Américo de Almeida, em 1923, redige o livro intitulado *A Parahyba e seus problemas*, e uma das questões mais latentes da Paraíba naquele momento é, de fato, o Cangaço, abordado no capítulo “Estudo Antroposocial”. Neste tópico, algumas passagens lembram a mesma metodologia comparativa a outras regiões para legitimar o Cangaço como movimento passível de estudos, como no trecho: “Essa tendência não se observa apenas no Nordeste. Na fome na Argélia, de 1867-1868, parte da população victimada precipitou-se, em bandos dementes e ferozes, contra os recursos acumulados pela indústria e pela previdência” (ALMEIDA, 1937, p. 235-236).

As conclusões de Barroso acerca da comunidade sertaneja também perpassam seus estudos referentes ao folclore nordestino como uma das maiores riquezas daquele povo. O autor trabalha com a ideia de “ancestralidade folclórica” para pensar em tradições comuns em comunidades campesinas em várias partes do globo para identificar similaridades e discrepâncias.

O que levou ao surto de banditismo na Itália seria o mesmo que levou na França? O contexto socioeconômico brasileiro também se encontrava nestas situações? Acepções por este ângulo são possíveis partindo destas comparações. Apesar de toda a condição genética implicada por muitos estudiosos a estas formas de banditismo, tal metodologia foi o primeiro passo para a confirmação de sua condição social, onde de fato residia o problema. Quando

olhamos para *Heroes e Bandidos* (1917) e para toda a tradição que a segue, parte dos autores que se dedicam ao tema tentam comprovar que a ideia de predisposição genética é falha. Barroso acreditava nesta predisposição, mas avaliava, em maior medida, as condições sociais dos atores do Cangaço.

Afora dos analistas e teóricos eugênicos, Gustavo Barroso será um dos poucos intelectuais a pensar uma causa do Cangaço a partir do conceito social de raça⁵⁰. Segundo a recordação dos principais fatores sociais que elenca Barroso são: a ausência de justiça, o analfabetismo, o meio geográfico, a falta de trabalho decorrente do meio, e a distância do progresso citadino.

Xavier de Oliveira redige um livro intitulado *Beatos e Cangaceiros* em 1920 e segue essa linha de raciocínio. Com dedicação a Afrânio Peixoto e Gustavo Barroso, Xavier de Oliveira inicia seu livro com um texto de sua infância, quando ele, ainda pequeno, ocupou-se de escrever sobre o Cangaço, vigente para nordestinos que viveram as três primeiras décadas do século XX. Dez anos depois – este livro seria escrito em 1920 – o autor, outra vez, retorna ao Cangaço para tentar pensar nesse mal que ainda perdura na região, principalmente no Cariri–Ceará, berço de parte significativa dos cangaceiros da região.

O livro é dividido da seguinte maneira: inicialmente, o autor fala das principais causas do Cangaço; a segunda parte do livro, e a mais extensa, se ocupa de trazer à tona cangaceiros por ele conhecidos e suas principais histórias; e, por último, há uma reflexão sobre a emergência de sanar o Cangaço do sertão e também de tentar identificar certa regularidade nos facínoras para pensar numa predisposição de alguma raça em detrimento a outras.

“Causas geraes do banditismo no Nordeste: Anaphabetismo – Ausencia de Justiça – Falta de trabalho e exiguidade de salário – Politicagem” (OLIVERIA, 1920, p. 19). Dessa forma, inicia sua introdução, com uma exposição direta sobre quais são, para ele, as causas primárias de banditismo no sertão. Este início, para ser sintético, encaixa-se com seu final quando este afirma que para encerrar essas mazelas é preciso dar educação ao povo, na mesma medida em que o governo oferece justiça para que os próprios sertanejos não precisem fazê-la. Para o autor, deveria haver intervenção direta na manutenção dos direitos fundamentais do povo nordestino que assiste, de maneira deletéria, a ascensão sulista, sendo eles também pagadores de impostos. A politicagem de que trata o autor é justamente essa: a benfeitoria de uns em detrimento aos demais estados pelo governo federal, o principal culpado de toda a situação.

⁵⁰ Um parêntese deve ser aberto para lembrar que no tópico 1.3 nos dedicamos justamente a mostrar como é que o fator genético esmaece na escrita de Barroso ao longo da redação de seus livros de sociologia sertaneja.

O texto de Oliveira (1920) não cita diretamente nenhum autor ao longo de seu texto, entretanto, no início do texto, ele faz questão de dedicar o livro a Afrânio Peixoto e a Gustavo Barroso. Partindo desse pressuposto, é possível pensar similaridades tanto nas causas por ele elencadas no Cangaço quanto na metodologia utilizada na composição de seu livro. Iniciando com a exposição das causas primárias do banditismo e, posteriormente, com a relação de facínoras estudados. Tanto em *Heroes e Bandidos* (1917) quanto em *Almas de Lama e Aço* (1931) esta é a configuração do texto⁵¹.

Quanto às causas, a iniciar pelo analfabetismo, percebemos uma similaridade aparente quanto ao texto de Barroso. “A opinião sertaneja não pode ter a noção do aperfeiçoamento, porque lhe faltam instrução e incentivos. [...] Há sem exagero uma proporção de 97% de analphabetos” (BARROSO, 1917, p. 37-40). A gramática não quebraria estamentos simples, para Gustavo Barroso o atraso dos costumes arraigados no povo sertanejo era derivado dessa falta de instrução. Logo, após essa passagem, o autor reflete sobre como é que pela falta da educação, a única referência que todos têm vem de casa, portanto os valores que perduram são aqueles transmitidos pelos pais e avós, não havendo evolução em nenhum sentido, já que seria profanar uma tradição que a muito tempo se estende. A iluminação advinda apenas de um vetor cria muros e produz estagnação moral para grande massa. Nesse sentido, Oliveira (1920) questiona: no Nordeste, propriamente, a cifra do analphabetismo é desoladora. Não é nenhum absurdo estimá-la na proporção de noventa por cento. [...] E o que pode sentir, pensar, fazer um povo de noventa por cento de analphabetos? ” (OLIVERIA, 1920, p. 20).

Xavier de Oliveira é mais modesto em suas cifras se comparado a Barroso que apresenta 97% de analphabetos, e é mais um a se apropriar da prerrogativa do analfabetismo como um dos problemas basilares do banditismo sertanejo. José Américo de Almeida também aponta o mesmo diagnóstico em seus “Estudo Antrophosocial”. Nesse sentido, Almeida (1937) afirma:

A mingua da instrução também teve parte na barbaria do banditismo. [...] O principio de Engel – “instruir é moralizar” – não é aceitável em absoluto. Garofalo vae ao ponto de dizer que “Não existe relação alguma entre grammatica e moralidade”. Mas, se a elevação do nível de cultura não tem nenhuma influência benéfica sobre o total dos delictos, pode modificar a inclinação para certos actos desonestos. Temem-se os perigos de uma civilização que é acompanhada de uma criminalidade especial. Entretanto, o progresso social poderia desvanecer certos preconceitos, como a vingança privada. E Aschaffenburg reconhece que “a situação do individuo inculto é

⁵¹ Como o autor não cita Barroso através de citações diretas, em vários momentos, a matriz interpretativa aqui defendida incorpora a ideia de uma corrente interpretativa, que não se liga diretamente a referências explicitas, mas a ideias perpetradas.

extremamente desfavorável, colocando-o portanto, num perigo iminente de se despenhar no crime” (ALMEIDA, 1937, p. 236).

Ao longo da pesquisa, ficará nítido que nem Barroso, na posição de matriz, nem os demais autores que se apropriam de parte do que o mesmo escreve, definem a causa do Cangaço com um único vetor. O analfabetismo, por exemplo, é um dos problemas que auxiliam na manutenção da configuração primária desta sociedade. José Américo de Almeida nos explica bem no trecho supracitado. A educação não resolveria todo o problema do Cangaço e da violência no sertão, que já se arrasta por séculos, se contarmos os bandos que assaltavam desde as capitâneas hereditárias no início da colonização, mas poderia instruir o sertanejo e moralizá-lo para que, pelo menos, as vinganças pessoais cessassem.

Para que houvesse um fim destas vinganças pessoais, seria necessário que o Estado também interviesse no sertão, o que de fato não acontece. Barroso denuncia essa falta e afirma que quem faz a justiça no sertão, é o próprio sertanejo. Com esse preceito, Oliveira (1920) afirma: “No sertão não há lei, não há direitos, não há justiça. E por isso, é como nos tempos primitivos: cada um se garante a si mesmo, como pode” (OLIVERIA, 1920, p. 22).

Existem soluções possíveis a este problema, como o aumento de policiamento, alfabetização e transformação do sertão em território fértil à modernização. Também calcado nas prerrogativas de Barroso, Almeida (1937) faz referência ao autor no pronunciamento do que para ele seria necessário para findar o problema do Cangaço no trecho: “A repressão é nesse extenso território um problema de fácil transporte. E tão manifesta a função social do trem de ferro que o sertanejo confessa: “Onde chega o “vapor de terra” desaparece o Cangaço” (apud BARROSO, 1917, p. 31). Com seguimento, o autor prossegue:

Dantes, a força pública movia-se tardiamente, na perseguição de grupos que haviam depredado a dezenas de léguas de distancia; mas os caminhões já facilitaram as diligências. [...] A estrada de ferro completará essa missão de ordem. E com a renovação geral desaparecerão as outras causas do phenomeno: a miseria e o analphabetismo (ALMEIDA, 1937, P. 237).

Em seguida, Almeida (1937), ainda confere o fim legítimo e em como imagina ser o sertão após a chegada da estrada de ferro, também repercutindo a dicotomia exposta por Barroso em *Heroes e Bandidos* (1917) sobre a distância que existe entre o sertão “bárbaro” e o litoral desenvolvido. No lugar de descrever como são constituídos estes dois polos, Almeida (1937) imagina uma diminuição da disparidade entre eles a partir da chegada do “progresso”: “E, assim, será realizada “a incorporação da nossa vasta barbárie sertaneja a civilização do litoral”, objetivo que sempre faltou a orientação da política unificadora dos grandes constructores de nossa nacionalidade” (ALMEIDA, 1937, p. 237).

Ainda sobre o fim do Cangaço, Montenegro (2011) também alimenta sua conclusão com os preceitos de Gustavo Barroso, atestando:

“É necessário e urgente dar trabalho as populações do interior nordestino, dar-lhes onde, como e em que empregar suas energias. Para isso, saneie-se o sertão, captem-se as águas fugidas e irriguem-se as terras ferazes que a seca torna inúteis. O problema é, antes de tudo, talvez, de natureza econômica. Dêem-se-lhes comunicações, transportes, instrução e justiça. Somente um conjunto de medidas dessa ordem acabará de vez com os cangaceiros” diz Gustavo Barroso (MONTENEGRO apud, BARROSO, 1930, p. 15).

Montenegro (2011), já três vezes citado pela concordância com as proposições barrosianas, demonstra uma tendência divergente no restante de suas proposições se comparadas às que foram apresentadas até o momento e que reforçam a ideia de uma corrente interpretativa em segundo plano.

O livro supracitado se trata de *Fanáticos e Cangaceiros* que data sua primeira publicação em 1973. Contudo, o livro é resultado da junção de dois outros livros, e suas considerações a respeito do Cangaço exposta neste texto foram escritas em 1955, tanto é que uma série de referências possíveis a serem feitas datadas da década de 1960 não são sequer mencionadas, como Facó (1963), Hobsbawm (1959;1969), Lima (1966) entre outros. O que queremos chamar atenção, neste momento, é para o fato de o autor seguir em vários momentos na mesma linha que vai Gustavo Barroso, ainda que não o mencione. Na proposição das causas do Cangaço, por exemplo, o estudioso enumera: secas periódicas, falta de instrução, fracasso dos meios repressivos, carência de alimentos e fome, má distribuição da justiça, etc. (MONTENEGRO, 2011, p. 259). Tudo isso vimos ainda em 1917, o que significa que se o autor não se apoia em Gustavo Barroso para o estudo geral das configurações do sistema, também não o supera.

Como a chegada do progresso não passava de sonho distante e a honra sertaneja continuava a ser colocada à prova no dia a dia, a distância entre o sertão e litoral continuou a mesma. No sertão perdura a justiça que não era escrita mas tinha de ser respeitada. A vingança pessoal, fruto da inadimplência do Estado quanto ao seu dever, talvez seja o que mais alimenta a literatura cangaceira. José Américo de Almeida cita três casos que cometeram crimes, mas que mesmo não escolhendo o Cangaço como profissão, mas apenas como ponte para o que queriam. Foi o caso de Adolpho Meia-Noite, que assassinou o tio de sua noiva depois de uma desfeita em oposição ao casamento com sua filha. Outro caso correntemente, contado no Cangaço, é o de Jesuíno Brilhante. Este cangaceiro ficou conhecido por assassinar um homem que tentara violar uma mulher, além de ficar conhecido por atacar comboios e distribuir alimentos entre os famintos. A história de Antônio Silvino também se inicia com vingança. Por

não ver os assassinos de seu pai punidos, entrou no Cangaço para vingar a honra de sua família (ALMEIDA, 1937, p. 235).

Essa leitura da realidade não remete, exclusivamente, a Gustavo Barroso, já que é uma tradição nordestina transformar histórias de “aventuras” em música para o entretenimento de todos. Contudo, é fato que o código de honra sertanejo nasceu na falta do Estado. Sobre transformar toda esta narrativa em versos, Barroso atesta que é uma tradição sertaneja muito próxima ao que era feito ainda na Idade Média. A raiz folclórica regional aparenta uma certa universalidade e transparência temporal⁵². Ao comparar a canção gesta do Cangaço, até mesmo às canções vikings ou piratas, a tradição sertaneja segue o mesmo caminho.

Inspirados e cheios de emoção guerreira como os bardos celtas e os escaldes normandos, os cantadores sertanejos estão dia a dia fazendo o vasto cancionero heroico do banditismo, igual pelas causas e efeitos, senão também pelo encanto natural de certas expressões, ao dos antigos povos da península ibérica com as suas trovas e xacras; análogas as sagas escandinavas, que narram as proezas dos vikings e piratas, todo o heroísmo dos ladrões do mar, que, nos seus drakkars compridos devastavam as costas europeias (BARROSO, 1917, p. 39-40).

Luís Câmara Cascudo caminha nesta mesma direção em *Vaqueiros e Cantadores* (1939) no trecho: “Repetir o cantador o último verso do adversário para iniciar sua resposta é uma reminiscência dos trovadores medievais” (CASCUDO, 2010, P. 94).

Até o presente momento, vários foram os estudiosos do Cangaço que de uma maneira ou outra nos possibilitam enxergar um certo respaldo na obra de Barroso no ato de tessitura de suas próprias conclusões. Em maior medida, autores contemporâneos ao Cangaço, buscavam instrumentalizar menos o fenômeno politicamente e entendê-lo mais como uma resposta direta a um problema social grave.

Pela proficuidade da intelectualidade nordestina e pela atenção que chamou o Cangaço, naquele momento, e até posterior ao seu fim, a releitura do fenômeno extrapola a sistematização concreta de pesquisas densas e alcança a literatura, e recebe comentários afinados de autores já consagrados na literatura, como Graciliano Ramos e José Lins do Rego. Aqui, veremos uma outra tendência de análise já apontada na obra de Barroso que se liga muito mais à ausência do Estado como protagonistas no processo de continuidade do Cangaço⁵³.

⁵² É possível que essa ideia seja herdada de Domingos Sarmiento, quando o mesmo afirma na redação de “Facundo” que as canções que exaltavam os valentes lá nos pampas, remetiam a Idade Média. “O cantor. Tendes ahi a idealização daquela vida de revoltas, de perigos, de civilização e de barbárie. O gaúcho cantor é o mesmo bardo, o vate o trovador da Idade Media que se move na mesma scena, entre a vida que se vae e a vida que se aproxima” (SARMIENTO, 1999, p. 64).

⁵³ A leitura onde o Estado passa a ser o maior culpado na esteira da permanência do Cangaço incide mais em seu terceiro livro sobre o assunto: *Almas de Lama e Aço*.

Graciliano, diferente de José Lins, não dedica romances inteiros ao Cangaço, mas são vários os momentos em que se permite olhar para o fenômeno com um pouco mais de afinco. No livro *Viventes de Alagoas*, por exemplo, dedica várias páginas aos cangaceiros em específico e do Cangaço como um todo. Em uma destas passagens, o autor afirma:

Essas terríveis quadrilhas, que ultimamente se têm multiplicado, não encerram, pois, todos os salteadores que afligem o Nordeste: é preciso considera-las como escolas ambulantes, onde, em época de seca, se vão exercitar os sertanejos famintos. A educação realmente não os expõe a grande perigo. Em primeiro lugar é difícil uma povoação atacada oferecer resistência; depois as lutas contra os governo são raras, porque de ordinário os oficiais de polícia, demasiado prudentes, evitam choques desagradáveis, afinal, como só os chefes, com fotografias e nomes nos jornais, são de fato procurados, a tropa, a multidão mal paga e sem glória, pode, com a vinda das trovoadas, desertar impunemente e voltar às suas ocupações de ordem, até que chegue de novo a necessidade de bandear-se (RAMOS, 1979, p. 129).

Com uma análise que transita do cultural ao social, Graciliano Ramos faz uma profunda crítica à organização social que permite a continuidade de uma indústria que movimentaria o Cangaço, e as secas seriam um dos fatores condicionantes e a ausência de uma estrutura policial competente também se tornam um acréscimo para o fornecimento de cangaceiros ao sertão. Se não se pode afirmar um contato direto do estado com os bandoleiros, não seria exagero atestar numa convivência tranquila. Para Ramos (1979), o Estado pouco faz seu papel de mediador social da crise e a proporção com que atinge a população.

Essa postura é semelhante à que foi apontada em Gustavo Barroso na obra *Almas de Lama e Aço*, na qual os cangaceiros perdem um pouco do protagonismo no fornecimento ao malefício do sertão em detrimento da ausência do Estado, que se mostra muito pouco efetivo a esse combate.

Uma característica dessa marcante leitura social do Cangaço é a omissão das ações dos cangaceiros em detrimento à carga atribuída ao poder público. Diferentemente da corrente marxista do Cangaço, tal omissão não se transforma em ideal inconsciente no processo de luta de classe, são arrefecidos, pois poderiam ser evitados mediante ações preventivas e efetivas por parte de quem teria o poder para evitar a situação a que o Nordeste se submeteu.

Há outra passagem marcante, também em *Viventes de Alagoas*, na qual Graciliano Ramos remete ao Estado os traços de barbárie e incivilidade normalmente associados aos cangaceiros no local da morte de Lampião, em que as cabeças dos cangaceiros são arrancadas para serem expostas. Sobre este episódio o autor disferiu um comentário dotado de grande ironia:

Cortar cabeças nem sempre é uma barbaridade. Cortá-las no interior da África, e sem discurso, é barbaridade, naturalmente; mas na Europa, a machado e com discurso, não é barbaridade. O discurso nos aproxima da Alemanha. Claro que

ainda precisamos andar um pouco para chegar lá, mas vamos progredindo, não somos bárbaros, graças a Deus (RAMOS, 1979, p. 141).

Neste trecho, como pôde ser observado, o autor se refere às cabeças arrancadas em Angicos para a exposição na escadaria de Piranhas – AL e o conseqüente discurso do Tenente Bezerra, responsável pela volante policial na operação. Diferentemente de como o faz nos textos anteriores, o autor não vem a público para diagnosticar alguma faceta do Cangaço, e sim para acusar o Estado de praticar as mesmas atitudes dos ditos “Foras da lei”, sob uma roupagem de credibilidade. Aqui, mais uma vez, os representantes da força pública ganham a conotação barroiana de “Almas de Lama”, pelo método com que procede em tal operação.

Outro diálogo que Barroso estabelece indiretamente, dessa vez com a literatura⁵⁴ de forma precisa, são com os escritos de José Lins do Rego. Sobre o Cangaço, Lins do Rego redige *Pedra Bonita* e *Os cangaceiros*, este último em 1953. Das duas obras, a que mais centralizam a imagem dos cangaceiros é a segunda, na qual o protagonista – que por sinal não é cangaceiro – convive com dois irmãos no Cangaço, sendo eles os mais temidos do sertão. O principal desafio do protagonista Bentinho, na obra, será esconder de quase todos à sua volta de seu parentesco com o Cangaço, principalmente por seu patrão e futuro sogro odiar esse modo de vida.

As implicações a respeito do Cangaço, de maneira geral, são diversas, mas o que nos chama atenção é a maneira como o Cangaço é jogado no sertão como um problema do povo, e o Estado também se torna omissivo, ou melhor, passa a ser um dos principais vilões, porque além de não oferecer tranquilidade aos sertanejos, ainda ameaça atitudes semelhantes aos próprios cangaceiros.

Ao longo de todo o romance, vemos as chances de quem não está nem no Cangaço nem em volantes se afunilarem, e suas saídas para uma vida digna também. Este processo de degradação do Estado no combate ao cangaceirismo, tal como a alusão de sua ineficácia, foi uma das marcas concretas de uma percepção singular do cangaceirismo.

5. À Guisa de conclusão

Muito do que Gustavo Barroso nos traz entre os anos de 1912 e 1931 – mais especialmente em 1917 – é apropriado pelos autores que estudam o mesmo tema após ele. Algumas observações são necessárias a este respeito. Primeiramente, percebe-se que nem

⁵⁴ A profundidade da relação do Cangaço e a literatura – romance especialmente – pode ser notada na tese *Entre a fé cega e a faca amolada: representações ficcionais do Cangaço*. Ver SOUZA (2007).

sempre a referência à sua obra é realizada de maneira direta, como no caso de Xavier de Oliveira e Abelardo Montenegro, que desenham todo o esboço do fenômeno com base em Barroso ou mesmo com uma semelhança quase inextinguível. Existe, sim, reconhecimento posterior à publicação de alguma obra relevante admitida mesmo por quem não dialoga com todas as conclusões ali aferidas.

Portanto, o que deve ser levado em consideração, neste primeiro plano, dado o contexto da época em que os trabalhos de Barroso foram escritos, são justamente os diálogos estabelecidos com quem se propôs a estudar o mesmo tema que era posterior aos seus trabalhos. Vemos, por exemplo, uma tendência mais geral em que terminologias mais simples e diagnósticos com perfis deterministas se alastrarem rapidamente pela literatura especializada após 1917. De 1931 em diante, vemos exemplos de leituras mais sociais do Cangaço, que se enunciando a partir do que já teria sido exposto em *Almas de Lama e Aço* condicionam o Cangaço a um nível de responsabilidade igualitária entre os agentes do próprio banditismo e o corpo policial. Se de uma perspectiva mais ampla vemos uma interpretação do Cangaço bastante ligada a Gustavo Barroso, como seria a produção de trabalhos a respeito do Cangaço em todos os aspectos do fenômeno, incluindo aqui produções cordelísticas, biográficas e romancistas na primeira metade do século XX?

A obra *Cangaço: uma ampla bibliografia comentada* (2012) nos oferece um panorama de tudo que era produzido nesse período pela grandeza de trabalhos elencados pelo autor. Iniciando pelo final do século XIX, mais especificamente entre 1875 a 1900, observamos um fluxo de produção que não se dirigia ao Cangaço diretamente, mas às lutas entre famílias de potentados nos mais diversos estados do Nordeste. Alguns poetas populares se dedicavam a narrar as aventuras no sertão pelas mãos de bandidos independentes, ainda que em menor medida. A obra mais famosa do período que dizia respeito direto ao Cangaço seria *O Cabeleira*, de Franklin Távora, publicado em 1876. O gênero escolhido para retratar o tema seria o romance, e esse seria um dos primeiros livros a tratar do Cangaço no país. Posterior ao lançamento dessa obra, principalmente após o início do século XX, quem se destaca são os cordéis, principalmente aqueles que retratam famosos cangaceiros, a exemplo de Antônio Silvino. Figuras como a do poeta popular Francisco Chagas Baptista exemplifica bem a literatura da época, nas obras: *A vida de Antonio Silvino* (1904), *A história de Antonio Silvino* (1907), *A história de Antonio Silvino (Novos Crimes)* (1908), *As orações de Antonio Silvino* (1913), dentre outras.

Percebe-se, então, que, pelo menos até a publicação de *Heroes e Bandidos* (1917), nenhum outro texto se destacara de tal maneira pertencendo ao mesmo campo de análise de Barroso. Após esse período, há um movimento crescente de trabalhos que pode ser considerado, a exemplo da obra *Beatos e Cangaceiros* (1920), *A Parahyba e seus problemas* (1923), *Lampião: sua história* (1926), *No tempo de Lampião* (1930), *Cangaceiros do Nordeste* (1929), *Lampião* (1930), *Factores do Cangaço de 1910 a 1930* (1934), *Viajando o Sertão* (1934), *Lampião: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes* (1953), *História do cangaceirismo no Ceará* (1955), *Velhos costumes do meu sertão* (1956), e mais alguns outros até o início da década de 1960, quando o movimento de escrita e pesquisas mais densas começam, como veremos nos capítulos posteriores.

Observando esse conjunto de obras a respeito do Cangaço, seria possível dividir a primeira leva desta bibliografia em três setores distintos: aqueles que reservavam um capítulo ao Cangaço ou alguma memória com algum cangaceiro, como no caso de: *Viajando o sertão* (1934) de Luís Câmara Cascudo e *Velhos costumes do meu sertão* (1956) de Juvenal Lamartine. A segunda parcela destes escritores dedicaria o livro todo ao tema, mas ficariam incumbidos de buscar informações a respeito de cangaceiros específicos, e na grande maioria das vezes, Lampião, a exemplo de todas as obras com *Lampião* nos títulos citados acima. A terceira e última parte ficaria responsável nesses primeiros decênios a pensar diretamente as causas do Cangaço como *Factores do Cangaço de 1910 a 1930* (1934) de Manoel Candido e *História do cangaceirismo no Ceará* (1955)⁵⁵ de Abelardo F. Montenegro e são extremamente escassos, dado a divisão que existe dentro desta própria historiografia⁵⁶. Isso nos mostra, indiretamente, que muitos dos livros citados acima constam na bibliografia utilizada nessa pesquisa que referenciam Barroso, demonstrando que mesmo dentre poucas pesquisas, ele é o primeiro a estabelecer tais diálogos, que ecoam nas obras que o precedem.

Outro impasse encontrado nas obras destes períodos dizia respeito a alguns dos “vícios acadêmicos” contemporâneos que não os pertencia. Xavier de Oliveira, por exemplo, dedica seu livro *Beatos e Cangaceiros* (1920) a Afrânio Peixoto e a Gustavo Barroso, e ao longo do texto, demonstra vários traços dos autores na sua constituição narrativa, ainda assim não os cita diretamente em nenhuma parte do livro. Isso nos mostra que é necessário entender como se

⁵⁵ Este livro se tornou a primeira parte de outro livro intitulado *Fanáticos e Cangaceiros* (1974). Quando mencionamos a obra *Fanáticos e Cangaceiros* nessa pesquisa, indiretamente estamos nos dirigindo a esse primeiro livro publicado em 1955.

⁵⁶ Uma das principais fontes de informação que não fossem os livros nessa época eram os artigos de jornais, que não ficavam apenas reservados a relatar episódios relacionando cangaceiros, mas também ajudaram a pensar no que levaria o Cangaço acontecer. Matérias assim ganharam maior volume da década de 1930 em diante.

configurava os preceitos naquele tempo/espço para compreender que o sistema de referências que hoje são nitidamente expostos, à época se ocultava por detrás da própria reflexão, permanecia implícito, mesmo estando ali a todo momento. Reflexões nesse sentido não são simplesmente importantes, mas necessárias para a concatenação de conceitos que nos levam a aceitar a ideia de uma matriz interpretativa.

Grande parte do que Barroso escreveu também ficou para trás poucos anos depois, por outros intérpretes do Cangaço – pelo menos esta era uma tendência que se imaginava. A mestiçagem foi inviabilizada como causa porque o Cangaço também era um festival de raças, e mesmo biologicamente, Estácio de Lima, em 1966, mostra-nos no livro *O mundo estranho dos cangaceiros* e Frederico Pernambucano de Mello (1985), evidenciando que os mestiços não eram inferiores intelectualmente, eram dolicocefalos perfeitos (MELLO, 2004). Este seria, em tese, o que mais limita o avanço de Barroso nos diálogos com a bibliografia que surge pós 1960.

Se o conceito social de raça teria sido abandonado, outros pontos não foram por muito tempo, como o significado da terminologia “Cangaço”, a miséria (econômica, não moral) sertaneja como fruto do banditismo ou mesmo o progresso como limitador do espaço destes bandidos. Todavia, como suas análises se mostravam simplistas, apesar de objetivas, outros estudos mais aprofundados e escritos em outros momentos da história – servindo a outros fins – fizeram com que a interpretação de Gustavo Barroso perdesse força. A década de 60, na qual incidem tais acontecimentos também marcam a eclosão da interpretação marxista no Cangaço, que se apropria do fenômeno para relacionar, academicamente, o interesse e sublevação das massas com as teorias marxistas que viam neste modelo de movimento social a panaceia para o problema criado pelos latifúndios. Também na década de 1960, temos as obras de pesquisadores como Maria Isaura Pereira de Queiroz, de Nonato Raimundo, Estácio de Lima, que não partem da dualidade Cangaço-latifúndio, e de certa forma dialogam com Barroso, ainda que não o suficiente para fazê-lo perdurar como matriz interpretativa.

Barroso não desaparece, passa dividir espaço com outros intelectuais que conseguem olhar para o Cangaço panoramicamente e com outras correntes interpretativas, como no caso da interpretação marxista. Como exemplo temos Souza Barros que redige a obra *Messianismo e Violência de Massas* (1986) e nele adota outra vertente interpretativa da realidade nordestina e seus problemas inerentes, mas quando se volta para a questão do Cangaço, afirma:

Gustavo Barroso apresentou uma livre interpretação, no caso do Nordeste, às raízes do cangaceirismo, observando antes problemas psicológicos e aspectos de formação secundária, sem dar muita ênfase, no entanto, as causas primárias, de fundo econômico [...] De qualquer maneira, foi sem dúvida, á

época, quem melhor perscrutou os problemas do cangaceirismo (BARROS, 1986, p. 46-48).

Ao analisar de perto a data de publicação do texto de Souza Barros, perceberemos que ela se deu muitos anos após a publicação do último livro de sociologia sertaneja de Barroso – mais, especificamente, 56 anos -, e isso nos mostra que mesmo após este longo período, as teses de Barroso permaneciam com certa validade, ou àqueles que não concordavam sumariamente por ser fiel a outra linha interpretativa, existia no mínimo uma dose de respeitabilidade pela validade de suas interpretações.

Podemos afirmar com isso que Barroso inicia suas considerações a respeito do Cangaço ainda em 1912 e perdura com validade enquanto matriz de uma vertente interpretativa até o início da década de 1960, quando surgem outras pesquisas mais completas e atualizadas acerca do Cangaço, e também outras vertentes interpretativas. Ademais, uma questão fica sem resposta: se a linha de análise barrosiana não vai ao âmago do cangaceirismo por não abarcar como eixo principal fatores de ordem econômica, mesmo após a obra *Almas de Lama e Aço* (1931), quem o faz?

CAPÍTULO 2

TRANSIÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES FACONIANAS À HISTORIOGRAFIA DO CANGAÇO BRASILEIRO

Num meio em que tudo lhe é adverso, podia o homem do campo permanecer inerte, passivo, cruzar os braços diante de uma ordem de coisas que se esboroa sobre ele?

Rui Facó

O Cangaço, enquanto fenômeno social, sofreu várias transformações substanciais ao longo do tempo. Como este não é um movimento com bandeiras específicas e muito menos com espaços geográficos delimitados, não é tarefa simples definir pontos em comum ao longo de todo o processo que pôde assim ser denominado. Se o fenômeno em si se caracterizou por grande heterogeneidade, da bibliografia especializada não há de se esperar algo diferente.

No capítulo anterior, foi realizada a tentativa de explorar as nuances do pensamento barrosiano através de seus livros caracterizados como “sociologia sertaneja”, observando, neste processo, a dianteira do livro *Heroes e Bandidos* como o mais relevante das três obras especializadas – sendo a primeira *Terra de Sol* (1912) e a última *Almas de Lama e Aço* (1931). Gustavo Barroso se mostrou, a partir de 1912, como um dos mais profícuos intelectuais a perscrutar o Cangaço, não só pontuando com propriedade as causas primárias do banditismo sertanejo, como também se embasando num método especializado próprio, que levava a comparação entre possíveis similaridades características ao caráter científico.

Contudo, suas análises, por vezes, se guiavam por critérios étnicos, acompanhando parte da intelectualidade brasileira do período que também tecia suas análises a partir do determinismo racial, e mesmo que em sua última obra – *Almas de Lama e aço* – ele tenha se livrado destes pressupostos, sua leitura taxativa realizada em 1912 e 1917 compactuando com teorias lombrosianas o seguiu e ainda segue na historiografia.

Essa escolha, a longo prazo, somado à outra ordem de fatores políticos, gera comoção em parte da intelectualidade nacional que não vê mais na interpretação vigente sobre o banditismo sertanejo condizente com o momento político vivido pelo Brasil na época, dado que do ponto de vista social, a partir da década de 1950 – 60 existia uma luta interina de movimentos ligados ao Partido Comunista Brasileiro. Este lutava em prol da expropriação das terras

latifundiárias aos camponeses desabrigados e os cangaceiros e camponeses ligados aos movimentos messiânicos poderiam ser instrumentalizados como símbolos sociais que arregimentasse uma história, com movimentos pré-políticos e politizados, em torno da luta pela posse de terra. Nessa mesma década, Hobsbawm escreve a obra *Bandidos* (1969) que também se apropria de parte destas ideias, mas centrado em um contexto globalizado, na qual encontra semelhanças entre fenômenos de banditismos rurais e defende a existência dos chamados “bandidos sociais”.

Nesse contexto, nasce uma corrente interpretativa do Cangaço diversa da que nos mostrava Gustavo Barroso em suas obras, pois esta não vai mais considerar as multifacetadas faces do Cangaço. Todas serão rebaixadas ao segundo plano, para a coroação de uma nova vertente interpretativa: uma que considere o Cangaço social em detrimento de tudo e todos. Esta corrente interpretativa vai ser guiada pela figura central de um dos intelectuais marxistas mais influentes do Brasil na década de 1960, Rui Facó, através da obra *Cangaceiros e Fanáticos*, datada 1963. A possibilidade de sua interpretação sugere algumas questões essenciais, como: como se dá a transição de uma interpretação cultural à social na historiografia do Cangaço? Qual é a influência do contexto da década de 1960 no Brasil em sua luta na desapropriação da terra e a escrita de *Cangaceiros e Fanáticos*? Quais os contrastes da leitura de Hobsbawm sob o conceito de “banditismo social” com o que propõe Facó na luta contra o latifúndio? E, por fim, qual é o papel de *Cangaceiros e Fanáticos* na instrumentalização do Cangaço como campo temático do Cangaço no marxismo brasileiro?

1. Rui Facó: Biografia de um marxista

É usual começar uma leitura biográfica, independentemente de sua extensão, pelo início da vida do biografado, criando uma linha temporal que ligue até seus últimos dias. Outra opção é começar pelo evento mais relevante de sua trajetória. Se essa for a abordagem escolhida para retratar a vida de Rui Facó, iniciaremos pelo fim de tudo, sua trágica morte. Em 15 de abril de 1963, falecia, vítima de um trágico acidente aéreo, um dos mais importantes pensadores e militantes comunistas da década de 1960.

O avião Douglas DC-6B, da companhia Lloyd Aéreo Boliviano, teria decolado de Arica, no Chile, com destino a La Paz, na Bolívia. As condições péssimas do voo foram relatadas ao longo do percurso, chegando o piloto a afirmar que já não possuía visibilidade alguma, era um voo cego. O destino final de todos os passageiros e tripulantes já se sabe: todos morreram. O

intercurso contra as rochas nas proximidades do vulcão Tacora não poupou sequer uma das 39 pessoas que ocupavam a aeronave (SANTOS, 2014, p. 22).

Naquela data, Facó já viajava a trabalho pela revista *Novos Rumos*, com agenda preenchida para ocasiões futuras, como para o lançamento de seu livro *Cangaceiros e Fanáticos*, lançado como obra póstuma oito dias depois de seu falecimento. Na data, Luís Carlos Prestes autografa pelo autor, morto na tragédia. Depois de *Cangaceiros e Fanáticos*, seu texto mais relevante foi *Brasil Século XX*, lançado em 1960.

Todo o posicionamento político de Facó foi se constituindo ao longo da vida, com fragmentos do lugar em que vivia e das posições que tomava em todas as situações corriqueiras e excepcionais. Neste momento, é interessante entender de onde veio, qual seu berço e quais valores lhe foram passados assim de investigar a construção política de seu discurso.

Rui Facó, filho de Gustavo e Antonieta, nasceu em 4 de outubro de 1913, no mesmo estado de Gustavo Barroso. Barroso é filho da capital, enquanto Facó tem seu início de vida em uma cidadezinha chamada Beberibe, que se localizava a 73 quilômetros de Fortaleza. Ainda estabelecendo comparações entre Gustavo Barroso e Rui Facó, existem mais semelhanças do que simplesmente o estado em que nasceram. Rui Facó também era filho de uma família tradicional cearense, com algumas posses a mais do que a maioria na região. Não chega a nada tão relevante quanto os grupos oligárquicos que dominavam o local, mas foi o suficiente para que tivesse uma educação de qualidade, inclusive com a possibilidade de estudar no Liceu do Ceará⁵⁷, quando se mudou para Fortaleza. Pouco tempo passou em Beberibe, seu percurso o encaminha a Fortaleza, posteriormente a Salvador, Rio de Janeiro, Moscou e Praga (SANTOS, 2014, p. 120).

Fortaleza, portanto, é a primeira parada desta série de viagens que faz ao longo dos anos, passando pelo Liceu do Ceará e, também, pela Universidade do Ceará, para cursar Direito na instituição. Luís Sérgio Santos (2014) comenta que depois da saída de Beberibe, as cartas serão o meio de comunicação mais usado entre Facó e a família, em especial com Ana, uma de suas irmãs mais novas, pois ela era uma das mais próximas entre todos. Já no Rio de Janeiro, Facó sempre se encarregou de enviar dinheiro, revistas e livros a todos, com o discurso que estudar era necessário, fazia parte do processo de politização comum contra a desinformação. Sua vida toda é uma luta a favor da politização, da democratização pelo conhecimento e do

⁵⁷ Ainda na Biografia de Gustavo Barroso, foram citadas as disciplinas da grade do Liceu do Ceará. O conjunto de matérias oferecidas na escola versavam para uma educação diversificada e de grande qualidade.

enfrentamento pelo que acreditava ser mais correto, consoante à sua leitura do mundo (SANTOS, 2014, p. 120).

Mesmo com pouca idade, aos 16 anos apenas, começa sua agitada vida de jornalista, escrevendo para a *Folha do Povo do Ceará*. Sua trajetória vai guiá-lo nesse sentido desde aí como escritor, destacando-se lá nos seus últimos anos de vida, ocupando-se da redação do jornal *Novos Rumos*. Curioso é o fato de ser jornalista desde cedo, habituado a escrever, ainda assim não publica muitos livros no conjunto de sua obra. A concentração de seus esforços está localizada no âmbito jornalístico. Sua morte precoce ainda deixa a lacuna de pensarmos como seria a atuação do intelectual, principalmente diante a ditadura civil-militar de 1964. Sabe-se que quanto à ditadura de Vargas, Facó não permaneceu omissos diante dos acontecimentos. A prova maior que não deixa margem para contestação de seu posicionamento está na sua consequente prisão pela oposição ao regime estadonovista em 1937, meses depois da transferência de seu curso de Direito da Universidade do Ceará para Faculdade de Livre Direito da Bahia (SANTOS, 2014, p. 122).

É na Faculdade da Bahia que conhece um de seus amigos e parceiros de militância até seus últimos dias, Armênio Guedes, filho de Adorzinda Dulfina dos Santos Guedes e seu Júlio Augusto de Castro Guedes. Armênio está presente no primeiro contato de Rui Facó com o Partido Comunista Brasileiro, em 1932. Neste encontro, também, fazia-se presente Julia Guedes, futura esposa de Facó, irmã de Armênio. Ambos cursavam Direito na Faculdade de Livre Direito da Bahia, e também está presente nas reuniões comunistas, Júlia vai ser também uma parceira no engajamento partidário (SANTOS, 2014, p. 172).

Facó conclui a faculdade em 1937, e nessa data, já tinha bastante atividade jornalística, principalmente como redator para a jornal *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Contudo, seu primeiro contato na Bahia com o jornalismo foi com o jornal *O Estado da Bahia*. Seus textos versavam, principalmente, sobre questões sociais e, esporadicamente, sobre crítica literária, área que se desenvolveu após os anos 50, como atesta Santos (2014).

Seguindo a mesma linha da redação nos jornais anteriores, Rui Facó também contribuiu para a revista *Seiva* fundada em 1938, em pleno o Estado Novo, fazendo oposição a este através de textos comunistas. Facó contribuía com textos de sociologia para a revista de João da Costa Falcão, jornalista e comunista engajado que se tornou conhecido pelos encontros periódicos na residência da família Guedes (SANTOS, 2014, p. 181).

Escrever era o que realmente interessava-lhe. Diferente de Armênio e sua formação de tipógrafo, Rui Facó aprendia pelo ato empírico da escrita, na articulação de ideias por artifícios

retóricos. Apesar de militante, Santos (2014) mostra-nos que em relação ao seu círculo pessoal, principalmente comparado a Armênio Guedes, Facó sempre fez mais o estilo intelectual, sem muito radicalismo político quanto aos demais, o que, claramente, não o impedia de versar sobre as mudanças que acreditava serem necessárias para a reformulação dos princípios políticos nacionais, pelos quais lutava incessantemente para reformá-los.

Em 1945, parte de Salvador para o Rio de Janeiro. Neste período, o contato com Armênio era realizado por cartas enviadas a Júlia, esposa de Facó. Já no Rio de Janeiro, Rui Facó se torna o secretário do jornal *Classe Operária*. Apesar de atuar em jornais de esquerda e em sua grande maioria, comunistas, Facó não atuou na ilegalidade. Diferente de Armênio e de outros comunistas frequentadores da mesma célula, ele permaneceu na legalidade, mesmo atuando constantemente através de seus textos. De 1945 a 1952 permanece no Rio Janeiro nesta mesma tarefa, ou seja, lutar pela esquerda e pela movimentação intelectual e prática contra o sistema de valores nacionais que privilegiavam o latifúndio em detrimento da grande maioria mais pobre, que não possuía nenhuma terra. A má distribuição de terras, ainda no processo de colonização, acrescera o principal problema e que em torno dele giram todos os demais no país: o monopólio (SANTOS, 2014, p. 194-195).

Todo esse engajamento cobrará um preço: mesmo na legalidade, em 1947, o jornal *Tribuna Popular* relata a invasão da polícia na casa de Facó à procura de células do partido comunista, em sua constante dualidade entre a legalidade e a ilegalidade – quase sempre estando no segundo. Um dos únicos benefícios dessa ilegalidade é a fluidez com que as revistas e periódicos comunistas se portam no cenário. Uma das táticas para driblar a censura do Estado era a troca de nomes das revistas e a permanência com os conteúdos, como na reformulação do jornal *Tribuna Popular* para *Imprensa Popular*, ou do jornal *Voz Operária* se reapresentar como *Classe Operária* (SANTOS, 2014, p. 195).

Eram tempos complicados para a manutenção da rede de informação comunista que lutava contra o sistema que, constantemente, via no comunismo uma ameaça. João Quartim de Moraes (2000) nos mostra isso quando aponta a burguesia brasileira como se representasse o poder moderador do período imperial nos moldes republicanos. A proibição constitucional da existência do partido que tinha seus representantes eleitos na câmara dos deputados e até entre os senadores provam isso. Posto o cenário, não dá para afirmar que ficou mais fácil simplesmente pela retomada da democracia em 1945, não para quem militava com pautas comunistas.

Rui Facó ficaria no Rio de Janeiro até 1952, quando embarca para Moscou com toda a família, inclusive com seu filho Paulo, recém-nascido em Salvador. A viagem não segue direto. Duas paradas são feitas, uma na Itália e outra em Praga.

O mês que passa em Praga é um dos mais produtivos no que tange a encontros relevantes. Na estada de um mês, passa dias ao lado de Jorge Amado, Zélia Gattai, esposa de Jorge e Pablo Neruda, poeta chileno. Jorge Amado que também viria integrar as fileiras do PCB anos à frente e permanecia na cidade pela recente expulsão da França. Na época, o escritor era do Comitê da Paz, vinculado ao comunismo internacional. Amado já estava há quatro anos exilado na Europa e ficaria até o ano seguinte, quando retornaria ao Brasil. Facó e a família, junto a Armênio, depois de terem conseguido o visto, rumam diretamente à União Soviética, anos que serão extremamente difíceis para todos (SANTOS, 2014, p. 198).

Lá chegando, a primeira ocupação de Rui Facó foi na rádio moscou, com um programa destinado a brasileiros na Rússia. Armênio buscou logo dar continuidade ao tratamento no pulmão, problema este que não conseguira resolver no Brasil, à época. Nesse período, ainda aproveitaram para estudar e fazer treinamentos na escola do Partido Comunista de Moscou.

O maior problema enquanto esteve na capital central da União Soviética veio a lhes atormentar dois anos depois, em 1954, quando Julia descobre um câncer de mama, não resolvido com uma cirurgia de mastectomia o que a levaria ao seu consequente falecimento em 1958. Paulo, filho de Facó, ainda teria de resolver outro problema, além da recente orfandade de mãe, uma atrofia na perna que dificultava sua locomoção. Após submetido a cirurgias de reparação, descobriram que o problema ainda não teria se resolvido totalmente e teria resquícios ao longo da vida (SANTOS, 2014, p. 198).

Nesse cenário, Rui Facó volta ao Brasil ainda em 1958, no mesmo ano de falecimento de sua esposa, e vai morar com o cunhado, Armênio, e sua esposa, Zuleika Alembert, até 1963, ano em que acontece o trágico acidente. Este será o período de maior atividade intelectual de Facó, com a escrita do livro *Brasil Século XX* em 1960, de *Cangaceiros e Fanáticos* em 1963 e com grande atuação na revista *Estudos Sociais* em 1958 e *Novos Rumos* em 1959 - especialmente na segunda (SANTOS, 2014, p. 202).

Amparado pela carga de conhecimento adquirida até então e por intelectuais como Astrogildo Pereira, um dos fundadores do PCB em 1922, sua luta continua, contextualizada pela Guerra Fria e pelas amplas potências imperialistas internacionais. Manifestos são realizados contra a intervenção de potências nos países fragilizados por guerra ou por outros motivos, e exemplos de benfeitoria e de vitória guerrilheira contra o Estado maior que auxilia

no processo de acumulação burguesa e latifundiária, também são lembrados. Este é o caso do texto “Nota Internacional” que recebe posteriormente outra edição intitulada de “Uma política independente para a América Latina”, lançada na *Novos Rumos*. No texto, Facó ataca a política intervencionista do presidente Kennedy e exalta a resistência de Cuba. Simbolicamente, a defesa de Cuba será feita por intelectuais da esquerda como um exímio ato de resistência bem-sucedida contra potências pré-estabelecidas pelo “sucesso”, figurado pelo literal esmagamento de tudo que não favoreça o capital internacional (SANTOS, 2014, p. 202-205).

Com contornos claros no que foi exposto acima, na elevação de Cuba como exemplo anti-imperialista e detentor de plena legitimidade, Facó afirma ao final do texto supracitado:

Num mundo em revolução para a independência nacional, o progresso autêntico e o autêntico bem-estar dos povos, a América Latina não pode manter-se a margem. Ela também desperta e luta. Cuba é a sua consciência, a sua vanguarda, a sua prova de fogo. Os acontecimentos de nossos dias mostram que a América latina pode dar importantíssima contribuição à causa da paz mundial e da coexistência pacífica entre os povos (Facó, apud, Santos, 2014, O. 207).

O exemplo de Cuba, aqui, ajuda-nos a entender alguns posicionamentos internos de Rui Facó quanto ao Brasil. Ao observar a trajetória do autor até o presente momento, perceberemos que sua luta desde o ingresso no PCB em 1932, ou mesmo desde o começo de sua atuação jornalística, ainda em Fortaleza, dá-se por pautas de esquerda, sociais. Depois do seu ingresso ao PCB, o clamor ganhou traços mais específicos, e as principais bandeiras de luta do comunismo brasileiro e de vários outros intelectuais exteriores a este círculo serão contra o imperialismo e o latifúndio. A receita da aplicabilidade do comunismo internacional passava por especificidades regionais obtidas pelo saldo da própria história local. O Brasil é um país continental, mesmo antes dos primeiros tratados de limite no século XVIII e a herança primeira que recebemos de Portugal no ato da colonização a expropriação da terra indígena e a divisão para alguns portugueses abastados, formando, assim, as primeiras capitâncias hereditárias.

A interpretação marxista da história que leva em consideração estes fatores denunciam a invasão do velho continente à América, e também sua herança desigual entre os filhos do Brasil que, auxilia no aumento exponencial da desigualdade social. O hasteamento dessa bandeira é tão importante que em alguns momentos da história do país no século XX, o PCB esquece a pauta da revolução proletária e tenta agir dentro dos contornos democráticos, procurando desarticular as grandes extensões de terra e dividir entre todos, especialmente na década de 50 e 60 (MEDEIROS, 2000).

Rui Facó busca, a partir dessa trajetória, pensar em momentos da história do Brasil em que o povo brasileiro buscou, genuinamente, seus direitos apelando tanto quanto possível, da

retórica às armas, e encontra nos momentos de insurgência no final do século XIX e começo do século XX, os exemplos perfeitos. Justamente no Nordeste, sede das maiores oligarquias e concentração de poder, em poucos anos estouram vários movimentos romeiros e armados que vão de encontro à estabilidade republicana e exigem das forças do Estado repressão imediata. De romeiros, temos Canudos, Caldeirão, Juazeiro, Pau de colher, entre outros; e de movimento armado, destaca-se o Cangaço. O conjunto das manifestações de variadas formas não são simples insurgências, na interpretação faconiana, são o “prólogo da luta armada” (FACÓ, 1963).

Mais especificamente quanto ao Cangaço, o autor denuncia que até o momento – década de 60 – não existem interpretações politizadas do movimento. O Cangaço, especialmente, teria de ser visto como um símbolo de luta contra o latifúndio no Brasil – foi o pontapé inicial dado – rumo à desarticulação completa e à reformulação do Estado brasileiro que contemple a todos os cidadãos e dignifique todas as raças em detrimento apenas àqueles que possuem herança europeia, de posses ou consanguínea.

Visto que foi feita a explanação geral do alcance das teses faconianas, resta-nos investigar, mais especificamente, como o autor expõe seus argumentos no livro que mais lhe deu destaque: *Cangaceiros e fanáticos*.

2. *Cangaceiros e Fanáticos*: “Prólogo da luta armada”

Cangaceiros e Fanáticos é um livro que, antes de tudo, porta um símbolo. Não se sabe bem o que pretendia Facó para além de elevar a luta de camponeses⁵⁸ a âmbito nacional com caráter simbólico e representativo da história de um povo que se julga ter um inimigo comum. O autor faleceu antes mesmo do lançamento do livro, em 1963, e isso nos priva de discussões a respeito do texto, que ainda assim foram feitos em sua ausência, mas poderiam ter sido mais produtivas se aqui estivesse para defender sua posição. Sua interpretação vai ser largamente criticada pela historiografia brasileira do Cangaço⁵⁹ por ser lotada de determinações e vícios teóricos de encaixe forçado num evento social, empírico, que possuiria sim, em tese, valor simbólico, mas principalmente se vinculado a esfera cultural. Talvez o autor estivesse ciente das determinações culturais que empregavam na interpretação cangaceira, principalmente de ordem regional, quando expõe sua vontade de realizar uma leitura politizada do corpo destas

⁵⁸ Talvez seja interessante pensar na carga de sentido atribuída o termo camponês.

⁵⁹ Cf. (MELLO, 2004), (PERICÁS, 2010), (FERRERAS, 2003).

manifestações. Cabe-nos, analisar até que ponto o maniqueísmo é válido para o emprego político no fomento de um movimento historicamente datado.

Para que isso seja feito, todo o conjunto da obra tem de ser levado em conta, e não apenas o que se refere ao Cangaço. O “prólogo da luta armada”⁶⁰ incluiria, em especial, a luta de Canudos como ato de resistência ao Estado, monárquico ou republicano, e lhes causou a tragédia do esfacelamento da comunidade camponesa que se instala às margens do rio Vaza-Barris. O livro de Rui Facó se divide em três partes, particularmente independentes, mas ligadas pela matriz de luta contra o monopólio de terra. A primeira delas, e a mais simbólica é sobre o “despertar dos pobres do campo”. Aqui, Facó vai delimitar o espaço do que considera cangaceiro, “fanático”, as implicações conceituais de cada termo e o aceiteamento pelos próprios atores que recebem a alcunha. Suas reflexões sobre o Cangaço residem, aqui, como a tratativa mais geral sobre o “fanatismo”. Neste ponto também são expostas as soluções prévias de quem não opta nem pelo Cangaço, nem por grupo de romeiros.

Na segunda parte, a comunidade de Canudos e o próprio conselheiro serão enfatizados. O conselheiro, como ator principal e agregador de toda a comunidade campesina, vai ser datado historicamente a fim de que se quebre um preconceito de época usado, estrategicamente, pelo Estado por considerá-lo um sublevador imperial, alguém que lutava contra o sistema republicano. Em outra margem, serão elencados todos os condicionantes para a formação da comunidade e as implicações sociais que causaram na região e no país. Canudos, por esta ótica, concentra os mais variados sentimentos, com grande histórico de luta e garra pelos valores comunitários em contraste à pregação do assassinio republicano. Os artifícios retóricos escolhidos ao longo de toda narrativa de Facó, apelam justamente para essa carga de sentimento, principalmente para ilustrar a quem não conhece a luta daquele povo. No próximo capítulo, veremos como é que a opção por esse estilo narrativo vai produzir efeito contrário na historiografia do Cangaço subsequente a sua publicação.

Na terceira e última parte, Facó se dedica a analisar, historicamente, os efeitos do reduto de Juazeiro e a própria figura de Padre Cícero na história do Nordeste, tal como da figura de Floro Bartolomeu e o papel desempenhado, extremamente relevante para o sucesso e prestígio da que veio a ser a segunda maior cidade do Ceará, perdendo em número de habitantes apenas para a capital – Fortaleza - em certos momentos de sua história (FACÓ, 1991).

Antes de iniciar as explanações sobre a primeira parte do livro, é necessário explicitar as ausências de Facó, que nos esclarecem tanto quanto o que seria exposto. Diferente de

⁶⁰ Expressão utilizada pelo autor para designar a luta de cangaceiros e “fanáticos”.

Gustavo Barroso, Facó não busca contato com a genealogia do Cangaço para entender as especificidades do movimento. Não há nem mesmo uma preocupação com estes detalhes, e a conclusão mais óbvia – mesmo que seja a mais perigosa justamente pela obviedade – é que o estilo narrativo escolhido para a obra não suporta estes detalhes. Gustavo Barroso explicita, por exemplo, quando o Cangaço se iniciaria, busca exemplos dos principais cangaceiros e faz uma minibiografia de eventos de cada um, buscando encaixá-los nas causas pré-determinadas na primeira parte de seu trabalho. Como folclorista, Barroso, também, analisa a relevância da musicalidade popular sobre os feitos do Cangaço e busca no retrospecto temporal exemplos claros da tese que defende sobre a *ancestralidade folclórica* (MOREIRA, 2006).

O conjunto dessas informações é um dos fatores que conferem a Barroso o “título” de um dos principais pesquisadores do Cangaço na primeira metade do século XX. Já Rui Facó opta por uma linha totalmente diferente para a análise do Cangaço, convergindo em poucos pontos com Barroso⁶¹.

Ainda assim, perceberemos, ao longo da relação bibliográfica que existe no Brasil, vários autores que respeitam a posição de Facó, mesmo com estas ausências, e isso nos leva a uma conclusão, um tanto apressada, mas minimamente válida, que não existe um conjunto fechado de determinações que levam um ou outro autor a se tornar uma matriz interpretativa de um dado tema na historiografia. Existe complexidade neste processo, que não inclui só predileção por narrativas assertivas e expositivas de teor factual, mas se trata de conteúdo político. Todos os textos analisados neste trabalho, ou pelo menos a maior parte dos textos escritos – alguns mais engajados outros mais apáticos – têm sua carga política. Quando Facó diz, no ato de escrita de *Cangaceiros e Fanáticos* que não possui textos sobre o Cangaço com interpretações politizadas, seria mais correto pensar que talvez a política adotada nas interpretações anteriores não gozasse de algo que os atraísse⁶², que faltava ainda, uma interpretação que lutasse com mais veemência contra o monopólio de terra como o principal algoz da condição precária da grande maioria do Nordeste do país – pelo menos, assim, faz sua interpretação.

⁶¹ O principal ponto de conversão entre eles está na leitura que é o Estado o responsável pelo movimento, e que a repressão como simples ato de combate a violência com mais violência só causou transtorno no lugar de dar resoluções.

⁶² Quanto a referência plural, a interpretação desta linha não contempla apenas a Facó, nem mesmo no ato de escrita do trabalho. Grande parte do corpo da revista “Novos Rumos” estava no ato de lançamento do livro no dia 23 de março não apenas pelo prestígio ao recém falecido, mas porque o conjunto das explicações dadas no livro não dizia respeito apenas ao Facó enquanto indivíduo, mas representava todos dentro e fora da cúpula do PCB que acreditavam sim, na miséria causada pela simples existência do latifúndio no Brasil. Existe certo consenso na linha marxista da década de 1960 quanto a esse assunto, principalmente se a luta era contra monopólio e o imperialismo.

Logo no início de *Cangaceiros e Fanáticos*, ainda no prólogo, ele faz questão de desembaraçar e esclarecer o título do livro. Com cangaceiros, não temos nenhum problema conceitual ou de escárnio por parte de quem recebia o título, afinal, aqueles que possuíam/viviam de furtos ou mesmo iriam vingar sua honra depois de algum feito, diziam que “cairia” no Cangaço. Na ficção nacional, em especial em José Lins do Rego, temos a representação de como seria a tomada de posição de um sertanejo que se tornaria cangaceiro⁶³. Na literatura, mesmo a que não parte exclusivamente de preceitos ficcionais, a transição de sertanejo a cangaceiro implica em uma série de consequências diretas assumidas no ato. Não há relatos – ou se há, não possuem grande relevância - de sertanejos que escondem sua vida de cangaceiro e vivem uma vida dupla. As mais famosas histórias partem de exemplos claros de quem possuía plena consciência do que fazia e de que o chamavam. Por vezes, chegava a ser motivo de orgulho o emprego do termo “cangaceiro” pelo respeito e temor inerente ao próprio símbolo que representava.

Uma explicação mais elaborada foi feita por Gustavo Barroso no livro *Heroes e Bandidos* (1917), quando o autor traz à tona as implicações do “ser sertanejo”, da moral sertaneja. Era motivo de orgulho, de acordo com Barroso, assumir que vingou sua honra ou de alguém da família mesmo que por meios ilícitos. Não era relevante se foi ou não de acordo com a lei ou mesmo com princípios éticos guiados pelas “leis divinas”. A moral sertaneja das regiões mais afastadas do litoral e palco de grandes surtos de seca e criminalidade criaram um próprio código ético no qual hierarquicamente era pior ofender a honra do que matar um indivíduo. A justiça era feita por quem sofria das agruras do acontecimento, e não exista a representação do Estado nesse quesito, tanto é que a situação vai ser denunciada largamente por autores relevantes que fazem a leitura daquela realidade no início do século XX, como o próprio Barroso (1917;1931), José Américo de Almeida (1923), Xavier de Oliveira (1921), entre outros.

Em síntese, não era nenhuma falta de respeito chamar alguém que “caiu” no Cangaço de cangaceiro, e isso está bem discutido na historiografia do tema, mesmo antes de 1963. A novidade que traz Facó, para o texto, é sobre o termo “Fanático”. Sobre o assunto o autor disserta:

Não negamos a existência do fenômeno, uma espécie de misticismo, de messianismo não-cristão, embora formalmente influenciado pelo cristianismo. O que discutimos é a sua essência, a eclosão e motivação das lutas no falso pressuposto de que elas têm no misticismo ou messianismo sua origem e seu fim. **Acreditamos, ao contrário, que os fenômenos de**

⁶³ Três obras formam um conjunto que pode ser consultado para mais informações sobre o Cangaço em Lins do Rego, sendo estas respectivamente: *Pedra Bonita* (1938), *Fogo Morto* (1943) e *Cangaceiros* (1953).

misticismo ou messianismo, que se convencionou chamar de fanatismo, disseminados pelos sertões em nosso passado ainda recente, têm fundo perfeitamente material e servem apenas de cobertura a esse fundo. É a sua exteriorização. Em populações submetidas a mais ignominiosa exploração e mergulhadas no mais completo atraso, sob todos os aspectos, a razão estava obscurecida e transbordavam os sentimentos em estado de superexcitação (grifo nosso) (FACÓ, 1991, p. 9-10).

E mais a frente completa:

Ao elaborarem variantes do cristianismo, as populações oprimidas do sertão separavam-se ideologicamente das classes e grupos que as dominavam, procurando suas próprias vias de libertação. As classes dominantes, por sua vez, tentando justificar o seu esmagamento pelas armas – e o fizeram sempre-apresentavam-nos como fanáticos, isto é, insubmissos religiosos extremados e agressivos (FACÓ, 1991, p. 10).

A nova roupagem dada ao “fanatismo”, por Facó, merece destaque em alguns pontos. Primeiramente, a significação subverte a lógica que considerava os romeiros criminosos. Agora, tornam-se símbolos de lutas contra o latifúndio. Segundo, percebemos uma hierarquização na teoria marxista e o condicionamento da superestrutura à estrutura. As condições materiais seriam as inteiras responsáveis pelo fanatismo exacerbado, em estado de “superexcitação”, como caracterizado por ele mesmo. Não pretendemos, com essa constatação, fazer todo o arrolamento da literatura marxista oriundas de várias linhas para pensar ou não numa dialética do universo material com o cultural, ainda fique evidente os contornos da teoria marxista ortodoxa no corpo de suas reflexões⁶⁴.

Na tentativa de comprovação do que propõe, Rui Facó ainda relata ter conversado com Manoel Ciríaco, um sobrevivente de canudos e seguidor de conselheiro desde a época em que a comunidade de canudos se chamava Belo Monte, e diz que em nenhum momento o ouviu se referir aos residentes de Canudos como “fanáticos” (FACÓ, 1991, p. 10). Não havia essa identificação como no caso dos cangaceiros. E, assim fica mais fácil entender o esforço feito pelo autor para esclarecer a utilização do termo no título do livro. Ao contrário, se não o fizesse, o tom crítico adotado pelo autor no livro, tornar-se-ia tornaria incoerência por acatar uma terminologia utilizada pelos algozes de Canudos e de outros movimentos messiânicos.

Ainda no prólogo, outro trecho merece destaque. Nele, o autor demonstra parte do tom adotado no restante do texto, explicando em partes até mesmo os motivos que o levaram a redigi-lo. Facó vai explicar a recente reaproximação dos setores ligados à academia e da arte com temas regionais, como o Cangaço e canudos. Sobre isso, Facó disserta:

⁶⁴ A quebra do condicionamento de ordem imaterial em relação ao material é realizada, por exemplo, pela história social inglesa, que tem como figuras de proa Edward Thompson e Raymond Williams. Cf. (THOMPSON, 1987), (THOMPSON, 1981), (THOMPSON, 2001), (WILLIAMS, 2005), (WILLIAMS, 2011).

É como que uma tomada de consciência em relação ao passado, um passado clamoroso, do qual anda existe grande cópia remanescente em nosso presente, e um desejo que se torna generalizado de por fim para sempre a remanescentes. É também o reconhecimento de que aqueles homens que empunhavam armas e se tornavam cangaceiros, ou que se reuniam em torno de um monge ou conselheiro e eram chamados de fanáticos, não passavam na realidade de vítimas de uma monstruosa organização social que se está modificando hoje ao sopro das vertiginosas transformações por que passa o mundo contemporâneo e que nos envolvem, sacudindo a letargia em que vivia o nosso interior (FACÓ, 1991, p. 11).

Este é um dos argumentos que fecham o prólogo e iniciam o livro de fato. Existe um grande nível de importância atribuído à recente retomada da sociedade a partir de setores que se mobilizam para pensar na importância de temas regionais na pauta de assuntos contemporâneos. Esse resgate e a inquirição de uma memória coletiva sobre o tema é essencial para a retenção do monopólio e a mobilização contra sua existência, porque quando se volta a atenção a movimentos sociais, é levado à discussão concomitantemente, os motivos que levaram o movimento a eclodir. O papel de Facó é diferente de parte dos escritores apaixonados pelo tema, os quais cita no trecho: é justamente pensar no sentimento que mobiliza estes notórios criminosos que se fazem representar na arte e cultura nacional por fazer valorar parte do passado do Brasil. Não um passado de crimes, e sim, de lutas, contra o inimigo declarado de todo grupo social e político dentro do qual ele se movimenta, perfazendo e contextualizando o papel dos ideais comunistas no Brasil. Sociologicamente, o autor tenta nos mostrar que, se de fato fosse criada uma cultura que se utilizasse da ótica social para explicação do Cangaço seria bastante assertivo.

Dado o motivo de escolha dos cangaceiros enquanto tema e o contexto no qual se articula, é lúcido que perguntemos: o que levaria à sublevação dos sertanejos de acordo com Rui Facó? O primeiro passo seria dado a fim de indicar a dimensão sociológica do universo faconiano. Não é possível que se enquadre a obra *Cangaceiros e Fanáticos* nos moldes de outras obras históricas pelo fato de não ser uma preocupação do autor cuidar de detalhes históricos do movimento. Desde o início da obra, o autor não se intimida em utilizar de preceitos da sociologia olhando a todos como pertencentes de um grupo amorfo e ligado às mesmas condições sociais. Entretanto, antes de entrar no determinismo social, Rui Facó opta por se desviar do fator racial.

Com atenção voltada a Euclides da Cunha (1902), Facó repudia as teses que declaram inferioridade por parte do sertanejo ao se tornar cangaceiro. A roupagem social almejada pelo autor se livra da poeira das teorias raciais, começando pela negação das colocações euclidianas. Aqui, também, reside um elemento crucial no desenvolvimento para uma pesquisa coesa. O

papel, por ele desempenhado, visava à construção da imagem do cangaceiro, e a determinação racial não configura, em nenhuma medida, um de seus preceitos, sobretudo os mais civilizacionais.

Alguns comentários são feitos nesse sentido, como: “Seriam apenas “retardatários” da civilização, como os qualificava Euclides da Cunha? ”. Indagações nessa direção são acompanhadas de respostas rápidas e diretas: “Evidentemente, não” (FACÓ, 1991, p. 16). Se essa problematização não fosse explicitada, alguns problemas adicionais poderiam surgir, principalmente pelo fator racial já ter sido cogitado como um dos condicionantes, desde Euclides da Cunha (1902). Em Gustavo Barroso a tese ganha mais força, e figura como uma das principais causas nos anos iniciais de sua pesquisa⁶⁵. Em Facó percebemos um distanciamento bastante didático em relação a isso, pois o vínculo poderia fazer perder força sua tese inicial contra o monopólio.

Entretanto, citar simplesmente o foco no monopólio dado pelo autor, em detrimento a todo um universo de possibilidades é cair num reducionismo acrítico. Faz-se necessário entender quais são as limitações inerentes à preservação da unidade territorial nas mãos de poucos e analisar em que medida isso afeta os sertanejos mais pobres, diretamente.

Inicialmente, o monopólio, foi caracterizado como uma grande extensão de terra nas mãos de poucos, voltado, normalmente, para a monocultura com foco na exportação desse produto. Como essa é uma tradição colonial, quem trabalharia nessa terra normalmente eram escravos, e o ato de consumação da Lei Áurea, em 1888, transformou o grupo social atuante de escravos em “semi-servos”⁶⁶, “cidadãos” ainda sem muitos direitos e sob os mandos e desmandos dos donatários majoritários da terra (FACÓ, 1991, p. 18). Não obstante, a insistência do monopólio, dentro do sistema republicano, ainda desencadeia outra série de problemas que além de não auxiliarem no desenvolvimento do país, ainda o bloqueiam. Facó nos mostra isso na comparação do Nordeste com o Sul do país. No Sul/Sudeste, o desenvolvimento no século XIX foi alavancado pela crescente industrialização e contato com os moldes burgueses de organização cidadina. Estas regiões ainda recebem, no século XIX, um grande contingente de europeus já lúcidos quanto a direitos trabalhistas e não aceitam, facilmente, a exploração do sistema capitalista no formato industrial. Mesmo os trabalhadores que já estavam nos cafezais de São Paulo, por exemplo, conheciam o trabalho livre, assalariado, ainda que em condições

⁶⁵ Em *Terra de Sol* (1912) e *Heroes e bandidos* (1917) a cor é usada como artifício negativo degenerador, mas estas conclusões esmaecem ao longo das obras que Barroso denomina como pertencentes a categoria de sociologia sertaneja. Para mais informações ver subtítulo 1.2.

⁶⁶ Terminologia adotada por Facó para designar aquele que trabalha no latifúndio após o advento da república.

precárias. Facó não tenta, com isso, vitimizar o povo nordestino, mas explicar o passo a passo de como é que as regiões ao sul do Brasil estão mais desenvolvidas do que as outras.

No cenário pintado por Facó, não há omissão de exploração do sistema capitalista nos moldes industriais e manuais quanto ao trabalho livre, e sim há a transição facilitada da produção manual à industrial quando se têm trabalhadores assalariados e investimento governamental. O contraste entre quem possui e o despossuído ainda é nítida, contudo, teoricamente um novo espaço industrial em tese estimularia mais reflexão se comparado ao campo.

Se voltarmos, à literatura marxista clássica, entenderemos a proposição de Facó com o “elogio” ao desenvolvimento industrial e a busca de ascensão da classe burguesa. A visão faconiana ainda privilegia certo “etapismo” no desenvolvimento que desemboca numa sociedade socialista, saindo da monocultura acrílica, passando pelo desenvolvimento das cidades e o modo de trabalho industrial e a conseqüentemente tomada de consciência pela classe proletária, mediante exploração da burguesia. Agora, se há um entrave nesse desenvolvimento que leve à instalação de indústrias que não estejam ligadas ao monopólio da terra e o oferecimento conseqüente de mais empregos no sertão nordestino, o sertanejo nunca sairá da inércia em que vive, subordinado para sempre aos donos das terras.

Nesse momento é válido esclarecer que existe a chegada de indústrias ao Nordeste, financiadas por capitais ingleses, principalmente a partir da década de 1870 - as usinas (FACÓ, 1991, p. 19) -, mas nesse caso não existe avanço no campo social nordestino, como assinala Facó no trecho:

A nova classe que surge com elas é ao mesmo tempo de latifundiários e capitalistas. Mas os usineiros não empreendem nenhuma revolução na zona canavieira. Implantam a nova estrutura mecânica para a elaboração do açúcar, mas aproveitam ao máximo o arcabouço do velho latifúndio do antigo engenho. Coexistem por algum tempo, antes da emancipação dos escravos, os trabalhadores escravos, geralmente no eito, e os trabalhadores livres em geral na usina. Quando chega a Abolição, a mudança não é grande: todos são semi-servos do usineiro (FACÓ, 1991, p. 19-20).

Percebe-se que se mudam os agentes – ou modernizam-se – e a estrutura permanece como estava. A modernização advinda da maquinaria adquirida visava, sobretudo, a proteção realizada pelo Estado na economia nordestina destinada ao mercado externo. A condição dos trabalhadores permanece a mesma e não há, no Nordeste, o avanço de uma base econômica mercantil destinada ao mercado interno. Não se trata de distribuição de riquezas, e sim da implementação de mecanismos que criem condições favoráveis ao pleno desenvolvimento de

todos, de forma que o que for produzido vai gerar benefícios também a quem produz (FACÓ, 1991, p. 280).

Mais à frente, Facó nos mostra um dado estatístico que justifica o alarde feito em relação ao espaço destas usinas no Nordeste: somente as 20 principais empresas concentravam terra correspondente a 270 mil hectares (FACÓ, 1991, p. 20). O país chegará a um ponto tão extremo nessa conjuntura, que a própria classe burguesa desvinculada do monopólio vai lutar contra a estrutura, admitindo, sobretudo, que nas condições atuais é impossível alcançar um desenvolvimento pleno.

A intelectualidade ligada mais diretamente ao processo abolicionista, como André Rebouças e Joaquim Nabuco também fazem considerações a respeito do problema causado pelo latifúndio (FACÓ, 1991, p. 23-25). Pensa-se a partir desta constatação: Mediante o esforço da burguesia e de parte da intelectualidade da época, quais seriam os desafios para a tentativa plena de derrubada da estrutura agrária brasileira? Facó nos responde no seguinte trecho:

Entre outros motivos, porque aquele setor da intelectualidade que se batia por uma medida que considerava complementar da Abolição da Escravatura traduzia interesses apenas da parcela mais radical da burguesia brasileira da época. E estes interesses ainda estavam longe de identificar-se com os interesses mais gerais do povo (FACÓ, 1991, p. 27).

Inexistia, de fato, a proximidade de interesses entre os grupos sociais, ainda que fosse do interesse de todos o fim do latifúndio. Nessa direção, fica claro que uma proposição de movimentos em prol do fim da unidade territorial estava impedida. O monopólio permaneceria de pé pela falta de diálogo existente entre as várias camadas sociais brasileiras, e onde é mais forte, como é o caso do Nordeste, ainda passa a ser requisito na manutenção da ordem, mesmo após à da proclamação da república. Os latifúndios usados como principais instrumentos para obter plenos direitos políticos ainda causariam demérito para os menos favorecidos nas disputas entre potentados rurais.

O papel reservado às classes que não possuem meios de subsistência, e não tinham apoio por parte do Estado, seria justamente, pegar em armas para defender quem tem todos os meios naquele espaço reservado. Esse é, de modo geral, o contexto de nascimento do jagunço. Aos outros que não se encaixam no perfil, lhes cabe outras saídas, como a vida nos seringais, a emigração para as capitais e para outros estados na busca de meios de subsistência, e em última instância, seguir quem dizia fazer milagres⁶⁷.

⁶⁷ Inclusive, nesse aspecto, a região semiárida nordestina é quem tem o maior número de movimentos messiânicos registrados. Dentre eles figuram: Canudos, Juazeiro, Caldeirão, Pedra Bonita e Pau de Colher.

A emigração da região nordestina é um dos assuntos tratados por Facó com mais ênfase, principalmente no que tange à busca de uma vida melhor no Norte do Brasil, como o trabalho nos seringais da Amazônia. Contextualmente, Facó trabalha com um recorte temporal do fim do período imperial e início da república. Nessa época, a borracha é um dos principais produtos de exportação do Brasil, em alguns momentos ficando atrás apenas do café. Esse aumento de vendas destinadas ao mercado externo demandou bastante mão de obra, e como o Nordeste era carente de ocupação e suprimentos, milhares de nordestinos rumou aos seringais. De acordo com Rodolfo Teófilo (1922), nos anos de estiagem cerca de 300 mil cearenses foram tentar a vida na Amazônia, e outros 55 mil foram para os subúrbios de Fortaleza. Muitos morreram de fome e doenças antes mesmo de chegar ao percurso (FACÓ, 1991, p. 30)⁶⁸.

Sobre a vida na Amazônia, Facó afirma:

A Amazônia continuava a atrair como miragem os pobres sertanejos nordestinos, que iam morrer de febre em suas florestas exuberantes, nos seringais que alimentavam nabados a estadear riquezas em Manaus, Belém, nas capitais da Europa...em 1900, abandonam o Ceará 40 000 vítimas da seca. Ainda em 1915, de cerca de 40 mil emigrantes que saem pelo porto de Fortaleza, enquanto 8 500 tomam o destino do Sul, 30 mil se dirigem pelo caminho habitual, o do Norte (FACÓ, 1991, p. 31).

O terror que acomete ao sertanejo rumo ao Norte e a vida complicada que este leva, traz em seu bojo um ponto positivo usado por Facó para contrapor a região Norte e Nordeste: o status mercantil. As dificuldades e a exploração dos seringueiros são indiscutíveis, mas as condições de vida que os sertanejos podem experimentar mediante recebimento de salário pode capacitar o homem do sertão ao uso das faculdades mentais para que este perceba que nos latifúndios a exploração ainda é maior.

Aqui, reside uma das críticas possíveis à obra de Facó. Na tentativa de depreciar o latifúndio e de elencar todos os problemas da sociedade provenientes da unidade territorial, o autor encontra benesses onde não existem. A vida nos seringais não possibilitava muitos elogios, primeiramente pela exploração a que se submetiam os trabalhadores a uma condição miserável e depois também, por ser um regime de exploração de recursos primários com destino ao mercado internacional. Portanto, faz-se necessário um pouco de cuidado ao afirmar que a vida nos seringais alimentava, em alguma medida, a criticidade se comparada ao latifúndio. No melhor dos quadros, o estilo de vida adotado pelos seringueiros era na tentativa de conseguir

⁶⁸ Sobre a emigração para capitais na busca de uma vida melhor, tem um episódio na história do Brasil pouco conhecido sobre “campos de concentração” no Nordeste que datava dos primeiros decênios do século XX. Estes “campos” foram criados com o intuito primário de fornecer medicamentos e garantir a vacinação aos transeuntes, mas servira também para impedir que pessoas advindas do interior chegassem a capital. Este episódio pouco conhecido e ainda sem vasta bibliografia tem registros no livro “O quinze” de Rachel de Queiroz.

suprimentos para a família, condição que inexistia no Nordeste em vários momentos da história, em especial os de estiagem.

Se é perigoso encontrar benefícios na vida complicada levada pelos seringueiros em relação à que levava os jagunços e os demais trabalhadores do Nordeste, é possível afirmar que a possibilidade de emigração afetava os donatários de terras. Sobre isso, Facó disserta:

Essa emigração em massa representa na prática uma ruptura com o latifúndio, um sério desfalque para ele. Para sobreviver como latifúndio semifeudal, ele deveria dispor de mão de obra semi-servil. E esta lhe fugia agora. A sua salvação é que as malhas do sistema latifundiário semi-servil se estendiam a todo país, com alguns claros apenas na pequena propriedade da extremidade meridional, no Rio Grande do Sul, e que não pesava no conjunto (FACÓ, 1991, p. 31).

Apesar de ser diretamente afetado pela leva na emigração, é importante lembrar que um maior número de pessoas costumava sair do Nordeste porque sabia, primeiramente que haveria trabalho nos seringais, e depois pela dificuldade imposta em épocas de estiagem, onde o necessário para sobrevivência era de difícil acesso. Logo, infere-se que em tempos “normais”, essa transição acontecia com menos frequência. O próprio aumento da exportação de borracha data de maneira exponencial na transição do século XIX para o XX e é nesse período que muita mão de obra será demandada. Evidentemente não acontecem emigrações só no período compreendido entre 1890 e 1910, porém este é o período mais expressivo nas exportações de borracha no quadro de mercantilização de produtos com o mercado internacional, ainda assim, em outros períodos, o fluxo humano diminui bastante, principalmente se não for em épocas de estiagem. Nesses momentos, o sertão fica mais propício à subsistência no caso de quem possui pequena propriedade, mesmo este grupo não sendo a maioria (FACÓ, 1991, p. 33-35).

Logo após o início na queda das exportações da borracha e de uma trégua nas estiagens, o sertão recebia de volta parte da mão de obra que havia saído da tutela das oligarquias. Nesse regresso, de acordo com Facó, outra vez, os latifundiários passavam a se beneficiar, outra vez, com vasta mão de obra e aceitava ficar no cabo da enxada por 12 horas a troco de um prato de comida (FACÓ, 1991, p. 35).

Em tempos em que a emigração já não era favorável nem para fora do estado muito menos rumo às capitais, qual seria a solução do sertanejo que não possui meios para sobreviver? Aqui, reside uma das declarações mais fortes de Facó e que legitimam a atitude de se apropriar da violência para a autodefesa: “Num meio em que tudo lhe é adverso, podia o homem do campo permanecer inerte, passivo, cruzar os braços diante de uma ordem de coisas que se esboroa sobre ele?” (FACÓ, 1991, p. 38).

Esta passagem talvez seja a declaração mais política da obra, ao mesmo tempo em que possui caráter sociologizante, aglutinador e pouco cuidadoso em relação ao que foi o Cangaço enquanto movimento social. O Cangaço, desde seu início⁶⁹, é bastante conhecido pela violência de grande parte de seus membros, os quais ingressaram neste meio por diversos motivos. Como já foi dito, Facó não se preocupa em delinear mais especificamente as causas que gestaram este problema, e assume a responsabilidade de dizer que foi o latifúndio o responsável maior. Gustavo Barroso (1917) já trabalha mais especificamente com algumas explicações adicionais, e Frederico Pernambucano de Mello (1985) é ainda mais expressivo nessa explanação como se verá adiante, mas o que deve ser ressaltado aqui é a intencionalidade por trás dessa posição.

Os críticos de Facó foram incisivos ao apontar essa reflexão como um dos problemas de sua obra, mas ao que parece, existe certa lucidez na defesa da tese em que eleva o latifúndio a outro patamar quanto aos demais problemas. Por exemplo, se fossem apontados as vinganças pessoais ou mesmo a fuga pela perseguição do Estado como motivo primeiro de ingresso no Cangaço, a potência do discurso se esvai e perde a força de mobilização de um texto político. Os problemas que muitos consideraram no texto de Facó, podem ser considerados, como sua principal força.

É indiscutível a viabilidade das teses faconianas frente a pesquisas muito mais densas, como as que foram realizadas após a década de 1980, começando do próprio Frederico Pernambucano de Mello (1985), mesmo que ainda não se possa descartar o discurso político de Facó como se tivesse se tornado inviável. Prova disso é a sequente reimpressão do livro nos anos subsequentes à sua publicação em 1963, mesmo após a morte do autor⁷⁰.

Em certa medida, *Cangaceiros e Fanáticos* (1963) se assemelha com *Facundo* (1845), de Sarmiento. Retomando parte das reflexões apresentadas na seção 3 do capítulo 1 da presente pesquisa, percebe-se que a obra de Sarmiento possui grande importância na história da Argentina e foi alvo de várias edições e reimpressões, todavia o próprio Sarmiento, tal como o autor do prefácio, Ricardo Rojas, afirmam que o livro não deveria ser usado como referência

⁶⁹ Sempre foi uma incógnita definir quando se começa o Cangaço de fato. Quanto ao término não existe tal complexidade porque houve por parte da historiografia um consenso de admitir que após a morte de Corisco, remanescente do grupo de Lampião, o Cangaço independente teve seu fim. Com o início é mais complexo de se definir pelo seguinte motivo: Sempre houveram grupos que cometeram furtos e viviam nesse meio desde as épocas das capitâneas hereditárias (MELLO, 2004), contudo, o Cangaço data, pelo consenso majoritário, no século XIX, sendo ainda assim bastante impreciso e com pouca especificidade. Frederico Pernambucano de Mello (2010) elabora uma tese e consegue definir um pouco melhor esse início, se utilizando das vestimentas característica dos cangaceiros como pressuposto inicial, do marco primeiro do movimento. Apesar de ser uma tese recente, esta ganhou espaço na academia.

⁷⁰ A última reimpressão foi feita pela UFRJ, em 2009. No prefácio do livro, a autora responsável pela apresentação afirma que as teses de Facó há muito foram superadas, mas ainda assim o livro permanece com um discurso importante no Brasil atual.

quanto aos dados históricos e biográficos apresentados sobre a figura de Facundo. Escrito em 1845, Sarmiento procurou traçar a genealogia dos representantes da Argentina no momento em que escreve através da caracterização da figura do caudilho⁷¹, evocando toda a carga de sentido atribuída a ele e remetendo diretamente tais características ao grupo governante no país.

A grande diferença, aqui, é a maneira como os dois autores retratam os sujeitos interioranos. Em sua obra, Sarmiento pinta a imagem de sertanistas avessos à modernização e à entrada de elementos estrangeiros no país. Facó faz o contrário. Através dos contornos atribuídos aos sertanejos, ele denuncia a falta de espaço e terras que possuem e luta contra o monopólio e a entrada de capital internacional, se este se mostrar do lado dos latifundiários.

Em *Cangaceiros e Fanáticos* é a coragem de se sublevar que é enaltecida, a não aceitação da condição de explorado. E a solução para o problema era uma só: o latifúndio. Isso não significa que não existem outros problemas, contudo é dessa premissa que se deve partir para organizar todos os setores sociais. A mensagem é clara no texto de Facó quando, por exemplo, é proposto, a solução para se acabar/evitar com/o Cangaço. O autor não apenas faz sua colocação, como também, nesse momento, reúne-se em torno de parte da literatura cangaceira externando suas opiniões para que a partir daí emitisse a dele.

Dentre os autores que citou na proposição dos motivos que levariam ao fim do Cangaço⁷² - talvez mais pacificamente se compararmos ao que aconteceu de fato - temos Xavier de Oliveira (1921), que defendia a entrada de militares no sertão. Utilizando-se do livro de Xavier de Oliveira, Facó cita Gustavo Barroso e descreve quais seriam as soluções para o Cangaço: “comunicações”, transportes, instrução e justiça” (FACÓ, 1991, p. 40). Ainda na apresentação da historiografia sobre o assunto, é citado Clóvis Bevilacqua que sustenta sua tese, garantindo instrução para todos. Ao final, ainda pratica escárnio com proposições como as que diagnosticam o sertão como propício à rapinagem, pois não existem mosquitos e outros insetos que dificultariam a vida nômade dos cangaceiros (FACÓ, 1991, p. 41).

Após realizar o arrolamento da literatura sobre o tema, o autor faz a seguinte constatação:

Estas são algumas das inúmeras opiniões sobre as causas próximas ou remotas do Cangaço (como dos surtos de “fanatismo”). Vê-se que predominam simples efeitos de causas profundas: ausência de justiça, analfabetismo, precariedade de comunicações e transporte, baixos salários. Quando tudo isso já resultava da tremenda desigualdade social, do débil desenvolvimento do

⁷¹ Para mais informações ver seção 3 do capítulo 1 da presente pesquisa.

⁷² É importante ressaltar que não será levado em conta a maneira como o movimento social chegou ao seu término, mas como é este mesmo término poderia ser alcançado. Essas discussões foram debatidas contemporâneas ao movimento, e retomadas posteriormente pela continuidade de estudos referentes ao tema.

capitalismo, do lentíssimo incremento das forças produtivas, da concentração da propriedade da terra, que dava poder econômico ilimitado a uma insignificante minoria de latifundiários (FACÓ, 1991, p. 41).

A partir de então, todos os problemas apresentados são colocados em segundo plano, não simplesmente por ocuparem uma posição menos importante socialmente, mas porque antes de todos estes problemas apresentados, o latifúndio já seria a raiz de tudo. De acordo com Facó, de nada adiantaria um judiciário convicto se os juízes não permanecessem nas comarcas após a condenação de um político ou latifundiário. Eram as próprias oligarquias quem comandavam a polícia e política local. Sob a instrução, seria sim de grande importância, todavia, mediante a manutenção do mesmo quadro social, esta esbarraria nas ocupações normais de todos os “semi-servos”, já que ninguém necessitava de saber ler e escrever para pegar numa enxada” (FACÓ, 1991, 42).

Contestando também a mudança nos meios de transporte e o aumento nos meios de comunicação, o autor afirma que o latifúndio era um feudo quase fechado, e isso impossibilitava a instalação de tais artifícios. A grande questão que se opera e alvo de atenção de Facó, é a tentativa isolada de resolução de problemas complexos num meio onde dominam relações pré-capitalistas (FACÓ, 1991, 43).

Qual seria, portanto, a chave para resolução destes problemas? Facó nos apresenta o pontapé inicial:

Desenvolvem-se, bem ou mal, as forças produtivas, e esse desenvolvimento, embora lentíssimo, é que constitui a força motriz das transformações operadas que atingem o meio social. A penetração do capitalismo no campo, com desenvolvimento acentuado no sul, o surto de industrialização que atrai imigrantes, a urbanização intensiva é que foram arrancar o semi-servo da estagnação do meio rural e dar-lhes outros caminhos, que não os do bando do Cangaço, ou os místicos itinerários dos beatos e conselheiros (FACÓ, 1991, p. 43).

Os mecanismos que poderiam evitar o ingresso no Cangaço seriam justamente elementos do próprio sistema capitalista que contemplassem os trabalhadores de maneira digna a lhes oferecendo além do básico para a simples sobrevivência. Quando a malha latifundiária houvesse caído por terra, a modernização nos meios de comunicação, transporte, o aprimoramento da instrução, a instalação de postos de policiamento eficiente poderia, em tese, ter mais êxito.

Como essa conjuntura não passava de utopia, visto que permaneciam do mesmo jeito os postos de quem comandava e de quem obedecia no Nordeste, a resposta rápida de Facó foi legitimar a maneira como cada um se articulou para garantir meios de subsistir. Aqui são inclusos tanto cangaceiros, quanto “fanáticos”.

A terminologia que remete ao fanatismo, pode, porventura, atrair para si certa carga de passividade, porque são associados à devoção e a beatos. Facó nos apresenta outra interpretação sobre este grupo, colocando-os no mesmo pé dos cangaceiros. O fanatismo, aqui, é encarado diretamente como elemento de luta (FACÓ, 1991, p. 54).

Como esta não é uma interpretação dotada de grande obviedade, Rui Facó nos mostra que a construção da imagem do “fanático” se inicia, primeiramente, na designação da própria igreja católica. Esta desempenharia um papel fiscalizador das ações dos romeiros designados beatos, e como a crença por eles adotada parte de articulações específicas do universo cristão, a igreja como “detentora dos direitos autorais” reivindica para si a responsabilidade de excomungar os beatos pela aglutinação não autorizada de contingente humano em nome da religião, e junto ao Estado passa a repreender, fisicamente as atitudes de toda a “gesta” que se reúne em torno da figura simbólica do missionário.

Os romeiros que até então permaneciam passivos, defendem-se das investidas do Estado e da igreja na preservação de sua integridade e até da própria vida, e a partir desse ato de resposta de atitudes oriundas do próprio Estado, passam a ser taxados de “fanáticos” religiosos e, com isso, podem ser considerados alvos das forças repressivas de forma legítima. A partir disso é possível pensar no papel de “polícia ideológica” por parte da Igreja Católica. Nesse sentido, Facó disserta:

A igreja católica desempenha um papel de polícia ideológica no meio rural, antecipando-se as forças repressivas. Prepara-lhes o caminho. Percebe, instintivamente que a “heresia”, o desvio das normas de conduta estabelecida pela religião dominante – a religião das classes dominantes – poderá evoluir até a rebeldia contra a ordem constituída. Uma vez repelida pelos “crentes” ou “fanáticos” sua ação pacificadora, dá o brado de alarma [...] como os fanáticos tinham reagido a agressão já não havia necessidade do primeiro pretexto: fanatismo. Este serviria apenas como justificativa para abrir a luta. A reação armada não podia ser de simples fanáticos – era de bandidos (FACÓ, 1991 p. 55-58).

No que se refere ao “fanatismo”, o autor trata mais especificamente de dois exemplos históricos destes redutos: o primeiro com a luta de Canudos e o segundo se referindo a Juazeiro, de Padre Cícero. Ambos partem da mesma premissa, de um beato que, supostamente, faz milagres e atrai romeiros das mais diversas localidades para perto de si na promessa de salvação pessoal e riquezas, de findar o sofrimento que se estendia há tempos. Contudo, há uma diferença fundamental de Canudos para Juazeiro, a qual determinará o “sucesso” de um e o fracasso do outro.

O episódio de Canudos se passa todo no século XIX, iniciando-se com a romaria de Antônio Mendes Maciel, conhecido posteriormente como Antônio Conselheiro. Desde a década

de 1870, Conselheiro já começa sua caminhada, pregando doutrinas “subversivas”. Em 1874 já teria aparecido em Pernambuco, vindo do Ceará (FACÓ, 1991, p. 89), e isso prova que sua caminhada começa muito antes do advento da república. Rui Facó busca, a partir do exposto, desmistificar a historiografia retratada pela versão oficial que acusaria o líder de Canudos de ser favorável à volta do Império. O rompimento de Conselheiro com a igreja se dá, inclusive, ainda na vigência do Império.

Em 1893, após já ter atraído muitos seguidores, Conselheiro levanta a Vila de Belo Monte no interior da Bahia, que depois viria a ser o Arraial de Canudos, que chegou a uma população de aproximadamente 25 mil habitantes. Lá, o povoado vivia do que plantava e criava, comercializando nas proximidades com cidades vizinhas. Como era um Arraial com uma população consideravelmente grande, começou a chamar a atenção das autoridades, em especial da Igreja e do Estado.

Como Conselheiro já havia rompido relações com a Igreja Católica, existia uma pressão para que o Estado tomasse providências contra a diligência de Canudos. Partindo dessa premissa, o Estado brasileiro se apegava à única possibilidade de repreensão, que soou muito mais como um pretexto do que propriamente um motivo: a negação de pagamento dos impostos à república (FACÓ, 1991, p. 93-98).

Como não havia nenhum benefício em ter vínculos diretos com o governo, o Arraial de Canudos não pagou os impostos requisitados pelo Estado e a partir desta premissa, passa a ser passível de repreensão física. O que o Estado não contava era com a resistência por parte dos romeiros reunidos em torno de Conselheiro. Sem auxílio externo, o Arraial de Canudos suportou três expedições, uma do próprio estado da Bahia e outras duas do governo federal⁷³.

No período da ruína de Canudos, Conselheiro já começava a ter prestígio em vários estados do Nordeste, especialmente em Pernambuco e no Ceará. A cidade de Juazeiro que ganhou fama pela imagem de Padre Cícero, até o começo da década de 1890 não passava um povoado de poucas dezenas de casas. Porém, isso viria a aumentar, substancialmente, nos próximos anos após a chegada de Padre Cícero e seus milagres, que chegava a atrair até mesmo médicos para comprovação de um destes milagres⁷⁴. Nessa época, Padre Cícero já tinha sido solicitado a se encontrar com o papa para prestar contas das supostas heresias a qual tinha sido praticado, mas não chega a ser excomungado. Em certo momento, o mentor espiritual de

⁷³ Vale destacar a organização dos combatentes de Canudos durante as exposições, sendo estas essências para as três vitórias parciais que obtiveram.

⁷⁴ O primeiro “milagre” de Padre Cícero foi a transformação da hóstia em sangue.

Juazeiro é acusado de ter ajudado no envio de capangas na Guerra de Canudos, o qual nega veementemente (FACÓ, 1991, p. 141-142).

Aqui, reside uma das diferenças fundamentais entre a figura de Padre Cícero e Antônio Conselheiro. Padre Cícero, durante sua trajetória de vida, não se cercou apenas de sertanejos despossuídos, ele tinha, também, grande proximidade com autoridades que o defendiam em algumas situações. Quando fora acusado de auxiliar Canudos, por exemplo, as autoridades pernambucanas se apressaram em desmentir (FACÓ, 1991, p. 142).

Já em 1911, o padre tinha bastante prestígio, especialmente no Ceará, e atraía cada vez mais pessoas para seus arredores, chegando a ultrapassar, em população, a cidade do Crato, a maior na região do Cariri até a crescente de Juazeiro. Neste mesmo ano, torna-se o primeiro prefeito de Juazeiro e a partir de então vai alcançando ainda mais prestígio, não apenas entre os que o seguiam, mas também de latifundiários locais. Isso porque foi redigido um documento, também em 1911, que buscava uma trégua na região do Cariri.

Três anos depois, em 1914, Padre Cícero, junto a Floro Bartolomeu⁷⁵, ainda daria início, junto a outros coronéis, a Sedição de Juazeiro⁷⁶, a fim de retomar o prestígio dos donatários de terra no Ceará, e restituir o cargo de prefeito de Juazeiro, confiscado pelo então governador do estado, Franco Rabelo. Todo este auxílio lhe traria grande influência entre os latifundiários. Antes disso, já havia caído nas graças do povo na feição de seus milagres, e até entre os cangaceiros.

Facó vai criticá-lo por se utilizar dos mesmos instrumentos que os latifundiários locais. Padre Cícero possuía grandes extensões de terra e era rodeado de jagunços, logo este não seria capaz de acabar com o desnivelamento dos estamentos sociais, pois mesmo saindo de uma posição de subordinado, utilizou-se a política para benefício próprio, apesar de se mostrar boa figura, principalmente por não cobrar pelos milagres.

Como fica claro desde o prólogo da obra, Facó não comemora a passividade do sertanejo, pelo contrário, exalta o cangaceiro e “fanático” como elemento de luta, e nesse sentido, Padre Cícero, novamente, atua na contramão. No lugar de ir contra a ordem pré-estabelecida, caminha a favor e controla as massas e os reúne em torno de si. O fato de Juazeiro ser “permitido” pelo Estado é pelo papel que desempenha.

⁷⁵ Floro Bartolomeu foi um médico e político brasileiro, amigo de Padre Cícero e uma das principais figuras de Juazeiro. Este, segundo Facó, representaria uma figura importantíssima dentro do modelo de cidade proposta em Juazeiro. Facó atribui a ele o papel de líder militar da cidade, e a Padre Cícero o papel de líder religioso. O conjunto das manifestações destes dois agentes foi o responsável pela visibilidade adquirida por Juazeiro na época.

⁷⁶ Este evento foi responsável por depor Franco Rabelo do governo do Estado do Ceará. Para mais informações ver capítulo 1.

De acordo com Facó, existia certa lucidez nessa reflexão, tanto é que Floro Bartolomeu realiza um discurso no qual diz que seria necessário acalantar os insubmissos através da figura de Padre Cícero. Do contrário, o Estado poderia alegar ser aquele mais um reduto de bandidos. Por fim, Floro Bartolomeu conclui: “Iriam as forças e acabava-se com a população. Sabemos o que foi Canudos, o que foi Contestado” (FACÓ, 1991, p. 152).

Buscando pontuar as diferenças dos movimentos e líderes, Facó afirma:

E aqui vale destacar o fato de haver-se tornado consciente para muitos romeiros que não podiam, em Juazeiro, esperar um “novo Canudos”. Antigo combatente de Canudos que demandara Juazeiro, Honório Vilanova, “afirma que não havia nenhuma relação entre a doutrina do conselheiro e os ensinamentos de Padre Cícero. Frisava, por outro lado, que, na prática, havia uma grande diferença entre ambos, pois, enquanto o patriarca de Juazeiro acumulava riquezas, as esmolos recebidas, o Conselheiro distribuía a pobreza tudo o que recebia. Nas lutas que travavam, um contra as forças do governo e o outro contra a igreja, encarnada na pessoa Diocesano, Antônio Conselheiro reagia a mão armada, enquanto o Padre Cícero pregava a obediência e a humildade” (FACÓ, 1991, p. 178).

A figura de Padre Cícero como mediador dos excessos não vai de encontro com o que pensa Facó, mesmo que a luta contra o poder pré-estabelecido não seja dotada de consciência, é preciso que se faça, ou se cairá na aceitação das possibilidades oferecidas pelos próprios meios de exploração.

Essa estrutura, cujos coronéis possuem grande poderio político e econômico no Nordeste, tende a minar após o ano de 1930. A tomada de poder pelas mãos da crescente burguesia e da figura de Getúlio Vargas, muda um pouco as regras do jogo a que estavam acostumadas as grandes oligarquias do Nordeste. Padre Cícero pouco vai acompanhar as transformações que seriam implementadas, principalmente no setor político na região, porque falece em 1934, quatro anos depois do golpe de Estado que depõe Washington Luís do cargo de presidente da república.

Nesse momento, a leitura social de Facó, outra vez, encontra um ponto fundamental de transição. Acostumados ao espaço que tinham os donatários de terras no Nordeste, seria um golpe de grande impacto dividir espaço com outro grupo majoritário, tecnicamente mais receptivo, versátil, e com amplo apoio do Estado. A burguesia representaria a antinomia em relação ao latifúndio. O grande ponto de tensão, nesse embate, seria descobrir a maneira menos forçosa de manter os privilégios da classe dominante e não permitir o levante das massas que poderiam se aproveitar da brecha criada no conflito direto da burguesia e o latifúndio na disputa por espaço. Nessa direção, Facó afirma: “O golpe contra os coronéis vinha desferido do alto, não era iniciativa regional e, mesmo sem liquidar com o seu domínio econômico, restringe-lhes

os poderes políticos e lhes subtrai de muito a faculdade de árbitros incontestes da situação das comunas interioranas” (FACÓ, 1991, p. 200).

Com tais proposições, Facó tenta mostrar que na intenção de manter a imobilidade do quadro social, as forças divergentes que controlavam os espaços decidiram dividir privilégios, permitindo que os latifúndios continuassem a existir, permanecendo, assim como potência econômica, enquanto a burguesia passava a ter mais representação política, dominando este outro setor que também se encontrava nas mãos dos latifundiários.

Faz-se necessário lembrar de um momento da obra *Cangaceiros e Fanáticos* a qual Facó faz questão de separar didaticamente os cangaceiros, “fanáticos” e os jagunços, cada um deles em uma categoria. Para o autor, jagunço era aquele vinculado a algum latifundiário que receberia recompensas na medida em que oferecesse serviços para outrem, pegava em armas de maneira subordinada. O “fanático” era o romeiro que seguia algum beato religioso e sua revolta social dependia exclusivamente da condição que lhes era imposta. Nos eventos que sucederam no Nordeste em alguns momentos, romeiros foram chamados às armas, como no caso de Canudos ou mesmo em Contestado, no Sul do país, mas outros exemplos nos mostram que a passividade dependia em parte da situação, como no caso dos seguidores de Padre Cícero.

Os cangaceiros, por outro lado, representavam a forma legítima de insubordinação contra o latifúndio, e este atuava independentemente de algum chefe local. Isso não significa que não havia alianças, mas que não dependiam das ordens de superiores. Dentro dessas categorias, é possível que o jagunço se torne cangaceiro, porém, o cangaceiro não voltará a ser capanga, justamente por já saber como é que se opera esta independência que experimenta livre nos sertões.

Nesse momento, essa constatação passa a ser importante porque não existe um acordo entre a burguesia e o latifúndio que preze de alguma maneira o despossuído. A única maneira, em Facó, seria justamente partir não apenas do levante, mas também da consciência que ela nos traz. Não importa se os meios de repressão e monitoramento não suportem mais movimentos messiânicos ou mesmo o trânsito livre de bandos independentes após a década de 1940, o que deve ser lembrado é se ainda há possibilidade de se criar consciência da exploração a que todos estão submetidos.

Por fim, diante de toda a conjuntura que é apresentada, Facó permanece otimista quanto à situação material e imaterial que ele mesmo expõe:

Não se exclui hoje sequer a possibilidade de que o próprio Estado atual seja arrastado na queda que irremediavelmente aniquilará com semelhante estrutura agrária, caso persista em sustenta-la. Porque os pobres do campo

dispõe hoje da mais poderosas das armas, uma que não possuía antes: vão ganhando consciência de sua situação de míseros explorados e oprimidos e organizam-se como jamais se organizaram os trabalhadores do campo no Brasil. Esta consciência e organização lhes valem como um penhor de vitória (FACÓ, 1991, p. 224).

Parte desse otimismo apresentado pelo autor, deve-se a atividade recente das ligas camponesas que lutavam pela expropriação da terra. Contudo, a feitura desta obra parte da premissa de que essa luta que agora reúne adeptos pela bandeira da reforma agrária teve como “prólogo”, como o autor mesmo se refere, a luta dos cangaceiros e “fanáticos”.

A obra *Cangaceiros e Fanáticos* é a primeira a tratar especificamente destes dois grupos que se tornaram chaves para pensar na luta contra o latifúndio ainda na inercia da consciência. Entretanto, a genealogia do pensamento faconiano são traços que se remetem a outra obra escrita pelo autor: *Brasil século XX*. Na obra, o autor reflete sobre os ditames iniciais que fizeram o Brasil viver essa realidade do século XX, tal como analisa as transformações inerentes a esse século até o fim da década de 50.

Por conseguinte, faz-se necessário perceber quais as nuances do pensamento faconiano exterior ao cangaceirismo e fanatismo, para entender quais são as influências do autor ao formular teses contrárias à permanência do latifúndio no Brasil. Como estas reivindicações são primitivamente usadas como elo representativo entre a bandeira da reforma agrária e as massas populares, é importante perceber de onde vem, inicialmente, a luta contra a força latifundiária do país e as ideias que circundam esse movimento.

3. “Brasil Século XX” e o debate acerca do latifúndio no Brasil

Rui Facó não nos deixou grande acervo de livros publicados antes de sua trágica morte. Como jornalista, redigia desde os 16 anos, quanto a livros, publicou apenas dois. Talvez o fizesse com mais frequência numa situação hipotética se não tivesse falecido. Um deles, já analisado em essência na seção anterior, *Cangaceiros e Fanáticos*, publicado pós-morte, em março de 1963. A obra que antecede *Cangaceiros e Fanáticos* é intitulada de *Brasil Século XX*, publicada em 1960.

Curiosamente, *Brasil Século XX* não foi uma obra destinada ao público brasileiro. Foi feita sob encomenda para uma editora argentina, para uma coleção que almejava saber um pouco mais de todos os países da América Latina. Facó ficara responsável por descrever o Brasil social, política e economicamente. Até mesmo a maneira como o autor se porta no texto, lembra uma espécie de carta, pela qual o leitor poderia conhecer um pouco da história do país de

maneira bastante atualizada. O livro é escrito com a finalidade de englobar, inclusive, como o país se encontrava no final da década de 1950 (FACÓ, 1960).

A extensão do período nos mostra que o texto não analisa sistematicamente tudo que diz respeito à história do país, mas coloca em evidência a história que o autor pretende ressaltar e as justificativas atribuídas a todos os fatos elencados na obra. É válido ressaltar, também, que grande parte das opções teóricas e conceituais saem daqui e se fazem representar claramente em *Cangaceiros e Fanáticos*. Apesar da disparidade temática, ambos os livros partem do mesmo aparato conceitual, e o fato de em um texto a análise social ser mais crua e no outro vir nas entrelinhas de movimentos sociais regionalizados, não influencia necessariamente nas conclusões gerais, pelo menos não neste caso.

Já no primeiro capítulo de *Brasil Século XX*, percebemos alguns elementos comuns as duas obras. Destinado à apresentação geral do país, ainda com os traços iniciais dos primórdios da colonização, Facó trata de alguns (pré-)conceitos que muitos estrangeiros teriam do Brasil. Partindo do princípio de que este livro é destinado para outros países, repudiar rótulos como “preguiçosos” é necessário para pintar uma outra imagem do Brasil, uma que não considera apenas as matérias primas fornecidas, e nem mesmo justifique algum atraso social ou econômico levianamente (FACÓ, 1960, p 10-13).

Os teóricos europeus e norte-americanos da supremacia do branco, do ariano, tratavam de convencer-nos, e a todos os povos não-arianos, de que éramos irremediavelmente inferiores, estávamos irremediavelmente condenados ao atraso permanente. Para mais nada servíamos a não ser como produtores das matérias-primas e gêneros alimentícios de que necessitavam suas indústrias (FACÓ, 1960, p. 13).

Em tom de crítica, também lembra de intelectuais brasileiros que julgavam a miscigenação como preponderante para o avanço do país. Em *Cangaceiros e Fanáticos*, presenciemos alguns destes momentos na caracterização do Cangaço em sua roupagem social. Assim, Facó desvia-se destes determinismos, e junto a Euclides da Cunha, também cita Sílvio Romero como produtor de teorias deterministas.

É válido lembrar que os autores citados acima não têm toda sua fortuna crítica desprestigiada por Facó. Grande parte de formação moral sertaneja enquanto tradição presente em *Cangaceiros e Fanáticos* está presente em *Os Sertões*, mas quanto ao atavismo racial, Facó se mostra coerente nas duas obras.

Diferentemente de *Cangaceiros e Fanáticos*, o pressuposto racial vai ser melhor desenvolvido e Facó explicita mais sobre a questão racial brasileira no século XX. Sobre esta o autor afirma: “O entrelaçamento das raças favoreceu a unidade cultural, não obstante a

contradição crescente, que foi se aguçando, entre a cidade e o campo, ficando as grandes massas camponesas relegadas ao abandono e a mais negra miséria, nas mãos do senhor latifundiário” (FACÓ, 1960, p. 17).

A grande questão que se opera, não é exatamente se há ou não concordância com as teorias raciais, mas entender de quais teorias Facó se apropria para desenhar o país como uma “unidade cultural”. As teorias concernentes às raças, no Brasil, começam a ganhar força no final do século XIX e início do século XX, como visto na seção 3 do capítulo 1. A contrapartida das predisposições raciais e a negação de limitações predispostas vêm, principalmente, com Gilberto Freyre através do *Casa Grande e Senzala*. Na obra, Freyre vai desenhar o quadro racial a partir das contribuições de cada raça, considerando o cruzamento destas, implicitamente consensual.

Quando se parte da terminologia “unidade cultural” para designar a formação racial de um país, há o perigo de provocar o esquecimento do processo histórico singular pelo qual cada grupo étnico perpassa ao longo de sua própria história. Mesmo quando analisamos um determinado grupo pelas supostas “contribuições” prestadas, outra vez limitamos à singularidade em nome de outro determinismo.

Sobre toda essa discussão onde prevalece alguma variante do que veio a ser uma “miscigenação contratual”, existe, no Brasil, pesquisas que refutam estas teorias justamente através do argumento inquiridor da coerção desmedida no próprio ato de reprodução na dialógica colonizador/colonizado⁷⁷. Todavia, Facó não aprofunda nesta discussão e opta pela explicação simplista da “unidade cultural” brasileira.

Em resumo, o preconceito racial, no sentido de segregação, não existe no Brasil, e a melhor prova é a enorme parcela de mestiços na população brasileira. Mas existem elementos de racismo, cuja eliminação ou desenvolvimento depende de vários fatores, inclusive do próprio sentido da evolução econômica, social e política do povo brasileiro (FACÓ, 1960, p. 24).

Percebe-se que a discussão do que seria o racismo e sua solução se volta para o âmbito econômico em alguma medida como particularidade do próprio brasileiro. Além da raça, o Brasil ainda teria algumas discrepâncias quanto aos outros países da América Latina, como país colonizador, a língua materna, foi o último tornar-se independente politicamente, a emancipar os escravos e a proclamar a república. Todas essas conclusões tardias, no Brasil, vêm, de acordo com Facó, de uma tentativa de legitimação dos privilégios da classe dominante e do

⁷⁷ Nas décadas de 50 e 60 houveram esforços realizados sob o patrocínio da UNESCO pela escola paulista de relações raciais, objetivando, justamente desmistificar a teoria do mito racial e suas implicações diretas. Os principais nomes desta escola foram Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

sufocamento popular nas reivindicações. Tudo isso seria feito em prol da não ruptura com as elites e do controle sucessivo dos acontecimentos sem a participação popular. Nessa direção, Facó afirma: “Estas características delineiam o caminho específico do Brasil como nação: suas classes dominantes procuram evitar por todos os meios o aguçamento das contradições e das lutas e impedir que destas participe o povo, que ganhem preponderância as forças radicais” (FACÓ, 1960, p. 32).

Talvez o maior exemplo prático da manutenção direta dos privilégios coloniais, na sociedade brasileira, seja a herança das capitânicas hereditárias no Nordeste. Nem mesmo os acontecimentos em 1930 lhes tiraram todo o prestígio. Facó nos mostra a ascendência da burguesia no cenário herdado do Império brasileiro e como há uma participação efetiva no processo de rompimento com as elites que monopolizavam a atenção e recursos no Brasil. Apesar de todo o destacamento que exilaram grupos políticos prestigiosos que remontavam ao início do século, seria equivocado afirmar que existiu algum sombreamento à unidade territorial no país.

O desgaste do homem do campo, refém do latifúndio, é demonstrado no contraste com o proletariado, o homem da cidade, refém das indústrias. O grupo social proletário no Brasil, diferente do camponês, é recente e, aos poucos, ganham algum espaço no terreno político. Como ainda é uma gesta recente da indústria no Brasil, é interessante notar como se dá o processo de tomada de consciência de classe, mediante o surgimento do Partido Comunista do Brasil. O Partido seria o responsável por uma guinada no avanço da luta por direitos destes trabalhadores, mesmo com as dificuldades advindas pela burguesia nacional.

A opção pela mudança de direção e da vanguarda do Partido Comunista do Brasil revelam alguns silêncios em Facó. Primeiramente, é válido notar que antes das ideias comunistas no país, a bandeira de luta operária se unia em nome do anarquismo. Todavia, Facó menciona o anarquismo como representante dos operários apenas quando há a transição de alguns destes líderes em 1922 definitivamente para o Partido Comunista, e não antes deste período com os avanços obtidos neste setor. Em segundo plano, é interessante notar como as ideias comunistas seguem numa linha homogênea até determinado momento da década de 50, e, aqui, surge uma ruptura dentro do próprio partido, com linhas distintas as quais buscam soluções diferentes para o operariado brasileiro. Algumas considerando vias democráticas, outras não.

Vale destacar que a perspectiva de Facó, volta-se, essencialmente, para a resolução dos problemas dos homens no campo, setor largamente desprestigiado na intelectualidade brasileira

durante grande parte da primeira metade do século XX. Logo após tratar brevemente a respeito do surto da burguesia e do proletariado urbano em *Brasil Século XX*, o autor se volta ao “campo e seus habitantes” (FACÓ, 1960, p. 43). Com insistência no tema, faz reflexões também acerca da luta de movimentos sociais no Nordeste, como Canudos e Cangaço, e comenta sobre os “restos feudais” naquele espaço.

A opção por priorizar a luta do homem do campo se deve a uma tradição na historiografia brasileira de desleixo por este setor de trabalhadores. Carlos Alberto Dória (2007) nos mostra parte desta tradição de “esquecimento” no artigo *O dual, o feudal e o etapismo na revolução brasileira*. Nele, o autor remonta esta tradição voltando às obras de Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha, pontuando os momentos específicos em que os trabalhadores urbanos são contemplados e os rurais, não. Sobre a obra de Capistrano, Dória afirma:

Na obra de Capistrano, o sertão aparece como uma realidade apartada, para a qual outros historiadores não tiveram olhos. Mas, mesmo com suas dificuldades na elaboração de uma visão integrada do país, a historiografia aprofundou-se, após Capistrano, através de duas linhas de acumulação de conhecimentos. Uma, mais vigorosa e centrada nos aspectos econômicos da vida social, produziu copiosa bibliografia, destacando, em especial, os ciclos dominantes de nossa economia — o açúcar, a mineração, o café, a borracha, a indústria; outra, de caráter mais disperso e local, destacando os aspectos culturais e a tipologia social gerada pela economia pecuária. Assim, sob os contrastes objetivos da formação social, abrigou-se uma consciência partida na raiz das teorias explicativas sobre o Brasil (DÓRIA, 2007, p. 250).

O sentido de unificação, apoiado por uma mesma bandeira de luta, perde o sentido quando duas raízes explicativas da historiografia brasileira são predominantes e individuais. O impasse se mostra ainda maior quando um dos lados, no caso a teoria explicativa do trabalhador rural, tem, significativamente, menos força do que a urbana. Em Euclides da Cunha, percebemos a mesma dificuldade da que encontramos em Capistrano. Nesse sentido, Dória afirma:

Na nota preliminar a *Os sertões* (1902), Euclides da Cunha vaticina que a civilização, apoiada na sociedade litorânea, avançará sobre o Brasil interior, impelida pela “implacável força motriz da História” e provocando o “esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes”. [...] Euclides da Cunha, por mais de uma vez — em seu “Um velho problema” e no jornal *O Proletário*, que editava em São José do Rio Pardo —, analisou o papel político dos trabalhadores urbanos, mas ignorou a contribuição dos trabalhadores rurais. “Nessa época, as associações políticas urbanas não se preocupavam com a realidade agrária brasileira [...]. Esses grupos políticos tratavam prioritariamente dos problemas do internacionalismo proletário, tais como as contribuições pedidas pelo jornal *Terra Livre*, em 1906, para ajudar os socialistas russos.” (DÓRIA, 2007, p. 251).

Tanto Euclides quanto Capistrano, como vimos, alimenta a contradição das duas classes de trabalhadores através das chaves explicativas do Brasil na transição do século XIX para o XX. A tentativa de quebra de dualidade vai ficar a cargo do Partido Comunista do Brasil, que prevê uma colaboração mútua na tentativa de derrubada do sistema capitalista. Entretanto, nem

tudo ocorre como na teoria. Dória (2007) nos mostra que as primeiras tentativas de unificação visando minar as diferenças das classes dos trabalhadores se inicia em 1928, no VI Congresso Mundial da Internacional Comunista, e avança um pouco mais pelo bureau sul-americano da Internacional Comunista, sediada em Montevidéu, em 1933.

Tanto o Congresso Internacional quanto o bureau, tratavam especificamente de casos coloniais, que viviam uma situação parecida com a do Brasil. Contudo, a tentativa de unificação não tem o efeito esperado. Os representantes dos trabalhadores rurais não conseguem espaço, e adquirem apenas um papel secundário na luta revolucionária. O operariado urbano se interessa ainda menos porque na data já havia 600 sindicatos por volta de 1930, enquanto os trabalhadores rurais tinham apenas um (DÓRIA, 2007).

A resposta à tentativa de unificação não surte o efeito esperado. Se no começo do século, os trabalhadores rurais eram simplesmente esquecidos, após o surgimento do Partido Comunista e das pautas coloniais são teorizados, mas não conseguem vigor. O papel de intelectuais comunistas, nesse contexto, será de teorizarem sobre a atualidade do latifúndio como um sistema complexo, um transeunte na contemporaneidade brasileira que deveria ser expurgado para que houvesse a possibilidade de um passo além.

Nesse contexto, Dória (2007) traz para o debate a figura de Inácio Rangel, que em 1957 teoriza sobre a dualidade da economia brasileira. No texto *Dualidade básica da economia brasileira*, o autor remonta a imagem do latifúndio e repensa sua lógica fundamental. Resumidamente, a economia latifundiária teria configuração ora capitalista, ora feudal. No que tange às relações sociais dentro do espaço latifundiário, esta faria parte de um emaranhado com relações sociais voltadas à dependência de subordinados alugados pela posse da terra. Toda a configuração social interna do latifúndio apresentaria estas características. Em contrapartida, as características mercantilistas, externas ao latifúndio, remontam a lógica capitalista, mesmo que o comércio gire em torno de mercadoria primária – matéria-prima – e não atenda de todo o processo de produção. Em síntese:

Na concepção de Inácio Rangel, as relações internas ao latifúndio “deviam e devem ser estudadas em função das leis que regem uma economia feudal”. Apesar disso, entende que o latifúndio não é um instituto puramente feudal, de modo que a ele “se aplicam todas as normas que regem uma economia capitalista” (DÓRIA, 2007, p. 257).

Dória (2007), ainda explora na obra de Inácio Rangel o conjunto de formulações concernentes à formação social sertaneja como o principal ponto de sua obra, o que não é tão relevante trazer para a pesquisa em questão. É mais válido notar como existiu um processo de embarque das comunidades rurais camponesas na pauta de unificação proletária pelo Partido

Comunista. Após o VI Congresso Internacional, em 1928, existiu certa preocupação em englobar as demandas dos trabalhadores rurais, mas ainda continuaram sem muita expressão devido à homogeneidade do proletariado urbano e à sua representação sindical.

Ainda com insistência por parte da intelectualidade comunista, desta vez nacional, o latifúndio passou a ser visto como um grande entrave da economia brasileira, com necessidade ferrenha de ser teorizado e extinto. Nesse contexto, surgem teorias como a de Inácio Rangel, sobre a dualidade da economia brasileira, a de Nelson Werneck Sodré e a leitura feudal da história brasileira e até mesmo a refutação de Caio Prado Junior cujos setores econômicos, da colônia e Império partiam de princípios de comercialização, com tendências claramente capitalistas⁷⁸.

Este esforço intelectual também será usado para teorizar a respeito da Revolução Brasileira, que demandou bastante esforço por parte dos comunistas na década de 50, mas que não obtiveram resultados conclusivos. A Revolução Brasileira previa essencialmente o fim do latifúndio no Brasil e a consequente distribuição de terras. Para isso, um longo arsenal teórico e retórico foi usado por muito tempo em busca deste fim.

Marcos del Roio (2007) remonta a teorização a respeito da revolução bem antes dos anos 50, quando de fato existe esperança de sua realização. As compreensões do que poderia ser a revolução brasileira rebobina até meados dos anos 20, e o primeiro a fazer considerações sugestivas a este respeito é Octavio Brandão. Inicialmente, a ideia de revolução brasileira aconteceria pelas mãos do proletariado urbano e rural. O autor demonstra desconhecimento em relação à vida agrária do país. Posteriormente, com a ascensão da figura pública de Luís Carlos Prestes, a situação a respeito da Revolução Brasileira muda um pouco o quadro social do PCB e inova quanto à perspectiva referente à revolução brasileira, estando mais alinhado à URSS⁷⁹.

Durante a década de 1930, a Aliança Nacional Renovadora (ANL) ganha força e notoriedade na luta antifascista e antimperialista, ainda assim, em relação aos pressupostos comunistas, a ANL não consegue os resultados almejados com a Intentona Comunista em 1935 e em 1937 e são usados como algozes do Estado para a concretização do suposto Plano Cohen, o que possibilitou Vargas dar um golpe de Estado.

Nesse período, o comunismo internacional ainda pregava a ação direta e a investida revolucionária para a instalação do comunismo, principalmente em antigas colônias como o

⁷⁸ Para mais informações ver *A Teoria Da Revolução Brasileira: Tentativa De Uma Revolução Burguesa Em Processo – Marcos Del Roio*

⁷⁹ As forças prestistas tem uma pausa após a falha com as expedições militares após o ano de 1926. Isso faz com que Prestes mude de postura e passe a considerar o comunismo pecebista como uma opção viável.

Brasil. O período que segue de 1935 a 1949, com pequenas variações em determinados momentos, minou a esperança de uma possível revolução brasileira. Apenas com a Revolução Chinesa, em 1949, que é revivida a chama da esperança de uma revolução brasileira acontecer e sobrepujar a ação imperialista.

Após essa série de acontecimentos que influenciaram largamente nos planos do comunismo nacional e em suas possíveis abordagens, Roio (2007) nos mostra que na década de 50, dois projetos de nação embatiam: um vinculado, de alguma maneira, a ideais comunistas e outro de cunho imperialista. De um lado apresentava-se o projeto nacional-democrático que buscava minorar a dependência em torno dos EUA. Do outro, um projeto que pretendia vincular ainda mais o Brasil ao imperialismo norte-americano. A intelectualidade marxista foi importante nesse processo para difundir os ideais da nova roupagem da revolução brasileira que já não almejava simplesmente subverter o sistema, mas lutar dentro dele. Dentre os destaques estão Caio Prado Junior na revista *Brasiliense*, e Astrojildo Pereira, redator de *Estudos Sociais*.

Nesse contexto, já na década de 1950, fica claro que Rui Facó está de fato mais vinculado com o comunismo e suas pautas, e suas teorizações e leitura que faz do Brasil serão influenciadas diretamente por isso. Em outra medida, é necessário ressaltar que o planejamento comunista para a obtenção de mais direito aos trabalhadores já não estava tão atrelado à “revolução proletária”. Os planos originários da União Soviética, para seus adeptos, já tinham passado por um “filtro” e adquirido características próprias, adequado a realidades múltiplas. A via democrática, no Brasil da década de 50, era muito mais sedutora.

Onde se encontra Rui Facó como intelectual comunista nesse imbróglio? Justamente quando desenha a sociedade brasileira como atrasada decorrente das relações socioeconômicas internas ao latifúndio no Brasil e demonstra que a luta contra esse monopólio, através das armas ou mesmo da insubordinação, iniciara-se antes lá atrás, com os cangaceiros e “fanáticos”, no período que segue a transição política no Brasil do período imperial para o republicano. A força que vêm dos movimentos sociais e religiosos visam minar a credibilidade republicana pela maneira como era gerida e o condicionamento dos mais pobres aos mais ricos pela garantia majoritária de direitos. Todavia, não é sempre essa leitura, por vezes reducionista, realizada pelo autor, não em *Brasil Século XX*. Como a proposta da obra é justamente apresentar um esboço do que seria o Brasil neste século, o autor se abrange bastante em alguns momentos, ainda com alguns traços característicos de sua base teórica comunista.

Nos momentos finais de *Brasil Século XX*, Facó reflete sobre as forças em choque no Brasil. Levando em consideração todas as transformações no quadro político pós 1930, o autor

analisa mais especificamente o que considera influente nos rumos políticos do país: a ascensão de partidos políticos, os resquícios da influência da igreja no Estado, o movimento estudantil, a própria Constituição, dos poderes do Estado republicano, das forças armadas, dos sindicatos operários, da imprensa e do movimento nacionalista (FACÓ, 1960, p. 137-189).

No que tange à política, é válido ressaltar, inicialmente, o papel dos partidos políticos neste processo. Facó aponta quem seriam, pós 1945, os partidos que reorganizariam a política e que ganhariam protagonismo no processo. São eles: União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrata (PSD). Sobre eles, Facó disserta:

Entre os grandes partidos, por exemplo, podemos afirmar que a União Democrática Nacional é o que congrega os setores mãos reacionários das classes dominantes em âmbito nacional. Mas neste ou naquele Estado ela pode ter suas organizações locais com influência de forças progressistas e chegar mesmo a concluir alianças eleitorais com os comunistas. Outro dos principais partidos burgueses, O Partido Trabalhista Brasileiro, tem de fato uma ampla e mais ou menos estável base operária. No entanto, em sua cúpula se encontram grandes burgueses e grandes latifundiários, alguns extremamente reacionários. O Partido Social Democrático é, em bloco, o mais ligado ao latifúndio, aos antigos e decadentes “coronéis”, embora tenha também sua influência entre os setores mais reacionários da burguesia comercial e industrial (FACÓ, 1960, p. 144).

Vemos, a partir do exposto, que existe a configuração básica de cada partido e de sua base eleitoral e representativa. Analisando o decorrer dos anos que vão de 1945 a 1955, Facó percebe que a UDN e o PSD perdem parte do eleitorado para o PTB em uma ascensão das pautas de nacionalização e trabalhistas. Apesar de o corpo de ideias reformistas do PTB circundar a figura de Vargas como o facilitador de uma política mediana, a cúpula do PCB ainda era formada pela burguesia e até grandes latifundiários, como lembra Facó. A consolidação das leis trabalhistas e dos avanços sindicais, deste grupo majoritário, sem demasiado poderio político, ganham peso nas votações e elevam o patamar do Partido Trabalhista.

Alguns outros fatores são elencados para explicar a ascensão do PTB sobre os demais, dentre eles estão: aumento do eleitorado com direito ao voto das camadas mais populares, o aumento do proletariado industrial, a posição mais definida do PTB em relação a questões nacionais, como a constituição trabalhista e a nacionalização da Petrobrás, o descuido dos partidos conservadores ao crescimento exponencial do eleitorado proletário e o apego à sua base rural. Por último, mas não menos importante, temos a decretação da ilegalidade do Partido Comunista em 1947, no qual concentrava parte do eleitorado trabalhador pelos seus ideais

voltados exclusivamente aos trabalhadores. Na eleição de 1945, conseguem, inclusive, eleger 14 deputados federais e um senador, sendo este Luís Carlos Prestes. O mandato de quem se elegeu pela sigla do PCB seria cassado em decorrência da ilegalidade do partido e todo o eleitorado que seguia o Partido Comunista, tendeu a se voltar para o partido mais semelhante no momento.

Ainda sobre a transição da ditadura varguista para o regime republicano em 1945 temos, junto aos partidos políticos, a Constituição de 1946, como outra representante da dualidade brasileira e das forças em choque representantes da burguesia e do proletariado quase todo urbano. A Constituição, para Facó,

traduz com extraordinária nitidez, a luta incessante, cada vez mais renhida, luta de classes, entre outras forças democráticas e as forças reacionárias. A reação, ao mesmo tempo que cede neste ou naquele ponto, manobra para avançar; entrega posições e diligência para recuperá-las, e certas posições básicas não cede nunca. Na Carta Constitucional, determinados dispositivos são verdadeiras “terras de ninguém”, utilizáveis em sentido positivo ou negativo segundo as forças que prevaleçam numa dada situação política (FACÓ, 1960, p. 157).

Se a dualidade pesa nos partidos políticos e na Constituição, os demais grupos sociais também vão obedecer, cada um com suas particularidades, a esta mesma dualidade. De um lado o movimento estudantil e os sindicatos. Do outro, a grande imprensa e a Igreja Católica.

De acordo com Rui Facó, o movimento estudantil seria um dos principais instrumentos políticos pós 1945, e as classes populares poderiam reivindicar os espaços antes destinados apenas a classe alta. Para Facó,

O estudante brasileiro nasceu político. Necessitando ir estudar na Metrópole, embora filho das classes possuidoras do Brasil – as únicas que podiam mandar seus descendentes fazer curso superior em Coimbra- bebia conhecimentos e ideias que lhe aguçavam o espirito de luta pela libertação da Pátria. E se tornava revolucionário. Revolucionários, por motivos diferentes, seriam os que não podiam estudar na Europa e aos quais só restavam os Seminários da Igreja Católica. Mais identificados com a terra, com o homem brasileiro, com seus problemas, seriam os padres rebeldes da Conjuração Mineira, de 1817, 1824, 1848 e até mesmo os Diogo Antônio Feijó, com suas tendências de emancipar a própria Igreja brasileira da tutela de Roma (FACÓ, 1960, p. 177).

Os sindicatos, claramente também, teriam, na teoria, bastante força de mobilização dos trabalhadores brasileiros, até mesmo pela função básica da natureza desta instituição, contudo, os sindicatos brasileiros não conseguiam grandes avanços, mesmo depois da redemocratização em 45. Elas poderiam exercer bastante influência nos trabalhadores na reivindicação de pautas ainda mais drásticas para a burguesia. A partir dessa percepção, o próprio Estado brasileiro

cuidou de definir os destinos dos sindicatos no país, sendo estes monitorados pela polícia e pelo Ministério do Trabalho (FACÓ, 1960, p. 165-167).

A burguesia cuidaria, também, de garantir o apoio da grande imprensa na defesa de interesses imperialistas. Facó nos dá o exemplo a partir da discussão acerca da nacionalização do petróleo e a visão das petrolíferas estrangeiras em comprar os direitos de explorar o produto no Brasil. A grande imprensa, para Facó, teria um papel importante neste processo:

Ficou comprovado pela Comissão de Inquérito da Câmara Federal que as companhias de petróleo (que não são uma exceção) distribuem suas vultuosas verbas de publicidade para influenciar politicamente este ou aquele jornal. Constatou-se, por exemplo, que um dos jornais que recebiam uma das principais parcelas da propaganda da Esso era o *Correio da Manhã*, por sua campanha sistemática, durante meses a fio, contra o capital estatal em determinados setores da economia brasileira, mas particularmente no petróleo. Era esta uma parte da campanha sistemática contra a empresa estatal Petrobrás, que os trustes de petróleo internacionais tentavam e tentam destruir ou reduzir a inação (FACÓ, 1960, p. 188).

A grande imprensa,, perfaz o que Facó chama de “forças conflitantes” no período analisado. Quase sempre a serviço do Estado, principalmente, ao lado dos trustes internacionais, que tem o poderio econômico para financiá-la, a imprensa veicula informações de suas patrocinadoras e também demonstrava características imperialistas, limitando o poder de atuação da imprensa local/regional, obtendo o monopólio do setor.

Nas mãos do Estado, também, encontravam-se as forças armadas e a Igreja. Facó trata do papel das forças armadas como preponderantes para a chegada de um determinado grupo ao poder, mas tenta demonstrar que naquele momento da história, após a redemocratização, houve uma guinada e as forças armadas, de alguma maneira, defendiam os interesses da população. Já a Igreja Católica, representava, mesmo com a laicidade constitucional, uma poderosa arma de mobilização de pessoas e informações, usadas exatamente para o domínio do povo. Aqui, o papel da igreja assume grande importância, sobretudo, pelo despertar de parte considerável do povo, que opta, em algum momento, por seguir os representantes dos trabalhadores seduzidos pelos direitos que poderiam obter caso esse grupo heterogêneo chegasse ao poder. O PCB foi um destes grupos mobilizadores, que exaltavam os ânimos populares e retirava-lhes a passividade e aversão ao comunismo como ditava o discurso católico.

Junto com a Igreja Católica, os sindicatos, o movimento estudantil, as forças armadas, a grande imprensa e os partidos políticos, outro grupo que lutava por um pouco de espaço, o que Facó chama de movimento nacionalista. Esse movimento seriam grandes grupos populares que começavam a se organizar para a luta por volta da década de 50. Ainda não tinha consistência nem uma organização básica, entretanto, começava a demonstrar que despertara

da sombra imposta pelo imperialismo e colocava seus interesses e o do país em pauta. Por vezes, esse movimento nacionalista principiava pelo que Vargas começa após a década de 30, se diferenciando pelos contornos democráticos. Contudo, não existe a unidade geral dos interesses desse movimento, o qual abarca tanto a parte do proletariado quanto da burguesia. Em alguns momentos, a ideário burguês vê na reforma agrária um empasse, com fé na industrialização massiva na queda do latifúndio. Se a industrialização surge a partir de uma união de uma pequena parcela da burguesia, os trabalhadores continuariam reféns, dessa vez, das indústrias. Nesse sentido, umas das maiores críticas de Facó a esse movimento seria a falta de unidade e de interesses. Nas condições certas, teriam potencial revolucionário. Com a esperança de concretização do que se iniciara ainda no VI Congresso Internacional Comunista em 1928, Facó disserta:

Mas as forças conseqüentes do Movimento Nacionalista, se querem que este avance sobre seus limites atuais e se transforme numa autêntica frente única nacionalista e democrática, serão obrigadas a voltar-se para o campo, para os trabalhadores rurais e integrá-los nesta mesma frente, como uma de suas principais componentes (FACÓ, 1960, p.195).

A união e o reconhecimento do trabalhador do campo, como essencial na luta pela queda do latifundiário no Brasil, permanece como matriz no pensamento faconiano. Quando o autor traz o último capítulo com esperanças de futuro para o Brasil, escreve sobre nossa independência econômica, advinda, principalmente, da industrialização e da distribuição de terras a partir de uma reforma agrária. Na década de 60, temos as Ligas Camponesas que portam a esperança de um país mais igualitário, em que a reforma agrária passa a ser, de fato, algo discutível. O Brasil nunca avançara tanto nessas questões⁸⁰. Junto a uma reforma interna, teríamos uma política mais independente, principalmente no que tange aos EUA, com a nacionalização dos recursos e a quebra paradigmática com o passado colonial de fornecimento de matéria-prima.

Facó se mostra, nesta obra, verdadeiramente um homem de seu tempo, em suas construções teóricas que acompanharam o desenvolvimento da frágil democracia brasileira e da recente Constituição Federal. Este também se mostra ciente das vitórias do socialismo internacional e da esperança de algum dia o Brasil ter forças para se sobressair ao capitalismo em detrimento ao que poderia ser um socialismo democrático, como ditava o manual socialista

⁸⁰ Quando afirmamos que não houveram grandes progressos nesse campo, não significa que as conquistas devam ser desmerecidas e que os estudos sobre o assunto devam ser ignorados. Vários são os trabalhos que englobam a temática. Cf. (SILVA, 2013), (STEDILE, 2011), (GUEDES; FLEURY, 2016), (MOTTA, 2013).

do período, quando a ideia da revolução proletária não estava em moda. No último parágrafo do texto, o autor conclui que:

É necessário termos consciência disto no Brasil de hoje, para que o advento do socialismo entre nós se faça, na medida do possível, por meios pacíficos. A classe operária brasileira cresce, ganha consciência de classe, tornara-se cada vez mais combativa. Crescerá mais ainda com o despovoamento do campo, com a ruína do latifúndio, com o incremento das indústrias. Tornar-se-á, portanto, cada vez mais potente e capaz de grandes feitos. É ela que está construindo o Brasil de amanhã ao construir o Brasil de hoje. Tem direito de decidir de seu destino. Em sua ajuda vem dia a dia a inspiração de novas e novas vitórias do socialismo, na União Soviética, na China, nos demais países socialistas da Europa e da Ásia. O Brasil deve ocupar honrosamente o seu lugar num mundo que se renova (FACÓ, 1960, p. 234-235).

O lugar social de Rui Facó fica mais claro aqui do que em *Cangaceiros e Fanáticos*. Neste livro, ficam registradas as impressões diretas do autor a respeito do Brasil e do que ele esperava do país nos próximos anos. É lamentável sabermos que Facó, com impressões tão refinadas, não veria o Brasil passar por mais um período ditatorial, com a retomada do imperialismo maquiado de nacionalismo, e com o afastamento da possibilidade da reforma agrária um ano após sua morte. Suas conclusões sobre o que poderia vir a seguir seriam relevantes dentro da clandestinidade comunista e da retomada da luta armada em defesa dos ideais democráticos.

4. Do primor conceitual ao manifesto político: contrastes de Rui Facó e Eric Hobsbawm

Rui Facó não seria o único a produzir estudos sobre banditismo com a ótica marxista na década de 1960. O estudo de banditismos é uma das temáticas mais recorrentes entre várias classes de pesquisadores ao longo da história. As várias roupagens do banditismo, o espectro criminológico, a sociologia destes movimentos e até a antropologia criminal, famoso ramo da escola italiana do final do século XIX e começo do século XX – que tinha inclusive precursores no Brasil⁸¹. Na história, alguns pesquisadores se destacaram no ramo. Em 1969, o historiador britânico Eric Hobsbawm, lança a público a já citada obra *Bandidos* que vai dividir perspectivas a respeito de banditismos sertanejos em todo o mundo. A obra intitulada *Bandidos*, entretanto, não seria a primeira nesta categoria. Antes disso, em 1959, a obra *Rebeldes Primitivos* teria sido lançada com o intuito parecido, com a referência não apenas as formas de banditismo, mas às manifestações consideradas primitivas – pré-capitalistas – ao autor. Apesar de o livro, em

⁸¹ Cf. capítulo 1, seção 3.

1959, ter adquirido certo prestígio, foi, de fato, em *Bandidos* onde se concentraram as atenções dos pesquisadores da área.

Como Facó, a ótica escolhida para a análise de seu objeto de pesquisa será o marxismo. Hobsbawm, inclusive, tem um longo histórico enquanto intelectual pelas considerações sobre vários temas, destacando-se quase sempre pela lógica marxista. Desde 1936, o autor se filia ao Partido Comunista da Grã-Bretanha, o qual permanece neste até a data de sua morte, em 2012. Estas considerações, em maior ou menor medida, talvez justifiquem suas escolhas e as posições que defende não apenas nas obras de 1959 – 69, como também ao longo de sua bibliografia (PINTO, 2012).

A respeito das considerações dessas formas primárias de banditismo e de sua representatividade, apesar da similitude conceitual e base de apoio ser a mesma entre Facó e Hobsbawm, existem largas discrepâncias entre os dois autores. As diferenças se iniciam, inclusive, nas motivações de escrita das obras e essa diferença perdura no corpo das principais reflexões.

A iniciar por Facó existe um sentido lógico de pesquisa quando o autor dedica toda uma obra aos cangaceiros e “fanáticos”. Esse sentido fica claro antes mesmo da escrita do trabalho, como vemos em *Brasil Século XX*. Em síntese, Facó busca nas formas primitivas de manifestações demonstrar a miserabilidade do povo sertanejo que exprime suas necessidades mais básicas através da violência, adquirindo meios de subsistência mesmo dentro da ilegalidade. A trajetória desses personagens é motivada inicialmente pela configuração social brasileira que remonta ao início da colonização e da conseqüente acumulação de terra. Logo, as atitudes vistas por muitos como deploráveis contra a propriedade e forçosamente criminosas na manutenção da vida por meio de furtos e assassinatos, Facó vê como frutos da própria sociedade, e ainda, como condição inalienável a quem fora explorado e toma alguma atitude diante da situação. A violência é intrínseca ao reduto sertanejo, e a violência, ali, não é anômala. Tanto é que os cangaceiros e “fanáticos”, mesmo sem cunho político pré-estabelecido e com manifestações vis, tornam-se símbolos do início da luta política contra o principal foco de atraso do povo brasileiro, o latifúndio. Em Facó, a luta primitiva e pré-política foi necessária para a criação de uma trajetória de luta no Brasil. Eis aqui a diferença na consideração de um movimento pré-político com o despolitizado. A leitura social de Facó é, de fato, um manifesto com intenções claras.

No início do prefácio do livro *Rebeldes Primitivos*, o autor afirma: “Meu interesse pelos assuntos que este livro contém foi, inicialmente, despertado, há alguns anos passados, pelo

Professor romano Ambrogio Donini, que me contou algo a respeito dos Lazaristas Toscanos e dos sectários da Itália do Sul” (HOBSBAWM, 1970, p. 7). Esse pequeno trecho é o suficiente para notarmos uma ruptura clara com o que propõe Facó. Hobsbawm não está, neste momento, na busca de demonstrar como é que as formas de manifestação pré-política são formulações claras contra alguma forma específica de regime, pelo contrário, a essência do que nos mostra o autor é a multiplicidade. Ainda em *Rebeldes Primitivos*, são discutidos o surgimento da máfia italiana, dos metodistas primitivos ingleses, da turba urbana, de algumas manifestações milenárias como manifestações sociais e primárias que se utilizam de princípios religiosos para a criação de uma comunidade própria, e até dos rituais em alguns movimentos sociais (HOBSBAWM, 1970, p. 11-24).

Em *Bandidos*, o protagonismo é assumido pelas formas de banditismo propriamente dito, e não por temas diversos como adotados na obra anterior, ainda assim, não temos similaridade com o que propõe Facó pela mesma ausência de intencionalidade. A proposta de Hobsbawm é instrumentalizar o conceito de banditismo social como denominação de algumas formas de banditismo que teriam, em vista, uma série de características semelhantes e que poderiam se agrupar sob essa terminologia⁸².

O banditismo social, em Hobsbawm, é definido em ambas as obras, sempre seguindo uma linha de raciocínio. Tanto é que nas suas obras é destinado um capítulo para tratar das definições gerais do que seria esse banditismo social e diferenciá-lo do bandido comum. Em *Rebeldes Primitivos*, Hobsbawm afirma:

O padrão fundamental de banditismo, como tentei demonstrar até agora, é quase sempre, universalmente, encontrado dentro de certas condições. Ele é rural e não urbano. As sociedades rurais onde ele ocorre conhecem o rico e o pobre, o poderoso e o fraco, os que comandam e os comandados, mas permanece profunda e tenazmente tradicional e pré-capitalista como estrutura. [...]. Além disso, mesmo nas sociedades retrógradas e tradicionais, o bandoleiro social só aparece antes do pobre adquirir consciência política ou chegar a métodos mais eficientes de agitação social. O bandoleiro é um fenômeno pré-político, e a força dele se manifesta em proporção inversa a do revolucionismo agrário organizado e a do socialismo ou do comunismo (HOBSBAWM, 1970p. 37).

Há, neste primeiro texto, uma grande preocupação em delimitar os limites existenciais de movimentos considerados pré-políticos. A mensagem por trás de toda a discussão reside no

⁸² Na seção 2 do capítulo 1 comentários foram feitos para argumentar a respeito da categorização da obra de Facó ser muito mais afim da sociologia do que da própria história. Hobsbawm é totalmente diferente nesse sentido. Sua metodologia o coloca de fato na categoria histórica, com todos os elementos que incitam a essa categorização.

fato da inexistência de vínculos políticos de quem se manifesta contra a ordem dominante, seja através de um movimento religioso ou social⁸³.

Em *Bandidos*, tal como ocorre uma mudança temática, outra série de abordagens possíveis são colocadas à prova, em especial na distinção do bandido comum com o bandido social. Como veremos a seguir, essa relação reside, especialmente, na maneira complexa pela qual os grupos de bandidos se relacionam com a comunidade. Os bandidos considerados sociais não são exilados por completo, são proscritos, mas fazem parte da comunidade sertaneja na medida em que podem ser considerados vingadores, heróis, que lutam pela justiça e, na teoria, pelo bem e equidade social. A pilhagem faz parte do seu dia a dia, especialmente contra aqueles que possuem muitos bens. Sobre essa “espécie” de banditismo, temos um conglomerado de características elencadas, se atentarmos considerações de *Rebeldes Primitivos*, como Hobsbawm afirma:

Essa espécie de banditismo social é um dos fenômenos mais universais da história, e um daqueles que apresentam mais espantosa uniformidade. Praticamente todos os casos pertencem a dois ou três tipos claramente inter-relacionados, e suas variações são relativamente superficiais. Ademais, essa uniformidade não decorre de uma difusão cultural, mas constitui reflexo de situações semelhantes nas sociedades camponesas, ocorram elas na China, no Peru, na Sicília, na Ucrânia, ou na Indonésia (HOBSBAWM, 2000, p. 37).

A dosagem de teorização de banditismo se acomoda em toda a configuração do que pode ser considerado social em Hobsbawm. Ainda na tentativa de desenhar quais as condições ideais para existência dos bandidos sociais, o autor atesta que a comunidade teria de ser policiada por residentes locais, afastados de centros urbanos e deficientes de meios de comunicação. Inclusive afirma que “o mundo moderno o matou (o bandido) [...]”. A integração e coletivização junto à crescente demanda de recursos deixa escassa a forma de banditismo sertanejo que no papel se desenvolveria apenas em comunidades sertanejas isoladas⁸⁴ (HOBSBAWM, 2000, p. 41).

⁸³ Existe um impasse na comparação de *Rebeldes Primitivos* e *Bandidos* no que se refere a utilização da terminologia “movimentos sociais”. Na primeira obra não há nenhum problema na nomeação destes movimentos, mesmo que pré-políticos, como sociais. Já em *Bandidos*, o autor repreende a designação de banditismos como movimentos sociais. Nem mesmo revolucionários são, pois cabem apenas na categoria de reformadores. Uma explicação cabível para essa discrepância talvez fosse na separação temática das duas obras. Em maior ou menor medida, são temáticas semelhantes, mas não exatamente as mesmas. Outra tese aceitável é a reavaliação da terminologia no sentido de repensar sua possível readequação. Fato é que ao colocadas no páreo, fica nítido o confronto das suas perspectivas.

⁸⁴ Reflexões nesse sentido são realizadas também pela única referência brasileira no texto de Hobsbawm. Se trata da Maria Isaura Pereira de Queiroz, no livro *Os Cangaceiros* (1977). Nele, a autora afirma que o fim do Cangaço é contemporâneo a introdução aos novos meios de transporte e comunicação. Não apenas porque a vida de bandoleiros que precisavam de um lugar para se refugiar fica ameaçada, mas porque são apresentados a todos outros modos de garantir sua subsistência, inclusive através da emigração, bastante popular no Nordeste, como na década de 1940. Outras emigrações já haviam sido feitas, em especial com destino ao Norte para o trabalho nos

Em outros contextos que não o ideal para a proliferação sequer do banditismo mais comum, há uma discussão interessante em *Bandidos* que não se trata especificamente de banditismos, mas da estruturação de poder no Estado. O banditismo, para além de tudo que foi elencado até o momento, também é uma força, que desafia a ordem legítima do Estado. Quem é proscrito ou bandido, em algum momento saiu do campo de visão da própria legislação e foi isolado constitucionalmente. Nesse sentido, Hobsbawm afirma que para entender o banditismo e sua história, teríamos que o inserir na história do poder e do controle exercido pelo estado. Mesmo que tal espécie de banditismo não tenha caráter revolucionário ou reformista, este sempre se mostra contrariado de alguma maneira com o que está posto e utiliza instrumentos considerados inadequados para a obtenção do que desejam (HOBSBAWM, 2000, p. 25).

No conjunto de suas considerações, as manifestações de Hobsbawm a respeito do banditismo são extensas e coesas. Aqui não entraremos no mérito de qualificá-las como adequada ou inadequada, pois não é esse o intuito da pesquisa⁸⁵, mas pensar em que medida a posição de Hobsbawm, enquanto historiador marxista, converge com as considerações de Rui Facó que trata mais especificamente de fenômenos brasileiros.

Como já foi largamente exposto até o momento, a obra de Facó tem cunho político. Logo, a roupagem do banditismo para os fins a que propõe, é terminantemente social. Intrinsecamente, infere-se que para além dos cangaceiros que praticam atos criminosos a toda sorte, em Facó, a classe de excluídos e proscritos se estende aos “fanáticos” a partir do momento em que assumem uma posição heterodoxa, com raízes postas no catolicismo matriz com aspectos regionais inclusos. Nessa direção, é válido afirmar que a caracterização dessas formas de banditismo ou de reclusão como movimento social, mesmo com força política inconsciente, são validadas.

O cangaceirismo e o “fanatismo” como efeito de reação, além de ter essa carga política, também são apresentados como as únicas soluções possíveis, dado que as autoridades locais são controladas e, muita das vezes, até mesmo exercida por quem detém diretamente os meios de produção e acumulam riquezas. Em alguns trechos de *Cangaceiros e Fanáticos*, a constatação dessa falta de saídas possíveis fica clara:

Num meio em que tudo lhe é adverso, podia o homem do campo permanecer inerte, passivo, cruzar os braços diante uma ordem de coisas que se esboroa

seringais, muito bem exposto por Facó, mas em direção ao sul e espaços industrializados. Para Queiroz (1977), os ideais de heroísmo foram substituídos pelos burgueses.

⁸⁵ Essa discussão é realizada inclusive em *Bandidos*, como anexo da 5ª edição, na qual o autor expõe as principais críticas ao seu trabalho e responde a cada uma. Ora discordando e argumentando, ora recuando e reformulando teses.

sobre ele? [...] Eles subvertem a pasmaceira imposta pelo latifúndio durante séculos, provocam choques de classes, lutas armadas, preparam os combates do futuro. Não são ainda a revolução social, mas são o seu prólogo. São os elementos regeneradores daquela sociedade estagnada, em processo de putrefação (FACÓ, 1991, p. 38 - 45).

Neste trecho, para além do sufoco social que sofriam os sertanejos, também são expostos elementos que legitimam a obra de Facó como marxista, uma vez que o autor não apenas apresenta o embate exploradores/explorados historicamente, mas também os insere em uma luta de classes. Em outros trechos, Facó segue essa mesma linha, reafirmando esse argumento:

O cangaceiro e o fanático eram os pobres do campo que saíam de uma apatia generalizada para as lutas que começava a adquirir caráter social, portanto, que deveriam decidir, mais cedo ou mais tarde, de seu próprio destino. Não era ainda uma luta diretamente pela terra, mas era uma luta em função da terra – uma luta contra o domínio do latifúndio semifeudal (FACÓ, 1991, p. 45).

Em linhas gerais, o banditismo social, em Facó, não busca explicar apenas os movimentos sociais que dão título à obra, mas sim ler a realidade brasileira em seu aspecto econômico, com traços diretos das pautas do Partido Comunista do Brasil, que identificam na posse de terra um problema que se arrasta ao longo dos séculos no país e alimentam a desigualdade social. Apesar de o banditismo não ser caracterizado como posse direta pela terra, em nenhum momento, são ressaltados os interesses particulares dos agentes em questão. Em Hobsbawm, também, identificamos esse mesmo impasse, que gerou críticas a este modelo de interpretação quando a temática é o banditismo.

Outras comparações são possíveis entre os dois autores, ainda sobre o que seria o banditismo social. Primeiramente, os traços marxistas em Hobsbawm, nas obras aqui aferidas, são sutis se comparados às de Facó. No entanto, a qualificação de banditismos laureados, pré-concebidos pela necessidade social de inquietação das massas exploradas, demonstram características claras de premissas da luta de classe, mesmo no caso de sociedades pré-capitalista, em que os donatários de terras têm poder e legitimidade. Esse é, inclusive, o pressuposto básico da caracterização de bandidos sociais ou “comuns”. Em Facó a luta de classes ganha contornos mais nítidos. A segunda constatação é dotada de mais obviedade, no entanto, necessária: Facó não destina, em nenhum momento, algum capítulo que trata da definição de banditismo social. Todas as suas conclusões a esse respeito são intrínsecas às próprias descrições de sertanejo e de cangaceiros. *Cangaceiros e Fanáticos*, é um livro conciso para tudo que propõe, e todas suas considerações são mais curtas do que poderiam ser, não teorizando o suficiente para a composição do que seria um tipo ideal de bandido social.

Em contrapartida, maior tempo é gasto para falar do Cangaço e dos cangaceiros em *Cangaceiros e Fanáticos*. Na seção destinada a tratar singularmente do Cangaço, Facó ressalta várias questões antes levantadas, objetivando responder a mesma pergunta respondida pela literatura cangaceira até o momento: Como se poderia evitar o Cangaço no Brasil e qual seria a maneira correta de pôr fim? Como explicitado na seção 2, do capítulo 1, Facó não se apropria do que muitos tinham falado até o momento, como aumento de policiamento ou instrução a todos. Não que o autor negue a importância de todas essas questões, mas reafirma, no momento de conclusão do Cangaço “problema”, o que teria levado ele até aquele momento, sendo este o fim do latifúndio. Nesse sentido, o Cangaço teria seu fim quando a “assombração” do latifúndio não mais tivesse força no quadro econômico do Brasil república.

Outro momento de grande relevância na explanação de Facó é quanto a subversão da lógica sertaneja por meio ordenação de grupos dependentes e independentes que gravitam o latifúndio. Segundo o autor, o jagunço é diferente do cangaceiro na medida em que o primeiro existe em função do latifúndio, enquanto o segundo, não. Essa diferença se espelha no modo de vida adotado por cada grupo. Se o jagunço se torna cangaceiro independente em algum momento, este nunca mais voltaria a ser jagunço por saber das limitações que tinha enquanto era somente um agregado/subordinado. Por mais que seja através do crime, a transição nas formas de banditismo é usada por Facó para instrumentalizar a tomada de consciência de sujeitos que exploram outros meios de sobrevivência e fogem ao reduto ideológico da classe dominante.

Quando comparamos os aspectos dos cangaceiros mais retratados em Hobsbawm, notamos uma acentuada curva de análise. O autor britânico intitula o capítulo destinado aos cangaceiros como “Os Vingadores”. Em certa medida, Rui Facó também parte do ponto em que os sertanejos veem no Cangaço alguma forma de vingar sua atual condição social, mas é este exclusivamente o aspecto adotado por Facó: o social. O “vingador” de Hobsbawm personifica muito mais um agente de coerção física, que utiliza a violência como resposta a situação que lhe é imposta. Existe, inclusive, uma dificuldade em encaixá-los (os cangaceiros) na categoria de bandidos sociais por conta dessa questão. “Não é fácil dizer se devemos considerar esses monstros públicos como uma variedade especial de banditismo social” (HOBABWM, 2000, p. 84).

A maneira encontrada por Hobsbawm para encaixá-los na categoria de bandidos sociais se dá por duas vias:

A violência excessiva e a crueldade são, portanto, fenômenos que só coincidem com o banditismo em certos pontos. [...] A primeira é que, nas

palavras do escritor turco Yashar Kemal, “os bandidos vivem de amor e de medo. Inspirar apenas amor é fraqueza. Quando inspiram apenas medo, são odiados e não tem quem os ajude (HOBSBAWM, 2000, p. 87-88).

A primeira via encontrada tem reflexo claro na realidade. A dialética amor/ódio define parte como os cangaceiros são vistos dentro e fora do Nordeste brasileiro. Esse reflexo aparece, inclusive, na literatura. No universo de José Lins do Rego em *Cangaceiros* (1953), os personagens da trama representam bem a dualidade de sentimentos. Alguns destes personagens, como Capitão Custódio, tem verdadeira adoração pelos cangaceiros. Ele mesmo é um coiteiro que ajuda o grupo de Aparício – personificação de Virgulino Ferreira na obra – para encontrar esconderijos e armamentos. A salvação do sertão, para Capitão Custódio, era a justiça dos cangaceiros. Para Zé Luís, cunhado de Bentinho – protagonista da obra – o Cangaço é alvo de adoração. O sentimento despertado no jovem demonstra o lado mais cavalheiresco dos cangaceiros, se é que existia.

Do outro lado, temos Jerônimo e Josefina – sogro e mãe de Bentinho, respectivamente – como perseguidores da vida bandoleira. Ambos odeiam o Cangaço, porque veem nele a forma mais vil de se viver. Cangaceiro é personificado como covarde, ladrão e sem honra alguma. Fato é que cada um dos personagens retratados no universo reguiano tem seus motivos para nutrir estes sentimentos, mas a força de mobilização do Cangaço extrapola os limites dos campos de experiência de quem o viveu. Mesmo hoje há quem defenda o Cangaço e outros que, simplesmente, atacam-no. Esta seria a força que Hobsbawm quis destacar ao tentar, mesmo que forçosamente, encaixar o Cangaço na conjuntura dos movimentos sociais.

A segunda via apresentada por Hobsbawm é

[..] a de que a crueldade é inseparável da vingança, sendo esta uma atividade inteiramente legítima para o mais nobre dos bandidos. É impossível fazer o opressor pagar a humilhação imposta a vítima em sua própria moeda – pois o opressor atua dentro de uma estrutura de riqueza, poder e superioridade social que destrone os poderosos como classe e promova a ascensão dos humildes. A vítima só dispõe de seus próprios recursos, e entre estes a violência e a crueldade são os de eficiência mais visível (HOBSBAWM, 2000, p. 90).

Esta tese pode ser melhor explicada quando observamos o “código de honra” presente na comunidade sertaneja. Como dito por Hobsbawm em outros momentos do livro, ou mesmo por autores como Gustavo Barroso (1917), a violência faz parte do método de ação dos cangaceiros e dos bandidos sociais como um todo. O espaço, em que estes agentes atuam não é regrado pelas normas civilizatórias de centros urbanos, já que eles mesmos legislam leis específicas e contrárias às formas arbitrárias de retaliação. A vingança realizada pelas próprias

mãos é menos condenável do que a honra não vingada. Nessa direção, Gustavo Barroso afirma: “O sertanejo que não se vinga está moralmente morto” (BARROSO, 1917).

Quando olhamos, isoladamente, a descrição realizada por Facó e por Hobsbawm do que seria o Cangaço, notamos divergências, mesmo que ambos partam do marxismo como ótica de análise. Apontar um ou outro como certo/errado talvez fosse mais convencional, entretanto é importante perceber que cada representação segue fins específicos à construção que cada autor procura fazer em sua obra. Além disso, o cabedal teórico e o histórico de vida auxiliam diretamente nessa questão, na construção dos cangaceiros enquanto figuras sociais. Rui Facó não parte, como Hobsbawm, de interesses isolados na temática, fazendo com que este tenha uma visão geral de banditismos. Facó é nordestino, comunista, e escreve a obra em 1963 como manifesto político. O Cangaço não é apenas “vistoso” como a apresentação de uma galeria repleta de heróis/bandidos. Isso, porém, não desqualifica em nenhuma medida as obras de Hobsbawm, ao contrário, demonstra que na comparação dos textos, vai existir maior engajamento por parte do Facó.

Outro fator determinante para que a análise de Facó se concretizasse é o histórico de lutas do Partido Comunista no Brasil. Apesar de ser um partido comunista, ligado à matriz soviética, a experiência brasileira é terminantemente diferente da experiência da Grã-Bretanha. O Brasil possui raízes da era colonial, enquanto a Inglaterra, patriarca de Hobsbawm, foi o país com mais colônias na história. As pautas brasileiras eram outras, e a representação temática também.

Por fim, não nos cabe apenas frisar que todas as correntes marxistas de análise do Cangaço desaguam no grande mar que é o marxismo nos dias de hoje ou que era na década de 1960. Cabe-nos, apenas, refletir sobre qual seria, simbolicamente, a potência mobilizadora dos bandidos sociais de cada uma das representações. Nas duas que foram apresentadas, é válido pensar em uma como a teorização imagética de facínoras, em tempos imemoriais ou mesmo literários, que evocam a liberdade, o heroísmo e o sonho de justiça – levando em consideração a particularidade de cada caso (HOBSBAWM, 2000, p. 167). Essa constatação pode ser considerada sem local e o contexto social a que pertencem. Hobsbawm nos permite pensar nestes proscritos sociais descontextualizados. Já Rui Facó não permite esta heterodoxia imaginativa. Os cangaceiros são seres sociais, contextualizados. Em consonância com suas considerações. Isto não implica em uma hierarquização das duas reflexões, mas nos possibilitam visualizar cada uma das abordagens e o que seria mais adequado as várias situações.

A imagética que ronda a representação dos cangaceiros tanto na obra de Facó quanto na de Hobsbawm povoa o imaginário de quem pensa um modelo para a construção da vertente marxista no Cangaço brasileiro. Por lançar livro em 1959 – *Rebeldes Primitivos* – Hobsbawm poderia ser considerado esse precursor em detrimento de Facó, ou *Cangaceiros e Fanáticos* é a obra que mais produz efeito na historiografia? Esta questão não seria justa pela simples constatação de Hobsbawm não discutir o Cangaço em seu primeiro livro. O que nos resta é analisar o eco produzido por Facó e a força de sua representação, e daí repensar a possibilidade de matriz se erigindo a partir do historiador britânico em *Bandidos*, em 1969 em um cenário onde Facó não se firma como tal. Apenas outros autores de escritos sobre os cangaceiros e que coadunam com a vertente interpretativa marxista poderão fornecer essa resposta.

5. Desbravando novos rumos: Raízes de uma interpretação marxista do Cangaço

Há peso quando se fala em *novos rumos* na trajetória de vida de Rui Facó. Foi em uma viagem pela revista *Novos Rumos* onde aconteceu o trágico acidente que resultou na sua morte. Todavia, não é da revista *Novos Rumos* que falamos na última parte deste capítulo, mas sim da eclosão de uma nova proposta interpretativa sobre o Cangaço brasileiro identificada na herança deixada por Rui Facó *post-mortem*.

Se retroagirmos um pouco e voltarmos ao capítulo anterior, perceberemos que a trilha proposta como matriz na presente pesquisa já foi iniciada. Começa em 1912 – e com mais força em 1917 até 1931 – nas contribuições de Gustavo Barroso. As causas postuladas por Barroso na caracterização dos motivos modulares do Cangaço versavam sobre os pontos mais básicos na leitura da realidade social nordestina, como a seca, os coronéis, a ausência do Estado nas relações socioeconômicas da população mais pobre. O que chama a atenção na obra de Barroso não foram as causas apresentadas até então, e sim a consideração do perfil racial como preponderante para a identificação de criminosos em potencial. O autor receberia duras críticas à sua obra após sua publicação, mesmo ainda prezando de grande respeitabilidade. Souza Barros no livro *Messianismo e violência de massa no Brasil* (1986), faz considerações interessantes a respeito de Gustavo Barroso. Na obra, o autor afirma:

Gustavo Barroso apresentou uma livre interpretação, no caso do Nordeste, às raízes do cangaceirismo, examinando antes problemas psicológicos e aspectos de formação secundária, sem dar muita ênfase, no entanto, às causas primárias, de fundo econômico [...] De qualquer maneira, foi sem dúvida, à época, quem melhor perscrutou os problemas do cangaceirismo. Naturalmente, com falhas na interpretação, mas com a coragem de denunciar

a dominação política na área como responsável principal por essa quase anomalia (BARROS, 1986, p. 46-48).

Omitir a relevância de Gustavo Barroso nesta historiografia seria bastante inapropriado, contudo ela própria nos mostra que em algum momento, as considerações que algum dia foram pontuais, tornam-se obsoletas. Julierme Morais (2019) nos mostra isso na sua obra quando esboça o quadro sobre a fase final por onde se estende a matriz interpretativa de Paulo Emílio na historiografia do cinema brasileiro. Por mais relevante que seja um autor e suas considerações a respeito de uma temática, um sujeito, em um momento posterior, estará mais alinhado com a leitura social daquele momento histórico em específico e vai olhar para o mesmo lugar já observado no passado e chegar a conclusões diferentes, e a lógica da contemporaneidade vai privilegiá-lo, se for bom o suficiente, com seguidores daquela linha de pensamento.

Se voltarmos a Souza Barros na obra supracitada, um comentário dentro da observação realizada sobre Gustavo Barroso merece mais atenção, quando afirma que as “causas primárias de fundo econômico” não foram tão privilegiadas como as demais (BARROS, 1986). Acontece que, especialmente, em *Almas de Lama e Aço* (1931), os fatores de ordem econômica são bastante privilegiados, mas em menor medida. Souza Barros, nessa direção, tenta nos mostrar que as “causas primárias de fundo econômico” não deveriam ser apenas citadas, mas privilegiadas sobre as demais. Lembrando que *Messianismo e violência de massa no Brasil* é escrito em 1986, percebemos que a corrente de pensamento do autor já não é mais a que iniciara Barroso em 1912.

É nesse contexto que emerge Rui Facó com matriz interpretativa na linha temporal da historiografia analisada. Em 1963 o autor redige o exposto:

Vê-se que predominam muitos efeitos de causas profundas: ausência de justiça, analfabetismo, precariedade de comunicações e transporte, baixos salários. Quando tudo isto já resultava da tremenda desigualdade social, do débil desenvolvimento do capitalismo, do lentíssimo incremento das forças produtivas, da concentração da propriedade da terra, que dava poder econômico ilimitado a uma insignificante minoria de latifúndios (FACÓ, 1991, p. 41).

Percebe-se que a linha seguida por Barros (1986) contempla, indiretamente, a corrente de pensamento que inicia Facó em 1963. Esse será o ponto fulcral da caracterização referente a toda historiografia que cita diretamente ou indiretamente Rui Facó: uma perspectiva que contemple o Nordeste e suas mazelas economicamente através da figura do latifúndio, da concentração criminosa de terra com reflexos diretos na desigualdade social. Os itens pontuados por Barroso (1912; 1917; 1931), por Xavier de Oliveira (1921) por Pedro Baptista (1929), por

José Américo de Almeida (1937) não serão esquecidos, mas deslocados para a condição de coadjuvantes num contexto socioeconômico hipervalorizado pela historiografia de “esquerda”, como atesta Freixinho (2003). Tanto o Cangaço quanto os movimentos messiânicos, seriam, de certa maneira, apropriados para a identificação dos principais problemas da região nordestina e instrumentalizados como elementos de luta a favor da reforma agrária.

A matriz que gravita em torno das conclusões de Facó, ainda merecem algumas reflexões adicionais. Primeiramente, se compararmos o modelo que foi usado por Gustavo Barroso e avaliarmos um encaixe sem modificações em Rui Facó, provavelmente estaríamos fadados ao fracasso. Isso se justifica pela ideia de construção de um cenário político e social através da conjuntura do Cangaço, e não apenas pela reconfiguração do que foi colocado até então. Em síntese, não há quem negue a falta de analfabetismo e a repressão policial no sertão nordestino. O que há é um novo olhar sobre o movimento que nos leva a considerar mais alguns fatores do que outros. Sem correr o risco de ser redundante ao fazer essas colocações, é necessário trazer à tona o contexto em que *Cangaceiros e Fanáticos* é escrito, o lugar social de Facó e a representação erigida nesse processo. Não há negação, por exemplo, de datas postas pela bibliografia anterior que afirmava a qual o Cangaço surge na transitoriedade do século XIX ao XX e nem quanto ao significado do termo. A matriz interpretativa que ora se apresenta vai concordar com tudo isso mas vai ressignificar, reinterpretar o mesmo movimento social a partir de um cenário político e social específico. A tradição intelectual que privilegia essa abordagem de “esquerda” ou “marxista” como muitos a chamam, é necessariamente elementar na construção historiográfica de uma matriz sobre o Cangaço pelo peso dos intelectuais que a defendem no Brasil e pela coerência com que fazem suas considerações. A maior prova dessa relevância de Facó e de toda essa tradição intelectual na historiografia do Cangaço é o fato de serem constantemente citados, ora como corrente de pensamento a ser seguida, ora para ser refutada. Mesmo a negação de uma teoria, em certa medida, demonstra sua relevância, sempre se voltando a ela para indicar um novo caminho a ser percorrido.

Dado que as considerações sobre *Cangaceiros e Fanáticos* foram realizadas na seção 2 do capítulo 1, é lúcido discutirmos, nesse momento, os diálogos de Rui Facó e de sua tradição intelectual com autores que seguem na mesma linha a fim de se problematizar e se perguntar em que medida é possível caracterizar a obra de Facó como protagonista.

O primeiro autor em quem buscamos diálogo é Harrison de Oliveira, no livro *Reflexões sobre a miséria do Nordeste* (1984). Esta é uma obra que pode ser considerada um grito de guerra em prol dos direitos de um povo. O autor, apesar de acadêmico, não escreve o livro com

normatizações correntes, pelo contrário, busca fazer ecoar sua voz sem embargos referenciais, metodologicamente livre. Suas reflexões, contudo, não são rasas e desorganizadas, pelo contrário, cumprem bem o papel que se dispõe a realizar.

Se iniciando pela crítica à religiosidade passiva, o autor se inicia na descrição de uma trajetória do povo nordestino com profundos apelos contra toda a demagogia cristã e apelos políticos esmoleres, sempre com o objetivo de usar o Nordeste como entremeio entre eles e verba pública. Na obra como um todo, o autor demonstra todas as nuances específicas do povo nordestino com ênfase na explicação do polígono das secas⁸⁶, e qual seria a solução mais viável para que se findasse esse problema. Contudo, essa não é uma questão insolúvel. Algumas nações e povos distintos na história já lutaram contra esse problema e em certa medida, venceram. O imbróglcio da resolução no Brasil é o que será problematizado na obra, tais como as consequências, ambientais e sociais de não se cumprir com a cartilha que coordena uma saudável configuração social e igualitária. Nesse entremeio, é citado o desenvolvimento do messianismo, do Cangaço popular e o Cangaço chapa branca⁸⁷.

Como não faz parte das nuances da obra permanecer na subjetividade, o autor “dá nome aos bois” e cita quais foram os poucos governos, estaduais e federais que se preocuparam de fato em ajudar o Nordeste e quais foram as tentativas falhas e corruptas presentes na história dessa região.

No meio de todo esse conflito, é destaca-se com grande primor o papel protagonista que deveria assumir o Rio São Francisco na irrigação intensiva da terra para o aumento da fertilidade evitando desagrvos em épocas de secas intensivas. A segunda medida necessária nesse nordeste seria a distribuição de terra e desestagnação da economia por meio da divisão igualitária de posses e diminuição da desigualdade social, tal como a perda do domínio exercido pelos coronéis em relação aos sertanejos que privados de posses e são obrigados a permanecer numa situação miserável.

Aqui entra o “Cangaço popular” como resposta as anomalias cotidianas da região. A miséria já é o principal fator de eclosão dos movimentos desse gênero.

As regiões subdesenvolvidas, onde a miséria e a carência total de justiça são as tônicas dominantes, sempre se constituíram em terreno fértil para as revoltas sociais, para o banditismo, nos seus mais variados matizes, notadamente numa sociedade onde há um acentuado desequilíbrio entre as classes abastadas e as humildes. Al Capone, nos Estados Unidos, Hobin Hood

⁸⁶ Área compreendida entre os estados do Piauí, Paraíba, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Essa nomenclatura designa a região Nordeste e parte do Sudeste pelo baixo índice pluviométrico normal.

⁸⁷ O autor se utiliza desse termo para se referir aos coronéis e potentados rurais como um todo.

na Inglaterra Feudal, Virgulino Ferreira da Silva no Brasil, são os exemplos mais frisantes desses subprodutos estereótipos, de sociedades marcadas pelos acentuados desnivelamentos sociais (OLIVEIRA, 1984).

Pontualmente, Harrison de Oliveira segue na linha de pensamento apresentadas até então, na caracterização de um ambiente sociocultural hostil, desigual, propício ao surgimento de banditismos de todas as espécies. Quando o autor cita casos de bandidos estrangeiros, mesmo “Hobin Hood” que não tem sua existência comprovada, busca dar legitimidade para o argumento com outros exemplos nítidos de banditismo decorrente do meio.

Uma característica que deve ser ressaltada nesse modelo de interpretação é a maneira como alguns autores não ressaltam os piores defeitos dos bandoleiros analisados. Isso está presente em Facó quando se pergunta: “Num meio em que tudo lhe é adverso, podia o homem do campo permanecer inerte, passivo, cruzar os braços diante uma ordem de coisas que se esboroa sobre ele?” (FACÓ, 1991, p. 38). Não são todos os autores com essas características, que buscam romantizar o Cangaço para lhe dar um aspecto, terminantemente social e com objetivos políticos, mas no caso de Oliveira (1984) esta é uma característica evidente, mais do que em Facó, inclusive.

É uma verdade incontestável, afirmar que o sertanejo “é antes de tudo um forte”, mas, há momentos na vida de uma criatura em que ele perde a paciência, o senso da responsabilidade e lança-se ao desespero, à revolta. Afinal, ninguém é feito de granito ou de viga de cimento armado, mas, de um frágil esqueleto de osso, envolto de carne e nervos. Aí, o conceito do Mestre Euclides desfaz-se como um castelo de areia, ao primeiro sopro de uma ventania (OLIVEIRA, 1984, p. 136).

Quando comparamos esse trecho da obra de Oliveira (1984) com o pronunciamento de Facó a respeito da tomada de atitude do sertanejo, notamos certa semelhança, mesmo que não haja uma citação direta a esse respeito - lembrando sempre que este não foi o formato de livro escolhido na presente obra como explicado ainda no prefácio escrito por Nelson Werneck Sodré.

A exasperação romântica do autor emerge quando há a pontuação dos motivos escolhidos pelas autoridades para perseguir o mais afamado bandido do sertão: Virgulino Ferreira. Para Oliveira:

É bem possível que o ódio, a virulenta campanha que as oligarquias políticas e os governos estaduais e municipais desencadearam contra Virgulino Ferreira, tivesse a sua explicação diante daquelas tendências socialistas de Lampião, que, evidentemente, passaria a ser duplamente perigoso, nocivo a sociedade capitalista (feudal) daquela época (OLIVERIA, 1984, p. 136).

Nesse momento da obra, o teor proselitista abre larga distância de ser apenas moderado e beira ao exagero. Independentemente dos motivos que levaram não só Virgulino Ferreira, mas

também todo o grupo do Cangaço à ativa, já é consenso na historiografia admitir violência cometida pelos grupos cangaceiros e volantes. O autor não nega a violência, inclusive deixa claro num trecho nas páginas seguintes quando diz: “Que ele esfolou e matou não há dúvida” (OLIVEIRA, 1984, p. 138), ainda assim defende que a maneira como Lampião e os outros cangaceiros foram retratados pela historiografia “burguesa” foi desonesta e proposital. A maior prova de seus feitos permaneceria na efetividade do carisma popular que enxerga em Lampião seu maior representante. É uma conjuntura que serve ao “Cangaço chapa-branca”, aos governantes, visto que os cangaceiros representariam verdadeiros heróis populares, lembrando sempre da violência por eles acometida.

Toda essa narrativa comporta bem uma das conclusões gerais do livro: a culpabilização do latifúndio pelas mazelas da região, e a saída passando pela desarticulação do poder exercido pelos coronéis que possuem a terra como garantia de legitimidade do mandonismo local e político.

Num país onde o direito de propriedade é uma espécie de deus MOLOCH e os princípios e leis que o regem ultrapassam, em severidade, o código de Hamurabi, é extremamente difícil, talvez impossível, dentro dessa nossa estrutura ultra conservadora, resolver o problema fundamental do Nordeste, que é, sem dúvida, o de uma profunda REFORMA FUNDIÁRIA. Pretender emancipar econômica e socialmente essa sofrida e explorada região, onde os latifundiários, os chamados BARÕES DA TERRA continuam a exercer um domínio político e econômico semelhante ao que os sesmeiros da época colonial exerciam sobre os seus latifúndios e agregados, é o mesmo que pretender curar um tumor canceroso, dentro de um organismo humano, ministrando-lhe como remédio, o clássico comprimido de aspirina (OLIVEIRA, 1984, p. 185).

Apesar de certo proselitismo apaixonado em relação ao carisma cangaceiro na população, Harrison de Oliveira redige um verdadeiro manifesto-denúncia. Levanta a bandeira do Nordeste de modo a não pedir esmola, reivindica justiça e usa para essa narrativa, a figura dos cangaceiros para esse fim.

Nessa mesma direção encontramos o livreto *Lutas camponesas no Nordeste* (1986) que tenta justamente ampliar a discussão acerca da posse da terra e também congrega dos apelos semelhantes aos de Harrison de Oliveira em dado momento na narrativa. Os dois possuem diferenças claras, a começar pela motivação inicial de cada um. Enquanto Oliveira (1984) faz uma reflexão sobre os problemas do Nordeste, Manoel Correia Andrade (1986) já traça um caminho histórico na luta pela terra no Brasil, da colônia à república, mais especificamente até no pós-ditadura. O ponto de encontro entre os dois autores se dá na busca do Cangaço como

instrumento legal de luta pré-política ocasionada pela estrutura fundiária local, fazendo-nos remeter, assim, às considerações de Rui Facó.

Lutas Camponesas no Nordeste é o título da obra em questão, mas também poderia ser considerado o resumo ideal na caracterização de todo o seu conjunto. Como essa é uma temática regional, infere-se que já possui bastante especificidade, não sendo este o caso. Tratar de embates camponeses no Nordeste, de maneira tão ampla, permitir-nos-ia divagar no tempo-espaço. Portanto, é necessário deixar claro quais foram as escolhas do autor ao tratar sobre esse tema que mais nos chamou atenção.

A primeira delas é a problematização do conceito “camponês” historiograficamente, o qual, normalmente, designamos o europeu da Idade Média. Para evitar estes embates, o autor divide o significado de camponês em dois: um mais geral, que designa o trabalhador rural, e outro mais específico, que retrata o homem do campo que ainda não foi expropriado. A configuração do termo gravita sempre em torno da posse de terra dentro da compartimentação marxista e suas consequentes definições e categorias de análise.

Seguindo o curso do texto, o autor ainda trabalha sobre os primeiros conflitos no campo que envolviam, em alguma medida, a questão da terra, a formação social do campesinato, a expansão do capitalismo tal como a manutenção da estrutura social, a luta pela reforma agrária e a formação das ligas camponesas, o governo Arraes⁸⁸ e o trabalhador rural pelo Estado, o golpe de 64 e a política agrária e o movimento sindical. Por fim ressalta a persistência na temática da reforma agrária pós ditadura (ANDRADE, 1986).

Além do que já foi destacado, o autor também nos faz refletir sobre a condução da abolição da escravidão no final do século XIX e a maneira como ela aumenta a desigualdade social no país, e mais especificamente no Nordeste, dado que o Estado não preza pela manutenção dos direitos elementares de cada cidadão ao longo do processo. Tal como a abolição, temos também a inserção do capitalismo na mudança dos meios de exploração sem alteração do status do Nordeste. As indústrias não fomentaram a concentração operária muito menos estimulou a organização sindical. Os primeiros vultos nesse sentido são da década de 1950 com o surgimento das ligas camponesas.

Antes ainda de problematizar a emergência dos eventos políticos, Andrade (1986) faz considerações relevantes acerca das lutas primárias consideradas em prol da configuração social

⁸⁸ Miguel Arraes foi prefeito de Recife, Deputado Estadual e Deputado Federal por três vezes. Além destes cargos, coleciona também o de Governador de Pernambuco. Seu destaque na obra de Andrade (1986) se deve a sua atuação em prol das pautas populares durante sua gestão, em especial as que contemplavam a posse de terra e a possibilidade de desarticulação por meio de políticas públicas.

que envolvem desde os indígenas no século XVI aos cangaceiros e “fanáticos” do século XX. É lúcido lembrar que a relação da luta cangaceira relacionada à posse de terra é uma interpretação faconiana, devidamente alocada na conjuntura da esquerda brasileira. O epicentro das lutas populares, do século XVI ao século XX com os movimentos messiânicos e de banditismo pertenceriam, em tese, têm a mesma vertente explicativa. No tópico intitulado *Cangaceiros e fanáticos* do capítulo dois, Andrade (1986) afirma:

Ainda devem ser considerados como revoltas populares e camponesas os movimentos ligados ao messianismo e ao banditismo, uma vez que os camponeses, espoliados da posse da terra e do produto de seu trabalho, procuram outros caminhos. Alguns místicos, refugiam-se na religião e se organizam em comunidades sob a direção de um beato, passando a viver em função do “Reino de Deus”, que terão após a morte; outros mais enérgicos, quando vítimas de injustiças, vingam-se de seus opressores e passam a viver como marginais, fora-da-lei, a roubar, depredar e matar (ANDRADE, 1986, p. 14).

Ao observar com atenção, perceberemos que a explicação do Cangaço não se dá por motivos aparentes aos que eram diagnosticados na primeira metade do século XX. Não é o analfabetismo, a falta de transporte ou de policiamento que levariam sertanejos a sucumbir à própria honra e se alinhar ao universo do crime, e sim à posse da terra. É interessante notar como até mesmo a difamação da honra sertaneja não é citada como um dos motivos ideais à entrada no agreste bandoleiro. Isso se dá por não ser essa a intencionalidade aparente da mensagem a ser transmitida nessa obra. A representação almejada com a introdução dos cangaceiros no auxílio da reflexão sobre a posse da terra seria de dar corpo à tese, pois a má distribuição é que seria o motivo central da desgraça regional.

A obra *Lutas Camponesas no Nordeste* (1986) ainda nos possibilitaria pensar no momento em que há a ruptura entre a matriz interpretativa vigente antes de 1960 e a que é discutida no momento que emerge em Rui Facó. O Cangaço e seus agentes, na matriz interpretativa que se inicia em Gustavo Barroso, preocupa-se em problematizar o Cangaço para entender seus ditames: o início, o perfil do cangaceiro mais comum até determinada época, a evolução da violência no contato entre bandoleiros e civis, a ação conjunta do policiamento dos estados mais atingidos e a repressão interna e coercitiva por parte das autoridades. Todas essas situações e outras que não foram citadas eram microuniversos pelos quais os pesquisadores se enveredavam e gastavam tempo e esforço a fim de entender a intensidade e potência que cada um destes temas exerciam na vida da população. Era sim, uma historiografia que se preocupava em problematizar e em registrar os fatos históricos vivenciados. Enveredar-se pelo Cangaço até

o início da década de 1940 ainda era entrar em um túnel escuro, sem ter certeza de que teria saída.

Na outra margem da história, quando o Cangaço encontra seu fim no ano de 1940 e todo o calor que emanava das expedições de caça ao Cangaço e a ansiedade popular se arrefece, outras possibilidades começam a surgir na tratativa que possa considerá-lo relevante a outros fins. Na década de 60, vemos a intelectualidade ligada ao problema da posse de terra regurgitando a temática dos embates populares em terras nordestinas, mas dessa vez, a ideia não era mais entender as peculiaridades do Cangaço, muito menos pensar nas possibilidades de contraste entre cangaceiros do final do século XIX e os últimos cangaceiros mortos em 1938. A ideia seria justamente instrumentalizar estes movimentos como munição para afundar de vez a estrutura agrária que contemplava apenas uma pequena parcela da sociedade brasileira em detrimento à miséria coletiva. Essa é a tradição intelectual que se inicia em 1963: a debandada antropológica e geográfica na introdução do todo social.

Outro autor que também apresenta tais características é Souza Barros, no livro *Messianismo e violência de massa no Brasil*, publicado em 1986. Em um texto, deveras interessante, Souza Barros nos apresenta um esboço muito bem elaborado acerca de um dos temas que são clássicos no rol de interesse na historiografia do Brasil: o messianismo. Partindo de uma premissa geral, o autor delinea os traços que formaram os movimentos messiânicos brasileiros, encorajando novas pesquisas através de reflexões primárias, apontando quais os elementos são específicos de cada uma das raízes culturais brasileiras. Concordamos, nessa síntese, com Ênio Silveira, quando diz “na orelha do livro” que este pequeno-grande livro pode ser um estímulo a pesquisas mais aprofundadas a respeito de alguns movimentos sociais brasileiros com características messiânicas, como Pedra Bonita, Contestado, Canudos, por exemplo.

O livro se divide em duas partes: a primeira para designar os traços culturais-antropológicos dos movimentos messiânicos no Brasil. No primeiro tomo, temos a *Vida mágica do colonizador* no qual o autor nos traz a tradição sebastianista em Portugal e seus reflexos claros no Brasil. Com essa tradição vinda da metrópole, a colônia surgiria como uma força mágico-religiosa ainda na Idade Média, após 1530 com o início do sebastianismo. O livro continua ainda neste capítulo tratando da contribuição indígena e africana para a consolidação do que vieram a ser estes movimentos messiânicos no país (BARROS, 1986).

A segunda metade, e a que mais nos interessa são as interações e a influência social no desenvolvimento dos movimentos messiânicos brasileiros. Aqui são citados, também,

movimentos de maior cunho social, influenciados em alguma medida pela religião local, mas com caráter mais sociologizante, como o Cangaço. Com uma reflexão muito lúcida a respeito do contexto gerador deste movimento, Barros (1986) afirma:

O cangaceirismo, a violência, para alguns, resultavam da ignorância. A estrutura que a formava não era cogitada. O próprio mandonismo representada ainda uma consequência da bruteza e da falta de visão dos chefões da terra. Quando o banditismo ressurgiu, nos dias atuais, em outro tipo de selva, a urbana, pode-se ver bem a ingenuidade daqueles que “porfiavam” em evitar males sociais, conservando a estrutura que os gera. Repetem-se agora os mesmos atos de selvageria, não se pensando mais em escolas e sim na repressão pura e simples... (BARROS, 1986, p. 55).

A reflexão de Barros (1986) se mostra em outro estágio em relação às demais apresentadas. O passo dado pelo autor se consiste em tentar explicar o aumento da criminalidade sem precedentes na zona urbana pela permanência na estrutura rural. Não se trata mais da “selva” do agreste, mas da zona urbana que, em tese, deveria ser civilizada. O espanto na nova selvageria do mundo moderno e globalizado ainda se mostraria mais surpreendente quando já não inclui apenas homens adultos. A marginalização social se depara com a face infantil, de uma sociedade que não soube lidar com seus problemas, essencialmente sociais. Para reforçar a tese, a posse da terra pode ser um dos temas fulcrais na determinação do aumento/diminuição do banditismo antes rural, agora também urbano, o autor completa:

Como o problema da reforma agrária não foi sequer encarado e os *sem terra*, ou simplesmente sem trabalho, caíram no êxodo rural, surge outro tipo de criminalidade, não só entre adultos, mas envolvendo até mesmo crianças [...] a agressão continua, assim, com a participação tanto de adultos de ambos os sexos, como de crianças, provando que não se trata apenas de agressividade dos “homens maus” do Nordeste, nem de causas ecológicas de determinada área, porém da permanência de uma estrutura onde não existe equilíbrio social e que criou somente bem-estar para alguns (BARROS, 1986, p. 55-56).

Analisando com mais afinco o que critica Barros (1986), percebemos uma tentativa de atingir com mais precisão as reflexões que sugerem a violência vista sempre do lado de lá. O Cangaço e os movimentos messiânicos, como problemas, são normalmente encarados regionalmente, enquanto para todos os sujeitos fora do polígono das secas, este problema não passa de pura ficcionalidade. É um “banho de água fria” a concatenação de ideias sequenciais que desembocam no mal querência dos pivetes de São Paulo que retroalimentam o mercado das drogas dentro da megalópole do país. Esse choque de realidade não faz com que o autor se esqueça da temática inicial quando busca, na verdade, falar sobre a violência de massa e os movimentos sociais brasileiros. O Cangaço, por exemplo, é lembrado mais ao final de sua obra, quando o autor faz sua última tentativa de desvinculá-lo de outras determinações que não

respondem à ordem socioeconômica, mesmo que sugira separá-los dos movimentos messiânicos comuns na relação direta com a religiosidade na busca de uma vida melhor. Os cangaceiros teriam religiosidade, mas não viveriam em prol dela, já que a crença popular leva sertanejos à romaria, enquanto o banditismo teria de caráter social: “O cangaceirismo, porém, nem sempre está ou esteve ligado a fundamentos de fanatismo religioso. A sua natureza e os aspectos de luta ficavam mais próximos de causas econômicas e da má distribuição de justiça social” (BARROS, 1986, p. 58).

Dando seguimento à concatenação de peças que buscam pensar na possibilidade de comprovação desta matriz interpretativa, temos a obra *Lampião, senhor do sertão* publicada já em 2008. A obra de José Vieira Camelo Filho logo apresentada foi fruto de sua dissertação de mestrado de anos atrás e, em 2008, ganha formato de livro.

Como a publicação deste livro é bastante recente, não identificamos ao longo da grande maioria do texto, informações e reflexões que inovassem sobre a temática, já gasta pelo manuseio interminável de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. A distância temporal do Cangaço já é um dos alertas que sinalizam a aspereza de se tratar de novas pesquisas a esse respeito, visto que a impaciência não coaduna com o “chover no molhado”. Todavia, alguns pontos da pesquisa do autor merece um destaque especial.

O primeiro destaque da obra, ironicamente, é sua conclusão. Extremamente atual e contextualizada, o autor apresenta exemplos de conflitos modernos esquecidos pelo Estado como prova maior de que o Cangaço como exemplo de violência não se limita ao passado, com referências diretas a violências acobertadas, suburbanas, longe do sertão clássico nordestino, mas embebido de violência e de negligência estatal. Nesse sentido, a pesquisa cumpriu bem seu papel na clarificação do estudo do banditismo rural sertanejo para discussões ímpares a respeito de quais são as causas primárias que estruturam a violências no subúrbio brasileiro e quais são as nuances de cada lugar. Suas reflexões são ainda mais peculiares do que as de Souza Barros (1986) apresentadas anteriormente.

Quanto ao que interessa mais a presente pesquisa, vale destacar a funcionalidade com que descreve o sertão nordestino, e mesmo pontua as principais causas que levaram o Cangaço a eclodir, tal como o mantiveram de pé. Nessa direção, Filho (2008) disserta:

[...] Lampião e todos os sertanejos, incluindo os potentados e as volantes, são resultados do processo histórico a que o país foi submetido, nesta estrutura predominava a concentração de terras nas mãos de poucos enquanto o seu acesso para as demais era impossível. Ao mesmo tempo, tal situação propiciava o surgimento da lei do mais forte sujeita a ocorrência de vingança

como forma de se fazer justiça pautada numa estrutura coronelista e latifundiária.

Mesmo com algumas décadas, depois da última obra de vulto que considera a tratativa faconiana relevante, de 1986, notamos um seguimento fiel ao que prega a tradição marxista do Cangaço. São os mesmos elementos, de ordem econômica, que dão “as cartas” e explicam majoritariamente o contexto brasileiro do final do século XIX e começo do XX. Com referências mais diretas a Facó, Filho (2008) afirma: “Segundo Facó (1978), qualquer manifestação popular naquele meio ou no país como um todo, causava horrores às classes dominantes e no que diz respeito ao problema fundiário, jamais permitiram quebrar o sagrado monopólio da terra” (Filho, 2008, p. 137).

A partir do que foi apresentado até o momento, fica claro que a tradição marxista do Cangaço é detentora de força e preza de legitimidade e, por isso, deve ser considerada como tal. Isso não significa que não tenham críticas, e nem mesmo que não haja discordância interna. Seria irresponsável afirmar que toda a tradição foi devidamente referenciada e homogênea. Também não significa que outros autores que não se posicionem diretamente com as premissas marxistas não reconheçam em Facó relevância nessa historiografia. Temos o caso, por exemplo, de Nilton Freixinho (2003), o qual se apropria da problematização feita por Rui Facó acerca da terminologia de “fanáticos” e o problema inerente à semântica proposta pelos algozes dos movimentos messiânicos no Brasil, dado que os próprios religiosos/romeiros não se intitulavam dessa maneira⁸⁹.

O termo FANÁTICO, aplicado, de modo generalizado, aos movimentos populares da religião católica, de forma radical – episódios de Canudos, Juazeiro e Caldeirão, do Beato Lourenço – “veio de fora”, de círculos que, por motivos diversos, combatiam aquelas situações. Urge desenvolver nessa obra acusação perfeitamente válida, já levantada pelo escritor e historiador Rui Facó [...] isso porque continuar cunhando de FANATISMO, de forma GENERALIZADA, o comportamento religioso radical dos sertanejos naquele período implica não levar em conta o sertanejo, premido pelas circunstâncias de desamparo material, foi empurrado, sim, empurrado para o caminho que lhe restava – o misticismo, pela prática radicalizada da religião católica. Na verdade, em alguns casos específicos, surgiram FANÁTICOS, na acepção de quem adere cegamente a uma ideia ou nutre admiração excessiva por algo ou alguém. Mas generalizar seria incorrer em erro histórico. A releitura da história, sobre o que aconteceu naquele período, sugere, como dístico caracterizador, a expressão “CRENTES E CANGACEIROS”. (FREIXINHO, 2003, p. 23).

Em certa medida, Freixinho (2003) confirma a predisposição das teses faconianas como matriz interpretativa, mesmo com ressalvas. Ele absorve a reflexão sobre a terminologia

⁸⁹ Uma discussão mais cautelosa foi realizada na seção 2 do capítulo 2 da presente pesquisa.

apresentada ainda em 1963 quanto à designação “fanáticos”, mas não se guia exclusivamente pelo cunho social na análise geral do movimento. Freixinho (2003) cita Rui Facó e a obra *Cangaceiros e Fanáticos* como uma tentativa de análise do Cangaço e dos movimentos messiânicos, mas critica a unilateralidade do fator socioeconômico, o que demonstra que em aspectos gerais, Nilton Freixinho (2003) já pertence à outra categoria interpretativa.

As duas últimas contribuições à vertente interpretativa em questão têm de ser lembradas pela visibilidade adquirida na proposição de uma explicação do Cangaço, sendo lembrados sempre ao lado de Rui Facó: José Honório Rodrigues e Maria Christina Russi da Matta Machado.

José Honório Rodrigues é bastante conhecido na historiografia brasileira por ser um dos intérpretes do Brasil na segunda metade do século XX, com obras bastantes significativas, principalmente na área da história da historiografia. Uma das obras de sua autoria que assume grande relevância é escrita ainda em 1965 sob o título *Conciliação e Reforma no Brasil*. Aqui o autor não realiza uma leitura historiográfica, e sim busca compreender a ideia de cordialidade na história do país a partir de sua lógica do conflito, para de problematizar o homem cordial brasileiro e sua iminência. Seria mesmo a cordialidade um princípio facilmente identificado na construção identitária brasileira nos autos da colonização?

O questionamento dessa premissa bastante presente em Sérgio Buarque de Holanda permite a José Honório Rodrigues divagar pela história do Brasil a fim de problematizar os ganhos nos períodos de conciliação, tal como entender se as reformas de fato contemplavam os reformistas ou apenas serviriam como pretexto na manutenção do escalonamento dos privilégios comuns à situação colonial e imperial que nos encontrávamos até 1889.

Dividindo momentos entre períodos cruentos e incruentos da história do país, foram cruentos os que tiveram conflitos e os incruentos os que não tiveram derramamento de sangue. O autor almeja narrar, desta forma, períodos de transição política e social cujos interesses do povo e do Estado entraram em conflito, e esse embate resultaria no prejuízo de um em detrimento do outro.

É nesse contexto que José Honório Rodrigues se notabiliza pelas opiniões dadas sobre o Cangaço brasileiro, consoante ao que acompanhamos comumente na matriz interpretativa faconiana: a instrumentalização política de um fenômeno social que antagoniza tanto a ineficácia do Estado quanto a displicência em tratar dos conflitos fundiários brasileiros. O Cangaço seria mais um dos episódios cruentos da história do Brasil.

As agitações quase permanentes do sertão brasileiro, tão pouco pesquisadas e acentuadas pela historiografia litorânea tradicional até recentemente, ligam-se

às lutas de famílias na época colonial, aos potentados do interior de que falava Nabuco de Araújo, aos coronéis da época republicana. **Delas nascem os jagunços e os cangaceiros**, os fanáticos e os heróis sertanejos, que desde Canudos o mundo político oficial passa a conhecer (GRIFO NOSSO) (RODRIGUES, 1982, p. 84).

Aqui, identificaremos um aspecto muito caro a essa corrente interpretativa: a generalização da origem cangaceira ou o apagamento da multiplicidade plurifacetada do Cangaço. Como ficou claro nos parágrafos anteriores, o papel de José Honório não chega a ser um esforço de pesquisa propriamente falando. Trata-se muito mais da necessidade de criar antagonismos na história do Brasil e ver no Cangaço uma possibilidade interpretativa aberta por Rui Facó, dois anos antes da publicação do texto *Conciliação e Reforma no Brasil*.

Na luta contra a seca e as condições climáticas, as lastimosas sem-existências que vegetam na extrema necessidade ou recorrem ao crime individual e familiar com que liquidam desavenças – e isto não é particular da zona sertaneja, mas de todo o interior, onde falta outra forma de controle social -, ou buscam a reação coletiva, que apesar de sua aparência mística tem especialmente motivações econômicas, como mostrou, com argúcia, Rui Facó (RODRIGUES, 1982, p. 84).

A teorização a respeito do Cangaço, em José Honório Rodrigues, é muito mais uma apropriação do que uma produção. Isso não diminui a magnitude de sua obra, principalmente pelo fato de o Cangaço ser, outra vez, apenas um dos elementos que compõem um quadro maior de exploração da decadência da sociedade fundiária brasileira junto à inadimplência do Estado. Esse cenário não significa que as proposições sobre o Cangaço de Rodrigues (1982) passem despercebidas, principalmente pela crítica de uma outra vertente explicativa do Cangaço que explana na direção contrária à dele.

O uso que o autor realiza do Cangaço faz com que sua própria obra seja reutilizada politicamente para um novo caminho a ser proposto, principalmente nas mãos de Frederico Pernambucano de Mello, que na grande maioria das vezes em que menciona a obra de Rodrigues (1982) o faz como se este fosse um produtor de conhecimento a respeito do Cangaço, quando, na verdade, os dois autores explanam sobre o tema em dimensões diferentes. Enquanto José Honório reutiliza o Cangaço como bandeira social e cruenta da história do país, a nova vanguarda interpretativa da década de 1980 pensa no autor como um exemplo de uma vertente explicativa falha por sua generalização. O alvo de Rodrigues (1982) não é o Cangaço, mas é em sua historiografia que seu tiro é mais certo. Na direção contrária, é claro. A partir dele se forma um sufoco da perspectiva social defendida pela investida marxista no Cangaço.

Para que fique claro, a consonância com a obra de Facó não é o que faz dos comentários de José Honório a respeito do Cangaço um verdadeiro “tiro no pé” dessa mesma historiografia.

Na verdade, o motivo principal é a tentativa de personificação de um ideal bandoleiro sob o nome de um dos mais cruéis cangaceiros atuantes no Nordeste: Lampião.

Lampião não é um mero bandido nas lutas em que empreende com seus companheiros de 1918 a 1938. Estavam todos cansados e oprimidos e a liderança de coração endurecido não lhes oferecia alívio. O problema da terra, o latifúndio, é fator permanente de desesperança, agravado, no caso do Contestado, pelo desalojamento de terras devolutas (RODRIGUES, 1982, p. 85).

Por mais que a figura de Lampião angarie respeito ao título alcançado durante a vigência de seu mando no Sertão, a classificação desse nome associado a uma luta com traços de consciência política não é facilmente digerível por todos os estudiosos da temática. A grande questão é que toda sua obra é reduzida, na historiografia do Cangaço, a uma descontextualização do que o autor propõe como um todo. José Honório Rodrigues acaba por se tornar um dos autores mais visitados nessa vertente interpretativa em que se protagoniza Rui Facó, mesmo pela fama que teria o historiador por toda sua trajetória.

Maria Christina Russi da Matta Machado seria, também, junto a José Honório Rodrigues, largamente lembrada pela interpretação marxista do Cangaço, com moldes diferentes como vimos em no autor de *Conciliação e Reforma no Brasil*.

Maria Christina é, certamente, uma das intérpretes do Cangaço que mais marcaram a transição da década de 1960 a 1970. São várias as causas: a primeira relevante seria seu meio de enunciação. Diferentemente de grande parte dos escritores do Cangaço, Maria Christina almejou pensar o Cangaço do ponto de vista acadêmico e esta ruptura, por mais que não implique em nível de seriedade de uma pesquisa, delimita a aceitação de sua escrita pelos seus pares, e isso proporcionaria, em tese, mais legitimidade para a pesquisa.

O Cangaço seria, sobretudo, o objeto central de sua tese de doutoramento pela USP, o que não chegou a acontecer pelo seu falecimento antes da data, em 1971. Algo parecido tinha acontecido com Rui Facó, em 1963, na publicação de *Cangaceiros e Fanáticos*.

O que nos importa, por fim, é o que resta de seu texto que seria publicado após sua morte que corresponde ao que seria seu capítulo I⁹⁰. Nesse ponto, já identificamos algumas discrepâncias de Maria Christina dos demais autores que escreveram sobre o Cangaço na corrente interpretativa em que a esta se insere – o fato de dedicar todo seu escrito ao Cangaço,

⁹⁰ Antes da data a autora publicara, em 1969, a obra *As táticas de guerra dos cangaceiros* que já provocara algum murmúrio na academia pelas conclusões tomadas, que por sinal já se encontravam alinhadas a vertente interpretativa marxista. Em plena ditadura militar, militantes de esquerda ainda se aproveitariam de sua obra para reivindicar um modo embate aos militares, aos moldes do que clamava Marighela, que dava grande valor a literatura do Cangaço pela luta empreendida (PÉRICAS, 2019, 201).

não dividindo espaços com movimentos messiânicos normalmente relacionados como luta pela posse da terra – Nenhum outro autor na corrente interpretativa marxista apresenta essa característica, já que todo o texto seria usado para pensar o cangaceirismo em si e não algum cangaceiro ou relações políticas do Cangaço, aos moldes de como faz José Honório Rodrigues em 1965.

Grande parte das leituras realizadas da obra da autora não fazem juízo do que ela propõe pela simplicidade da negação da impossibilidade de se perceber consciência política nos cangaceiros como costumeiramente nos habituamos a ver. Acontece que antes mesmo de pensar na existência do cangaceiro, a autora realiza uma varredura pela transição do Império à república pensando no patriarcalismo brasileiro e na relação entre a burguesia e o latifúndio, posto que a Aliança Liberal de 1930 não faria mais do que inverter os papéis de predomínio, o que não findaria a existência do latifúndio brasileiro. A manutenção dessa estrutura mobilizaria os agentes sem posses e a política ou cidadania, na prática, seria uma simples disputa de predominância pelo poder. O Brasil republicano não entendia bem a política participativa, com direitos, pois não poderia bancá-la sem desmontar um sistema secular de acumulação de bens (MACHADO, 1973).

Nesse contexto, inserem-se os cangaceiros como exímios representantes de um Nordeste profundo, repleto de tradições e dispostos a ser a resposta imediata a esse modelo de política. Maria Christina define, objetivamente, o papel de luta empreendida dos cangaceiros contra esse modelo.

O sertanejo se transforma em cangaceiro principalmente por problemas de ordem social e econômica, e, ainda, cultural. [...] Os fatores de ordem econômica, como o roubo de terras ou abusos do poder por parte dos grandes proprietários, afetaram apenas os pobres. Esses fatores determinaram, certamente, em grande escala, o deslocamento do homem do sertão para o Cangaço (MACHADO, 1973, p. 182).

Como pode ser notado, claramente, ainda há certa diferenciação entre o sertanejo que pode se tornar cangaceiro por vias culturais e o social como princípio basilar da existência do Cangaço. Maria Christina é bastante incisiva ao buscar o coronel como principal problema aglutinador de possíveis bandidos no Nordeste brasileiro. Entretanto, vemos aqui a presença da tradição como uma das afluentes possíveis, elemento que auxiliaria na busca dos direitos perdidos através das armas.

As conclusões gerais da autora seguem a tradição marxista, de “esquerda” como ficara conhecida, e ainda inova em alguns momentos na busca da honra como elemento intermediário entre a precariedade e as armas. O que foi incorporado de suas contribuições pela historiografia,

também contrária à vertente marxista, como acontece com José Honório Rodrigues, foram justamente os elementos deterministas, em que as intervenções culturais do meio sertanejo não teriam tanto valor na busca de um entendimento geral sobre o fenômeno. Junto a Facó e a José Honório, Maria Christina é uma das autoras lembradas pela crítica da vertente cultural a interpretações grosseiras do Cangaço. O que não pode ser esquecido é que a crítica não detém a totalidade da obra da autora e que são discursos políticos que almejam o silenciamento do outro em nome da autopromoção.

Por fim, faz-se necessário comparar a influência de Facó e detrimento a Hobsbawm nessa historiografia. Em maior ou menor medida, essa comparação é necessária pela influência que demanda de Hobsbawm quando o assunto é banditismo pela larga quantidade de referências que o procede, podendo, assim, gerar dúvidas se este não deveria ser o real representante da matriz interpretativa de origem marxista no Cangaço no lugar de Rui Facó.

Mesmo com todo o aparato teórico, bagagem conceitual e renome internacional, não acreditamos que este deva assumir este posto por dois motivos principais: primeiramente, por não dedicar tempo e esforço suficiente para o contexto. Sem o risco de parecer supérfluo, a obra de Hobsbawm o qual cita o Cangaço é *Bandidos* (1969) e nela o autor dedica poucas páginas para falar do movimento como fora observado na seção anterior. Não há aprofundamento no tema e nem mesmo pretensão para fazê-lo. O nível de análise realizada serviu para que o autor pudesse alimentar a modalidade de “vingador” dentro do que chama de banditismo social. Falta-lhe, naquele momento, a contextualização com o momento sociopolítico brasileiro a fim de fazer deste movimento, social de fato, e não de ter pretensões de firmar um conceito histórico. Depois, a historiografia que o cita almeja justamente pensar na possibilidade de existência de um suposto “banditismo social” e não busca compreender a dialética que existe entre o que o historiador britânico propõe e a realidade brasileira. Mesmo Hobsbawm tem ressalvas quanto a essa modalidade de banditismo, ele a considera largamente violenta, mas quando esse conceito tenta ser encaixado no contexto brasileiro, identificamos uma disparidade de discernimento. Quem o faz indiscriminadamente e sem ressalvas corre o risco de parecer romântico. Quem apela para o cunho social, voltada de fato ao latifúndio brasileiro e aí traz na bagagem os movimentos messiânicos, retrata muito mais a interpretação marxista brasileira do Cangaço do que propriamente a que supõe Hobsbawm em suas obras.

Logo, infere-se que devido a todo peso da carga que impõe a reconsideração de Hobsbawm, como matriz do Cangaço brasileiro, é preferível que continue no legado de Rui Facó, mesmo com todos os problemas que lhe são inerentes.

Quando pensamos “em brechas” na interpretação expostas em *Cangaceiros e Fanáticos* lembramos-nos de qual foi o caminho para que Facó fosse ouvido, introduzindo uma nova leitura de uma realidade dada, demonstrando a insuficiência de uma interpretação que outrora fora aceita, mas que no momento não era o bastante. A realidade da década de 1960, na vanguarda da luta pela terra, pulsava por um olhar diferente, e Gustavo Barroso e seus “determinismos” tiveram de ser reavaliados pela pouca menção à importância da posse da terra.

Mesmo o ímpeto revolucionário dos intelectuais marxistas e a proposição de uma causa social inconsciente em um fenômeno popular não conseguem agradar a todos, durante todo o tempo. Em plena ditadura militar, a evocação de figuras que lutaram contra o Estado e venceram durante tantos anos merecem lembranças. As gestas cangaceiras eram lembradas por líderes da oposição direta do Regime Militar, a exemplo de Marighela (PÉRICAS, 2019). Ainda assim, a vertente interpretativa marxista do Cangaço se mostrava limitada por omitir o espaço da cultura no entendimento desta tradição, como costumeiramente passou a ser conhecida no sertão. Seu poder de convencimento fora bastante diminuto. Esta interpretação do Cangaço e cangaceirismo não ditaria o ritmo dessa historiografia por muito mais tempo, principalmente quando o culturalismo do Cangaço fosse regurgitado.

CAPÍTULO 3

FREDERICO PERNAMBUCANO DE MELLO E O RESGATE DA POSTURA CULTURAL

Habitando um meio cinzento e pobre, o cangaceiro vestiu-se cor e riqueza.

Frederico Pernambucano de Mello

Na década de 1980, a historiografia do cangaço sofre um movimento de *looping*. Frederico Pernambucano de Mello, no ano de 1985, lança uma obra que seria intransponível para quem trilhasse os desafios historiográficos no cangaço brasileiro. Ali, registra-se o resgate da tradição cultural que lembra Gustavo Barroso, onde aspectos geográficos, situacionais, tradições, tudo influi para a compreensão magnânima do cangaço em seu perfil sociológico. A cientificidade que evoca Barroso no *front* do processo de análise torna a possuir um valor imediato, pelo menos como fonte de pesquisa, dado que o cerne de sua interpretação jamais deixaria de portar a marca lombrosiana e a acusação de uma tara étnica a mostra de todos. Ainda assim, algum valor de suas contribuições pôde ser resgatado. Em contrapartida, vemos uma ruptura aparente com a corrente marxista precedida por Rui Facó, pois esta não seria condizente com a abertura proposta por Frederico Pernambucano em sua tentativa de quebrar estamentos e ligar a tradição do cangaço a eventos muito anteriores à popularização do ato de “quebrar” a aba do chapéu e se autodenominar cangaceiro.

O que faz o autor de *Guerreiros do Sol* é fugir da tarefa de tentar enquadrar o cangaço em um modelo predisposto à politizar, mesmo que inconscientemente, um fenômeno popular que não poderia ser politizado, sob nenhuma circunstância. O próprio termo “cangaço” e a incipiente datação do seu início como sendo ao século XIX seria um impedimento ao discernimento amplo do que o cangaço infere. O que dizer então de uma teoria que negaria claramente a heterogeneidade em nome de uma causa maior, mas que sacrificaria, para isso, a riqueza da tradição cultural de um povo e a imprecisão lacunar do Nordeste brasileiro na caracterização de um movimento pré-político?

Essa visão particular da realidade social, presente nos escritos de Frederico Pernambucano, também teria fundamento. Não o mesmo que Gustavo Barroso ou Rui Facó, mas um que lhe permitiu re-politizar o cangaço a partir de seu lugar de fala. Diante disso, pense-se: Qual seria esse lugar, e quais as influências mais claras na definição dos contornos de sua

perspectiva? Em que medida seus escritos influenciaram outros autores do cangaço? E se sua interpretação possuir condições de ser aludido como matriz interpretativa, qual seu limite?

1. O sangue e o nome: evidências de pertencimento

O deleite de possuir o nome gravado na biografia da própria História não é um feito de fácil acesso. O caminho tortuoso desse processo desigual leva em consideração o lugar de fala, feitos em vida, conquistas, e prestígio social. Está claro em exemplos grandiosos do passado, como Friedrich Nietzsche, Galileu Galilei, Franz Kafka, Vincent Van Gogh, dentre outros que só conquistaram lugar no pódio reservados aos nomes que se destacam após seu falecimento. Não houve nenhum desfrute apesar de todas suas contribuições. Opróbios também garantem a grafia de seu nome neste registro temporal, mas os privam de toda benfazeja utópica destinada aos grandes heróis da História.

Do que fora mencionado acima, o lugar social é quem mais reluz dentre os palanques sociais emergentes. Michel de Certeau (2011), mostra-nos que o lugar social, em larga medida, legitima e impulsiona teses, com variação do lugar a qual são enunciadas, e não apenas dependendo do prestígio pessoal da pessoa. Academicamente, é mais simples se erguer e caminhar quando seu suporte lhe garante legitimidade, mesmo que lhe tire uma parte do crédito pessoal. Enunciados comprobatórios, mérito de pesquisas por vezes muito particulares, são acompanhados do termo “nós”, como quem esbraveja ao som de uma única palavra: não estou sozinho⁹¹.

Entre outras atribuições do que poderíamos chamar de lugar social também incluem espaços fora da academia. Frederico Pernambucano de Mello, o nome escolhido para integrar a linha historiográfica da presente pesquisa é um exemplo vivo de uma espécie de lugar social abarcador de sua própria linhagem familiar. Na apresentação de seu livro *Estrelas de couro: A estética do cangaço* (2010), o governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Henrique Accioly Campos, diz que Frederico é “Pernambucano duas vezes, pelo nascimento e pelo nome da família [...]” (Mello, 2010, p. 11).

⁹¹ Há críticos severos desse modelo imposto de produção científica no Brasil. Durval Muniz Albuquerque Jr., por exemplo, diz que em vários momentos esse lugar social se mostra como uma fortaleza, não apenas legitimadora do perfil acadêmico, mas protetora de críticas assumidas contra a responsabilidade de quem pensa. A produção científica nem sempre é complacente com algumas posições, e nesse sentido, a construção de uma “barreira social” em nome do todo pode diminuir o impacto de tais críticas.

Com uma tradição que remonta a parentes próximos, ainda no século XX, a Gilberto Freyre, Evaldo Cabral de Mello, João Cabral de Melo Neto, Frederico Pernambucano de Mello traz no seu nome uma tradição e grande responsabilidade dado à grandeza intelectual evocada por seu sobrenome.

Ainda arraigado a essa tradição, encontramos contrastes relevantes na produção de todos autores listados acima. O mais óbvio seria a concentração do campo temático de todos estes autores pautados no Nordeste e, mais especificamente em Pernambuco. Na tese *A poética do engenho*: a obra de João Cabral sob a perspectiva canavieira, Éverton Barbosa Correia nos mostra como a poética de João Cabral está relacionada com sua família e o espaço pernambucano: “De todo modo, é possível visualizar a existência desse passado no interior de seus versos, que, além de animar boa parte de sua produção, também é concomitante a uma compreensão da história que enreda sua família e está enraizada em solo pernambucano” (CORREIA, p. 10, 2007).

Evaldo Cabral de Mello não se difere nesse sentido. O conjunto de suas obras quase por inteiro se localiza nas fronteiras de Pernambuco e sua história. Este historiador chega a ser considerado um dos maiores, quando o assunto é a invasão Holandesa no Brasil. Gilberto Freyre, por sua vez, traça um perfil mais sociológico do Nordeste, onde busca em alguns momentos até mesmo uma interpretação de Brasil, ou melhor, do povo brasileiro através de suas relações étnicas durante a colonização. Gilberto Freyre, com toda a pluralidade cultural que o remete, ainda permanece neste mesmo campo de pesquisas que caracteriza seu agrupamento familiar⁹².

Percebe-se que Frederico Pernambucano possui grandes referências no seu entorno. Suas referências, também, são suas influências e há de se notar certa semelhança na escolha temática de sua pesquisa se comparado aos seus pares mais próximos. O Cangaço, como geralmente é remetido, é um fenômeno agreste, com pouca força no Nordeste canavieiro de Gilberto Freyre e dos versos de João Cabral, mas ainda está no Nordeste. É o outro Nordeste, que apesar de possuir diferenças gritantes se comparados, permanecem juntos em sua integralidade. No que resta a escolha do tema de cada pesquisador, como será no caso de Frederico Pernambucano, são nuances notavelmente particulares.

Nascido em 1947 na cidade do Recife, Frederico Pernambucano de Mello inicia sua carreira profissional já com o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade

⁹² Durval Muniz de Albuquerque discute alguma destas questões no texto: *Receitas Regionais*: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico.

de Direito do Recife, com sua especialização profissional abrangendo, além do Direito, Administração de Assuntos Culturais. Com essa formação chegou a procurador federal no Recife⁹³.

Para além dos méritos na área do Direito, Frederico Pernambucano é membro do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, integrou a equipe de Gilberto Freyre na Fundação Joaquim Nabuco entre os anos de 1972 a 1987, chegando ao feito de ser eleito para a Academia Pernambucana de Letras em de 1988. Sua trajetória acadêmica e dedicação às letras com contribuições significativas para Pernambuco e para o Nordeste como um todo, conferem-lhe grande notoriedade e reconhecimento por estas instituições. Dentre estas contribuições, as que mais ganham destaque em sua biografia dizem respeito ao cangaço⁹⁴.

As pesquisas realizadas por Frederico Pernambucano a respeito do tema remontam ao ano de 1974, na publicação de um artigo intitulado *Aspectos do banditismo rural nordestino*. Ainda com bastante cautela, dado que suas pesquisas sobre o cangaço – no que concerne a publicações – ainda não tinham alçado voo, este primeiro texto do autor é portador de grande relevância na sua biografia, mesmo se alocado na conjuntura de todas suas publicações.

Ao longo deste texto, duas teses principais são defendidas: uma que diz respeito à categorização dos cangaceiros sistematizados pela forma de ingresso nesta modalidade de banditismo, e a segunda que se refere ao que o autor chama de escudo ético⁹⁵. Para além da importância historiográfica das colocações aferidas no texto mencionado, o destaque nesse momento vai para o comentário feito por Ariano Suassuna, no prefácio do livro *Estrelas de Couro*:

Foi no início da década de 1970 que conheci pessoalmente Frederico Pernambucano de Mello e travei contato com os primeiros resultados de suas pesquisas e reflexões sobre o cangaço [...] “Ao tempo em que apareceu *Sem lei nem rei*, eu ainda não conhecia Frederico Pernambucano, um dos maiores conhecedores do Cangaço com quem já tive oportunidade de conversar. Não conhecia, portanto, sua teoria a respeito da personalidade dos cangaceiros, teoria que procurava explicar a psicologia desse nosso herói extraviado através de dois polos principais: o orgulho e aquilo que Frederico Pernambucano chama de ‘o escudo ético’. Com a franqueza e a ausência de inveja com que procuro me pautar, digo que, sem sombra de dúvida, a teoria de Frederico Pernambucano de – que eu espero ver um dia colocada por ele em livro – foi a única que, até o dia de hoje, me pareceu convincente: foi a única que

⁹³ As informações biográficas apresentadas acima foram retiradas de uma pequena resenha realizada pela Global Editora, escrita no ato do lançamento do livro *Apagando Lampião: vida e morte do rei do cangaço* (2018).

⁹⁴ Outros livros bastante conhecidos do autor que não dizem respeito ao cangaço são: *A guerra total de Canudos* (1997); *Guerra em Guararapes e outros estudos* (2017); *A tragédia dos blindados: um episódio da Revolução de 30 no Recife*.

⁹⁵ A exposição destas teses e as análises das mesmas, tal como sua relevância para a historiografia do cangaço será melhor abordado na seção 2 do capítulo 3.

explicou a mim próprio os sentimentos contraditórios de admiração e repulsa que sinto diante dos cangaceiros” (MELLO, 2015, p. 13 apud *Jornal da Semana*, Recife, 24 a 30 de junho de 1973).

O prefácio escrito em 2010, mostra-nos que já no início da década de 1970 Suassuna já tinha contato com Frederico Pernambucano, repleto de admiração – comprovadamente pelo trecho do jornal de 1973 – pelas teorias apresentadas e por desenhar também o sentimento dual evocado pelos cangaceiros em todo o povo brasileiro, mas com mais força no nordestino.

Na data, Ariano Suassuna já possuía renome entre a intelectualidade local com larga projeção nacional e publicações significativas. Dentre elas a que o tornou conhecido em todo o país: *Auto da Compadecida*, publicada em 1955⁹⁶. Logo, o comentário realizado a respeito do que propõe este recém pesquisador do cangaço ainda em 1973 auxilia na propulsão de seu nome a espaços que, em tese, seriam inalcançáveis.

Isso não significa que as teorias ou o conjunto de estudos de Frederico Pernambucano tenham menos mérito do que merecem, mas nos ajudam a compreender os ditames do lugar social ocupado pelo historiador pernambucano. O apoio sistemático da intelectualidade do país, principalmente se especializada, confere legitimidade social e acadêmica a teorias com contornos de visibilidade a partir do momento em que existe um público receptor disposto a ouvi-lo.

O desejo professado por Suassuna, de ver estas teorias em livro ainda naquele artigo do *Jornal da Semana* de 1973, torna-se realidade no ano de 1985 no lançamento de um dos principais livros da carreira do autor: *Guerreiros do Sol: o banditismo no Nordeste do Brasil*. Nele, Frederico Pernambucano não apenas sintetiza as duas teses apresentadas no artigo de 1974, mas também apresenta um texto resultado de ampla pesquisa com riqueza de detalhes em cada um dos capítulos apresentados. Sem perder espaço para a subjetividades, o autor sintetiza, objetivamente, muito do que pode ser conhecido perscrutando em toda a literatura especializada antes da publicação de seu texto.

Todavia, como todo discurso enunciado, sua interpretação se erige no contraponto a outras interpretações. Seria desonesto afirmar a existência de um texto apenas que consiga suplantar toda a dualidade da historiografia do cangaço como se houvesse a possibilidade de existir um produto fora de seu tempo.

A frente em que combate Frederico Pernambucano tem suas linhas muito bem traçadas, em que seu oposto é declarado explicitamente, e é desse conflito que surge a possibilidade de

⁹⁶ *Auto da Compadecida* é uma peça teatral bastante conhecida em todo território brasileiro. Encenada a primeira vez em 1956, essa peça se tornaria um dos clássicos na história da dramaturgia do país, com adaptações largamente prestigiadas também ao cinema.

uma outra vertente explicativa desse fenômeno. Se bem lembramos das outras vertentes explicativas do cangaço apresentadas, perceberemos que as teorias de Frederico Pernambucano são possíveis, em alguma medida, a partir do que propõe Gustavo Barroso como primeiro intérprete, e em segundo momento seguindo a direção contrária a Rui Facó e seu determinismo do social.

Se, inicialmente, Suassuna lhe confere legitimidade e apoio das teorias apresentadas, no livro de 1985 seria o ‘mestre’ considerado por Frederico Pernambucano, Gilberto Freyre, quem lhe concederia a honraria do elogio repetido por muitos, após esse momento: ‘mestre dos mestres em assuntos de cangaço’. Nesse momento, como em 1973, o alcance de suas teorias ganha sobrevida, para além de todos os méritos que já merecia antes de tais elogios. Mesmo nesse cenário, há de se lembrar do apoio institucional declarado publicamente por um dos reconhecidos intérpretes do Brasil no século XX.

O livro *Guerreiros do Sol* (1985) seria um estudo multifacetado das veredas do cangaço. De acordo com o prefácio, na primeira edição de Gilberto Freyre, Frederico Pernambucano se consagra pelo acerto em adotar em seu estudo um “complexo pluralismo metodológico”, ou seja, aborda o cangaço não apenas do ponto de vista social, ou mesmo almejando descobrir as causas ou motivações iniciais do ingresso a vida errante. Vai além quando pensa nas possibilidades do cangaço no semiárido e no massapê, no Nordeste canavieiro. A adoção da peculiaridade do não-dito como opção metodológica heterogênea abriu caminhos antes desconhecidos na historiografia especializada. O que parecia óbvio, tornou-se terreno fértil para pesquisas inéditas que vislumbravam o cangaço como banditismo. Não um banditismo comum, já que em sua visão são consideradas as vestimentas dos cangaceiros como elemento qualificante, a opção por perfumes importados e pelos bornais abarrotados de significados, bordados à mão, como um dos componentes que explicam a especificidade do cangaço em relação ao banditismo rural comum no sertão nordestino desde a colonização.

Esse esboço do material apresentado em *Guerreiros do Sol* é importante para entendermos a relação do texto e do impacto que ele produz na temática no Brasil. A inovação de apresentar as vestimentas dos cangaceiros e seus apetrechos únicos em meio à delimitação do perfil sociológico do cangaço, integrando todos estes elementos, levando-os da alegoria à simbologia, chama a atenção de pessoas e instituições que não conheciam o cangaço dessa maneira.

Em uma entrevista concedida por Frederico Pernambucano ao programa do Jô Soares em 4 de Julho de 2012, o autor afirma ter ganhado visibilidade após a publicação de *Guerreiros*

do Sol (1985), quando foi convidado pelo professor Nelson Aguilar⁹⁷, de São Paulo, para a execução de um estudo para a elaboração de um material abordando unicamente a estética do cangaço para a exposição intitulada *Mostra do Redescobrimento*⁹⁸, no ano de 2000. Esse encontro teria sido no ano de 1997, e sua pesquisa para a exposição em 2000, o que lhe deu três anos para a elaboração do que seria exposto. Como o próprio Frederico Pernambucano afirma ainda na entrevista e que fica claro pelo interesse de Nelson Aguilar que almejava incluir o cangaço na exposição, a estética do cangaço era uma novidade, um bálsamo em meio a muitas pesquisas, por vezes enfadonhas e repetitivas sobre o tema.

Essa pesquisa inicial de três anos do final da década de 1990, resultaria, mais tarde, com alguns refinamentos, no livro *Estrelas de couro: estética do cangaço* (2010), que levaria o autor, outra vez, a um grande reconhecimento nacional pelo ineditismo de sua abordagem. Sua entrevista em um dos maiores programas de entrevista da televisão brasileira da época – Jô Soares – é um exemplo disso.

Outras entrevistas também seriam concedidas com o mesmo intuito, mas os méritos deste novo livro não se encerram aí, porque este ainda seria finalista do prêmio Jabuti e teria um prefácio escrito por Ariano Suassuna – como mencionado anteriormente –, ressaltando a relevância da obra.

Estava colocado em livro, por fim, uma das faces do cangaço encantadoras desde sempre, por vezes tratada como detalhe de segunda hora. Frederico Pernambucano dá corpo às vestimentas cangaceiras e as torna protagonistas, emancipando o cangaço do “balaio” de outros “irredentismos” no Brasil, devidamente legitimado por autoridades de respeito no Nordeste e Brasil.

A estética, contudo, não seria ainda um dos últimos mistérios do cangaço. Faltava um a ser desvendado por esse autor que passara alguns anos de sua vida na busca por essa informação. Trata-se de quem, verdadeiramente, matara lampião no cerco de Angicos, em 1938⁹⁹. A atribuição do tiro certo ao guarda-costas de Francisco Ferreira, o oficial Antônio Honorato da Silva, um dos integrantes da expedição volante em Angicos, não lhe era bem aceita pela

⁹⁷ Professor de História da Arte no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Foi curador de diversas exposições no Brasil, dentre elas, a Mostra do Redescobrimento, a qual Frederico Pernambucano apresentou pela primeira vez o resultado de suas pesquisas a respeito da estética do cangaço.

⁹⁸ Curador-geral da exposição, Nelson Aguilar juntamente a outros pesquisadores e artistas no país apresentaram um panorama da arte brasileira de momentos anteriores a colonização até a data de exposição daquelas obras. Com acervo de mais de 15 mil obras, a exposição chegou a ser visitada por 1,7 milhão de pessoas.

⁹⁹ No dia 28 de Julho deste ano, o grupo principal de Lampião foi pego numa emboscada pela volante de João Bezerra, da qual morreram quase todos os cangaceiros do local. O evento ficou conhecido como “massacre de Angicos”.

idade que ele tinha¹⁰⁰. Em conversa com amigos próximos e ex-cangaceiros, Frederico Pernambucano levanta suspeita de quem poderia ser o autor do tiro de misericórdia no Rei do Cangaço.

Depois de alguns anos de pesquisa e de já ter lançado um livro cuja temática seria apenas Lampião em 1993¹⁰¹, Frederico Pernambucano lança, em 2018, o livro *Apagando Lampião: vida e morte do rei do cangaço*. Neste livro, o autor se propõe a publicar novas informações a respeito de Virgulino Ferreira e também desvendar quem, verdadeiramente, lhe dá o tiro derradeiro.

Após toda a fama adquirida decorrente da publicação de todos os livros anteriores, Frederico Pernambucano consegue mobilizar a comunidade que circula em torno da temática do cangaço e sua projeção se amplia. Se no ato de publicação de *Estrelas de couro* (2010) o autor é entrevistado por um dos maiores programas de televisão do país, em 2018 consegue o mesmo feito, porém dessa vez no programa *Conversa com Bial*¹⁰².

Com toda a trajetória acadêmica e pública de Frederico Pernambucano, se demonstrando-se ainda como escritor em plena atividade, é fácil atribuir-lhe mérito por seus feitos. Contudo, ainda são provas exíguas para considerá-lo, junto a suas obras, a matriz interpretativa de uma densa vertente da historiografia como a do cangaço. Nessa direção, buscaremos, na pesquisa que segue, pensar, mais profundamente, na validade das teses que apresenta, em especial quando retrata a sociologia do cangaço no livro *Guerreiros do sol* (1985), como também entender como o perfil sociológico encontra complementaridade na análise da estética do movimento através do livro *Estrelas de couro* (2010). Ao longo deste capítulo, tentaremos alocar as teorias de Frederico Pernambucano em uma dada temporalidade, destacando o lugar social que ocupa e em como tudo isso ressoa nos escritos sobre o cangaço posterior as suas publicações até o dia de hoje.

¹⁰⁰ Desde o acontecido em Angicos em 28 de Julho de 1938 – data de morte dos cangaceiros do grupo de Lampião – a historiografia especializada tem a crença de quem foi o assassino de Lampião fora Antônio Honorato Silva, pois na emboscada que deu cabo em quase todo o grupo, Lampião padecera com um único tiro. Por muitos a tese de ter sido Antônio não foi bem aceita, mas foi só Frederico Pernambucano que chegou a conclusão quando teve oportunidade de entrevistar o autor do tiro que não tinha se revelado por motivos pessoais até bem perto do fim de sua vida.

¹⁰¹ Nessa data Frederico Pernambucano publica o livro *Quem foi Lampião*, obras esta que seria “atualizada” em 2018 com a publicação de novo texto sobre lampião, com informações inéditas.

¹⁰² A entrevista foi concedida no dia 13/11/2018 e o tema principal foi o lançamento do livro supracitado. Na data, a autora Adriana Negreiros também participa da entrevista na apresentação de seu livro *Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço* (2018).

2. De guerreiros do sol a modelos de couro: a definição do escudo ético e a estética como marco.

Em 1974, inicia-se o percurso na escrita do cangaço de Frederico Pernambucano de Mello, pelo artigo *Aspectos do banditismo rural nordestino*, já mencionado na seção anterior. Este seria o passe de embarque numa historiografia de sucesso, as quais seus escritos posteriores só viriam a confirmar esse feito com novas abordagens sobre um tema clássico.

A crença em novas possibilidades em uma dada historiografia rompe com o pragmatismo interpretativo de levar adiante o que já está posto legitimamente e propor algo que se diga novo na tentativa de pensar por outro ângulo um mesmo objeto. De maneira clara, já demonstramos que desde 1912, existem pesquisas que tentam explicar o fenômeno do cangaço, e que após este período, vários autores se debruçaram sobre o tema. O desafio de buscar um novo ângulo, em qualquer que seja o tema, aumenta de acordo com a quantidade de vezes que a temática é abordada.

Com foco em listar objetivamente as considerações de Frederico Pernambucano, seguiremos com a apresentação das principais obras do autor que dizem respeito a maiores inovações na historiografia do cangaço¹⁰³. A obra *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil* seria a primeira parada nesse percurso. Publicada em 1985, esta já teria sido uma obra já começada, ou pelo menos pré-concebida, visto que algumas ideias das que apresentam são expostas no artigo *Aspectos do banditismo rural nordestino* (1974).

Dos assuntos listados no texto, os tópicos principais são: ciclo do gado e o isolamento sertanejo, violência e criminalidade, transição do cangaço endêmico ao epidêmico, o escudo ético, meios condicionantes e o cangaço meio de vida, fronteiras policiais e o ciclo dos grandes acordos, fatores elementares ao fim do cangaceirismo como meio de vida, coronelismo e possibilidades do cangaço no agreste e massapê (MELLO, 2013).

Não é necessário reiterar sobre o esboço geral do texto ao afirmar que Frederico Pernambucano, apela, outra vez, para um pluralismo metodológico resgatando traços característicos da vertente interpretativa barroiana de maneira explícita. Fica nítido que se levarmos em consideração as duas vertentes interpretativas defendidas até o momento da

¹⁰³ Quando notamos que a contribuição de Frederico Pernambucano não se limita a uma obra, mas a várias, é válido ressaltar que o formato adotado para a execução das ideias se difere da trilogia apresentada por Barroso, por exemplo. Em Gustavo Barroso vemos em diferentes livros uma mesma organização estrutural e que retrataria o mesmo tema com temporalidades distintas. Em Frederico Pernambucano encontramos outra realidade, com um texto voltado a sociologia do cangaço, um segundo que dizia respeito a estética do movimento e um terceiro sobre inovações a respeito à análise biográfica de Lampião

pesquisa em questão – a que remete a Barroso e a Facó –, o autor, claramente, assemelha-se mais ao não condicionamento do vetor social como prioritário nas análises.

Suas considerações não se iniciam com a descrição do cangaço, mas sim na tentativa de demonstrar a formação cultural e social do homem sertanejo. Essa primeira tentativa de caracterização deste grupo seletivo de indivíduos educados pela ecologia do sertão e pelo afastamento das regiões costeiras que mantém contato frequente apenas com o Nordeste canavieiro, ajudaria-nos a entender, também, mesmo que indiretamente, a base sólida de pertencimento emancipador do homem nordestino agreste em relação a todo e qualquer indivíduo indiferente àquele espaço.

O primeiro sintoma na vida em um ambiente “hostil” não seria anunciado como uma novidade completa em 1985. Trata-se dos desdobramentos para as atividades econômicas na região que impossibilitam o plantio em larga escala. Nessa direção, Frederico Pernambucano afirma:

A ausência de empreendimentos de porte, quer pela pobreza do meio físico, quer pela periodicidade imprevisível das secas, determinou a formação de uma economia especial em que a agricultura se limitava às necessidades de sobrevivência, e a pecuária, estimulada pelos anos de chuva, recebia a incumbência de formar o magro patrimônio do sertanejo. Nessa economia, a célula produtiva – a fazenda – não comportava o trabalho massificado, cumprindo a cada um o desenvolvimento de tarefas marcadamente individualistas, autônomas mesmo, quanto a execução. A disparidade do atuar de cada um, na realização das tarefas pecuárias, condicionou o homem do ciclo do gado, tornando-o – não custa repetir – individualista, autônomo, senhor de sua própria vontade e sobretudo improvisador (MELLO, 2013, p. 43).

A pecuária se tornara a condição última de sobrevivência do homem no sertão, de acordo com Frederico Pernambucano. Todavia, vale observar que, antes deste período, outros pesquisadores já se habituaram com este diagnóstico, visto que a pecuária seria a saída ante a infertilidade do solo: “No sertão, a população dedica-se mais à vida pastoril do que à agrícola. A primeira é mais intensa e melhor organizada que a segunda. Todos os costumes e tradições se baseiam na vida do pastoreio (BARROSO, 1917, p. 23). Gustavo Barroso, apesar de ter dado o “pontapé” da base dessa argumentação sobre o povo do sertão, não se aprofunda em pensar nas vicissitudes do “ser” sertanejo. Apenas infere que o modo de vida no sertão se origina na atividade pecuária. Frederico Pernambucano vai além desta primeira caracterização e elenca outros condicionantes na formação social e cultural desta parcela do Nordeste brasileiro, como o embate com os indígenas e com os animais “bravios”. Sobre o embate com os indígenas, o autor afirma:

Com efeito, dele foi preciso requerer não só a superação de todos os fatores adversos enumerados acima como também a capacidade de enfrentar, de início, uma espécie de guerra desesperada, como aquela que Teodósio de Oliveira Ledo, por exemplo, levou a cabo no início do século XVIII contra as nações tapuias, dos pegas e dos Coremas, para que pudesse estabelecer-se com sua gente nos campos do Piancó, nos sertões paraibanos. Finda essa guerra braba, que “deve ter durado de 10 a 15 anos”, e reunido um contingente inimigo de “mais de 8 a 10 mil indígenas”, segundo Wilson Seixas, não se pense que os índios aceitaram cavalheirescamente a derrota, retirando-se em sua totalidade para campos afastados. Em parte, isso ocorreu. Mas é sabido que tanto nesse período em específico quanto em outros igualmente ilustrativos do desbravamento do sertão, a imagem definitiva, a mais fiel deixada pelo gentio em luta não foi a guerra concentrada convencional, mas a da desconcertante e vertiginosa guerra de guerrilhas. Esta, muito mais que aquela, caracterizou a modalidade principal da resistência oposta pelo índio ao estrangeiro expropriador dos seus campos de caça: uma resistência longa e surda (MELLO, 2013, p. 49).

Aqui, se inicia o primeiro ponto de ruptura na obra de Frederico Pernambucano em relação às demais. Nenhum outro pesquisador do cangaço teria se preocupado, até aquele momento, com a formação social e cultural do sertanejo agreste se remetendo ao início da colonização e aos seus embates. Vemos nos combates com os nativos que impuseram “uma resistência longa e surda”, o que influenciara diretamente no modo de vida sertanejo, sempre à espreita e receoso de ataques indígenas a de animais selvagens (MELLO, 2013).

Além desses fatores, a maior adversidade do sertão também perpassa na obra de Frederico Pernambucano como causa primária do isolamento sertanejo, o elemento caracterizador da região, descrito por toda a literatura especializada: a seca. A seca como resultado da ação pluviométrica relativamente baixa pela combinação do regime de ventos que ora aproximam, ora afastam, obtivera um resultado marcante, historicamente, para o interior dos estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe¹⁰⁴. Cada um destes atingido em proporções diferentes, no entanto, sequencialmente, como nos mostra Felipe Guerra que faz um estudo dos anos que tiveram secas significativas a partir do ano de 1559 até 1942. Neste recorte, os anos de seca foram: 1559, 1564, 1592, 1614, 1690-1692, 1723-1727, 1744-1746, 1766, 1777-1778, 1808-1809, 1814, 1817, 1825-1826, 1833, 1837, 1844-1845, 1860, 1868-1869, 1877-1879, 1885, 1888-1889, 1891-1892, 1898, 1900, 1902-1904, 1907-1908, 1915, 1919, 1930-1932, 1942 (MELLO apud GUERRA, 1942).

Quando Frederico Pernambucano tenta pensar em um esboço das causas do isolamento sertanejo, podemos identificar certa distância de suas análises se comparado a Barroso em

¹⁰⁴ No livro Frederico Pernambucano demonstra de maneira mais específica os locais mais atingidos pela seca, afim de não se deixar levar por generalizações, dado que a região Nordeste equilibra a adversidade da seca e o clima do litoral.

Heroes e Bandidos (1917) e também a Eric Hobsbawm em *Bandidos* (1969) e *Rebeldes Primitivos* (1959). Gustavo Barroso, quando retrata o cangaço, busca fundamentação através da comparação com outros fenômenos do banditismo internacional, e as condições de origem, por exemplo, não se enquadram apenas no âmbito regional, mas se comparam a maneira como viviam os camponeses no interior da Europa no século XIX (BARROSO, 1917, p. 20-21).

Hobsbawm, diferente de Frederico Pernambucano e Gustavo Barroso, procura as vicissitudes do cangaço e de outros fenômenos de banditismo a partir das categorias propostas pelo seu próprio modelo de banditismo social. Entretanto, em sua análise também consta o isolamento social como uma das causas primárias do banditismo, e nesse aspecto ele se assemelha a Gustavo Barroso, fazendo do fator “isolamento” uma das condições propícias à indução a uma vida errante.

Em *Guerreiros do Sol*, Frederico Pernambucano se distancia destes dois modelos para pensar neste mesmo isolamento. Aqui, a separação geográfica do sertanejo em relação ao homem litorâneo não ganha contornos comparativos. O autor não necessita de trazer exemplos de outros modelos de banditismo, mesmo porque o cangaço, aqui, não é vislumbrado como um reduto simples de criminosos, mas como resultado de vários fatores sociais, culturais e regionais. Isso nos mostra que a missão do autor, nesta obra, não seria adicionar o cangaço em um panteão de outras espécies de banditismo, ao contrário, quis demonstrar quais são as suas discrepâncias em relação aos demais, o que o personaliza e ressalta a unicidade do movimento.

Panoramicamente, quando observamos a questão do isolamento sertanejo na obra do autor, percebemos que existe uma dose de adaptação e modelagem da literatura existente, que já lembrava a existência do isolamento, contudo não lhe atribuía características tão específicas, regionais. Esse caso não será o único em *Guerreiros do Sol*. A violência estrutural recebe o mesmo tratamento se comparado ao isolamento.

Quando Frederico Pernambucano principia a analisar o assunto, ele o faz da seguinte maneira:

A violência como elemento presente na caracterização do ciclo do gado nem sempre assume aspecto de desvalor. Frequentemente vamos encontra-la legitimada pela concordância com os ditames da chamada moral sertaneja, chegando em muitos casos a merecer louvores entusiásticos na gesta própria do ciclo. É o que se passa, por exemplo, com a violência empregada na satisfação de um ideal de vingança, em que o gesto, de desafronta é visto como um direito e até mesmo um dever do afrontado, de sua família e de amigos mais chegados. Já disse Gustavo Barroso que, “no sertão, quem não se vinga está moralmente morto (MELLO apud BARROSO, 1917, p. 59).

A moral sertaneja faz parte do conjunto de valores que caracterizam os viventes do sertão Nordestino, tanto em registros escritos de relatos reais quanto na própria literatura ficcional. É uma noção muito bem estabelecida, e Frederico Pernambucano se utiliza dela como introdução para pensar a violência intrínseca a esse modelo conhecido do sertão nordestino, mesmo sem elementos do cangaço. Muitos atores do cangaço, inclusive, adentram no meio para a vingança da honra pessoal, como o próprio autor nos mostra.

A diferenciação em *Guerreiros do Sol* persiste, novamente, em apenas para introduzir um aspecto da comunidade sertaneja por meio de explicações legítimas na academia e sociedade, para depois traçar contornos específicos para a particularidade de seu objeto de análise.

Um olhar atento verificará, novamente, que o autor não busca, apenas, retratar o cangaço quando fala de violência no sertão, mas pensar nas várias formas de violência possíveis a partir dos indivíduos já conhecidos, objetivando assim desvelar o mito em que apenas o cangaceiro seria o detentor de ações cruentas, tornando o restante da população receptores passivos e sem atitudes merecedoras de atenção, generalizando-os. A fim de dar um pouco mais de personalidade a partir do lugar em que cada indivíduo ocupava na sociedade, o autor vai subdividir os agentes da violência no sertão, observando as seguintes categorias: valentão, cabra, capanga, jagunço e pistoleiro.

O primeiro citado, e talvez o mais comum, caracterizava-se por ser homens que não fugiam de afrontas, nem suas, nem de quem estava à sua volta. Relembrando o que dissera Gustavo Barroso na definição de “moral sertaneja”, no Nordeste era comum vingar alguma honra perdida, por mais que não fosse sua, pois isso demonstrava valentia por parte de quem exercia, e talvez essa fosse a forma mais legítima de obter popularidade.

Na obra *Viagens ao Nordeste do Brasil*, Henry Koster diz que valentões eram comuns em todos os níveis sociais. Nos bailes, farejavam oportunidades de demonstrar a coragem para lutar em seu nome e no nome de seus amigos, como forma de privilégio. Todos sabiam seus nomes e se tornavam populares nas trovas sertanejas. Naquele extremo, a valentia tinha sua graça, era enaltecida, pautada em uma forma de fazer justiça, talvez uma das únicas (MELLO, 2013, p. 65-66).

A segunda modalidade apontada é a do cabra, a qual Frederico Pernambucano define da seguinte maneira: “Cabra é o homem de armas que possui patrão ou chefes, desempenhando mandados tanto de ordem ofensiva quanto defensiva” (MELLO, 2013, p. 68). O Cabra, o

Capanga e o Jagunço são as figuras que mais se confundem entre si das que foram propostas pelo autor, mas possuem diferenças latentes se comparados aos valentões.

Os Valentões, apesar de em alguns momentos tomarem para si conflitos alheios, não são conhecidos por obedecer a ordens de um patrão, todavia, usam da valentia como instrumento de sacração pessoal, seu espaço de honraria, com atitudes que os levam para embates pelo seu bel prazer.

As atividades do Cabra já não trazem em seu bojo a ideia de valentia. Suas atitudes são pagas com dinheiro, e não como trovas populares. Apesar de servir tanto a favores ofensivos quanto defensivos, o Cabra tem tendência a permanecer passivo caso o chefe não precise de serviços nessa direção, podendo se dedicar a outros afazeres, bem inofensivos, como plantar, por exemplo (MELLO, 2013, p. 68-73).

A terceira figura apresentada tende a ser confundida com o Cabra a todo momento, mas possui diferenças substanciais:

Se na atuação há uma predominância do aspecto defensivo, do chamado guarda-costas, nos trabalhos de cobertura pessoal ao chefe, passa a receber, via de regra, a denominação de capanga, tipo mais discreto e confiável, que convive com o chefe em estreita intimidade, tendo adquirido, desde muito cedo e mais do que qualquer outro tipo analisado, larga expressão urbana (MELLO, 2013, p. 68).

A predominância da atividade de guarda-costas exalta o aspecto defensivo do Capanga e o afasta da denominação de Cabra em vários sentidos. Primeiramente, pela vigilância constante exigido, pelo papel de guarda-costas, o Capanga não teria outras ocupações fora de sua atividade principal. Era uma “profissão” com o ônus de permanecer o tempo todo com o patrão sob os olhos, e essa proximidade constante também teria um benefício: a grande proximidade com aquele. Frederico Pernambucano de Mello nos relata que era comum ver Capangas residindo com seu patrão, com companheirismo de longa data (MELLO, 2013).

Em segundo lugar, a diferenciação entre as categorias é nítida pela predominância urbana do Capanga. Nem o Cabra nem o Jagunço terão representantes diretos nas vias urbanas, suas atividades se concentravam em zonas rurais.

Se o Cabra tem na sua particularidade a permanência e fidelidade a um chefe, e o Capanga, à atividade central de guarda-costas, o Jagunço é o que mais se aproxima do Cangaceiro, mas não chega a isso por um único motivo: também deve ser obediente a um ou mais patrões. Nesse aspecto é que se diferencia do Cabra também, pois este permanece no limiar entre o Cabra e o Cangaceiro. Ao mesmo tempo em que também tem um patrão, como o primeiro citado, não permanece continuamente ligado a ele se não houver mais serviços

disponíveis, e como o Jagunço é o homem que escolheu o “ofício das armas”, não se dispõe a atividades pacíficas em tempos mais brandos, sem nenhum embate iminente. Assim, este procura um novo chefe para desempenhar um novo serviço, desde que envolva seu interesse primário, tendo a ação como combate. Àqueles que rompem a barreira da dependência servil a patrões e ingressam na formação de bandos, passam a ser considerados Cangaceiros, já os que não o fazem e permanecem sob o mando de um ou outro chefe, continuam a ser Jagunços (MELLO, 2013, p. 72-73).

A discussão acerca da adaptação do Jagunço em Cangaceiro não é uma discussão nova, ele está presente na vertente interpretativa barrosiana e também na vertente faconiana. Rui Facó chega a incorrer no fato de um Jagunço que se tornara Cangaceiro jamais retroagiria ao primeiro por conhecer o valor da independência. Frederico Pernambucano se destaca por definir as características específicas de cada categoria e a partir disso pensa na validade temporal de cada um desses casos. O Jagunço não teria vida longa em ambientes urbanizados, já o Capanga, exercendo seu ofício de guarda-costas, ainda passa a ser bastante empregado.

O espectro ofensivo do atirador do Nordeste que não se faz presente nas atribuições do Capanga ganha corpo sob uma nova denominação: o Pistoleiro. Regiões urbanizadas, e com novas demandas, passam a ser mais comuns até mesmo nas grandes cidades nordestinas, após 1930. Essa nova modalidade de banditismo, traria consigo característica bem específicas, como a perseguição aos seus alvos, o trabalho individual, enquanto o Capanga e o Cabra permanecem em conjunto. Outra diferenciação latente entre estas figuras é o motivo de seu contato, dado que não se limitando ao meio rural, encontraríamos conflitos diferentes no meio urbano, e não apenas a luta pela posse de terra que se popularizou no Nordeste no século XIX. “O pistoleiro mata para obter um ganho, seja em dinheiro, terras, gados, joias ou outros valores” (MELLO, 2013, p. 67).

Por fim, Mello (2013) afirma:

Concluindo, o estudo dessa modalidade criminal, resta lembrar que ela desfruta ainda de inquietante atualidade em toda a zona sertaneja, como também, embora em medida menor, nas áreas mais desenvolvidas do litoral, não sendo nada estranha a sua presença em capitais como Salvador e Recife. O pistoleiro é tipo em franca evolução, mostrando-se adaptado às novas realidades do desenvolvimento e da crescente urbanização do Nordeste brasileiro (MELLO, 2013, p. 67).

Na tentativa de definir o que e como se caracterizava o cangaço, Frederico Pernambucano incorre a vários meios fora do próprio fenômeno, e racionalizando o que se costumava acreditar que era comum ao movimento, o autor determinou o lugar de vários desses

agentes, por vezes confundidos com cangaceiros. Isso não eleva sua obra à ditadura do fato, mas demonstra os traços de sua interpretação.

O Valentão, o Cabra, o Capanga, o Jagunço e o Pistoleiro não eram os únicos que necessitavam de maiores recortes para um melhor discernimento de si mesmos e de seu espaço de atuação. Outra divisão foi realizada dentro do próprio cangaço para definir os motivos ideais que levaram, individualmente, cada sertanejo ao cangaço. Como Frederico Pernambucano opera na contramão do que chama de “reduto do social”, seria complicado atribuir a todos os cangaceiros o mesmo motivo de ingresso. A história individual levaria em consideração a miséria compartilhada e largamente explorada pela vertente marxista na historiografia do cangaço, incluindo ressaltar nesse âmbito, a relação de companheirismo entre os coronéis e os cangaceiros, justamente para se afastar dessa vertente interpretativa.

A tentativa de tornar o cangaço mais nítido fez Frederico Pernambucano definir o cangaço em outras três modalidades: o cangaço-meio de vida, o cangaço de vingança e o cangaço-refúgio. Outras divisões foram tentadas anteriormente, sem maiores preocupações epistemológicas. Se antes foram realizados, se deu mais por uma questão didática do que propositalmente para criar compartimentos dentro do fenômeno. Sobre estas três modalidades, Mello (2013) afirma:

A primeira forma caracteriza-se por um sentido nitidamente existencial na atuação dos que lhe deram a vida. Foi a modalidade profissional do cangaço, que teve Lampião e Antônio Silvino os seus representantes máximos. O segundo tipo se encontra no finalismo da ação guerreira de seu representante, voltada toda ela para o objetivo de vingança, o traço definidor mais forte. Foi o cangaço nobre, das gestas fascinantes de um Sinhô Pereira, um Jesuíno Brilhante ou um Luís Padre. Na terceira forma, o cangaço figura como última instância de salvação para homens perseguidos. Representava nada mais que um refúgio, um esconderijo, espécie de asilo nômade das caatingas [...] (MELLO, (2013, p. 89).

Cada uma das tipologias apresentadas possui nuances próprias para além de suas definições iniciais que configura na atuação de cada um no cangaço e também na vida cotidiana nos grupos cangaceiros. O cangaço refúgio, por exemplo, personaliza um tipo auxiliar de cangaceiro se comparado aos que ingressam pela vingança, ou mesmo tratam o cangaço como um modo de vida. Como este seria apenas um meio para a fuga, o cangaceiro que se enquadra nessa categoria não leva em consideração os rumos que tomam os bandos e nem seus objetivos de outrora, mas apenas se interessam em permanecer longe de quem busca apreendê-los. Portanto, seria comum que os pertencentes a este grupo nem mesmo chegassem ao posto de subchefes, pois não há uma motivação que os faça terem maior relevância no grupo a que

pertencem. Estes também estão, numericamente, em menor número se comparado aos outros dois tipos (MELLO, 2013, 136).

O maior embate acontece entre a modalidade Cangaço- de vingança e o Cangaço-meio de vida. A motivação inicial de ambos no ingresso ao cangaço pode fazer com que estas modalidades se confundam e, imbricadas, não tenham mais distinção. O que Frederico Pernambucano nos mostra é justamente o contrário, pois ambas possuem estilos próprios, que influenciam na maneira como se portam socialmente (MELLO, 2013, p. 146-147).

Enquanto profissionais notórios como Lampião e Antônio Silvino agitam por períodos de, respectivamente, 22 e 19 anos, os mais celebrados vingadores mal atingem o lustro. Sinhô Pereira, vingado, retira-se após 6 anos de correrias. Seu primo, Luís Padre, após cinco anos. Cindário e Jesuíno Brilhante também mal encostam na quina. Nada há de estranho nisso. Quem quer vingar mesmo, parte para cima do inimigo e mata, como Sinhô, ou morre, como Jesuíno, ou ainda, se nota que não pode com o peso do encargo, ensarilha as armas e afasta-se para cuidar de outra vida (MELLO, 2013, p.146).

Percebe-se que a disparidade é gigantesca de uma modalidade à outra. Em algumas passagens da vida de Lampião, ele até afirma que deixaria o cangaço com as bênçãos de Padre Cícero, mas o fato não se concretizou, e mesmo se, hipoteticamente, chegasse a se firmar, não seria pela execução da vingança, e sim por ambicionar uma vida mais tranquila (CHANDLER, 1981).

Essa distância do modelo de vida adotado pelas duas categorias também é nítida em relação a outros aspectos, como a distância percorrida. Lampião e Antônio Silvino, respectivamente, percorreram 7 e 4 estados. Sinhô Pereira e Luís Padre teriam percorrido apenas 3 e Jesuíno Brilhante, 2. A vingança não exige a mesma movimentação quando se trata de preservar um estilo de vida de maneira minimamente “saudável” e garantir que o policiamento no seu encaixe não chegue a sua prisão.

Quem vive do cangaço também tende a assaltar em maior quantidade em relação a quem quer se vingar. Jesuíno Brilhante, por exemplo, era conhecido pela honraria em seus atos e a preservação dos bons costumes, dado que o peso da moral sertaneja o obrigava a ir a campo e exercer seu “dever-direito” executando seu desafeto. Por fim, até mesmo a presença das mulheres no cangaço é influenciada nessa dualidade. O cangaço de vingança não almejava ficar muito tempo neste meio e também tendiam a considerar a mulher como um ponto fraco durante a execução de sua missão. A tradição sertaneja insistia nas crenças, acreditando que a mulher faria do homem mais vulnerável, inclusive a balas, acabando com suas bênçãos e “abrindo seu corpo”. A fé e o isolamento do corpo feminino mantinham a integralidade na conduta

cangaceira. Já o cangaceiro-meio de vida, e aqui tratamos exclusivamente do grupo de Lampião, após a data de 1930 teríamos o ingresso frequente de mulheres no bando com grande influência na maneira como seu grupo passa a se portar daquele momento em diante. Logo, infere-se que a separação e categorização dentro do próprio fenômeno é necessária para que um juízo mais exato se faça de cada grupo cangaceiro e das subdivisões periódicas no seu tempo de vigência.

Todavia, das três modalidades, as quais merecem destaque, em detrimento às outras, é o cangaço-meio de vida. Ali, como bem lembra Frederico Pernambucano residem os “reis do cangaço”, os que ficaram famosos por popularizar o tema e serem os principais alvos das trovas sertanejas. Todavia, a importância da caracterização do cangaço-meio de vida, na obra do autor, vai além da fama adquirida por seus personagens, pois é a partir dela que é realizada a principal contraposição em relação ao argumento que enaltece a dualidade cangaço-latifúndio.

Isso fica mais nítido quando observamos um surto de criminalidade em tempos adversos, normalmente com secas extremas, que levam os sertanejos a conseguir os mantimentos básicos para resistir a períodos inférteis:

Embora indicações impliquem sempre em algum subjetivismo indesejável, cremos não se mostrar historicamente temerário apontar o ciclo da grande seca “dos dois setes”, no século XIX, e a já referida década de 20, no passado, como dois momentos nos quais o paroxismo da ação desenvolvida pelos grupos em armas faz com que a habitual cronicidade do cangaço aqueça-se até o ponto de ceder lugar à instalação de quadro agudo, muito próximo de uma convulsão social generalizada (MELLO, 2013, p. 97).

Essa transição vai se mostrar pelo autor como a passagem do cangaço endêmico ao epidêmico, quando se generaliza uma condição e a proliferação da miséria em um ambiente culturalmente violento, resultando em um maior número de combates armados. Logicamente, a miserabilidade não seria uma condição primária da vingança ou da honra, mas à sobrevivência. Logo, o cangaço epidêmico, em que os surtos de banditismo se espalham significativamente, dá-se pela entrada maciça de indivíduos ao cangaço-meio de vida, fazendo dele sua principal modalidade. A escassez ampla “regulamenta” e legitima o cangaço como polo aglutinador de sertanejos desesperados.

A profissionalização do cangaço também traz outra peculiaridade que merece destaque em *Guerreiros do Sol*: a relação de proximidade e de coo-dependência do cangaceiro com a comunidade. É importante ressaltar que esse diálogo não é uma conclusão recente, e o terminologia remete aos mais variados modelos de coiteiros no Nordeste se volta às primeiras décadas do século XX. O que nos chama a atenção não é simplesmente para o auxílio material ao banditismo demonstrado por Frederico Pernambucano, mas a maneira como a cultura sertaneja justifica a ação do cangaceiro, principalmente fora dos períodos epidêmicos.

Essa situação é possível graças ao que o autor chama de “atmosfera de apoio”:

[...] vamos encontrar a imprensa igualmente se ocupando do tema e vislumbrando, sem peias ou receios quaisquer, uma “atmosfera de apoio” que circundava os cangaceiros, o que – para nós – só se explica pela existência nas áreas em que isto se dá, de uma cultura profundamente afinada com os procedimentos violentos, com as atitudes de desforço pessoal ou familiar direto e pelas próprias mãos, e com o arraigado culto à coragem, à valentia e ao gesto heroico, pouco importa seja este último esboçado contra a lei, esta forma coativa de desbordamento dos valores litorâneos sobre a hinterlândia, que outra coisa não é aos olhos do sertanejo tradicional (MELLO, 2013, p. 104).

A abordagem que contempla a “atmosfera de apoio” não faz referência, simplesmente, ao exercício de um poder coercitivo dos cangaceiros na comunidade, e nem mesmo a uma camaradagem pela possibilidade de troca de favores. Antes, pela identificação pessoal com os valores defendidos por quem está imerso no banditismo, e possui adeptos valorativos no meio em que atua. A desforra pessoal configura crime, enquanto honrar com suas dívidas como matuto sertanejo, não. Portanto, Frederico Pernambucano é feliz quando transcreve a expressão de Gerson Maranhão, em 1914, quando este afirma que “naquela época, todo mundo era cangaceiro”, não pelas atitudes consideradas ilícitas pela justiça oficial, mas por não suportar rearranjos morais quanto à sua conduta tão sólida quanto o próprio solo em tempos de seca (MELLO, 2013, p. 103-105).

Ainda sobre a “atmosfera de apoio”, é possível fazer uma leitura da obra de Frederico Pernambucano uma vez que esta seria a base para o que pode ser considerado no cangaço como “escudo ético”. Aqui, reside um dos sustentáculos mais proeminentes da teoria do autor.

As dificuldades aparentes de nordestinos, privados de recursos e assolados pelas estiagens periódicas, fizeram com que uma imagem fosse criada sobre esse povoado “sertanejo” visto de fora, e até mesmo por si próprios. Um povo forte, mas sofrido na mesma medida, desconsiderado pelo ambiente e, também, pela junta governamental e privativa na concentração dos monopólios de terra, escasseando recursos e concentrando mão de obra barata e não especializada para fins pessoais. Quando a imagem do cangaceiro emerge, e na sua figura se vê mais aspectos comuns à grande massa, como alpercatas de couro – como as usadas por vaqueiros – e a coragem de matadores de onça¹⁰⁵, tem-se a ideia de ali ter surgido aqueles que poderiam subverter a história e lhes proporcionar redenção (MELLO, 2013, p. 114-115).

¹⁰⁵ Tanto em *Guerreiros do Sol* de Frederico Pernambucano quanto em *Vaqueiros e Cantadores* de Câmara Cascudo, existem passagens que demonstram a coragem dos sertanejos que enfrentam as onças como um ato de grande valentia, sendo retratada até em prosas populares.

Contudo, essa visão pode não ser verídica se buscarmos relatos reais de quem viveu junto aos cangaceiros. Esta ótica, por vezes, pode ser mais atribuída a quem de longe pode imaginar como seria o sertão nordestino na presença do cangaço, e em como os sertanejos de coragem se tornaram vingadores, violentos por natureza, porém redentores de todo um histórico sofrível. Essa “aura” permitiu que alguns cangaceiros se aproveitassem e explorassem a si mesmos, como personas, uma imagem ficcionalmente criada para produzir sensações em um público amplo de algo que não possuía muita verossimilhança, mas lhes dava espaço para atuar no cangaço e fazer dele, sua profissão (MELLO, 2013, p. 114-115).

Supreendentemente é possível afirmar-se hoje, imagem literária à parte, que os maiores cangaceiros, entendidos como chefes de grupo de maior expressão, gostavam da vida do cangaço. Num sertão profundamente conturbado pelas disputas entre chefes políticos, lutas de famílias, ausência de manifestações rígidas e eficazes de um poder público longinquamente litorâneo; sertão povoado por um tipo especial de homem, individualista, sobranceiro, autônomo, desacostumado a prestar contas de seus atos, influenciado pelos exemplos de bravura dos cavaleiros medievais; sertão que tinha no épico o seu gênero maior, fazendo vivas as páginas de um *Carlos Magno e os Doze Pares da França*, de um *Roberto do Diabo*, de um *Donzela Teodora*, de um *João de Calais*; num sertão anormal a olhos urbanos, o cangaço representava, na verdade, uma ocupação aventureira, um ofício epicamente movimentado, um meio de vida, ou até mesmo um amadorismo divertido de jovens socialmente bem situados, carentes de afirmação (MELLO, 2013, 116-117).

Em outra passagem, Frederico Pernambucano traz um trecho de uma entrevista concedida pelo próprio Lampião no mês de março de 1926 em que ele afirma “gostar” da vida no cangaço, já que este um negócio altamente rentável, e que não pretendia deixá-lo (MELLO, 2013, p. 118). Se rememorarmos o histórico de Lampião, veremos que sua entrada no cangaço se deu pela busca da vingança à morte do pai, com juramentos de caça à figura de José Saturnino e José Lucena de Albuquerque Maranhão, mas o que Frederico Pernambucano nos mostra é que Lampião jamais buscou destruir seus inimigos, o que torna sua permanência no cangaço um fato altamente questionável (MELLO, 2013, p. 120-121).

Outro agente do cangaço que também teria ingressado na vida errante em busca de vingança pelo seu pai seria Antônio Silvino, que tombara durante um tiroteio na Vila dos Afogados de Ingazeira, Pernambuco, em 03 de janeiro de 1897. A morte de seu progenitor teria sido atribuída a Desidério Ramos, e ciente da situação, Antônio Silvino prometera honrar a morte daquele. Todavia, alguns relatos posteriores negam a execução da promessa realizada pelo cangaceiro nos anos em que esteve no sertão (MELLO, 2013, p.124).

Ulisses Lins de Albuquerque, na obra *Um sertanejo e o sertão*, relata: “E por que Né Batista (Antônio Silvino) tornou-se cangaceiro? Para vingar a morte do pai (dizia-se) – morte,

entretanto, que nunca procurou vingar”. Com propriedade de quem foi testemunha ocular, Ulisses Albuquerque diz que chegou a ouvir do próprio Desidério Ramos que “não tinha medo daquele cabra safado...” (MELLO apud ALBUQUERQUE, 1957, 78-79).

Outro grande cangaceiro que adentra na categoria que pretendemos exemplificar é Sabino Gomes de Góis, um subchefe do grupo de Lampião, que conseguiu autonomia para comandar vários cangaceiros antes mesmo do período em que Lampião começara a subdividir seu grupo posterior ao ano de 1928. Sabino teria ingressado no cangaço em busca da vingança pela morte de seu irmão, Gregório, eliminado em uma emboscada. Ainda durante sua estada no cangaço, seu inimigo jurado de morte lhe cai às mãos, e após saqueá-lo, Sabino não o sangra a punhal, como era o hábito de se matar quem estava jurado de morte, pelo contrário, liberta-o (MELLO, 2013, p. 126).

Nessa direção, Frederico Pernambucano afirma:

Como se pode verificar, há uma contradição verdadeiramente desconcertante entre palavras e ações. O cangaceiro alardeava a condição de vingador e pouco ou nada fazia para concretizar sua vingança. No princípio, alguns tiroteios, cercos, emboscadas; em etapa seguinte, a acomodação chegava a ser completa (MELLO, 2013, p. 126)

Essa situação comum aos três cangaceiros apresentados, mostra-nos a necessidade de se pensar o cangaço profissional em muitos momentos através da alegoria da vingança, sob a qual seria possível permanecer com um estilo de vida próprio, possibilitado apenas no período em que a vingança jurada ainda não chegara aos momentos derradeiros.

Ao invocar as tais razões de vingança, o bandido, numa interpretação absurdamente extensiva e nem por isso pouco eficaz, punha toda a sua vida de crimes a coberto de interpretações que lhe negassem um sentido ético essencial. A necessidade de justificar-se aos próprios olhos e aos de terceiros levava o cangaceiro a assoalhar o seu desejo de vingança, a sua missão pretensamente ética, a verdadeira obrigação de fazer correr o sangue dos seus ofensores. O folclore heroico, em suas variadas formas de expressão, imortalizava-o, omitindo eventuais covardias ou perversidades e enaltecendo um ou outro gesto de bravura. Concretizada a vingança, por um imperativo de coerência estaria aberta para o cangaceiro a obrigatoriedade de abandonar as armas, deixar o cangaço. Já não teria mais a socorrer-lhe a imagem o escudo ético por esta representado. Como então realizar tal vingança, se o cangaço era um bom meio de vida? (MELLO, 2013, p. 127).

A alegação abrupta de teatralizar uma vida de crimes sob a feição de legitimidade evocada pela “moral sertaneja” pode não ser bem aceita por todos pela generalização de um fenômeno caracterizado mesmo nesta pesquisa como amplamente heterogêneo. O que Frederico Pernambucano faz em *Guerreiros do Sol* é demonstrar justamente como as ações dentro do cangaço tenderam para uma profissionalização, mesmo que no começo da vida de

cada um destes cangaceiros supracitados, a vingança tenha mesmo um sentido literal, mas que se comparado em um contexto amplo a todas as ações acometidas ao longo da permanência destes no cangaço, tornam-se insignificantes, ou melhor, o imperativo de vingança passa a valer como fator essencial para a condição de bandoleiro. Nesse sentido, vale considerar as reflexões acerca das “imagens e sutilezas psicológicas”, como evoca Frederico Pernambucano, para pensar na representação de si mesmos como cobertura moral para os efeitos de suas ações em sociedade (MELLO, 2013, p. 132-133).

Sob a figura dos principais personagens do cangaço, é possível questionar se o fator social realmente movimentou as massas mais do que um imperativo épico e a busca por uma vida de aventuras. Essa é a nova narrativa que se coloca a partir do demonstrativo de Frederico Pernambucano fazendo com que a vertente interpretativa marxista do cangaço seja severamente questionada, posto que há um retorno na interpretação do cangaço remetente aos primeiros intérpretes do tema e torna a violência no cangaço outra vez injustificável.

Para pensar em como a interpretação posta em *Guerreiros do Sol* rompe com *Cangaceiros e Fanáticos* e o que vem à tona após a publicação deste texto em 1963, basta que recordemos do seguinte trecho citado na obra de Facó, já citado no capítulo anterior: “Num meio em que tudo lhe é adverso, podia o homem do campo permanecer inerte, passivo, cruzar os braços diante de uma ordem de coisas que se esboroa sobre ele?” (FACÓ, 1991, p. 38). A narrativa que segue na obra de Frederico Pernambucano vai se ausentar da discussão a respeito dos problemas e da miserabilidade sertaneja em grande medida, pois esse não é o foco do texto e nem mesmo a abordagem utilizada para repensar o cangaço. A mensagem transmitida na obra deixaria claro que o cangaço realmente tende a aumentar em épocas de maior escassez, dado que os anos de seca, do final do século XIX, marcam a transição dos períodos endêmicos aos epidêmicos, mas este também seria um alibi concedido por alguns sertanejos contemporâneos e a quem visita os livros do cangaço, antes da década de 1980 para que os cangaceiros se sentissem à vontade no cultivo a uma vida de criminalidade, revestidos de mocinhos e vingadores de uma ordem social vigente. Para Frederico Pernambucano, Lampião teria sido quem melhor se utilizou de sua imagem para fins pessoais, angariando apoio, na medida em que não feria gravemente o sistema a ponto de desagrar uma força repressora que não conseguisse suportar¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Por vezes a imagem de Lampião é usada e abusada quando o perfil do cangaço enquanto fenômeno é problematizado, mas o que a historiografia do cangaço nos deixa claro, até mesmo pelo volume de sua produção, é que a elevação do nome do movimento necessitou da presença do cangaceiro Lampião e de seu bando na abrangência ganha pelo tema nacional e internacionalmente. Um exemplo claro da instrumentalização de sua

A crítica a essa vertente historiográfica fica mais clara em alguns trechos, como:

Impõe-se a ressalva ao considerarmos que certa historiografia, filtrada a partir de fontes duvidosas ou de posições sectárias, tem resvalado na tendência a superestimar aqueles fatos do cangaço mais capazes de ensejar explicação econômica, em detrimento dos que não se ajustam a rígidos esquemas previamente assentados, e que nem pelo fato de se mostrarem pouco redutíveis ou captáveis a teorizações de validade internacional já aceita, devem ser objeto de desprezo. Não resta dúvida que o engajamento ideológico de Rui Facó fê-lo ter olhos apenas para o cangaceirismo meio de vida, centrando numa causalidade econômica simplista fenômeno de tão larga complexidade (MELLO, 2013, p. 128).

E ainda:

Aliás, da ausência de definições simplistas não se pode dizer esteja a se ressentir o cangaceirismo. Desde assertivas apressadas ou mesmo emocionais, como a de Cristina Mata Machado, que vê como “resposta a violência do coronel”, a clichês epistemologicamente duvidosos, como o de José Honório Rodrigues, quando define como “resposta contra o monopólio de terra e exploração do trabalhador rural pelo latifundiário”, o que se pode verificar é a aplicação mecânica, sem a adoção sequer de cuidados de adaptação, de esquemas rígidos de interpretação econômica, com evidente desprezo pela complexidade a que aludimos e em torno de que novamente fazemos ênfase (MELLO, 2013, p. 128).

Outrossim, é possível pensar na ruptura paradigmática em Frederico Pernambucano não apenas com a ideologização presente na obra de Rui Facó, mas com toda a historiografia marxista que não se articula para pensar na explicação do empirismo cultural característico de um movimento que herda tradições do sertanejo no semiárido nordestino, o qual possui uma cultura própria e ela é refletida na atuação dos ditos cangaceiros desde seu ingresso à sua permanência neste fenômeno.

A linha historiográfica de Frederico Pernambucano, portanto, nem se inicia no “determinismo social”, se articulando por meio de vários fatores, e também não partilha do mesmo sentimento quanto ao término da saga cangaceira. Para Rui Facó e a tradição que se segue, o fim do cangaço não representa o fim das injúrias contra os despossuídos, mas uma vitória da aliança entre o latifúndio e o Estado, na qual o povo não seria um dos beneficiários. Percebe-se que esta seria uma discussão etérea, extracorpórea ao próprio fenômeno na qual não interessa a chegada da tecnologia especializada no sertão para as mãos de quem era responsável a dar fim aos grupos de bandoleiros; era muito mais a exposição de um retrato nos quais figuram embates políticos, e o cangaceiros como os personagens amorfos na ilustração de uma alegoria, num país que até aquele momento, não teria sido justo.

imagem é a cinematografia referente a temática, que reúne, desde Benjamin Abrahão, filmagens reais e representações ficcionais principalmente a partir da figura do Rei do Cangaço.

Quando retornamos à Gustavo Barroso, fica claro que mesmo este sendo um contemporâneo ao tema e escrevendo em plena efervescência do fenômeno, teria visão de qual seria de fato o fim do fenômeno do cangaço, arriscando a dizer que a “locomotiva do progresso” se encarregaria desse feito (BARROSO, 1917). Seguindo essa mesma tradição e não a gesta política faconiana, Frederico Pernambucano vai desenhar o fim do cangaço pelo título: *As muitas mortes de um rei vesgo*, na parte final de *Guerreiros do Sol*.

Elevando Lampião a exímio representante do cangaço, Frederico Pernambucano nos mostra quais foram as medidas adotadas pelo governo que ocasionaram o fim desta modalidade de banditismo. A primeira apresentada e já comum a estudiosos do cangaço, são os acordos e fronteiras policiais nas zonas de atuação sertanejas. Como demonstrado desde *Heroes e Bandidos* (1917), um dos grandes problemas da repressão ao banditismo seria a delimitação das jurisdições estatais. Era bastante complicado, mesmo antes de Lampião, a perseguição de grupos cangaceiros quando estes cruzavam as fronteiras, livrando-se dos grupos policiais ao seu encaço. Vários acordos já foram feitos entre os estados para findar esse problema e facilitar a perseguição destes, mas nenhum teria grande efetividade, até o acordo firmado em 28 de dezembro de 1926, pelo menos¹⁰⁷.

Este acordo teria como diferencial a participação efetiva da Bahia e Alagoas, o que não era recorrente nos anteriores. Sua concretização faria com que Lampião respondesse à altura, pois se permanecesse com a estrutura de bandos que tinha naquele momento nos fins de 1926, veria seu fim chegar rapidamente. Ação-resposta acometida pelo cangaceiro foi relatada por Frederico Pernambucano no seguinte trecho:

Aos primeiros choques com tropas pernambucanas e alagoanas em território baiano, sem necessitar nem mesmo de manter encontro com seu estado-maior, Lampião determina a aplicação de uma nova estratégia, tão simples quanto irritantemente eficaz. Consistia na divisão do bando em grupelhos de quatro e seis cangaceiros – pessoalmente recomendava este último número – com a missão de seguirem para vários Estados a fim de manter ocupadas as policias locais com a defesa de seus respectivos territórios (MELLO, 2013, p. 295).

A efetividade do plano interestadual foi notada pelo cangaceiro no primeiro encontro de policiais de outras jurisdições em território baiano, e este sabia da consequência daquele firmamento na maneira como atuava. A tática que consiste em subdividir o bando será recorrente até o final de sua vida, como nos mostra Mello (2019), Chandler (1982) e todos os

¹⁰⁷ Como está claro, aqui serão elencados os fatores que aos poucos minaram os recursos de Lampião e seu grupo, mas como este fora o maior de todos, será visto como porta de entrada para o entendimento geral sobre o fim do cangaço como um todo.

biógrafos do cangaceiro após sua morte. Esta complicação com a sistematização das tropas ainda não seria seu último problema (MELLO, 2013).

Outro fator citado pelo autor como causa da decadência do cangaço foi a introdução do rádio em parte do sertão. Cidades como Chorrochó, Uauá, Canudos, Várzea da Ema, Santo Antônio da Glória, Serra Negra, Jeremoabo, Santa Brígida, Brejo do Burgo e Paripiranga foram beneficiadas com estações de rádio e este não seria apenas uma tecnologia de entretenimento que chega à caatinga, mas outra arma, que permitia a comunicação onde antes era impossível e facilitava o trabalho que almejava caçar os cangaceiros na região (MELLO, 2013, p. 297).

A terceira fonte de preocupação dos cangaceiros como um todo apontadas em *Guerreiros do Sol*, seria as estradas. Lutar contra as estradas não é uma novidade introduzida por Lampião e seu bando como o ingresso de mulheres no bando, após 1930. Esta luta já é corrente desde, pelo menos, 1906, quando relatos remontam as ações de Antônio Silvino na sabotagem de trilhos, o corte de fios de telégrafos, o sequestro de trabalhadores das obras, a cobrança do direito de passagem dos passageiros. A povoação do sertão, em tese, impediria o livre trânsito de cangaceiros e o fator isolamento era necessário para quem via no cangaço um negócio, um meio de vida possível. Logo, Frederico Pernambucano não seria o primeiro a introduzir essa ideia, pois esse contexto era comum a vários outros pesquisadores, desde Gustavo Barroso (1917), passando por José Américo de Almeida (1923), Abelardo Montenegro (1955), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1965), dentre outros. Até mesmo Eric Hobsbawm, em *Bandidos* (1969), que possui uma visão mais partidária do “banditismo social”, considera estes um dos elementos essenciais à manutenção do banditismo a comunidades pré-capitalistas.

Todos estes fatores se somam, na trajetória de Lampião mais especificamente, ao evento que nos transportam a 1934, quando Benjamin Abrahão se lança na caatinga com sua “[...] filmadora Ica, de 35 mm, com filme Gevaert-Belgium, e de uma Universal, material de procedência alemã, de Carl Zeiss”, com o objetivo de fotografar, e se possível filmar, o bando de Lampião (MELLO, 2013, p. 314). Mesmo que esta seja uma atitude na época considerada insensata, o fotógrafo libanês consegue o almejado e passa dias ao lado do bando de Lampião em posse de imagens e filmagens, nunca antes concedidas daquela maneira.

Fotografias de cangaceiros não eram raras, até mesmo porque em vários momentos os próprios bandos se deixavam fotografar. No entanto, agora a filmagem como foi feita por Benjamin Abrahão, em meio à ditadura do Estado Novo recém implantada por Vargas que a muito já tentava colocar fim ao reinado de Lampião, no sertão, pela má visibilidade que este lhe atribuía, estando solto e desafiando sua legitimidade, foi uma afronta considerável. Quando

revistas como *O Cruzeiro* e *Noite Ilustrada* publicam os feitos do fotógrafo libanês ironizando o empenho das polícias do Nordeste, tal situação causa aceleração no processo gradativo de caça ao Lampião e a todos os outros cangaceiros (MELLO, 2013, 314-316).

Mesmo sem intenção, Benjamin Abrahão é responsável direto pela aceleração do fim do cangaço, de acordo com Frederico Pernambucano, que tem uma passagem marcante de seu texto ilustrando essa questão: “Irritando o Estado Novo, mesmo sem querer – seus planos foram à ruína com isso, Benjamin mete-se na corrente causal da morte de Lampião, findando por também dar o seu tirinho na realeza. Tiro dado sem vontade mata do mesmo jeito, diz-se no sertão (MELLO, 2013, p. 317)”.

Por fim, basta-nos assinalar a última tecnologia que adentrara o cangaço contra os cangaceiros que evidenciariam seu fim: as armas. Sobre esse assunto, também pensamos na centralidade da figura de Lampião, principalmente pelo evento que inclui seu grupo e o embate com a coluna prestes, em 1926. Na data, como é de conhecimento de muitos, o governo do Ceará procura Padre Cícero e Floro Bartolomeu para o recrutamento de Lampião e seu bando contra a investida da coluna prestes no estado. Como moeda de troca, os crimes de Lampião seriam perdoados e este obteria o título de Capitão. Para que o combate pudesse ser travado, o governo ainda ficaria incumbido de armar o grupo de Lampião com armamento militar, equilibrando as forças dos cangaceiros contra os seguidores de prestes. O desfecho desse evento foi a desconfiança de Lampião pelas promessas oferecidas pelo governo e a retirada dele e de seu bando com as armas por eles oferecidas (MELLO, 2013).

Todo esse armamento nas mãos dos cangaceiros teria desequilibrado a situação entre eles e as volantes policiais que os caçavam pela caatinga, pelo menos durante certo período de tempo. De acordo com Frederico Pernambucano, essa “vantagem” tem data de validade:

Do marco referencial que assinalamos como o do início do questionamento da superioridade tecnológica dos cangaceiros, mais ou menos 1930, ano em que as volantes conseguem finalmente se livrar de todo das carabinas e universalizar o emprego do fuzil, até o 1935 da menção inicial do comentário, os braços da gangorra permanecerão em equilíbrio, resultando as eventuais vantagens em combate do puro talento dos guerrilheiros. A entrada em cena em fins desse último ano das endiabradas submetralhadoras irá responder não só pelo rompimento drástico do equilíbrio senão pela própria expulsão de um dos brincantes de sobre a gangorra, o que se dá em definitivo em 1940, com a morte de Corisco, quando o líder maior já se tinha finado dois anos antes (MELLO, 2013, p. 321).

Como fica claro na passagem acima, os cangaceiros, em especial o grupo de Lampião, teriam uma vantagem significativa até os anos de 1930, quando as tropas começam abandonar seu armamento antiquado e moderniza-se. Esse rompante, por parte do Estado de tomar para si

o problema do cangaço como uma moléstia pública não se tratava de ação desinteressada. Este também é o ano de ingresso do presidente Getúlio Vargas após o golpe de 1930, e uma das preocupações centrais de sua gerência era limitar e encurtar o reinado de Lampião sobre o sertão, para dar ideia da “nova era” que poderia surgir com sua ascensão ao poder, abandonando a bagagem do que hoje a historiografia chama de República Velha, e como o cangaço era fruto direto da criminalidade exercitada dentro das próprias oligarquias nordestinas, não faria sentido ignorar essa modalidade criminal se ela remetia a problemas antigos, anteriores ao próprio Vargas (MELLO, 2013).

Diante desse quadro, a leitura de Frederico Pernambucano o leva a conclusão de que a desigualdade das tropas do governo começa a inverter esse quadro no início da década de 1930 e a partir de 1935, a diferença já não poderia mais ser mediador. O fim do cangaço demandava apenas tempo. Uma passagem significativa de *Guerreiros do Sol* descreve, poeticamente, como se deu a inversão desse quadro nos ides de 1930: “Na ordem natural das coisas, a energia inesgotável do governo iria fazer com que a tropa chegasse um dia rir melhor. E por último, como diz o ditado. a metralhadora não apenas antecipou o riso fatal: fez com que se abrisse uma gargalhada” (MELLO, 2013, P. 283).

Diante do esboço aqui realizado e problematizado da obra *Guerreiros do Sol*, percebemos que Frederico Pernambucano almeja, para além do discernimento do movimento, uma ideia geral de como se tornou possível um fenômeno como o cangaço em solo nordestino. Em algumas entrevistas concedidas pelo autor¹⁰⁸, ele deixa claro seu intuito de pensar o cangaço historicamente, como fruto causal, um diagnóstico aparente de uma sociedade que produziu o cangaço ao longo de toda sua história, com relatos desde o início da colonização do país.

Todavia, reiteramos que sua contribuição à temática não se limita à sua natureza sociológica, mas alcança o perfil estético do movimento, exaltando sua singularidade quanto a qualquer outro fenômeno brasileiro ou internacional. Tudo isso estará presente na obra *Estrelas do Couro: A estética do cangaço*, publicado em 2010.

A obra, finalista do prêmio Jabuti, como já mencionado, introduz-se com a concepção singular de completude quanto à totalidade compreensiva do cangaço. Em outros termos, a obra *Guerreiros do Sol* precisaria de uma complementaridade para alcançar um grau satisfatório de análise, incluindo a natureza estética como “via de mão dupla”, em que particulariza o fenômeno do todo, ao mesmo tempo que inclui no histórico da tradição local, caracterizando,

¹⁰⁸ Uma entrevista referência que referencia essa discussão foi concedida ao blog *Lampião Aceso*, intitulada *Cangaço e o “Brasil profundo”*, datada de 19 de novembro de 2009.

assim, o cangaceiro como um componente da sociedade sertaneja. Sertanejo que também é fruto, produto social e cultural moldado por sua própria história.

A busca da concepção do que pode vir a ser sertanejo não data de períodos recentes, pelo contrário, mostra-se como fruto direto da colonização. Não apenas no constructo do que vestir, mas na própria aceção de como opera o funcionamento social de comunidades influenciadas tanto pelos europeus colonizadores quanto pela cultura negra e principalmente indígena, em todo seu caráter de resiliência no ato da colonização (MELLO, 2015, p. 28 – 32).

A visão de Frederico Pernambucano do cangaceiro como componente de um corpo social e da ligação que possui com um histórico do que significaria ser um sertanejo, parte justamente da ruptura historiográfica que foi construída em torno do cangaço como um fenômeno apartado do tempo e espaço, sem raízes aparentes, apoiado em um monismo interpretativo de duração efêmera.

O primeiro ato de complementaridade quanto ao que é exposto em 1985, no ato de escrita da primeira versão de *Guerreiros do Sol*, seria o de resgatar o histórico de insubmissão dos povos que se formam nos entornos das capitanias hereditárias, sejam eles índios ou europeus extraviados por motivos quaisquer, que se opõem a “ferro e fogo” com a imposição de um novo modo do viver civilizado. Nas palavras usadas e abusadas de Maximiliano Campos em *Estrelas de Couro*, este seria o exercício genuíno do mito primordial brasileiro do “[...] viver sem lei nem rei e ser feliz” (MELLO, 2015, p. 22).

Todo esse comportamento que está na gênese do espírito rebelde do sujeito as margens no Nordeste, encontrará um inimigo à altura na repressão colonizadora e sua visão ímpar de civilidade de berço europeu, tanto na repressão física, quando na historiográfica. Prova maior de condolência e amabilidade da colonização está largamente expressa em registros escritos sobre o processo de catequização no país. O próprio Gilberto Freyre, nos ides da década de 1930, ainda repercutia a miscigenação cultural do Brasil pela lógica do não-conflito, e esta seria a interpretação que, por largo período de tempo, prezou de respeitabilidade¹⁰⁹.

De acordo com Frederico Pernambucano, alguns intérpretes modernos como José Honório Rodrigues ou mesmo não tão modernos como Sílvio Romero, mostra-nos que até mesmo os irredentismos regionais nos séculos XVII, XVIII e XIX são vistos pela lógica das revoluções liberais, maquiando a essência da rebeldia contra a ordem posta. O desenho de como seriam estas revoltas e revoluções na historiografia brasileira são as responsáveis pela imagem que obtemos delas após sua incidência, e na grande maioria das vezes inibindo a essência social

¹⁰⁹ Fragmentos dessa lógica são encontradas em todo o corpo do texto de *Casa Grande e Senzala* (1933).

a que pertencem, ligando-as muito mais a exemplos europeus de revolução do que a insubmissão natural na história de um povo. “O arrebanhamento da massa para essas sedições toca necessariamente na corda sensível do viver sem lei nem rei, despertando sonoridade velhíssima. E onipresente. Aliciante. Contagiosa em seu apelo ancestral” (MELLO, 2015, 32).

O culminar do irredentismos, regado desde o início da colonização, poderia dar origem ao cangaço como este se apresentou. O que Frederico Pernambucano propõe como apelo ao universalismo, então, não enquadra outras formas de banditismos separadas do cangaço pelo espaço e o tempo, mas na própria constituição da sociedade sertaneja. Dela o cangaço, ou no mínimo a natureza do cangaceiro, pôde encontrar eco, e é sobre esta sua maior influência, que este esteve fisicamente e permanece hoje como símbolo.

Uma segunda apropriação exposta em *Estrelas de couro*, para além da natureza já tão alegorizada, são os símbolos religiosos e estéticos que caracterizam a obra como também o próprio cangaço. Nesta parte do texto, vemos o cangaço retratado pelos bordados das vestimentas e seus significados, o chapéu ou “sombra-móvel”, as alpercatas e guarnições, a honraria dos punhais e o “armário móvel” dos cangaceiros (MELLO, 2015, 42-55).

O primeiro símbolo e talvez um dos mais importantes a serem destacados na pesquisa de Frederico Pernambucano seria a apropriação de símbolos oriundos de uma filosofia oriental transposta ao Brasil, por meio da colonização a qual o sertanejo nordestino teria ressignificado, de maneira a entendê-lo de acordo com sua interpretação e não na acepção original deste. Um dos símbolos que sofreriam essa adaptação regional e presente no cangaço seria o signo-de-salomão. Sobre esta apropriação, o autor afirma:

Na vertente plástica, de uso da gente do cangaço – de interesse para o nosso estudo, portanto – tem-se no signo-de-salomão, com sua meia dúzia de pontas, não a essência do pensamento hermético, como o define a doutrina, mas a noção remotamente difusa, e nem por isso pouco robusta, de poder, de proteção, de devolução das ofensas ao ofensor. Por conta desta última qualidade, transcendendo da condição apenas defensiva de amuleto e partindo para arrancar os limites do retruque de magia ativa que se contém no conceito de talismã (MELLO, 2015, p. 50).

A saída de crer na proteção destes amuletos, se assim podem ser chamados, não é algo que nasce em terras brasileiras, mas a significação ímpar que deles é tirada diz respeito a uma tradição nacional, ou melhor, regional, dado que o misticismo, no sertão, tem bastante força, a exemplo de todas as arregimentações e multidão em torno de beatos ao longo dos séculos. A incidência de beatos, costumeiramente, teve mais sucessos naqueles entornos, logo é normal pressupor uma maior devoção, não apenas institucionalizada.

Se ao evocar o signo-de-salomão, o agente estaria se precavendo de obter proteção e devolução de ofensas a quem assim o omitiu, era comum também a apresentação da flor-de-lis, como símbolo que evoca a vitória e a imortalidade. Na mesma medida aparecem, constantemente nas vestimentas dos cangaceiros, a cruz-de-malta e moedas de ouro incrustadas nos chapéus: a primeira, objetivando a orientação como condutor espiritual, e a moeda seria uma inscrição que significaria Deus-te-guie (MELLO, 2015, p. 50 – 51).

A vida de perigos, na caatinga enfrentadas pelos cangaceiros, não poderia ser tratada com leviandade e eles assim não o faziam. Vários são os símbolos presentes em suas vestimentas por meio do bordado que eles mesmos faziam, algo também que merece ser destacado mais à frente como uma peculiaridade que ressalta a unicidade do cangaço como fenômeno, principalmente se a violência e rusticidade do cangaço for associado a uma espécie de masculinidade depravada e a costura à feminilidade presente apenas na mulher (MELLO, 2015, p. 50 – 51).

Se alguns amuletos são responsáveis pelas benesses da boa sorte, outros serão responsáveis pelos maus agouros. Não há como desassociar a presença de crenças benditas e desconsiderar as malditas. Os cangaceiros, como nos mostra Frederico Pernambucano, ainda eram bastante supersticiosos quanto a malefícios, como no trecho:

Condicionado pelos arcaísmos do mundo rural a que pertencia, o cangaceiro dava importância a sinais, avisos, cismas, sonhos e outras tantas expressões supostamente elucidativas de passados ou premonitórias – casos das visões decifradoras e dos presságios – a serem interpretadas adequadamente, uma vez que podiam configurar-se nas coisas mais ingênuas ao olhar do urbanita de hoje, como o mugido insistente de boi, saltos à toa de cabrito, batida de mangangá atordoado sobre qualquer parte do corpo, uivos de raposa em noite sem lua, mergulho bisonho de gavião sobre o pasto, briga de pássaros ou choque de um destes sobre a aba do chapéu de viajante, sem esquecer as manifestações previamente codificadas como agourentas, casos do soluço de acauã, da gargalhada da coruja em horas mortas, do voo rumorejante do bacurau dentro da noite, do canto do galo fora de hora (MELLO, 2015, 52).

A carga de sentido atribuída à simbologia envolta ao sertão arcaico não deve ser ignorada, dado que dá sentido à formação social dos sujeitos que ali vivem. Portanto, não seria errôneo pensar nesta nova perspectiva adotada por Frederico Pernambucano como tão inovadora quanto à análise crítica dos aspectos sociológicos do fenômeno. Essa nova abordagem pode ser, inclusive, caracterizada como uma visão freiriana que se estende além do massapê, em um Nordeste em que Djacir Menezes possuía domínio, enquanto o canavial ainda seria território de Gilberto Freyre. Frederico Pernambucano vai adotar a ótica cultural como

protagonista em um fenômeno ainda descrito como social e, a partir daí, repensar a lógica fundamental do cangaço.

Deve ser destacado, também, a maneira como os cangaceiros adaptam a estes símbolos originalmente de uma cultura que nem era originária de sua matriz colonizadora e lhe atribuem um significado paralelo. Não devemos pensar, contudo, que a flor-de-lis ou o signo-de-salomão como a totalidade da espiritualidade cangaceira, e nem mesmo como os únicos símbolos ligados ao fenômeno. Frederico Pernambucano nos mostra que os cangaceiros não apenas são passivos no processo de recepção – até mesmo porque o ato de apropriação já não pode ser assim caracterizado – mas também deixam para a posteridade símbolos próprios, que se remetem, unicamente, ao cangaço ainda no primeiro olhar, visto que pertencem à cultura material.

O primeiro produto e um dos mais relevantes que ficaria imbuído da cultura cangaceira seria o chapéu. Nele eram bordados os símbolos apresentados acima, tal como eram incrustadas as moedas de ouro. No espólio obtido após a morte do grupo de Lampião em Angicos no ano de 1938, até libras esterlinas foram encontradas incrustadas nos chapéus dos cangaceiros (MELLO, 2015, p. 50 – 55). No que tange aos bordados enfeitados, muito mistério rondou o universo cangaceiro mesmo décadas após o fim do cangaço, com perguntas como: Quem faziam estes bordados vivendo com um estilo de vida nômade, em um ambiente hostil?

Com pesquisas apuradas nessa direção, Frederico Pernambucano nos mostra como os próprios cangaceiros eram responsáveis por essa forma de artesanato, já que não apenas bordavam suas vestimentas – e não só os chapéus, como veremos mais à frente – como também os personalizavam ao estilo desejado por cada um. Com entrevistas a ex-cangaceiros, o autor colhe relatos de testemunhas oculares do grupo de Lampião, em que o próprio chefe do grupo – neste caso, Lampião – desenhava os símbolos apoiado na perna e depois costurava na máquina com exímia habilidade. De acordo com o próprio autor, antes das provas concretas de tais atos, era difícil convencer os estudiosos do tema quanto a estas questões, até mesmo pela dificuldade em aceitar a virilidade do cangaço submissa a atividades feminilizantes, como o bordado. Para Frederico Pernambucano, isso não só era possível, como comprova imagens da época. Na interpretação do mesmo, este seria um imperativo que poderia alimentar um aspecto mais sensível da personalidade destes homens que viviam na caatinga, permitindo-lhes ter sanidade mental na atividade que exerciam (MELLO, 2015, p. 68 – 76).

Ainda tratando das particularidades do chapéu, seria correto afirmar que todo primor estético também possuía funcionalidade prática. A aba quebrada e sua transformação no que

Burton chama de “tricórnio” na obra *Viagens aos planaltos do Brasil*, possuiria utilidade prática, como nos mostra Frederico no trecho que segue:

Além da estética do poder colonial, é resultado da barragem natural do vento na carreira do vaqueiro e também do imperativo de ver acima dos olhos, ponto, este último, vital para o cangaceiro que não desejasse cair em tocaia de serrote, para dizer o mínimo. A aba traseira, quando grande, requer por si mesma o rebatimento para cima, para não ficar roçando na espádua (MELLO, 2015, p. 68).

A funcionalidade deste “tricórnio” ainda se estenderia a reparos feitos na alpercata ou mesmo no cantil, uma vez que possuíam *cabelos* de couro pendidos para esta função. Como relato pessoal do próprio autor, este afirma já ter experimentado um destes chapéus e diz serem bastante pesados, mais pelos ornamentos do que propriamente pelo que tinha de útil para a caminhada a longo prazo. Temos de entender, portanto, que existe um equilíbrio na cultura material dos cangaceiros, visto que era bastante prezado o valor estético, mas também possuía fins úteis para a jornada (MELLO, 2015, p. 68 – 69).

Além do chapéu, outros itens se destacam na “armadura de couro” do cangaceiro: a alpercata, por exemplo, possuía vicissitudes próprias aos almocreves ou vaqueiros como um todo, pois possuíam uma mesma zona de atuação. Duas, em especial, são populares, a de couro e a sola conhecida como “apragata”, e a de correia, mais aberta, que lembra um chinelo aos moldes atuais feito de borracha, na medida em que aquelas seriam feitas de couro. Os dois modelos teriam sido utilizados pelos cangaceiros, mas o modelo mais encontrado seria o primeiro, que proporcionavam uma cobertura mais completa do pé com poucas frestas para evitar possíveis espinhos da caatinga. Frederico Pernambucano afirma que as alpercatas dos cangaceiros, em muitos momentos, tiveram de ser ainda mais reforçadas do que as normais, com menos frestas e mais rabichos presos à sola, com menos possibilidades de rompimento durante uma fuga em grandes extensões de macambira¹¹⁰, por exemplo. Nos casos em que as alpercatas se rompiam durante uma emergência, era difícil auxiliar quem ficasse para trás, já preso e, possivelmente, morto pelas tropas de volantes (MELLO, 2015, p. 98 – 99).

Outro acessório essencial no extremo dos sertões eram os jogos de bornais que, obrigatoriamente, todos os cangaceiros deveriam possuir. Estes itens, talvez melhor identificados por todos como uma bolsa de provimentos, eram usados para transportar tudo que

¹¹⁰ Planta típica da caatinga utilizada para a alimentação do gado depois de queimada, a *Bromelia Laciniosa* popularmente conhecida como macambira veio a ser uma das grandes dificuldades de quem se locomovia no sertão pela sua natureza espinhenta e pela sua concentração em um mesmo espaço. Frederico Pernambucano afirma que a planta poderia formar “tapetes” com espaços de três campos de futebol em área contínua (MELLO, 2015, p. 120).

seria necessário para sobreviver dias no sertão, e não apenas no que se refere à fome, como também um aparato médico básico para acudir feridos em combates inesperados. Eles eram usados cruzados nos ombros de cada um destes indivíduos, os bornais poderiam conter “[...] provimento de balas [suplementar ao das cartucheiras], alimentos [carne assada, farinha de mandioca e rapadura], remédios [de farmácia e do mato] e mudas de roupa” (MELLO, 2015, p. 143).

Além dos itens arrolados acima, era comum também, pelo menos no bando de Lampião, lápis e bloco, os instrumentos estes utilizados para solicitar dinheiros aos prefeitos sob ameaça de invadir a cidade. Curioso ainda é saber que em tempos de abonaça, até mesmo pó de café e bolo de milho se faziam presentes nestes “armários de nômade”. Como o restante das roupas, era comum também que estes bornais fossem individualizados e bordados aos gostos de cada um, com cores diversas, estampas de flores, com aspecto “carnavalesco” como já foi caracterizado (MELLO, 2015, p. 143).

Como é de se imaginar, todo este indumentário necessário à sobrevivência de semanas longe de qualquer fonte de reabastecimento poderia levar estes bornais a ficarem bastante pesados, quase insuportáveis de serem transportados, se levarmos em consideração o efeito que o clima teria em quem caminharia quilômetros no sol à deriva. No ano de 1929, Lampião teve seus apetrechos pesados em um armazém em Sergipe na cidade de Capela. O resultado foi o:

[...] “a balança acusou 29 kg, sem as armas e estando vazia a borracha”. Os bornais respondiam por mais de 80% dessa grandeza. E já que chegamos até aqui, devassemos o carregamento do cangaceiro, adicionado os 3, 15 kg do mosquetão; os 3 kg da borracha cheia; o quilo do parabelo e os 0,7 kg do punhal com bainha. Mas de 33 kg sem as miudezas. Não é pouco. Os manuais militares europeus limitam nos 22 kg o carregamento do infante na marcha, valendo para regiões de clima temperado. Que dizer do nosso ardente trópico semiárido... (MELLO, 2015, p. 144 - 145).

As informações supracitadas evidenciam a resistência que seria necessária para sobreviver ao meio. Trespasa o limite do aceitável, levado ao cabo a informação onde em climas mais amenos, soldados transportavam menos peso. Alocado no conjunto da indumentária e simbologia cangaceira, este seria mais um instrumento de legitimidade e autonomização como um fenômeno particular.

Por último, mas não menos importante, vale ressaltar a importância que o punhal exercia nessa modalidade de banditismo. Como se evidenciou até o momento, existia todo um conjunto místico de tradições seguidos pelos sertanejos como um todo e, em especial, aos cangaceiros. Da simbologia bordada nos chapéus, à crença nos agouros da própria natureza, é notável como o universo cangaceiro levado ao ápice pode ser entendido na exacerbação de sua cultura como

a proposta de um modo de ser, e suas atitudes diante à sua condição não permanecia sem fundamento, mesmo na adversidade. Nessa direção, seria incorreto pensar no controle que estes sujeitos tinham sobre a vida e a morte sendo feita de maneira desinteressada, principalmente se a “moral sertaneja” barrosiana fosse levada em consideração, e a morte ser a saída como via de mão única cujo cumprimento da ameaça é visto como um mecanismo de defesa por parte do ofendido. Em vista a ter uma solução honrosa no ceifar na vida de um desafeto ou inimigo diário, no caso específico do cangaceiro, a morte não poderia ser realizada de qualquer maneira. Esta era a utilidade basilar do punhal: instrumento longo e pontiagudo com a finalidade única de tirar a vida (MELLO, 2015, p. 124 – 125).

Ainda em relação ao uso do punhal, Frederico Pernambucano afirma:

Porque aqui, pela ausência de gume e, assim, da possibilidade de se adamar no emprego doméstico, se está falando da nobreza de arma destinada apenas às justas, na defesa ou no ataque, em apoio à espada, no passado mais remoto, ou como peça de luta, no cangaço, até ser quase morta essa função pelo advento da espingarda de repetição, salvando-se para o destino de executar o inimigo, no rito letal nordestino do sangramento, ou para o golpe de misericórdia sobre ferido, até sublimar-se cumulativamente em símbolo de status (MELLO, 2015, p. 125).

Inferese, a partir do exposto, que a honraria por trás da função ideal do punhal não lhe permitia, sequer, ser usada para cortar objetos na vida cotidiana, seu uso se destinava apenas a servir como instrumento de morte. Isso não significa que existiria um padrão ou modelo usado por todos. Mais uma vez, a singularidade e gostos de cada cangaceiro serão levados em consideração, cada um possuía uma adaga feita sob medida de seu agrado. Até mesmo as mulheres, que não tinham papel ativo nas lutas travadas dos cangaceiros, portavam punhais, com a diferença de serem menores do que a dos homens. Enquanto o punhal portado por Lampião possuía 83 cm, por exemplo, a que carregava Maria Bonita possuía 32 cm (MELLO, 2015, p. 127).

A junção de todos estes elementos nos mostram a potência criativa de apropriação de símbolos pelo cangaço e a maneira como o próprio fenômeno significa seus usos e costumes, possibilitando uma grande identificação com os valores que eles representam. É redundante afirmar, mesmo no século XXI, que o Nordeste veste as cores do cangaço, pois isto é estampado em várias frentes, tanto como fator identitário interior, quanto para enunciação exterior. Frederico Pernambucano é íntegro ao afirmar que a meia lua e a estrela são símbolos não apenas do cangaço, mas também se tornaram a bandeira de toda a região, pelos quais caminharam os cangaceiros ainda em vida.

Um símbolo com essa magnitude, portanto, tem força para abalar e atravessar a ditadura do fato, da realidade posta, e se enunciar como independente da realidade do qual emergiu para representar a singularidade de uma tradição. Em termos factíveis, o cangaço se tornou símbolo de resistência de um povo que se viu representado nacional e internacionalmente pelo exemplo de força e resiliência diante um contexto desfavorável, mesmo para o cangaço, e um dos principais empasses da região – a seca – teria força de indústria.

Por fim, o que Frederico Pernambucano nos mostra em *Guerreiros do Sol* é um fenômeno alocado em um tempo e espaço, herdeiro de uma tradição secular e reprodutor de costumes comuns ao sertanejo, que consegue visibilidade pelas suas ações na mesma medida em que unem os fragmentos da história de um povo presentes, inclusive em suas vestimentas e valores. As realizações de tais feitos descem no gargalo estreito de um Estado que passa a ser obrigado a combater estes agentes, detratores da lei, que não apenas vivem uma vida de crime mas gozam dela com opulência e requinte.

Nas palavras de Frederico Pernambucano:

Habitando um meio cinzento e pobre, o cangaceiro vestiu-se de cor e riqueza. Satisfez seu anseio de arte – a um tempo, de conforto místico – dando vazão aos motivos profundos do arcaico brasileiro. E viveu sem lei nem rei em nossos dias, depois de varar cinco séculos de história. Foi o último a fazê-lo com tanto orgulho. Com tanta cor. Com tanta festa. E com herança visual tão expressiva (MELLO, 2015, p. 194).

Assim, Frederico Pernambucano finaliza sua obra que se ocupou por buscar as singularidades das vestimentas do cangaço, tal como de seus símbolos congêneres que hoje encontram eco nas populares tradições nordestinas.

É correto afirmar, como um todo, que as contribuições principais do autor ao tema seguem um misto de reformulação dos aspectos sociológicos do cangaço, acrescentados pelo detalhamento cultural e expositivo dos modos de vida dos cangaceiros pela problematização de sua dimensão estética. Seria incorreto dizer, contudo, que suas reflexões não partem de base alguma, tanto suas opções metodológicas quanto seu interesse pelo tema.

Pensando nisso, na próxima seção investigaremos a natureza epistemológica das reflexões de Pernambucano de Mello, pensando em sua relação direta e nos reflexos em sua obra das contribuições de Gilberto Freyre e Ariano Suassuna.

3. O enlace do sertão e do canavial no cangaço como ponte

A ruptura do Nordeste canavieiro e do sertão pecuarista há muito se fez. Não apenas em seu vetor climatérico, e nem do desencontro de fronteiras, mas no sentido epistemológico, onde não se poderia pensar em uma unidade regional homogênea que se compreendesse estes dois campos, inicialmente geográficos, que assumiram no século XX uma dimensão epistemológica, na qual duas figuras icônicas da intelectualidade nordestina protagonizaram esse embate. Do Lado mais verde, molhado e agrário estava Gilberto Freyre, o saudosista dos engenhos pré-industriais, o intérprete cultural de um Brasil da beira, que pouco se importa em pensar as complicações existentes nas artérias desse mesmo país. Do outro lado tem-se Djacir Menezes, proprietário intelectual da obra *O outro Nordeste*, quem pensaria o agreste em detrimento ao canavial agrário mais abundante, com uma cultura distinta, mesmo estando um nas proximidades do outro.

Não podemos nos debruçar, demasiadamente, sobre as implicações dos embates das duas análises centradas acima, mas ela nos permite refletir sobre a metodologia empregada por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* (1933), de modo a identificá-la como uma antropologia cultural da vida social canavieira.¹¹¹ A utilização de uma terminologia que implique em reunir na mesma frase “metodologia cultural” e “vida social” pode gerar debates contundentes pela dualidade a que remete, mas a interpretação de Brasil que Freyre consagra em 1933 é digna de tal controversa.

Na tentativa de clarear parte destas questões, Jesse Souza (2000) nos mostra que a controversa é inerente a toda obra de Freyre. A maturidade intelectual do autor não se mostrou crescente com o passar dos anos, pelo contrário, suas obras mais afamadas, como *Casa Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936), *Nordeste* (1937) são publicadas na década de 1930, enquanto suas obras dos anos subsequentes não obtiveram tão grande prestígio como as já citadas.

Outras contradições são ainda mais profundas do que as primeiras. Souza (2000) mostra-nos que em suas primeiras obras, Freyre se mostrava mais receptivo, aberto, hipotético, não defendendo e nem definindo bem as teses que levanta, por outro lado, a sua maturidade após esse período inicial já é vista de outra maneira:

Efetivamente Gilberto Freyre conclui na sua obra madura. Conclui transformando algumas de suas brilhantes intuições de juventude acerca da especificidade e singularidade da formação social brasileira em uma ideologia nacionalista e luso-imperialista de duvidoso potencial democrático. O que antes adquiria a forma do questionar-se acerca das peculiaridades e transformações de uma cultura européia nos trópicos, transforma-se em

¹¹¹ Para entender mais sobre o perfil antropológico na obra de Gilberto Freyre, Cf. (SOUZA, 2006).

“tropicologia”, um conjunto de asserções de cientificidade duvidosa, carregadas de impressionismo, mas facilmente utilizáveis como uma ideologia unitária do “tropical e mestiço”. Uma ideologia do “apagamento das diferenças” (SOUZA, 2000, p. 70).

Além da adoção de um tom mais nebuloso e intransitivo a partir da década de 1960, Freyre ainda encara mais enfrentamentos por parte da intelectualidade pelo apoio à Ditadura Civil-Militar de 1964. Essa resistência a suas ideias não significa que elas não prezem mais de prestígio e nem que desde o início suas ideias foram conciliatórias.

Ao rememorar parte da crítica sobre sua obra magna, identifica-se uma lacuna grande que é exposta em sua interpretação do povo brasileiro pela malemolência com que é feita. O embate indígena contra o europeu, a resistência ardilosa dos africanos diante à escravidão, são ocultados pela ideia de uma colonização suave e consentida, com benefício e desejos mútuos, nas quais três raças se encontram com o consentimento de todas de uma hierarquia natural das etnias e, tampouco, o conceito de raça não assume caráter social, mas ainda assim sabemos que a população branca, europeia, está no cume desse processo¹¹². Este trecho de *Casa Grande & Senzala* exemplifica bem essa noção:

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura advéncia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado (FREYRE, 2003, p. 160).

O que nos chama a atenção para esta pesquisa, na prática, se liga a esta leitura realizada, inicialmente na década de 30, que não se trata de seus impactos sociais, mas a forma utilizada no processo de criação de Gilberto Freyre, a maneira com o que este se remete à sexualidade, à cozinha, às brincadeiras como constitutivas da natureza existencial no espaço canavial. A natureza da escrita do próprio autor acarreta em atestar a relevância, que atravessa a camada estética, penetra na epiderme, e possibilita uma leitura da formação do país. Esse mesmo projeto de escrita tão ímpar e característico de Freyre também é visível em Frederico Pernambucano de Mello, na própria formação e caracterização do universo cultural, material e imaterial do cangaço brasileiro.

Essa característica, herdada, chega a ser elogiada pelo próprio Gilberto Freyre quando ele prefacia *Guerreiros do Sol* no ano de 1985, afirmando que a obra, foi realizada com um

¹¹² Fernando Henrique Cardoso, na 48ª edição no ano de 2003, escreve um prefácio apontando as falhas e lacunas da obra de Freyre, mas ainda a identificando como um clássico possível, ao qual devemos retornar na construção de uma nova identidade para o país.

“complexo pluralismo metodológico” (FREYRE apud MELLO, 2013), ou seja, algo que veio de si mesmo.

A abertura metodológica para elementos antes não visitados vai ser uma das marcas da escrita de Frederico Pernambucano. Lembremos ainda que a leitura do cangaço, com contornos inéditos, que mais se aproxima da dele, é a de Gustavo Barroso, mas estes se separam em vários momentos, e um dos principais momentos seria a percepção sob os cangaceiros. Barroso identifica-os dentro de uma conjuntura cultural brasileira como marca secundária, em que o banditismo é a caracterização mais assertiva, enquanto Frederico Pernambucano leva às últimas consequências a manifestação da essência sertaneja no cangaceiro, e por este motivo sua figura é icônica e contraditória, ganha receptividade entre os sertanejos comuns. Essa visão plural, com uma metodologia abrangente, como pretendemos demonstrar, não é exclusivamente dele.

Na obra *Casa Grande & Senzala* não são incomuns os trechos e discussões que nos permitem identificar este mesmo “pluralismo metodológico” elogiado na obra de seu pupilo¹¹³, independentemente se o assunto fosse definir as contribuições da população negra, indígena ou branca na formação do povo brasileiro.

Sobre as contribuições dos povos ameríndios, Freyre busca retratar todo o processo de colonização, da chegada do europeu na América e das diferentes formas de recepção, visto que os nativos não lidaram com os povos estrangeiros apenas onde, hoje, chamamos de Brasil, mas em toda a extensão do território americano. Mais especificamente na costa brasileira, há de se considerar uma recepção “calorosa” de acordo com Gilberto Freyre, na qual existia uma entrega das indígenas sem muito esforço por parte do europeu, que gozando de um status divino, que, por vezes, conferia-lhes benfeitorias.

A sexualidade é o primeiro dos itens que integra o que consideramos o chamado “pluralismo metodológico”, só que em Freyre, e não em Frederico Pernambucano. A sexualidade que se inicia no contato primário da indígena e europeu – e nunca do homem nativo e da europeia – tem uma função social em um país recém colonizado, em que a mão de obra é escassa com a resistência indígena, e atividades como a “defesa da colônia contra espanhóis, contra tribos inimigas dos portugueses, contra corsários” ficaria a cargo principalmente dos mamelucos (FREYRE, 2003, p. 160).

Entende-se que, em grande medida, o sangue europeu possível nos trópicos deu-se, justamente, a partir desse contato mais íntimo entre os portugueses e as nativas, o que confere

¹¹³ Frederico Pernambucano já se referiu a Gilberto Freyre em vários momentos como mestre, além de ter trabalho com o mesmo de 1972 a 1987, o que torna comum a “titulação” que o mesmo lhe atribui.

as mulheres um papel mais acentuado no processo de colonização. Esse cruzamento não foi entendido por Freyre como ato simplório, cujo o simples desejo das mulheres e o “libido acentuado europeu”¹¹⁴ seria o fator explicativo para o processo que aumentou gradativamente a proporção de sangue europeu na América do Sul. Nesse mesmo processo, envolve-se uma cultura indígena desenvolvida pré-invasão, ainda sem a presença dos europeus, na qual os indígenas já possuíam uma cultura que não tinha a monogamia como lei. Era comum, como comenta Freyre, o ato de oferecer a mulher ao visitante como presente de boas-vindas. Portanto, não se poderia afirmar que o predomínio da poligamia entre os nativos não existisse antes do século XVI. A cultura poligâmica ainda seria regada com um elemento trazido pelo europeu de sua experiência com os povos mouros, e a herança moçárabe quanto a relacionamentos também tendiam à poligamia, desde que o homem conseguisse sustentar as mulheres em seu encargo (FREYRE, 2003, p. 159 – 162).

Todos estes traços culturais de ambas as etnias providas de sua experiência social longe do contato direto pré-colonização, ajudam-nos a entender a base argumentativa de Freyre que extrapola o leviano ao afirmar uma junção ligeira e sem sentido do nativo com o europeu, o que também não significa que esta seja a interpretação mais correta na leitura deste mesmo processo, já que ambas as partes não projetavam a expansão do povoamento mestiço numa terra recém invadida. Essa análise da obra Freyriana apenas nos oferece mais lucidez da maneira como este autor articula a explicação de mecanismos culturais em seus escritos.

Se as mulheres acabaram adquirindo preponderância nas contribuições no processo de colonização – mesmo que não fosse esse o almejado -, aos homens ficaria incumbido não mais o domínio das matas, conquistas dos sertões, o papel de guia, canoeiro, guerreiro, caçador e pescador (FREYRE, 2003, p. 161).

Por mais que se pense grande a respeito de tudo que o homem fizera, este ainda dividiria espaço com o mameluco, que não poderia ser considerado apenas nativo, já que tinha sangue europeu. O que ficara mesmo para a posteridade sobre a cultura indígena seria a contribuição feminina para além do povoamento do território. Portanto, afóra da função social por esta exercida, poderíamos apontar também um conjunto de práticas que ficaram de herança cultural para o povo brasileiro, sacralizando as contribuições da mulher nativa como patrimônio imaterial.

Nas palavras do próprio Freyre:

¹¹⁴ Freyre afirma que na comparação dos três povos – europeus, indígenas e africanos – os europeus é quem eram os mais libidinosos, propensos sexualmente.

À mulher gentia temos que considera-la não só a base física da família brasileira, aquela em que se apoiou, robustecendo-se e multiplicando-se, a energia de reduzido número de povoadores europeus, mas valioso elemento de cultura, pelo menos material, na formação brasileira. Por seu intermédio enriqueceu-se a vida no Brasil, como adiante veremos, de uma série de alimentos ainda hoje em uso, de drogas e remédios caseiros, de tradições ligadas ao desenvolvimento da criança, de um conjunto de utensílios de cozinha, de processos de higiene tropical – inclusive o banho frequente ou pelo menos diário, que tanto deve ter escandalizado o europeu no século XVI (FREYRE, 2003, 162).

Neste trecho percebemos a dimensão da importância atribuída pelo autor à “mulher gentia”. Como já destacado, as contribuições indígenas masculinas são diminutas se comparados às mulheres, e ainda nem lhes confere preponderância quando o assunto versa sobre práticas rotineiras herdadas durante todo o processo de construção da sociedade brasileira. Curioso é que há pouca problematização acerca da especificidade da mulher indígena nos escritos de Freyre. O autor realiza um processo antropológico quando racionaliza a conquista portuguesa, principalmente pelas relações criadas nos séculos XVI e XVII entre os nativos e os invasores, mas não subdivide esta mesma relação particularizando o laço efetivo das mulheres com os portugueses e com a própria comunidade tribal. Todo papel feminino e sua contribuição “consentida” não ganha contornos mais claros no decorrer de sua obra, tanto é que o banho, comum aos nativos tropicais como um todo, é elencado como contribuição das mulheres, como demonstrado no trecho acima.

Mesmo com ressalvas ao monopólio explicativo de Freyre, também podemos considerar o banho como outro dos elementos antes desconsiderados e agora ganha notoriedade numa explicação maior de Brasil, pois seria a prova maior de contribuição efetiva e vigente dos indígenas à sociedade que se formara, já que nos trópicos, o hábito de tomar banho todos os dias não é meramente uma questão preferencial, é sim um hábito de higiene.

Na sequência, as contribuições lusitanas neste imbricamento cultural também são dotadas de complexidade. De acordo com Gilberto Freyre, os portugueses não se distinguiam apenas dos povos ameríndios e africanos, mas possuíam divergências fundamentais mesmo se comparados a outros colonizadores, como aos espanhóis ou ingleses. Os portugueses seriam, em tese, os mais brandos e dispostos a uma colonização mais pacífica dentre os três citados. Tais afirmações são pautadas nas relações coloniais estabelecidas pelos portugueses se comparadas aos espanhóis e ingleses, muito mais rígidos e circunspectos no trato com os colonizados. Para Freyre, a maior amabilidade dos portugueses se deve à influência da religião no país (FREYRE, 2003, p. 272).

A ordem jesuítica, presente no Brasil no início da colonização é bastante reconhecida pelo papel de cristianizar os nativos, naturalizando exemplos dessa natureza não violenta dos portugueses se comparado aos outros colonizadores do continente. Tanto é que Freyre ressalta os embates dos jesuítas com os senhores de engenho no que tange à escravização dos povos indígenas, com uma participação efetiva dos primeiros na luta em prol da proibição da escravidão. Em uma comparação imediata com o trato aos nativos na América espanhola e inglesa, o contraste se torna mais nítido pela violência com que eram empregados. Esse argumento reforça o pluralismo metodológico que apontamos na obra de Freyre, na medida em que a religião assume preponderância e dota a colonização de características especiais, possibilitando, assim, a formação de uma nação agregadora, sutil.

O aspecto agregador ainda estaria presente na formação do Estado Português, e não seria específico da experiência colonial brasileira e seu contato sem contornos com os nativos locais.

Handelmann faz do colonizador português do Brasil quase um xenófobo por natureza. Mas os antecedentes portugueses contradizem essa suposta xenofobia; nega-a a história do direito lusitano – nesse ponto dos mais liberais da Europa. [...] O Direito português iniciou-se, não sufocando e abafando as minorias étnicas dentro do reino - os mouros e os judeus - suas tradições e costumes, mas, reconhecendo-lhes a faculdade de se regerem por seu direito próprio e até permitindo-lhes magistrados à parte, como mais tarde no Brasil colonial, com relação aos ingleses protestantes (FREYRE, 2003, p. 273 – 274).

No trecho acima, o autor evidencia o quanto a história portuguesa estaria repleta de contatos diretos de povos de outras etnias mesmo em seu território. Uma destas experiências portuguesas de agregação teria reflexos diretos na escravidão do Brasil. De acordo com o autor, a escravidão do negro só se efetivou, na medida em que foi utilizada no Nordeste canavieiro em primeira estância no início da colonização, pela influência obtida na experiência portuguesa de submissão dos povos moçárabes pelos cristãos. A escravidão em terras brasileiras não se caracterizou pelo seu aspecto patriarcal, agrário e poligâmico sem nenhuma base, pelo contrário, todos estes elementos estavam presentes no DNA português, de forma que a base societária construída pelo país dependeu em grande medida destes fatores (FREYRE, 2003).

Sobre o “DNA” português, Gilberto Freyre ainda trabalha mais diretamente com a ideia de miscigenação estando em um lugar comum a eles, e o contato com os nativos no Brasil e os africanos não causou nenhuma comoção inédita. O autor relata que na história portuguesa, além de mouros, judeus e povos de origens nórdicas se misturaram, e essa relação criou uma burguesia, plebe e aristocracia difusa, etnicamente irreconhecível (FREYRE, 2003).

Outra vez, o aspecto maleável da colonização portuguesa vem à tona, e as relações que a nação lusitana traça, ao longo de sua história deixam marcas nítidas no processo. Isso é tão claro para Freyre que se não fossem as riquezas minerais do Brasil, é possível afirmar que em toda a história os próprios europeus aceitaram bem seus conterrâneos do velho continente aqui, na sua colônia, salvo exceções, como no caso holandês (FREYRE, 2003).

Todo esse contexto de aceitação e convivência com a miscigenação no próprio país, junta-se ao contato aborígine com o africano realizado antes mesmo da conquista da América, o que não aumentaria apenas o repertório cultural português, mas social, e fatores elencados nessa conjuntura explicam a vanguarda que recebe o povo lusitano na conquista efetiva do Brasil. O que Freyre evidencia é que, não bastasse apenas a colonização para que os rumos do país como conhecemos ganhasse os contornos que hoje possuem, necessitaria de ser pelas mãos portuguesas. Os espanhóis, inflexíveis quanto à assimilação, hirtos no processo de expansão, possivelmente não obteriam sucesso no cultivo da cana tanto quanto houve, ou possivelmente nem se ocupassem dessa atividade. A própria efetividade, tal como o aprimoramento da cultura das oliveiras foi herança cultural dos mouros aos portugueses (FREYRE, 2003).

A estrutura que se inicia, à frente, idealizada pelos portugueses e com a “parceria” indígena, caracteriza o início do processo de colonização. A tríade basilar se formaria com a contribuição do último que foi inserido na colônia, o africano. Serem os últimos na ordem de inserção não signifique que sua contribuição – sempre entendendo contribuição aos moldes Freyrianos, pela lógica do não-conflito – seja diminuta, e nem sua chegada tardia. Freyre afirma que mesmo se forem hierarquizadas, as contribuições dos negros são maiores que as dos indígenas e superiores até aos portugueses em vários aspectos.

Em relação aos indígenas, o primeiro aspecto de superioridade do negro seria o da adaptação ao trabalho implantado na colônia, nos canaviais. Nesse sentido, o autor não faz uma discussão aprofundada acerca da modalidade de resistência do nativo brasileiro, nem das possibilidades de fuga destes que estariam, em tese, em um local conhecido. Mesmo a defesa realizada pelos jesuítas seria ignorada, pelo autor. O que ele coloca como elemento principal é a resistência física ao trabalho ao qual o indígena não tinha resistência, e o africano, biologicamente, seria mais propenso a este aspecto porque transpirava por todos os poros, no corpo todo, além de já estarem mais familiarizados com a agricultura (FREYRE, 2003).

Sobre essa contribuição, Freyre (2003) acrescenta:

E não só da formação agrária. Eschwege salienta que a mineração do ferro no Brasil foi aprendida dos africanos. E Max Schmidt destaca dois aspectos da colonização africana que deixam entrever superioridade técnica do negro

sobre o indígena e até sobre o branco: o trabalho de metais e a criação de gado (FREYRE, 2003, p. 391).

Com relação ao uso dos escravos, ao longo da história do Brasil, percebe-se que os acréscimos adquiridos pela vivência negra foi muito mais do que se supõe, já que diferente de como se imagina, estes não apenas obedeciam a comandos, mas também possuíam repertório que nos permitem atestar sobre contribuições significativas até na maneira como foram concebidas as principais atividades econômicas que se utilizam da mão de obra escravizada. No início, eles foram utilizados largamente nas extensões dos canaviais, substituindo à princípio o trabalho que se tentava fazer com mão de obra indígena. Posteriormente, no século XVIII, houve um remanejamento de grande parte dos escravizados que aportavam e do contingente que aqui já residia para a região de Minas Gerais no trato com os minerais, em especial, o ouro. A última utilização concentrada de escravizados na história econômica do Brasil seria outra vez para o plantio, mas dessa vez de café, no século XIX, com concentração no Sudeste. Este “percurso” percorrido pela escravidão, no país, permite-nos pensar em uma genealogia do trabalho escravo que seria utilizado para fins que já eram comuns aos africanos na concepção de Freyre, isso sem considerar no trato com o gado, que não mobilizou uma quantidade substancial de escravizados, mas foi durante muito tempo a única possibilidade da parcela mais agreste do sertão, posto que o terreno e o nível pluviométrico não possibilitavam o plantio (FREYRE, 2003).

Apesar de grande parte desse trabalho forçoso supracitado ser realizado por homens, há de se considerar, outra vez, a participação da mulher africana, como no caso indígena. O homem africano participou mais efetivamente na construção do país, mesmo na sua acepção literal, mas a africana, a mulher responsável por trabalhar mais diretamente com as crianças brancas, participou ativamente na educação da casa-grande, por prepararem os cardápios diários, iniciarem a vida sexual de muitos garotos fazendo deles “homens” pela primeira vez. Esse contato primário seria um dos argumentos utilizados pelo autor para explicar voluptuosidade da miscigenação, porque o contato, desde a infância com a negra, como ama-de-leite e toda uma vivência dentro da casa grande, seria o suficiente por despertar grande desejo do homem branco pela mulher de cor. Freyre reserva, aliás, um papel bem diminuto à mulher branca no Brasil. O contato do homem branco com a indígena, em especial nos primeiros decênios da colonização e, posteriormente, com a mulher negra, constantemente cuidando da casa e em contato frequente com seus donos. Sem querer entrar na discussão que envolve a promiscuidade nessa relação, com um grande número de doenças transmitidas pelo sexo, largamente abusado

pelo homem branco com a mulher de cor, Gilberto Freyre alude, em uma passagem, no tamanho desejo que sentia o primeiro pela segunda:

Conhecem-se casos no Brasil não só de predileção mas de exclusivismo: homens brancos que só gozam com negra. De rapaz de importante família rural de Pernambuco conta a tradição que foi impossível aos pais promoverem-lhe o casamento com primas ou outras moças brancas de famílias igualmente ilustres. Só queria saber de molecas. Outro caso, referiu-nos Raoul Dunlop de um jovem de conhecida família escravocrata do Sul: este para excitar-se diante da noiva branca precisou, nas primeiras noites de casado, de levar para a alcova a camisa úmida de suor, impregnada de budum, da escrava negra sua amante. Casos de exclusivismo ou fixação. Mórbitos, portanto; mas através dos quais se sente a sombra do escravo negro sobre a vida sexual e de família do brasileiro (FREYRE, 2003, p. 368).

Toda essa narrativa, do contato íntimo, da colaboração dos africanos com aprimoramento dos métodos de trabalho, não poderia, é claro, ser condizente com a acepção de inferioridade rememorada por Nina Rodrigues e os teóricos eugênicos no país, aliás, este é um dos aspectos contra os quais Freyre mais combate em sua obra.

Outros autores reforçam essa tendência¹¹⁵, da defesa de uma outra conclusão a respeito do condicionamento racial como chave explicativa do atraso da sociedade brasileira. Isso não significa que ele não caía em outros determinismos, principalmente quando a questão gira em torno de hierarquizar as etnias presentes na composição do país, tornando a suposição de uma igualdade racial que ele mesmo defendia um pouco balanceada, ou no mínimo, ambígua. Com o perigo de sobreposição, há uma dificuldade em admitir, em termos claros, a miscigenação como aspecto amplamente positivo. Ricardo Benzaquen Araújo (1994) nos ajuda a entender a dualidade apresentada por Freyre nos seguintes termos:

Mas como então pode ser conduzida, tendo como pano de fundo o quadro que acabamos de esboçar, a questão da preservação da noção de raça em *CGS (Casa Grande & Senzala)*? Se, por um lado, não podemos duvidar da efetiva utilização desta categoria por Gilberto, por outro, o significado preciso que ela vai adquirir no seu raciocínio ainda não parece estar completamente definido. [...] Gilberto, assim, opera com o conceito de raça, mas transmite a curiosa sensação de que não quer se comprometer com o seu sentido mais usual, deixando-nos diante de um dilema ou, pelo menos, obrigando a questão a permanecer em aberto. Acredito, porém, que este pequeno enigma possa começar a ser elucidado se introduzirmos na discussão uma terceira categoria, o *meio físico*, cuja importância na costura das teses apresentadas em *CGS* não pode de maneira alguma ser desprezada (ARAÚJO, 1994, p. 38).

O culturalismo de Freyre, com traços nítidos da influência de Boas e de Giddings,¹¹⁶ resgata precisamente os diálogos realizados acerca de uma confusão na ordem de

¹¹⁵ Cf. (SOUZA, 2000), (SOUZA, 2007), (ARAÚJO, 1994), (OLIVEIRA, 2019), (ZUCCOLOTTO, 2012).

¹¹⁶ Cf. (ARAÚJO, 1994).

desenvolvimento do cérebro humano, na qual seria incorreto afirmar que o negro, por ser negro, implicava em inferioridade. Num dado momento de *Casa Grande & Senzala*, o autor nos mostra até que na comparação de pesos de cérebros, argumento largamente utilizado para justificar a prática eugênica, demonstra que o cérebro chinês tem mais peso que o branco, o que implicaria na caracterização do oriental sobrepondo à raça branca em termos evolutivos. Essa mesma lógica serviria para criar, inclusive, uma hierarquia entre os próprios europeus, com diferenças significativas entre os países do continente em si (FREYRE, 2003).

Contudo, como foi demonstrado na reflexão de Araújo (1994), a confusão em Freyre se exprime pela seção neolamarckiana, na qual em vários momentos, o ambiente é de fundamental importância no nível evolutivo de cada raça, fazendo com que o autor não se faça entender com precisão, saindo de um empasse e adentrando a outro (ARAÚJO, 1994, p. 40 – 41).

A bandeira do culturalismo norte-americano, em Freyre, ainda embate em outra frente além do projeto anti-racial, ou de sua tentativa bastante complexa de resolver este imbróglio. Trata-se da ausência do cunho social na obra do autor que nos levaria à exclusão da leitura que dignifique uma luta contra a escravidão. Renato Ortiz (2013) entende que a maneira de explicar o Brasil aos olhos de Freyre implica em polarizar as relações sociais no país, como senhor e escravo, sobrados e mocambos, e em última estância, o apagamento das diferenças pela promoção da relação entre os desiguais, tornaria nublado a luta contra a desigualdade e seu reflexo no processo de colonização. “Tudo é parte de um mesmo conjunto, a identidade mestiça é uma síntese de todas essas polaridades” (ORTIZ, 2013, p. 628).

Todos os elementos apontados na obra de Freyre, até o momento, em especial em *Casa Grande & Senzala*, servem para ilustrar e alegorizar a relação estabelecida dele com Frederico Pernambucano, e a partir deste composto “pluralismo metodológico”, da negação racialidade do cangaço e também da contraposição do composto cultural pelo social, é possível ler a interpretação realizada sobre o cangaço no ano de 1985, no clássico *Guerreiros do Sol*, a partir de suas fronteiras.

Lembremos de algumas passagens de *Guerreiros do Sol*, analisada com mais profundidade na seção anterior, na qual é possível pensar, primeiramente, no pluralismo metodológico que Freyre elogia nessa obra. Primeiramente, é possível ressaltar o campo adverso a que se propõe Frederico Pernambucano, fora da zona de atuação comum a Gilberto Freyre a quem chama de ‘mestre’. Frederico Pernambucano escolhe, como temática central, o antagonismo clássico do Nordeste canavieiro: o sertão. Entretanto, a dualidade canavial/sertão, cultura agrícola/pecuária, é um fim em si mesmo quando pensamos na distância de perspectiva

destes dois autores. Apesar de abordarem temáticas díspares, a semelhança de compreensão social dos dois se assemelha bastante, principalmente metodologicamente, na acepção de minúcias da vida sertaneja, no caso de Frederico Pernambucano, que explicariam a vida cultural e o comportamento cultural na sociedade analisada.

Um exemplo claro dessa formação cultural sertaneja, como influente na construção identitária do homem sertanejo, está nas reflexões de Frederico Pernambucano sobre o dialeto empregado no sertão. Como o sertanejo não é conhecido como nada mais que um retrógrado por muitos, degenerado, o autor aponta como era comum ironizar sua moral religiosa e sua tendência ao fanatismo, sua estrutura familiar, política, economia, todas envoltas em uma grossa camada revestida pelo tempo de isolamento apreendidos por quem habitasse em um lugar estranho à população litorânea, ainda que dentro do mesmo país, só que mais a fundo. Naturalmente, quem não possuía contato direto com diversas tendências modernas não acompanhava seus avanços, e isso não vale apenas para o aprimoramento tecnológico, mas também para mudanças linguísticas.

[...] tantas vezes confundido por estudiosos apressados com o que seria falar errado, quando na verdade se está diante do “português do século XVI”, do falar clássico de Camões e Gil Vicente, segundo demonstraram os estudos de Mário Marroquim, de Virgílio de Lemos, ou ainda, Câmara Cascudo (MELLO, 2013, p. 46).

O autor ainda nos dá um exemplo prático, através de uma história, de como é que em algum momento, este (pré-)conceito fez parte da população em geral, diluído na naturalidade do dia a dia onde é comum se acreditar no desacerto de um termo que, normalmente, não se conhece, mas que é proferido por alguém de ruralizado, do interior:

Dá-nos disso uma história que se passou com ele próprio nos anos 30, e que nem por ter sabor de piada o privou de passar uma vergonha: “Há meses, uma velha negra quitandeira, ralhando com o neto glutão, informou-me que ele, começando a comer, não tinha *parança*”. Saindo rápido de sua presença, confessa ter ficado longo tempo “rindo da velha”. Mas ao voltar a Natal e após ter consultado por simples curiosidade o seu velho dicionário de Moraes, concluía encabulado: “Quem estava digno de risadas era eu. *Parança* é o ato de parar...” (MELLO, 2013, p. 46).

A ressalva que faz o autor ao dialeto serviria, não apenas para caracterizar a singularidade do sertanejo, mas também para entendê-lo como homem do interior, fruto de uma construção temporal, que envolvem diálogos e conflitos. Em outras palavras, tal como o litoral agrega conhecimento de todos os grupos nacionais e étnicos pertencentes à região, onde um misto não apenas de raças e de culturas se imbricam, o sertão não pode ser entendido de maneira

diferenciada. Nessa mesma direção, o cangaço não poderia ser considerado um fenômeno extraordinário, totalmente descaracterizado do ambiente em que germina.

Na entrevista já citada nessa pesquisa ao blog *Lampião Aceso* no ano de 2009, perguntado sobre o contexto histórico de surgimento do cangaço no Brasil, Frederico Pernambucano responde:

Diferentemente do que pensam muitos autores ilustres, que costumam datar do meado do século XIX o início da existência do cangaço no sertão — como se fosse um cometa surgido do infinito — o fenômeno é velho de cinco séculos. E não tem no sertão o seu berço. Há até quem crave um ano, tirado não se sabe de onde: 1870. O que o meado do Novecentos fez despontar, a partir do aumento da população do interior, foi a percepção daquela vida de aventuras pela opinião pública do litoral, na ocasião em que esta começava a cogitar sobre a presença de um lugar longínquo a que se dava o nome de sertão, onde, além da violência, havia a seca, como fenômeno natural recorrente, e uma poesia popular, cantada e escrita, que aliava à arte o sentido precioso da documentação dos fatos (MELLO, 2009).

Neste trecho da entrevista fica claro como o autor concebe o cangaço: não apenas com uma demanda social, como também cultural, o que só foi possível porque não é um fenômeno apartado de seu tempo, mas determinadamente fincado nele. Ainda neste trecho, é possível visualizar, mesmo que bem sinteticamente, a determinação plural do autor quando diz que, além da violência, este mesmo sertão teria a seca, a poesia popular, que tem importância atribuída pelo autor na ordem dos fatos, pois os poetas populares são responsáveis, na ausência de uma intelectualidade especializada, pelo registro dos fatos os quais se mostram como a única historiografia possível. São esses mesmos poetas populares responsáveis pela criação de uma imagem singular do cangaço que se estende, em certa medida, até os dias de hoje, dividindo espaço com as representações “eruditas” de estudiosos acadêmicos.

A consideração da seca como determinante, além disso, demonstra este apreço pela metodologia alargada que tanto insistimos em apontar na obra do autor, só que há de se considerar a influência metodológica de um lado e a influência temática de outro. Toda a comparação realizada com Freyre ainda se limita a como o cangaço é abordado, e não a que fatores são possíveis na vigência dele. A seca, como já demonstramos, é apontada por Barroso na segunda década do século XX. Entretanto, a tendência a não ressaltar os fatores sociais do cangaço, também pode ser considerado uma herança de Freyre.

Freyre é antagonizado, em grande medida, com autores que concebem uma interpretação da formação do povo brasileiro que priorizam seu aspecto social. Nesse sentido destacam-se pesquisadores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Renato Ortiz, dentre outros. O que há de comum nestes autores é a consideração social que existe em Freyre e faz

com que o Brasil possa ser pensado como um país que não possui conflitos sociais e raciais, principalmente pela facilidade com que o autor pinta desta relação em *Casa Grande & Senzala*. Ainda assim, a base freyriana é articulada com essa lógica com tamanha lucidez, e os conflitos sociais/raciais não conseguiriam explicar, em tese, as vicissitudes do povo brasileiro, por isso o apelo à antropologia cultural, o que explica suas referências na figura de Boas e Giddings¹¹⁷.

Essa influência chega a Frederico Pernambucano, cuja vertente explicativa dos conflitos nordestinos pouca alcança o nível social, como é feito pela vertente interpretativa marxista, a qual não apresenta nenhum diálogo em sua obra. Mesmo no prefácio, a primeira edição de *Guerreiros do Sol*, Gilberto Freyre deixa claro os limites estabelecidos entre o que é proposto pela explicação cultural do Brasil em relação ao outro extremo:

Daí o ânimo de lutar com obstáculos à sua perspectiva de aprofundar-se em tal estudo. O que fez recorrendo mais a difícil e também complexo pluralismo metodológico que a um método ortodoxamente único como o histórico-social. Sua abordagem vai além da socialmente histórica: inclui, por vezes, a antropossocial, e não raro, a socioecológica: a tocada de alguma perspectiva ecológica do coletivo que considera (MELLO, 2013, p. 09).

Apesar da centralidade do foco em nossa análise comparativa enfatizar, em Freyre, o monumento que se erige com *Casa Grande & Senzala*, é possível pensar nos aspectos que ele aponta acima em suas considerações sobre o livro de Frederico Pernambucano em outras de suas obras, como *Sobrados e Mucambos* e *Nordeste*.

Em *Nordeste*, como é o caso mais improvável, toda a obra é pensada a partir da ecologia do Nordeste litorâneo/ Massapê canavieiro, na qual as únicas interações sociais presentes no texto são mediadas pela relação em torno da ecologia da região. O mesmo pressuposto digno de nota elogiado por ele mesmo pode ser notado com clareza na fortuna crítica que dele se depreende. Isso não significa que, em alguma medida, os créditos oferecidos à produção de Frederico Pernambucano não sejam dignos desse esforço, pelo contrário, a consequente monumentalização de *Guerreiros do Sol* com a sacralidade que viria a se tornar uma obra, incontornável, quando se pensa na sociologia da região, torna-se atestado de tais elogios.

Por fim, basta reconhecer como tal influência, largamente explorada pôde se concretizar, mais empiricamente, no último capítulo de *Guerreiros do Sol*, por meio do estudo do cangaceirismo no verde, das manifestações deste movimento social essencialmente sertanejo, implicando em uma conotação mais etimológica da terminologia “sertão”, nos quais os rincões do Brasil seriam os protagonistas. Frederico Pernambucano faz o movimento inverso no fim de sua obra, concatenando o sertão e o massapê, aos quais pode se atribuir até mesmo

¹¹⁷ Para entender melhor acerca do perfil antropológico e suas referências, Cf. (OLIVEIRA, 2019).

uma carga simbólica pelo respeito atribuído ao berço do seu nome e da tradição familiar que carrega, quando se pensa em um fenômeno localizado no “cinzento” – como ele mesmo chama – e o transporta a um lugar comum, ou pelo menos comum a Gilberto Freyre, Evaldo Cabral de Mello e João Cabral de Melo, comprovadamente pela zona de interesses gerais na qual se localizam suas pesquisas.

Se houver, de alguma forma, a negação de pressupostos familiares à sua formação ou integração familiar, pode-se dizer que o estudo do cangaço no verde também possui suas demandas próprias, históricas, que transcendem o óbvio em uma leitura literal da realidade nordestina, que ofusca a possibilidade de banditismos organizados em uma região onde o drama ecológico não impera sob a categoria “seca”. Há de se refletir, no mínimo, nos imperativos que cancelam as possibilidades de existência de um *modus operandi*.

A primeira tentativa de fazer valer uma varredura na busca por evidências de banditismo na zona canavieira no capítulo VIII *Cangaço no verde e no cinzento: sagas dos coronéis sem terra*, inicia-se com pressupostos já perscrutados nessa pesquisa, ainda em Gustavo Barroso, quando se almeja a ambientação de modalidades similares de banditismos em localidades diversas, pluralizando o cangaço sob o codinome de banditismo, quadrilheiros. Nessa direção, Frederico Pernambucano afirma:

Já dissemos acima que o cangaço-meio de vida, como modalidade criminal, apresenta parentesco com manifestações surgidas em várias partes do mundo. Respeitados os aspectos circunstanciais ligados às peculiaridades de cada região ou país, certas ocorrências, como banditismo das zonas áridas do México e da Espanha, por exemplo, enquadram-se essencialmente no conceito do nosso cangaço profissional (MELLO, 2013, p. 345).

Esse cenário se torna necessário quando se pensa na singularidade do cangaço como faz Frederico Pernambucano, principalmente quando o cangaço se apresenta como fruto de uma história interiorizada, tangerina, ligada ao modo de vida pecuário, contrário ao que se passava na zona da mata onde a agricultura era uma atividade possível. Logo, só é possível pensar nas manifestações de modalidades singulares de banditismo, ou mesmo de ecos do próprio cangaço em outras regiões, quando se pensa em toda a ambientação que cada espaço oferece. É com essa premissa que Frederico Pernambucano atesta: “Também em regiões férteis, ou apenas relativamente mais férteis que o semiárido do Nordeste do Brasil, o banditismo teve lugar” (MELLO, 2013, p. 345).

Alguns exemplos de cangaceiros atuantes na zona da mata são elencados pelo autor: Antônio Bernardo e Luís Davi, André Tripa, Pedro Brasilino, Manuel Marinho – Vulgo Cocada –, Antônio Felix – Vulgo Tempestade –, Firmo José de Lima – Vulgo Rio Preto –, João de

Arruda Cordeiro – Vulgo João de Banda. Os mais famosos atuantes, fora do sertão, foram Lucas da Feira, o Cabeleira e Antônio Silvino (MELLO, 2013, p. 346).

A presença do cangaço nesse “novo lugar”, até então, não garantiria as mesmas proporções oferecidas na região natural deles como demonstrado nos nomes já citados, mas extremamente reduzidos se comparados a todo histórico do fenômeno no sertão, até por que o cangaço-meio de vida, como o próprio autor caracteriza, perpassa por necessidades primárias de sobrevivência, o que não resume todo o processo, mas auxilia no aumento exponencial na transição do nível endêmico ao epidêmico. Isso ficou claro no mapeamento realizado pelo autor nas obras que ofereciam dados sobre as secas na região semiárida a partir do século XVI. Como a agricultura, atividade basilar na região analisada, é a principal fonte de empregos e sustento de todos e não a pecuária, já se infere que o fluxo de chuvas na região da mata, mais próxima ao litoral, é bem maior e provoca menos miséria que normalmente a seca produz. Fora que a periodicidade da agricultura demanda mais mão de obra humana, o que diminui a carência de ocupação de mais pessoas diminuindo consequentemente as pessoas ociosas e necessitadas que poderiam adotar este estilo de vida criminal, o que também não significa que inexistiu, principalmente se nos atentarmos para o caso de Antônio Silvino, nome mais famoso dentre os já citados, que viveria sob o “escudo ético” e fora dos sertões, adentrando no cangaço por intermédio de um imbróglio mal resolvido pela morte do pai e ali permanecendo durante largo período de tempo, porém não buscava, com veemência empreender, a vingança que o levara até ali e gozando de tal estilo de vida.

A vivência de Antônio Silvino, tal como de outros cangaceiros supracitados, não nos permite supervalorizar o papel da seca como produtora de miserabilidade a um nível em que extinguindo-a, inexistiriam conflitos dessa natureza. Seria cair em chavões e reducionismos que não são presentes na fortuna escrita de Frederico Pernambucano. Basta afirmar que a ausência da “causa” sintetizada na figura da seca não seria a única a impedir a vida errante dos foras da lei, mesmo por que o cangaço-meio de vida não é a única possibilidade ou chave interpretativa do cangaço proposto por pelo autor. Em grande medida, talvez não ocupando um espaço tão grande quanto este já posto, mas ainda sim muito relevante, teríamos o cangaço como vingança, em que protagonizam extraviados das lutas de famílias populares não apenas no sertão, como também na localidade que ora analisamos.

Fenômeno universal, as lutas de família não estariam ausentes do verde. A de Honoratos e Barros, nos idos de 1908 na fronteira sul de Pernambuco e boa parte do Estado de Alagoas, é bom exemplo. Ou a de Buarques e Mendonças, no Porto Calvo da última década do século XIX. [...] O sedentarismo de inspiração agrícola do verde a tudo condicionava. E em seus campos a disputa

familiar veio a ter muito mais o aspecto de guerra de posições. Engenho atacado de lá, contra engenho atacado de cá. A casa-grande, sede do feudo, erichada em praças d'armas na melhor tradição guerreira de uma Europa também agricolamente sedentária em seus hábitos e costumes. Do que se diz, há exemplo típico à mão. Disputa dura, prolongada, ferida no bojo da questão mais larga de Buarques contra Mendonças, nos dez anos derradeiros do século XIX (MELLO, 2013, p. 373).

Sem adentrar nos feitos específicos de algum cangaceiro ou nos frutos malignos da disputa familiar na zona canavieira, há de se dizer que houve, de fato, um transplante ou mais concretamente uma mudança de foco na finalização da obra *Guerreiros do Sol* no que tange à ambientação de onde o cangaço seria possível. Como nos mostra o trecho citado, Frederico Pernambucano evidencia todas as possibilidades de atuação no cangaço também fora dos sertões, em parte com diálogos à universalização da modalidade de banditismo e por outra, na caracterização da sociedade que se formou em torno dos engenhos, familiarizados com uma cultura distinta da que era cultivada no sertão, mas partilhando de alguns preceitos em comum, como a disputa por terras e mesmo a tradição da honraria sertaneja. O evento que leva à morte de João Pessoa, na capital da Pernambuco, em de 1930, faz-nos entender que a tradição da desforra, da cobrança à honra perdida, faz-se com tiros, mesmo na capital, ambiente detentor do progresso e da civilidade. Oliveira (2015), narra o episódio desse assassinato da seguinte maneira: “O encontro foi marcado pela voz trêmula e cheia de ódio do homicida desonrado, que dizia repetidamente enquanto efetuava os tiros a queima roupa: “João Pessoa, eu sou o João Dantas” (OLIVEIRA, 2015).

Esse episódio que ainda levaria consigo, meses depois, ao assassinato de João Dantas no presídio em Recife e, posteriormente, a João Suassuna, no Rio de Janeiro, pode ser visto como um reflexo da cultura política de embate entre famílias no Nordeste ligado ao que a historiografia especializada chama de “república velha”, toda ela herdeira a maneira de fazer política na região, algo que extrapola fronteiras pré-estabelecidas entre o sertão e o litoral.

Diante desse quadro, é possível dizer que a possibilidade do cangaço e de fragmentos dessa modalidade de banditismo é intrínseca não apenas ao cariri, ou ao polígono das secas, mas está presente em grande parte de toda a região nordestina. O Sucesso da ambientação do cangaço no verde não demonstra, apenas, uma especialidade técnica do autor que desenha essa configuração, mas também é a reafirmação do ponto de encontro entre o que e onde normalmente se procurava o cangaço – o sertão, a caracterização pecuária, a seca e isolamento – com uma zona de conforto específica de Frederico Pernambucano, a zona da mata comumente explorada pelos seus pares.

Na entrevista concedida ao Jô Soares do lançamento de *Estrelas de Couro*, Frederico Pernambucano afirma que para não ficar na sombra de Gilberto Freyre ele escolheu aspectos de conflito na formação social do Brasil. Em outra entrevista concedida ao blog Lampião Aceso, afirmara que Gilberto Freyre não gostava do sertão. Diante desse quadro, pensa-se que o retorno ao nordeste canavieiro, mesmo na seara conflitiva e não extra conflitos como aborda Freyre, pode ser uma homenagem, ou no mínimo serviria de lembrete a si mesmo e a quem auxiliara na sua formação, para reafirmar um compromisso tácito que tivesse uma unidade num dado objeto, neste caso, o massapê.

Há de se considerar ainda outras influências relevantes na obra de Frederico Pernambucano para além da extravagante presença de Freyre, dentro e fora do cangaço, como, por exemplo, a de Gustavo Barroso, Leandro Gomes de Barros, Euclides da Cunha. Para efeito da presente pesquisa, vale destacar um outro nome que merece referência nesse processo e que até o presente momento fora pouco explorado, o de Ariano Suassuna. Como observamos até o momento, grande parte das abordagens metodológicas e teóricas em *Guerreiros do Sol* se pautam na influência de Freyre, e quando se refere à proporção, nenhum outro nome tem a mesma estatura ou demanda de tanto prestígio. Contudo, essa influência não abrange o campo temático. Como já ressaltamos, o sertão não é o espaço predileto de Freyre; logo, algum outro nome pode ter servido de base para a definição dos contornos do sertão como espaço inteligível, singular, com características que merecem destaque para além do próprio fenômeno do cangaço. Aqui, insere-se Ariano Suassuna.

Como já foi observado, o cangaço, enquanto fenômeno na obra de Frederico Pernambucano, deixa de ser tratado como produto fora de seu tempo e passa a ser localizado, datado e explorado como produto/fruto da sociedade em que germina. Assim, a relevância cultural e social do sertão cria as possibilidades necessárias para o advento do fenômeno, e é nesse sentido que a zona sertaneja ganha destaque. Pensando nisso, qual seria o “Sertão” abordado na obra do autor?

Essa é uma questão relevante na medida em que se abordam os limites de atuação do cangaço profissional não apenas conhecido pelas fronteiras que estabelece, mas também pela inteligibilidade com que é integrado, pensado e gerido politicamente. Esta é uma zona espinhosa e que demandaria tempo e fôlego específicos para ser pensado individualmente, contudo, sem nos alongarmos em algo que não é o foco no momento, é possível afirmar que o “Sertão” nordestino e o Nordeste, em uma perspectiva macro, é fruto de uma invenção, política e cultural, que criaram uma imagem específica para a região por intermédio de ações políticas

e pela própria arte, ao longo de todo o século XX. Essa é uma leitura contemporânea, na qual Durval Muniz Lins de Albuquerque protagoniza a vanguarda do processo com sua tese *A invenção do Nordeste e outras artes*, transformados em livro em 1999. O que segue desta tradição – que havia remanescentes ao longo do século XX mas nada tão aprofundado – é a reflexão sobre a possibilidade de se entender o sertão como uma invenção e a partir disso pensar em quais são os agentes protagonistas nessa esteira.

Um nome dentre todos não escapa a referência quando a problematização é o sertão: Euclides da Cunha. Em *Guerreiros do Sol*, por exemplo, é possível identificar alguns momentos da obra que demonstram que a leitura da realidade nordestina perpassa pela imagem pintada por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, como no trecho:

No momento em que concluímos esta parte do estudo da violência no ciclo do gado nordestino, não podemos fugir a reflexão de que mesmo em seus aspectos mais trágicos, essa violência apresenta sempre mudanças de uma nobreza viril, tão característica do homem da região, em geral, e do sertanejo, em particular (MELLO, 2013, p. 103)

Mais à frente o autor continua:

Não há motivo de desdouro para nenhum povo pela presença de traços de uma violência ativa na história de sua formação. Os espanhóis chegam mesmo a cultivar certos aspectos cruentíssimos de sua cultura. Que não se vá a tanto – dizemos nós – mas que se reconheça sempre nos elementos de violência que pontilham a crônica do ciclo do gado setentrional o que neles houve de mais expressivo para a formação de um patrimônio admirável: a saga de um povo forte (MELLO, 2013, p. 103).

As passagens acima denotam referência à maneira como desenha Euclides da Cunha o homem sertanejo como um forte e renitente em sua própria terra (CUNHA, 2019). O emprego da valentia em comparação a um caráter violento típico do cangaço não é específico de Frederico Pernambucano, pelo contrário, este é um contraste empregado largamente em toda a historiografia do cangaço, com ressalvas, é claro, dos determinismos intrínsecos à leitura de Euclides que são afastados de uma leitura mais madura do cangaço após os anos de 1960, já com a tradição marxista no cangaço que se ocupa em negar as interpretações anteriores com essa premissa como, por exemplo, a de Gustavo Barroso até 1917.

Se é possível empregar uma leitura euclidiana em passagens como as citadas de *Guerreiros do Sol*, com o emprego do sertanejo envolto em uma aura de resistência, em outros momentos é possível ver este reflexo também no sertão de Suassuna, principalmente aquele que é pintado na obra *Romance da Pedra do reino e o sangue do príncipe do vai-e-volta*, de 1971.

A obra pode ser considerada, sumariamente, como um romance em que várias histórias imbricam e se enredam na trama principal e se ligam, de alguma forma, à vida do protagonista

Pedro Dinis Quaderna, bisneto de João Ferreira-Quaderna, representando João Ferreira, o personagem que teve o nome gravado na história por comandar o massacre ocorrido no evento sebastianista conhecido como Reino Encantado, de 1836 a 1838, ocorrido no sertão de Pernambuco¹¹⁸.

Todo o romance tem como premissa as desventuras de “Dom” Pedro Dinis Quaderna, título por ele mesmo atribuído pelo tratamento de seu bisavô que teria sido o verdadeiro rei do sertão, digno de uma coroa nacional e empreendido na história do Brasil, apesar de todo o sangue derramado no evento do Reino Encantado. Ficção e realidade se misturam de forma a deixar o leitor confuso em vários momentos se de fato os eventos narrados aconteceram de fato ou fazem parte dos delírios do protagonista, que nega a legitimidade da coroa portuguesa quando chama Dom Pedro I e Dom Pedro II de impostores (SUASSUNA, 2013).

O que nos interessa, no entanto, são as cores e formas atribuídas ao sertão na obra, na qual encontramos a reconfiguração de um espaço pintado sob as querelas da pobreza, mas que em Suassuna encontramos um lugar diferente, embandeirado, dotado de realeza. Títulos de nobreza são distribuídos a todos os quais o narrador-personagem considera dignos na história do Brasil, como José de Alencar, que na obra recebe o tratamento durante todo o romance de Dom José de Alencar pela riqueza de suas obras. Nessa direção, Oliveira (2015) atesta:

O espaço que ele [autor] busca sagrar, catalogar e preservar é o sertão. O sertão que para ele tinha que ser escrito com “S” maiúsculo, para conotar grandeza, importância e o devido valor dado por ele a região. Assim, vamos percebendo que este sertão inventado/composto por Ariano é mais que um espaço geográfico dado e estável, o sertão é um espaço fabricado discursivamente, operado por ele e por outros autores, compositores, artistas e poetas que descreveram a região (OLIVEIRA, 2015, p. 99).

A licença-poética concedida pela literatura permite ao autor criar e recriar todo o ambiente em que se passa a trama, e com essa premissa é possível pensar e ler o mundo aos olhos do escritor que preza de uma liberdade diante da realidade que posta, apresentada, com plenas possibilidades de ressignificação. O amadurecimento dessa ideia pode vir de uma análise simplória de representações deste Nordeste sertanejo comparando pontos de vista de escritores não tão equidistantes, como, por exemplo, o sertão de Lins do Rego em *Cangaceiros* (1953), de Graciliano Ramos *Vidas Secas* (1938) e o de Ariano Suassuna em *Romance da Pedra do reino e o sangue do príncipe do vai-e-volta* (1971).

¹¹⁸ O evento em questão é apenas um dos exemplos de manifestações sebastianistas no Nordeste brasileiro. Esse episódio ainda ficaria conhecido pelo caráter sangrento pelas formas de manifestação de fé ao sagrado, onde seriam necessários sacrifícios humanos para a “grande graça” pregado pelo líder religioso.

Apesar de todas essas obras serem de um só gênero literário, é difícil pensar que retratam alguma similaridade, contudo, a configuração espacial de todas três se passa no sertão, mas em um sertão que de maneira alguma tem a mesma influência em seus agentes. Fabiano, em *Vidas Secas* (1938), é atormentado a todo instante pela dureza e as dificuldades que o próprio meio lhe impõe. A dificuldade que o atravessa enquanto sujeito tem perfil mesológico. Já o sertão de Lins do Rego, também localizado mais ao interior do que ao litoral, não tem problema com a terra ou seca, mas lida com um problema social, numa sociedade atormentada por cangaceiros. Sociedade, aqui entendida como círculo social apresentado na obra, na qual todos, de uma maneira ou de outra, já possuíram ou possuem vínculo com os mesmos. No romance de Suassuna, nenhuma das questões anteriores estão presentes, nem dificuldades com a escassez de recursos nem mesmo com cangaceiros, pois o enredo apresenta problemáticas próprias, intrínsecas a eventos históricos específicos, como a relação com a descendência dos “Reis” do Reino Encantado e também com o envolvimento na Revolta de Princesa em 1930.

Toda essa distância narrativa se deve a fatores bem claros: primeiramente o fato de o sertão nordestino não ser um território homogêneo e amorfo, com singularidades díspares dentro de si mesmo. E depois, pelas escolhas narrativas de cada autor, a chamada licença poética, ser única, independente dos conflitos que cada lugar possa vir a ter. A ficção não tem compromisso direto com a realidade, mesmo que a represente de alguma maneira, não é seu dever fazê-lo, podendo extraviar a qualquer momento, como faz o próprio Suassuna quando pensa no parentesco de seu protagonista, Pedro Dinis Quaderna, com o João Ferreira, personagem real do Reino Encantado.

Diante desse quadro, é possível pensar no Sertão de Suassuna, com “S” maiúsculo, como sustenta Oliveira (2015), como um lugar particular, onde não habitam apenas suas criações, mas arquétipos de pessoas as quais ele viveu em sua estada em Taperoá, que já fora seu lar e é também a residência dos personagens de seu romance.

Alguns pesquisadores da obra de Ariano, e mais especificamente do *Romance da Pedra do Reino*, a exemplo de Martins (2011) e Oliveira (2015), atestam que o arquétipo de Quaderna seria um alter ego do próprio autor, e que a magia empregada em torno do protagonista e da família da qual ele é oriundo, refere-se ao passado político da família de Ariano, a exemplo de seu pai que fora governador da Paraíba entre 1924-1928¹¹⁹. Estes traços são identificados,

¹¹⁹ Como o tempo e o recorte temático não nos permitem aprofundar nessa questão, para mais informações a respeito dos rastros percorridos pelo autor e do contexto de produção da obra (1958 – 1970), ver Martins (2011), Oliveira (2015), De Paula (2016).

inclusive, por Rachel de Queiroz, no ato de escrita do prefácio do *Romance da Pedra do Reino* em 1971:

Lembre-mo-nos de que Suassuna olha para esse mundo com a visão do exilado, ainda na adolescência arrancado ao seu sertão natal; por isso sempre o descreve muito belo e mágico; por isso tem recuo suficiente para descobrir o mistério onde os da terra naturalmente só vem o cotidiano (SUASSUNA, 2013).

Uma outra leitura possível, que não exclui a anterior, mas concatena outra série de questões, é a maneira como o sertão, no *Romance da Pedra do Reino*, adquire características próprias de uma realeza independente, a qual possui seus próprios conflitos, seus reis, suas aventuras, de forma a não deixar a desejar a nenhuma história ou formação de país estrangeiro – europeu. A possibilidade dessa leitura permitirá, em última estância, a elevação do cangaço na obra de Frederico Pernambucano a um outro nível, em que pode ser considerado o verdadeiro épico brasileiro. Apesar de toda a herança de sangue e tragédia que evoca a saga do cangaço – não muito diferente do que se lembra quando vem à memória o Reino Encantado no sertão de Pernambuco –, a associação de fenômenos dessa natureza dignifica a memória sobre dado lugar porque a compõe de elementos “cavaleirescos” que antes era reservado apenas ao passado da Europa. Suassuna (2013) deixa claro composições desta natureza em alguns trechos como:

Iniciava-se, portanto, o Quarto Império que, como já disse, durou somente um dia, mas teve a vantagem de revelar ao Brasil quem foi seu verdadeiro e real Dom Pedro I, o nosso, e não aquele Português debochado da Casa de Bragança [...] Chegamos, então, ao trecho mais epopeico, bandeirado e cavalariano da história da Pedra do Reino. Digo isso porque é agora que aparecem os Cavaleiros sertanejos, comandados pelo Capitão-Mor Manuel Pereira, Senhor do Pajeú, todos galopando em cavalos, armados de espadas reluzentes e arcabuzes tauxiados de prata, na sua expedição punitiva contra os Reis castanhos e Profetas da Pedra do Reino. Fazendo pacientes pesquisas, descobri que, naquele dia, a Guarda de Honra do Comandante Manuel Pereira era composta de trinta e seis Cavaleiros, entre os quais se destacavam seus nove irmãos, Antônio, Simplício, João, Francisco, Vitorino, Joaquim, Sebastião, Cipriano e Alexandre. Isso mostra que ele era três vezes mais importante do que Carlos Magno, porque tinha três vezes Doze Pares da França. Era um inimigo implacável da minha casa: **mas ressalto essa grandeza dele por patriotismo sertanejo e para provar também, logo de entrada, a superioridade do Sertão sobre aquele Reinozinho besta, estrangeirado e mixuruca que é a França** (SUASSUNA, 2013).

No trecho supracitado, percebemos as nuances do diálogo estabelecido entre o narrador-personagem e o leitor: no qual o primeiro almeja convencer o espectador de uma aura que rescinde do sertão, não apenas semelhante ao que se imaginava do passado europeu, mas até maior. A prova disso é a concatenação dessa ideia relacionada a Carlos Magno e aos Doze Pares da França. Na literatura especializada do cangaço, e mesmo a de cordéis, é fácil encontrar

referência aos Doze Pares da França como nobre cavalheiros espelhados em modelos ideais, que encontrariam seus representantes no cangaço¹²⁰. O que Suassuna faz é pensar no próprio modelo ideal, mesmo que este tenha traços do colonizador, com acréscimo da experiência sertaneja que os tornaram ainda mais vistosos aos olhos do próprio sertanejo. Essa não seria a única passagem a lembrar um país estrangeiro de uma maneira quase detratora ou indigna diante da magnitude do “Sertão” que ele mesmo articula:

[...] até na estatística criminal o nosso país revela-se mesquinho. O delito mais comum é justamente o mais frívolo e estúpido: o furto de cavalos. ” A gente lê uma coisa dessas e fica até desanimado, julgando ser impossível a um Brasileiro ultrapassar Homero e outros conceituados gênios estrangeiros! A sorte é que, na mesma hora, o Doutor Samuel nos lembra que a conquista da América Latina “foi uma Epopeia”. Vemos que somos muito maiores do que a Grécia – aquela porquêirinha de terra! – e aí descansamos o pobre coração, amargurado pelas injustiças, mas também incendiado de esperanças! (SUASSUNA, 2013).

Novamente vemos em Suassuna uma quebra do monopólio narrativo sobre histórias consagradas que também acontecem por intermédio da desarticulação da história grega, não a desmerecendo, mas demonstrando que se mesmo a Grécia, com seu tamanho diminuto se comparado ao Brasil, pode ter escritores tão afamados como Homero, o Brasil do tamanho que é, o potencial nacional seria incalculável ou, pelo menos, permitiria-lhe nutrir esperanças.

É com esta mesma aura que adentramos o território pertencente a Frederico Pernambucano na imagem que o autor articula do cangaço que já possui uma carga simbólica exponencial sob a figura de Gilberto Freyre. O que faltaria a Pernambucano de Mello seria justamente a receita utilizada por Suassuna na caracterização deste “Sertão”, o ingrediente que tornaria o cangaço um fenômeno dual, dado que ele não seria meteórico, ou passageiro sem precedente porque identificamos na gênese do movimento a mesma cultura sertaneja alimentada desde o início da colonização no contato da cultura ameríndia, portuguesa e africana. Em contraponto a integração do cangaço como elemento pertencente ao lugar em que emerge, surge a necessidade de se pensar em que momento ele se especifica na contramão de movimentos sociais, dado que ele não teria consciência de classe, nem mesmo seria um banditismo comum, comprovadamente pela adoração de um grande número de pessoas a figuras como Lampião. A definição primária de cangaço vai exigir uma nova roupagem, na visão de Frederico Pernambucano, pela possibilidade de pensá-lo em seus próprios termos.

¹²⁰ Normalmente encontra-se referências cavaleirescas na descrição de episódios que envolvem Jesuíno Brilhante, pela trajetória de seriedade e honradez do mesmo, mesmo na vida do cangaço.

Alguns trechos na bibliografia de Frederico Pernambucano denotam bem essa ideia: “Tradição rural de resistência popular armada, contínua no tempo – dada a sucessão praticamente ininterrupta de grupos e de protagonistas – e metarracial, eis o cangaço para os que gostam de se prender a conceitos” (MELLO, 2015, p. 22).

Neste trecho vemos o cangaço se romper conforme é conhecido por várias frentes. Primeiramente, em relação ao tempo. Diferentemente de como descreveram todos os estudiosos do cangaço antes de Frederico Pernambucano, o cangaço não teria seu germe no século XIX, mas no início da colonização, através de grupos armados que poderiam ser caracterizados nos termos em que o autor define: “Tradição rural de resistência popular armada [...]”. O que viria a surgir no século XIX seria muito mais uma nomeação dessa tradição rural de resistência, que se dilui em tempos de maiores abonaças e aumenta em períodos de escassez.

Nessa direção, a terminologia empregada – a qual a historiografia não sabe exatamente quem empregou e nem crava quanto à data – tem caráter emancipatório. Antes, esse banditismo rural não teria recebido estudos mais aprofundados a seu respeito justamente pela característica esporádica que à acompanha. O problema, nesse caso, foi a limitação que a própria terminologia atribuiu ao cangaço; a ressonância do perfil de bandidos que atuava no século XIX causou um entrave para o reconhecimento de bandos que teriam atuado nos séculos anteriores, dando assim uma aparência “meteórica” ao cangaço, ainda que ninguém soubesse ao certo as raízes da tradição, ainda assim, firmava seu início em um dado momento.

Outro item de caráter emancipatório, melhor discernido na seção 2 do capítulo 3 dessa pesquisa, é a relação estabelecida de Frederico Pernambucano e Ariano Suassuna, quanto às vestimentas.

A valorização da roupagem do cangaço aqui vai extrapolar o sentido que já lhe atribuímos quando pensamos em seu papel emancipador. A maneira como ela é articulada por Frederico Pernambucano no livro *Estrelas de Couro* revela-nos uma faceta desta “tradição rural armada” repleta de cores como nunca antes foi vista, quebrando o paradigma de simplicidade por ser um movimento que se passa no sertão, isolado de quaisquer formas de “civilidade”. Uma expressão cultural própria surge dos cangaceiros, e se mistura a influência do lugar ao qual pertencem, com gibão e alpercatas de couro, mas que nas mãos do autor ganham um toque do épico, de mágico, com símbolos bordados repletos de significados e que se distinguem, em todos os sentidos, dos tangerinos e almocreves comuns, vaqueiros e de outras formas profissionais do sertão. Isso causa um grande espanto, já que em tese, grupos de bandoleiros

teriam de ser discretos para passar despercebidos, o que era impossível quando se trata dos cangaceiros, principalmente no cangaço lampiônico¹²¹.

O cangaço foi pródigo em expressões visuais. Desde as íntimas, de consumo suntuário, a exemplo dos monogramas elaborados de que se serviram documentadamente Antonio Silvino e Lampião, chefes de maior nomeada na gesta imortalizadora – o segundo chegando a possuir dois destes, um para tecido, outro para joias – até a exterioridade, a um tempo ornamental e defensiva que vimos estudando (MELLO, 2015, p. 193).

A representação da imagética cangaceira por Frederico Pernambucano faz com que aqueles indivíduos ganhem verdadeira aura de cavaleiros do couro – lembrando sempre que isso não muda que eles foram grupos armados e fora da lei –, aos moldes sertanejos, aos quais podem ser comparados, sem o menor prejuízo, aos cavaleiros medievais. De maneira mais festiva, o autor termina por descrever esse aspecto do cangaço da seguinte maneira:

Habitando um meio cinzento e pobre, o cangaceiro vestiu-se de cor e riqueza. Satisfaz seu anseio de arte – a um tempo, de conforto místico – dando vazão aos motivos profundos do arcaico brasileiro. E viveu sem lei nem rei em nossos dias, depois de varar cinco séculos de história. Foi o último a fazê-lo com tanto orgulho. Com tanta cor. Com tanta festa. E com herança visual tão expressiva (MELLO, 2015, p. 194).

É importante ressaltar que além de exaltar o perfil estético ou a “herança visual” do cangaço, há uma crítica explícita do autor ao desinteresse ou uma espécie de generalização das artes visuais do cangaço, que seriam, os mais qualificados a esse respeito. No caso de Portinari, por exemplo, que fez uma exposição sobre os cangaceiros na década de 1950 e retratou todos uniformemente, sem distinções entre os cangaceiros, o que seria impreciso de acordo com o que nos mostra Frederico Pernambucano em *Estrelas de Couro*, os enfeites de cada cangaceiro eram únicos. Das vestimentas dos onze cangaceiros do grupo de Lampião mortos em Angicos em 28 de julho de 1938, nenhum chapéu recolhido era igual entre si. Cada um possuía bordados próprios, incrustações de moedas e símbolos únicos. Portanto, a lembrança de uma especificidade do cangaço vem até mesmo em forma de protesto:

Curioso que essas cores, esse luxo, essa variedade individual no plano estético não fosse captada pelos grandes pintores brasileiros contemporâneos da fase áurea do cangaço, nos anos 20 e 30, a exemplo de um Portinari, como dissemos no segundo capítulo, mas também – e ainda mais nos surpreende – de um Vicente do Rêgo Monteiro, de um Santa Rosa ou de um Lula Cardoso Ayres, por serem da terra (MELLO, 2015, p. 184).

Ter ciência da luta empreendida por Frederico Pernambucano é necessária para que seja melhor esclarecida a possível semelhança da visão deste com a de Ariano Suassuna justamente

¹²¹ Período compreendido entre o início da década de 1920 e que se estende a 1938, com base na atuação de Lampião, cangaceiro mais famoso do movimento.

a partir desta premissa estética. Quando pensamos no “Sertão” de Suassuna, salta aos olhos a poeticidade de todos os elementos da vida sertaneja, das tradições, vestimentas, hábitos, e tudo o mais que integra aquele modo de vida. Por seus escritos serem de natureza ficcionais e sua abordagem dita “pós-moderna”¹²² da literatura, na qual se entrelaçam personagens reais e enredos fictícios, pensa-se logo que todo aquele ambiente que circula em sua trama é inexistente, o que de fato não é. Toda “pompa” e glamour percebidos ao longo do texto quando o assunto é a descrição do dia a dia no sertão ganha ares de mítico a partir da maneira como o próprio autor os descreve, transformando elementos rotineiros, simples, em elementos dotados de singularidade, que antes passavam despercebidos no entanto sob os olhos de Suassuna se tornam notáveis.

Um dos momentos do *Romance da Pedra do Reino* que nos auxiliam a entender esse processo de cristalização, através da poeticidade do cotidiano, é o diálogo estabelecido entre o protagonista – narrador-personagem – Pedro Dinis Quaderna e o Corregedor que o entrevista por intermédio de um inquérito:

- Sr. Quaderna, tenho observado que o senhor, de vez em quando, dá para falar difícil, o que perturba um pouco a clareza do depoimento!
- É uma questão de estilo, Sr. Corregedor, uma questão epopeica! (SUASSUNA, 2013).

A linguagem adotada por Pedro Dinis Quaderna na obra para caracterização tanto da história quanto da própria natureza local extrapola os limites da ficção se colocado em um contexto mais amplo por serem características da própria natureza do autor. Vale lembrar a tratativa de comparação na qual o Pedro Dinis Quaderna seria um alter ego do próprio autor, com semelhanças aparentes quanto à própria história. Suassuna chega a admitir as semelhanças entre ele e o personagem, tal como admite que alguns outros personagens que influenciam o protagonista foram inspirados em parentes próximos que o inspiraram diretamente também. Logo, essa leitura do autor teria seu aval, aumentando sua assertividade¹²³.

Por conseguinte, seria difícil negar similitudes entre a abordagem de Frederico Pernambucano e Ariano Suassuna, talvez mais distantes pelas áreas de conhecimento que cada um atua. No prefácio já citado escrito, por Suassuna à obra *Estrelas de Couro*, o autor quebra parte desse paradigma: “Ora: se todo prefaciador é de certo modo suspeito em seus elogios, devo confessar que, no meu caso, a suspeição aumenta ainda mais, pois vejo que eu e Frederico

¹²² Essa é a terminologia adotada para caracterizar a obra de Suassuna nas palavras de um dos seus maiores comentadores no Brasil, o Prof. Dr. Carlos Newton Jr., numa palestra proferida no I Simpósio Internacional Armorial de Ariano Suassuna, em dezembro de 2019.

¹²³ As declarações as quais nos referimos estão presentes na entrevista de Suassuna ao Roda Viva, realizada no ano de 2002.

Pernambucano concordamos em quase tudo o que diz respeito ao cangaço” (MELLO, 2015, p. 15).

Não bastasse tal afirmativa para atestar o que propomos acima, mais à frente Suassuna conclui:

De maneira que, se tivessem sido outras as minhas inclinações no campo das Letras; se o destino e a vida tivessem me direcionado, em algum momento, não para a Beleza da Literatura, mas para a Verdade das ciências – da História, da Sociologia ou da Antropologia; se a enigmática roda da Fortuna tivesse me lançado em outro palco que não o do Picadeiro-de-Circo onde exerço, até hoje, ainda animoso e cheio de esperanças, as minhas artes de Palhaço frustrado, de Cantador sem repentes e de Professor; não seria outro, senão este *Estrelas de couro*, de Frederico Pernambucano de Mello, o livro que eu gostaria de ter escrito (MELLO, 2015, p. 15).

Esse arremate do próprio Suassuna clarifica a visão aqui empregada sobre a influência na obra de Frederico Pernambucano, de modo a estabelecermos a garantia de pelo menos duas bases para o que este pesquisador do cangaço viria a empreender em suas interpretações. De um lado Gilberto Freyre, com toda sua carga cultural abrangente e a potência metodológica atribuída à obra de seu pupilo de forma a lhe oferecer instrumentos de análise que visam à completude visionária de dada temática. Do outro, Ariano Suassuna e a caracterização de um “Sertão” bordado à mão, na descrição de detalhes poéticos da vivência sertaneja e que se materializou em uma visão ímpar sobre o lado mais áspero do Nordeste.

[...] ao sertanejo do Nordeste brasileiro – região de muito sol, como que masculinizante – ter faltado maior convívio com a água: uma água com que feminilizante – ter faltado maior convívio com a água: uma água como que feminilizante. Feminilizante da própria culinária, nos sertões, tão masculinamente ascética. E feminilizante, também, através, de uma frequência de banho de rio, de ação, além de higiênica, recreativa, esportiva, refrescante e capaz, como há quem suponha ser o caso entre gentes árabes, de atuar psicologicamente sobre impulsos bravios, atenuando-os e até adoçando-os (MELLO, 2013, p. 11).

Este trecho se refere ao prefácio escrito em *Guerreiros do Sol* por Gilberto Freyre, outra vez estabelecendo uma dualidade sadia na obra de Frederico Pernambucano em relação ao Suassuna, cada um prefaciando uma de suas principais obras. Essa dualidade, da maneira como foi colocada, pode mesmo soar com rivalidade entre as duas figuras, algo ainda bastante presente na historiografia ao qual Frederico Pernambucano chega a delatar certa vez: “Gilberto Freyre não gostava do Sertão. Algumas vezes nos abordou com a ciumeira: “Você anda conversando muito com Ariano Suassuna!” (MELLO, 2009). Se a zona de interesses de ambos os distanciam e se o posicionamento político em dado momento da segunda metade do século XX reforça essa tendência, fato é que o cangaço, pelo menos da maneira como o descreve e

interpreta Frederico Pernambucano, pode ser uma zona segura para ambos, onde os dois possuem espaço. O cangaço ou a interpretação dele teria mais essa funcionalidade: a criação e sustento de pontes, entre Freyre e Suassuna como alegoricamente entre o sertão e o litoral.

Contudo, mesmo diante da magnitude dos pilares que sustentam a interpretação de Frederico Pernambucano como dois dos maiores escritores da história do país e que se destacam na historiografia pela interpretação sobre a formação do país, seria impreciso dizer que isso seria suficiente para que este escritor do cangaço se destacasse dentro de uma historiografia especializada, com uma interpretação que ressoe e repercuta na mesma. Nesse interim, colocaremos à prova suas formulações, a fim de entender em que medida é possível pensá-lo como matriz interpretativa da historiografia do cangaço diante das produções atuais sobre a temática.

4. Última parada: renovação de uma matriz cultural do cangaço?

O caminho trilhado até aqui esboça a grandeza da historiografia que ora perscrutamos, tanto pela dimensão, quanto pela profundidade. O passo final de toda caminhada teria de passar, pela possibilidade de se consagrar a matriz interpretativa que no momento nos garante, que sombreia as demais com todas as possibilidades de análise, com uma nova ideia de uma temática dada, mas nunca batida, pelas implicações sociais e ideológicas que ela consegue evocar, mesmo com a distância temporal de seu término enquanto fato histórico e o momento em que realizamos essa pesquisa.

Nessa direção, Frederico Pernambucano goza de algumas vantagens em relação a outros autores, que antes dele analisaram o cangaço, e também desvantagens se comparado a esse mesmo agrupamento.

Uma das vantagens aparentes é a manifestação de uma crítica que possui uma base fundamentada de análise anterior que o permite ter uma lucidez maior, não incorrendo em erros já cometidos. Ao longo deste capítulo, demonstramos algumas semelhanças de leitura com o autor da primeira matriz interpretativa do cangaço aludido nessa pesquisa (Gustavo Barroso), como a pluralidade causal, em que são considerados a ecologia, a tradição sertaneja, a possibilidade de abandono de um sertão isolado, dentre outros fatores que acionam certa semelhança entre as duas interpretações, mas em nenhum momento fica claro que Frederico Pernambucano cai nas mesmas armadilhas interpretativas como o seu precedente.

O exemplo mais óbvio seria o fator étnico que, em algum momento de sua análise, Barroso crê na veracidade da influência genética na atuação bandoleira. Frederico Pernambucano percorre um caminho inverso do que teria feito Barroso, pensando em um evento social que pudesse ser caracterizado como “metarracial”, onde não só negros e mestiços fossem predominantes, mas também uma diversidade étnica que desatualiza o argumento de Barroso que já havia se desatualizado na década de 1960 pela matriz interpretativa faconiana. Logo, é possível afirmar que há o resgate de uma lógica vigente no começo do século com os primeiros passos na leitura do cangaço ainda em Gustavo Barroso, mas com o descrédito de sua contribuição pela desconsideração de itens como o fator étnico.

Essa semelhança entre a obra de Gustavo Barroso e Frederico Pernambucano de Mello ainda seria percebida por outros autores, como na pesquisa de Sarmiento (2019), na qual tanto Barroso quanto Frederico Pernambucano aludiriam ao cangaço por meio de “determinismos” como o isolamento sertanejo. Sem entrar no mérito de pensar no caráter positivo ou negativo do que propõe Sarmiento (2019), é importante ressaltar que a similaridade, mesmo que em uma pesquisa com objetivos diferentes, solidifica a relação impessoal, de possibilidades referenciais entre ambos os autores. Isso implicaria também em uma maior sobriedade ao relacionar os dois pesquisadores do cangaço na mesma tradição historiográfica.

Visto isso, seria possível afirmar que apenas uma atualização do pensamento de Barroso seria o suficiente para uma nova mudança de direção dessa historiografia e, conseqüentemente, a definição de uma nova matriz interpretativa? Acreditamos que não.

Para que essa mudança se efetive, são necessárias novas questões, novas formulações teóricas sobre o fenômeno, o que de fato é realizado por Frederico Pernambucano. Resta-nos observar quais delas são absorvidas e aceitas pela historiografia após o lançamento de *Guerreiros do Sol* em 1985 e de *Estrelas de Couro* em 2010. É importante ressaltar que alguns aspectos das duas obras serão referenciados mais diretamente, enquanto outros de maneira mais subjetiva, algo análogo ao diálogo com as obras acima elencadas.

A primeira delas e a mais básica e objetiva é a definição das modalidades de cangaceiros mais atuantes no cangaço. Frederico Pernambucano as divide em três categorias: Cangaço-meio de vida, Cangaço de vingança e Cangaço-refúgio¹²⁴. Como o próprio autor afirma, é possível vermos vestígios dessa definição, antes desacertada, na historiografia anterior a ele, o que demonstra mais uma vantagem de ter certa bagagem historiográfica que outros não detiveram.

¹²⁴ Uma melhor definição destas questões foi apresentada na seção 2, do capítulo 3.

Com base no que já havia sentido e acusado de forma não sistemática por autores como Câmara Cascudo, Irineu Pinheiro, Coriolano de Medeiros, Gustavo Barroso, Ariano Suassuna e, principalmente Xavier de Oliveira, foi possível isolar, dentro do quadro geral do cangaço nordestino, formas básicas perfeitamente caracterizadas, com traços peculiares inconfundíveis, capazes de atribuir colorido próprio exclusivo e fácil distinção entre si. Os que conhecem, ainda que superficialmente a história do nosso banditismo rural sabem que a existência criminal desenvolvida por Lampião, por exemplo, não pode ou, ao menos, não deve ser confundida com aquela levada a efeito por um sinal Sinhô Pereira ou um Jesuíno Brilhante (MELLO, 2013, p. 88).

Com efeito, percebe-se que a elaboração refinada da modalidade acima aferida pelo autor perpassa por nuances analíticas próprias da historiografia que vieram antes dele. O que deve ser ressaltado nessa leitura é a objetividade que ela concatena e a facilidade de se entender, na prática, as diferentes modalidades pensadas no cangaço e, assim, um entendimento mais preciso da temática. Para além dos contornos iniciais e da nomenclatura, essa definição foi ao âmago de cada modalidade, demonstrando certa fluidez na caracterização individual de cada cangaceiro, como aos que adentraram o movimento por vingança, mas fizeram do cangaço sua profissão e assemelham-se mais ao Cangaço-meio de vida, com características próprias, como um maior tempo de permanência no cangaço, um maior histórico de furtos, e um percurso maior percorrido nos estados nordestinos, evitando, como nos mostra alguns relatos, o encontro com os sujeitos jurados de vingança a priori (MELLO, 2013).

Sobre a recepção dessa categorização pela historiografia especializada, encontramos vários registros. Na dissertação *Representação Feminina no Cangaço: práticas e representações (1930-1940)*, Ana Paula Saraiva de Freitas afirma:

Mello divide o cangaço em três categorias: “*Cangaço-Vingança, Cangaço-Refúgio e Cangaço-meio-de-vida*”. No primeiro caso, o que motiva o sertanejo é o desejo de vingar uma ofensa sofrida (estupros, espancamentos ou assassinatos de pessoas da família; enfim, qualquer ação que resulte na necessidade de vingar a honra e fazer justiça), este parece ter sido o caso de parcela significativa de cangaceiros. A segunda tipologia *Cangaço-Refúgio* refere-se ao caso de homens que buscavam neste meio de vida uma proteção, pois eram criminosos que tinham suas ações descobertas pela polícia, vingadores fugitivos. Enfim, homens que tinham alguma pendência com a justiça ou com famílias poderosas. No último caso, o cangaço se configura num meio de vida, ou seja, numa profissão geradora de considerável lucro (FREITAS, 2005, p. 27).

Essa primeira referência é realizada de maneira direta no tópico destinado a tratar questões mais gerais a respeito do fenômeno, na qual a autora encontra “porto seguro” na definição tipológica defendida por Frederico Pernambucano e reproduz essa acepção sem acréscimos aparentes, com toda a carga presente ainda em *Guerreiros do Sol*. Essa aceitação e reprodução da teoria é instrumentalizada mesmo a autora não se ocupando em pensar a

sociologia do cangaço. Percebemos no título de sua dissertação que reside em um ponto muito específico do fenômeno, mas a tendência historiográfica contemporânea de realizar um “estado da arte” do próprio tema leva a autora a não escapar das definições restritas à própria classificação do cangaço como um todo, não se limitando, assim, a dissertar sobre seu recorte. Esse será um dos fatores condicionantes da matriz de Frederico Pernambucano, pois a necessidade de se realizar um “estado da arte” sobre a temática, mesmo com um recorte específico, leva muitos autores a dialogarem com acepções sociológicas e conceituais do tema, aumentando a possibilidade de diálogo com suas obras, e aqui, a objetividade das definições: Cangaço-meio de vida, Cangaço de vingança e Cangaço-refúgio se tornam o encaixe adequado a um maior discernimento para um público mais amplo.

A tendência historiográfica contemporânea defendida acima, pode ser melhor comprovada com a concatenação de outros autores que também estabelecem a ponte entre o específico (recorte) e o geral (apresentação sociológica da temática). Na dissertação *Antonio Silvino* “De governador do sertão a Governador da Detenção”, Junior (2010) vemos um caso parecido com o anterior:

Na defesa de o cangaço se tornar forma de sobrevivência, no livro *Guerreiros do Sol*, o historiador Frederico Pernambucano de Mello avalia o cangaço como fenômeno social, que apresentou três tipos de origem: o *Cangaço-meio de vida*, no qual viver de saques, subornos e uso da violência era uma forma de sustento, *Cangaço vingança* - menos freqüente cujo objetivo era vingar desonras e mortes de parentes, e por fim *O Cangaço refúgio* - em que muitos sertanejos entravam para buscar subsistência e refúgio das perseguições das volantes, por terem cometido alguma infração (JUNIOR, 2010, p. 27).

Junior (2010) apresenta-nos sua pesquisa com uma proposta de pesquisa num recorte específico, longe de ser um trabalho que concatena categorias sociológicas do tema, mas que necessita, pelo “estado da arte”, de fazer uma relação com o que já fora produzido de relevante e o que é proposto, de novo, nessa pesquisa. Outra situação semelhante, encontramos na dissertação *Sentidos e memória: a experiência do cangaço*, em Paulo Afonso (BA) de Isabela Mouradian Amatucci (2019):

A especificidade do cangaço de Lampião é dada tanto pelo tempo em que o cangaceiro permaneceu em armas como pela multiplicação de seus alvos. Outros chefes de bando, como Antonio Silvino e Sinhô Pereira, também dedicaram suas vidas às andanças pelos sertões, às vendetas, mas a forma pela qual Lampião empregava suas armas acabou por se diferenciar de seus predecessores, ainda pela qual a razão que entrou no cangaço tenha sido a mesma. Frederico Pernambucano de Mello define o cangaço de Lampião com ‘cangaço-meio de vida’, ou seja, como uma profissão, empreendendo um verdadeiro negócio, rentável para si bem como aqueles que o cercavam - coiteiros, outros cangaceiros e volantes. Cangaceiros como Jesuíno Brilhante e Sinhô Pereira são entendidos como expoentes do ‘cangaço-vingança, por

terem adentrado a vida das armas com o intuito de vingar-se da morte de um dos seus. A vingança, como motivação para uma vida errante, era tida pelos sertanejos como uma razão legítima (AMATUCCI, 2019, p. 36).

E também na dissertação *Cangaceiros e Devotos: religiosidade no movimento do cangaço* (Nordeste brasileiro, 1900 – 1940) de Eraldo Ribeiro Tavares (2013):

O que se pode concluir é pela pertinência da assertiva sugerida por Frederico Pernambucano de Mello, em *Guerreiros do Sol* (2005, p. 88-89). Conhecedor da complexidade que envolve uma definição acerca do cangaço, afirma, categoricamente, que houve cangaços dentro do cangaço [...] Assim, pode-se classificá-lo em pelo menos três categorias: o cangaço-meio de vida, o cangaço de vingança e o cangaço refúgio, tal como as intitula no estudo citado (TAVARES, 2013, p. 18).

Todas as pesquisas elencadas acima têm dois aspectos em comum: são dissertações de mestrado e debatem um recorte específico dentro da temática do cangaço, variando de estudos de personalidades. Junior (2010), por exemplo, trabalha com um recorte voltado às nuances da vida de Antonio Silvino, enquanto Tavares (2013) busca a religiosidade como um todo nas raízes do fenômeno. Esses disparates, contudo, não levam os trabalhos a pontos muito distantes quando se trata da busca por definições mais simples e objetivas na apresentação da temática de uma perspectiva macro. O diálogo com o que se considera “bibliografia especializada” se torna obrigatório nesses casos, porque alguma resposta precisa ser dada para temas gerais. Isso não significa que a categoria criada por Frederico Pernambucano seja incontornável, já que vários outros autores, antes e depois dele, fizeram também um esforço de pesquisa e classificação, demonstrando a força de tais tipologias se postando quase como percurso obrigatório no caminho da especificidade.

Essa funcionalidade se mostra inclusive maleável entre várias áreas do conhecimento, mais especificamente, o que é pensado em *Guerreiros do Sol* diz respeito a categorias sociológicas do cangaço, contudo, são instrumentalizadas na área da história na maior parte das vezes. Todavia, não se limita a ela. Souza (2007) redige uma tese acerca das representações ficcionais do cangaço, alocado no campo das letras fora das ciências humanas nas quais, costumeiramente, as categorias de Frederico Pernambucano são instrumentalizadas. Nessa pesquisa, o autor perpassa pelo cangaço real na busca do ficcional, e quando o faz, atesta:

Mello diz que houve cangaços dentro do cangaço e a existência criminal de Lampião não é exatamente igual à de Sinhô Pereira ou Jesuíno Brilhante. Para o autor, diferem as motivações, os interesses e as aspirações. Por assim dizer, o cangaceirismo no Nordeste assumiu três formas básicas: o cangaço meio de vida, o cangaço de vingança e o cangaço refúgio” (SOUZA, 2007, p. 7).

Todos os diálogos apresentados até o momento dizem respeito diretamente sobre a pesquisas densas e todas alocadas no século XXI, porém, *Guerreiros do Sol* foi escrito ainda

na segunda metade do século XX. É possível questionar se a ponte entre estas categorias e as pesquisas com recortes específicos aconteceram até o final deste ou se durante algum tempo a obra de Frederico Pernambucano permaneceu adormecida ou reavivada algumas décadas depois. Nesse sentido, é possível atestar em uma referência mais imediata das questões ora tratadas em trechos como a relação bibliográfica realizada por Marianne L. Wiesebron em 1996:

Frederico Pernambucano de Mello, um dos estudiosos mais sérios do assunto, começou a publicar sobre cangaço em 1974 e elaborou suas idéias em *Guerreiros do Sol; o banditismo no Nordeste do Brasil*, de 1985. Mello definiu três tipos de cangaço, o cangaço de rapina ou cangaço-meio de vida, o cangaço de vingança e o cangaço-refúgio. A maioria entrava no cangaço porque precisava se vingar: no caso dos quatro mais famosos, Jesuino Brilhante, Sebastião Pereira, Antônio Silvino e Lampião, um parente próximo foi assassinado e o assassino não foi punido. No caso dos dois últimos, o pai foi morto. O cangaceiro da última categoria, o cangaço-refúgio, já se vingou mas precisa da proteção do grupo contra as autoridades. Um exemplo, neste caso, é Angelo Roque da Costa que assassinou o estuprador da sua irmã, mas teve depois de fugir das represálias de sua família poderosa. O cangaço de vingança e o cangaço-refúgio podem ser considerados como uma só categoria, o que Mello, aliás, modificou na sua segunda obra. Os grandes arquétipos do cangaço de vingança foram Jesuino Brilhante e Sebastião Pereira, para o cangaço-meio de vida os exemplos são Antônio Silvino e Lampião. Foram vingadores que permaneceram no cangaço porque o trabalho ainda estava inacabado (WIESEBRON, 1996, p. 433).

As várias facetas da pesquisa histórica e a reproduzibilidade das categorias de Frederico Pernambucano se mostram constantes na historiografia especializada durante longo período de tempo se levarmos em consideração a publicação do artigo de Wiesebron em 1996 e a dissertação de Amatucci em 2019. As pesquisas citadas são apenas alguns exemplos possíveis da reprodução da obra de Frederico Pernambucano, que também aparece de maneira mais generalizada, diluída, em outros trabalhos dentro deste mesmo período de tempo. É relevante ressaltar, por exemplo, como estes pressupostos extrapolam os limites do escrito e se expande a outras produções. Como exemplo, vemos o documentário *Sobre Cabras, Macacos e Cangaceiros*, cujo diretor (Camilo Vidal) traz estas categorias explicativas, organizadas por Frederico Pernambucano, como moldes naturais, nos quais, naturalmente existiram os cangaceiros que adentram o cangaço enxergando-o como profissão, outros como vingança ou refúgio. Não estamos, com isso, questionando a validade de tais tipologias, mas demonstrando que a comunidade de estudiosos que debatem a temática, tratou de naturalizar o uso destas como artifícios naturais, e não como possibilidade interpretativa.

Todavia, as classificações sobre as modalidades de cangaceiros ativos explicam parte do que é necessário para um entendimento completo e complexo da temática. Há de se lembrar que em *Guerreiros do Sol* não temos toda a obra voltada apenas a uma explicação, pelo

contrário, a perspectiva cultural adotada pelo autor nos leva ao leque multifacetado de uma sociedade com diversas variantes, e a explicação do fenômeno busca incessantemente se afastar da “monologia social” apontada na matriz faconiana criticada em Frederico Pernambucano.

Souza (2007), por exemplo, traz em sua obra as categorias supracitadas outras explicações do fenômeno, como por exemplo o clima de insegurança e a vida livre como facilitadores nesse processo; Barreto (2004) traz a presença da violência e do isolamento como causas do cangaço também amparado em Frederico Pernambucano; Freitas (2005) afirma que os fatores econômicos e sociais não são suficientes para um discernimento completo do cangaço, já que a consideração de valores culturais são relevantes nesse processo; Susin (2013) se pauta na herança do gado, na tradição simbólica dos homens do couro como antônimos do litoral e na guerrilha indígena ainda presente no cangaço no século XX, pautas realizadas em diálogo com a obra de Frederico Pernambucano; Mansur (2019) faz uma análise comparando a visão e representação de Lins do Rego com as categorias propostas por Frederico Pernambucano como aporte teórico básico para se analisar a natureza do cangaço e dos cangaceiros, em especial de Lampião; Fernandes (2018) segue a linha da causa majoritária do cangaceirismo com base, também, na multiplicidade de fatores e dialoga com o autor da presente matriz na concordância com a ação das estiagens na relação transicional entre os períodos endêmicos aos epidêmicos, de maior e menor volume de agentes no cangaço; Sarmiento (2019) resgata em Frederico Pernambucano os aspectos relacionais entre os cangaceiros e coronéis na atuação da modalidade de vida criminal, atestando que Frederico Pernambucano é leitura obrigatória para quem ingressa nos estudos da temática cangaceira.

Estes foram apenas alguns exemplos mais esparsos dos diálogos feitos das pesquisas atuais com o que é proposto na sociologia do cangaço em *Guerreiros do Sol*, especialmente. Poderíamos, ainda, explorar uma outra fonte de referência no autor quando o diálogo é o cangaço e o cinema pela pesquisa realizada na obra *Benjamin Abrahão: Entre anjos e cangaceiros* (2012), na qual o autor explora a vida de Benjamin Abrahão, o libanês que viveu durante dias com o grupo de Lampião e fora responsável pela única gravação em vídeo do cangaceiro aludido como “Rei do cangaço”. Na obra, o autor explora a importância de Abrahão para o estudo do cangaço pelo seu feito, tal como as complicações inerentes a esse contato com Lampião, que teria acionado as autoridades que teriam ainda mais afã de dar cabo a Lampião e findar o fenômeno. Logo, não apenas o fato em si, mas a pesquisa realizada na obra se torna referência para se entender, também, a relação que aquelas filmagens tiveram *a posteriori* com os filmes produzidos no cangaço, refletindo, assim, um outro nicho historiográfico: as pesquisas

sobre cangaço e cinema. Vale notar que mesmo no trajeto da pesquisa, Frederico Pernambucano já era bastante consultado a respeito da figura de Benjamin Abrahão por ser detentor do material que pertencia ao libanês, influenciando em produções que dizia respeito a ele (VIERIA, 2007).

Na tese, *O cangaço no cinema brasileiro*, o autor Marcelo Dídimo Souza Vieira revela alguns fatos ligados ao Benjamin Abrahão que seriam informações de Frederico Pernambucano, como o nome completo do libanês.

Os jornais da época redigiam Benjamin Abrahão, mas o pesquisador Frederico Pernambucano de Mello, detentor do equipamento utilizado pelo libanês, assim como suas anotações, revela ter uma foto do Padre Cícero assinada pelo próprio libanês, cujo nome completo seria Benjamin Abrahão Calil Botto. (VIEIRA, 2007, p. 46).

O fato de possuir bastante acervo material a respeito do cangaço como um todo, lhe proporcionou-lhe respaldo da comunidade que produz conteúdo sobre o assunto. O nome é um exemplo, como já citado acima.

Em 1997, foi feito um dos filmes mais aclamados pela mídia a respeito do cangaço: *Baile Perfumado*. Para que o roteiro fosse produzido, uma pesquisa de campo aprofundada foi realizada pensando na inserção de detalhes verídicos, com base historiográfica confiável. Sobre essa coleta de informações, Vieira (2007) afirma: “A pesquisa realizada sobre o assunto foi bastante aprofundada, pois contou com o apoio de estudiosos como Fernando Spencer, crítico e cineasta, e Frederico Pernambucano de Mello, historiador” (VIEIRA, 2007).

Fonseca (2017) segue no mesmo caminho apontado por Vieira (2007), crendo na relevância da pesquisa e dos dados obtidos com Frederico Pernambucano no ato de produção. Em uma entrevista a Paulo Caldas, um dos diretores deste filme, a autora chega à seguinte conclusão:

Paulo Caldas, em 2006, confirmou que houve uma mudança na ideia inicial porque “a gente passou a acreditar mais (...) no processo de pesquisa. E aí é preciso ressaltar a importância de Frederico Pernambucano de Mello, porque ele é o cara responsável por 90% da base das idéias, aquela coisa da modernização” (CALDAS, 2006). A pesquisa foi fundamental para a definição das novas cores do cangaço e do sertão. E é desse diálogo entre cineastas e pesquisador que, a meu ver, surge o caráter inovador do filme (FONSECA, 2017, p. 90).

Os dados relacionados sobre a credibilidade do autor mesmo fora do âmbito historiográfico ajuda-nos a entender a visibilidade adquirida de uma maneira geral, posterior ao lançamento de *Guerreiros do Sol*, em 1985. As informações obtidas de todas as facetas do fenômeno extrapolaram seu uso mais imediato de que a historiografia já carecia, e fornece

material para a cientifização das artes, com dados mais precisos, como ocorre no ato de produção do filme *Baile Perfumado*.

É importante notar que com essa multiplicidade de variáveis, onde um mesmo autor pode ser referência a diversos aspectos de um mesmo fenômeno. Dessa forma, cria-se uma possibilidade de marasmo e de naturalização de conceitos e fórmulas interpretativas, em que a fronteira entre o que seria fato e interpretação se esvai. Isso pode ser entendido na aceção e boa recepção das críticas historiográficas realizadas pela historiografia, que perpetua os moldes de Frederico Pernambucano quanto às críticas realizadas a matriz interpretativa anterior, no caso, a que remete a corrente interpretativa marxista.

Nessa direção, podemos apontar, de maneira mais concreta, um diálogo quase integral com alguns autores que também buscaram pensar o cangaço como fenômeno social e as suas implicações mais gerais, além do que já foi posto com as modalidades de inserção. É esse o caso de Luis Bernardo Pericás na obra *Os Cangaceiros* publicado em 2010. Aqui, também, temos a tentativa de resgate de explicações amplas a respeito do cangaço, e alguns detalhes nos fazem perceber a paridade interpretativa com o que normalmente é visto em *Guerreiros do Sol*, como no trecho:

Autores como Rui Facó e Christina Matta Machado, fossem de origem partidária, jornalística ou acadêmica, em alguns casos também se mostravam condescendentes com os bandoleiros, vendo neles quase que “embriões” de possíveis guerrilhas populares no interior da região. Essas análises pioneiras, que enfatizavam a questão social no campo, (mesmo sendo tentativas mais sofisticadas que a de seus antecessores), ainda assim não apresentavam um quadro completo das motivações e da atuação de grande parte daqueles bandoleiros (PERICÁS, 2010, p. 13).

Através de uma leitura mais sensata da historicidade das matrizes interpretativas aqui defendidas, percebe-se certa similaridade quando se destaca o enaltecimento de uma nova explicação social condicionante que sempre emerge sobre outra vertente explicativa e nunca paralelamente. As modalidades de inserção apresentadas acima e sua repercussão denotam semelhança com a visão de Pericás (2010), na qual se nega que a existência concreta do latifúndio é a porta de entrada ao cangaceirismo em detrimento a uma outra possibilidade interpretativa. Logo, isola-se a possibilidade explicativa de outrem, o citando sempre – como faz Pericás (2010) quando menciona Facó – e lembrando da própria interpretação do fenômeno que lhe serve de “estrela guia”. Pouco depois de lembrar e negar a vertente explicativa faconiana, o autor afirma que os cangaceiros atuavam cruzando fronteiras de diversos estados nordestinos

[...] agindo *em geral*, no início, com o *argumento* de vingança, de preferência interfamiliar (ou ingressando nos bandos como “refúgio”, para proteger-se da perseguição da polícia ou de outros inimigos), para em seguida utilizar essa modalidade de banditismo rural como forma de sobrevivência, ou seja, para obter ganhos materiais por meio de roubos, saques e extorsões, ainda que, como veremos adiante, a atividade, dependendo dos indivíduos envolvidos, tenha apresentado diferentes variáveis e motivações, que devem ser analisados a partir de cada caso específico (PERICÁS, 2010, p. 17).

Neste trecho, encontramos elementos claros com o que é proposto no trinômio Cangaço-meio de vida, Cangaço de vingança e Cangaço-refúgio. Alguns outros autores caminham na mesma direção, como Luitgarde Oliveira Barros no clássico *A Derradeira Gesta*, publicado no ano 2000. Nesse cenário, a autora resgata a teoria de Facó, que seria seguida por Christina Matta Machado, e as recusa como proposta de um todo social que não detém a complexidade do universo cangaceiro.¹²⁵

FACÓ, 1972 deixou de perceber o caráter, a saída altamente individualista do cangaceiro que, se considerando injustiçado, ou com direito de partilhar o modelo de vida luxuosa “dos ricos”, parte para, pelo uso da força, do terrorismo, das mortes e torturas brutais, “apropriar-se” de todo o produto de outros homens de sua própria camada social. Esta falta de percepção impede-o de colocar a ação de rapinagem dos cangaceiros na categoria que Marx criou para classificar os atos de homens de baixa camada (classe dominada) que, por alienação, reproduzem a violência e a exploração de outros homens, características da classe dominante – o lumpem (BARROS apud SANTOS; SILVA, p. 5).

Sérgio Alberto Menezes Barreto segue na mesma direção, quando afirma:

Percebe-se nas palavras do autor que a questão do fenômeno cangaço vai muito mais além das questões de terra (dos latifúndios) e do poder dos coronéis, referenciados como principais motivos – muitas vezes únicos – geradores desse fenômeno pela maioria dos estudos sobre o tema (tanto o latifúndio como os coronéis existiram por todo o território brasileiro e, não somente no nordeste), porém, embora esses elementos sejam facilmente compreendidos como determinantes dos conflitos existentes entre famílias e, conseqüentemente, a partir destes a existência de indivíduos e/ou grupos perseguidos pela justiça, passando estes a serem denominados cangaceiros, deve-se analisá-los como parte de um todo, ou seja, no bojo de uma sociedade e sua cultura (BARRETO, 2004, p. 41-42).

Como é perceptível nas citações elencadas, não se trata, simplesmente, de uma releitura da proposta faconiana ou mesmo a de Christina Matta Machado, mas de uma negação da possibilidade social pela proposta cultural de se enxergar o cangaço por uma outra vertente, a que não seja pela ótica da existência do latifúndio. A argumentação corrente de contato direto de alguns grupos de cangaceiros – especialmente lampião – com coronéis, foi e ainda continua sendo, um pressuposto válido de negação de uma realidade estrutural que desembacaria, ainda

¹²⁵ Cf. (BARROS, 2018)

hoje, fenômeno que sucede o cangaço, como o dos pistoleiros, por exemplo. Grandes latifundiários, ainda hoje financiam grupos de sujeitos que fazem um serviço ilegal na busca da manutenção de privilégios. Barreira (2002) nos mostra que os “crimes de pistolagem” acontecem sob a junção do autor material – o pistoleiro – e o autor intelectual – o mandante (BARREIRA, 2002).

Esse fenômeno que obtivera momentos de fama, como na morte de Chico Mendes na década de 1980, criara raízes com suas bases rurais completamente envoltas aos grandes proprietários rurais do Norte e Nordeste. Essa discussão, que extrapola o movimento do cangaço, tem seu fim em 1940 com a morte de Corisco, também se relaciona com a discrepância social e sua manutenção de uma classe que não admite ser ameaçada, principalmente por ambientalistas como Chico Mendes, que também estava presente durante o período vigente do cangaço. Estes seriam pressupostos que deveriam ter sido atualizados ou lembrados no ato de negação da corrente interpretativa marxista, mas a grande maioria dos pesquisadores que optaram pela leitura cultural do cangaço seguiu os passos de Frederico Pernambucano, aceitando a momentaneidade do cangaceirismo na sua vertente social, sem antecedentes e sucessores, alargando a possibilidade do cultural, nos matizes das tradições sertanejas. Os trechos citados acima não são leituras esporádicas do cangaço na sombra das proposições de Frederico Pernambucano. Diversos autores seguiram esse percurso, como Garcia (2015):

Contrariando a compreensão dos cangaceiros como sujeitos históricos engajados em causas sociais, a concepção do pesquisador Frederico Pernambucano de Mello muito se assemelha com os argumentos de Chandler. Isso porque, assim como o estadunidense que trata a figura singular de Lampião, Mello discorre abertamente que “jamais foi possível surpreender orientações de caráter político ou ideológico, refletindo-se tais ausências em flagrante reforço à ideia de que o cangaceiro vivia o presente, preocupando-se tão somente com a sua existência imediata.” (GARCIA, 2015, p. 18).

E carneiro (2010):

A aparente facilidade de se encaixar o banditismo nordestino na tradicional dialética de luta-de-classes atraiu vários pesquisadores adeptos de tal perspectiva ao estudo do tema. Apesar de diferenças pontuais de estilo, esses estudiosos deram ao cangaço enfoques bem semelhantes, como mostram as definições de Rui Facó [...] Christina Matta Machado [...] e José Honório Rodrigues [...]. Como se pode notar, essas obras pressupõe uma coesão nos motivos que cercam o cangaço, sendo este definido como um movimento insurgente de combate a uma ordem desigual e, de acordo com os fundamentos marxistas, uma forma primitiva de manifestação classista [...] para que se possa qualificar uma crítica a respeito dessa corrente de estudo e teorizar sobre questões um pouco mais palpáveis, faz-se necessário previamente ilustrar as diferentes realidades existentes entre os cangaceiros. (CARNEIRO, 2010, p. 60).

Acreditamos que o fim útil de uma leitura do cangaço, que se inicia nas modalidades de cangaceiros e perpassa pela negação de outra vertente explicativa do mesmo fenômeno, consagra-se na assertividade da proposição da teoria do “escudo ético”, onde se cancela a possibilidade existencial de um banditismo com o fundo terminantemente social, acreditando que a “tradição sertaneja” que levava muitos sertanejos ao cangaço sob o pressuposto da vingança, seja apenas isso, um pressuposto.

Como analisado com mais afinco na seção 2, do capítulo 3, a teoria do “escudo ético” seria uma leitura individual de algumas personalidades do cangaço, como Lampião e Antonio Silvino, e a vingança seria instrumentalizada como joguete social, justificando uma vida de crimes em busca do resgate da honra perdida. Lampião veio a se tornar cangaceiro na busca dos assassinos de seu pai, mas como Frederico Pernambucano deixa claro, essa vingança nunca teria se efetivado, porque o próprio autor evitaria o embate com seus desafetos, já que se eles fossem mortos, não existiria motivo aparente para permanência no “ofício” de cangaceiro. Com Antonio Silvino ocorre o mesmo cenário. O cangaceiro nunca teria de fato procurado o assassino de seu pai já que a morte dele significaria o fim do que veio a se tornaria um “modo de vida”, uma profissão.

O antônimo do *modus operandi* de Lampião e Silvino seriam os cangaceiros Sinhô Pereira e Luís Padre, que findariam sua permanência no cangaço quando efetivaram sua vingança, o que foi realizado com estes dois personagens deixando a vida das armas e recomeçando em outro lugar¹²⁶.

Outra possibilidade de desencontro com o “ofício” cangaceiro foi apresentado por Barros (2018), no livro *Derradeira Gesta*, em que a autora busca rediscutir o conceito de honra em sua faceta antropológica através da comparação de Lampião e seu bando ao grupo dos Nazarenos – grupo remetente da vila de Nazaré – e os motivos que eles teriam para perseguir Lampião até sua morte. Os motivos para tal perseguição por anos a fio, sem tanto apoio governamental e com baixas no grupo, seria justamente a honra apregoada por Lampião, mas levado à última estância, uma vez que os nazarenos não teriam outra finalidade do grupo, senão a morte dos cangaceiros.

Os Nazarenos foram, reconhecidamente, os maiores inimigos de Lampião, contudo, nunca chegaram a consumir seu desejo. No evento que marca a morte de Lampião, em 1938, na grota do Angico em Sergipe, o grupo dos nazarenos foi desviado para perseguição destes

¹²⁶ Àqueles que lutariam por vingança teriam diferenças significativas com quem fazia do cangaço profissão, como por exemplo a frequência com que furtavam e caminhavam entre as fronteiras dos estados (MELLO, 2013).

pelo grupo de João Bezerra que seria, momentos depois em 28 de julho, o líder da volante policial que teria matado o “Rei do Cangaço”, tornando-se o herdeiro dessa honraria histórica (BARROS, 2018).

Ao tomar conhecimento da morte dos onze cangaceiros mortos na localidade, os nazarenos foram ao encontro dos corpos em estado de putrefação que jaziam na caatinga sem cabeças, já que estas teriam sido levadas como troféus para exposição em uma escadaria na cidade de Piranhas – AL, e na cena, Odilon Flor, um dos líderes dos nazarenos que estaria há anos no encaixo do grupo, esboçou a reação que ficaria marcada eternamente na historiografia especializada: lágrimas escorrem dos seus olhos (BARROS, 2018).

A descrição desse momento específico na história de Lampião e dos nazarenos, apesar de contar elementos clássicos da literatura de cordel que narrou, no século XX, o cangaço com tons de épico, contém uma importância elevada na historiografia especializada porque marca o momento em que os nazarenos, representados na figura de Odilon For, emocionam-se na visão de seus inimigos mortos. Muitas interpretações decorrem desse momento, mas a certeza que se tem é que aquela seria a verdadeira natureza da honra, à ligada a tradição sertaneja de fato, à que extrapola pressupostos, confirmando, assim, a fragilidade do argumento de Lampião que permaneceu dezesseis anos só como líder e nada fez contra quem tinha jurado pela morte de seu pai (BARROS, 2018).

A argúcia do argumento apresentado durante muito tempo permaneceu na inércia. Existia uma insatisfação aparente na elevação da figura de Lampião durante muitos anos, mas que não ganhava contornos específicos, pelo menos, até o lançamento de *Guerreiros do Sol* e a proposição do “escudo ético”. Barros (2018), inclusive, realiza esse trabalho antropológico com a honra em comparação direta de lampião e os Nazarenos com a introdução do “escudo ético” como possibilidade interpretativa. Isso fica claro no trecho:

Esta legitimação dos próprios atos utilizando elementos da cultura sertaneja como valentia e obrigação de vingança para limpar manchas desenrosas ou corrigir injustiças, foi amplamente utilizada por todos os cangaceiros, principalmente Lampião. [...] Frederico Pernambucano de Mello definiu essa prática como “*escudo ético*” (BARROS, 2018, p. 107).

À revelia à própria historiografia, a proposição “escudo ético” em 1985, quebra de vez o paradigma do banditismo social. O conceito consegue a façanha de dar nome a um “desconforto” que, normalmente, surgia na descrição dos atos de alguns cangaceiros e, principalmente, de Lampião e seu bando. No “escudo ético”, a vingança está lá, a gesta sertaneja e a busca incessante por fazer valer a honra pessoal também, mas agora sua permanência não

existe além de uma penumbra, um manto que tem a incumbência de disfarçar os verdadeiros motivos de permanência em uma vida às margens da lei.

É através desse conceito que veremos repercutir com mais força o nome de Frederico Pernambucano como legítimo intérprete do cangaço. Este conceito vai ser responsável, na mesma medida, por fechar o ciclo de críticas à corrente interpretativa marxista, desviando do foco que era a luta inconsciente pelo latifúndio para enfatizar a natureza bandoleira de grande parte dos cangaceiros, posto que o cangaço não seria uma forma de protesto, mas um modo de vida.

Vários autores vão se pautar nessa premissa para a construção de seu aparato teórico de análise do cangaço e de seus derivados. Na dissertação *O cangaço no cordel e a constituição de uma identidade regionalista pelo migrante nordestino (1950-1980)*, Peter Góes Garcia (2015) afirma:

Isso porque, assim como o estadunidense que trata a figura singular de Lampião, Mello discorre abertamente que “jamais foi possível surpreender orientações de caráter político ou ideológico, refletindo-se tais ausências em flagrante reforço à ideia de que o cangaceiro vivia o presente, preocupando-se tão somente com a sua existência imediata.” Desse modo, distante de preocupações com ensejos sociais, esses representantes do banditismo viam no cangaço a possibilidade de ingressar em novas aventuras, se situar num novo meio de vida, ou até mesmo se auto-afirmarem. Esse aspecto pode ser constatado em sua própria teoria, a do *Escudo Ético*, em que Mello atenta para a utilização dos argumentos de vingança como um meio dos cangaceiros conquistarem colaboração dos sertanejos, visto que essas alegações poderiam ser concebidas erroneamente por colaboradores como uma característica própria de homens honrados (GARCIA, 2015, p. 18).

Percebe-se, pelo título, que o objeto de pesquisa mais direto na dissertação de Garcia (2015) seria o cordel, mas a necessidade de se pensar a amplitude do cangaço o remete à interpretação de Frederico Pernambucano e, conseqüentemente, a definição de “escudo ético” para caracterização do fenômeno de maneira mais geral. O que acontece com o conceito de “escudo ético” é parecido com o que vimos no trinômio das modalidades do cangaço, nas quais vários autores se voltam a uma definição na busca de assertividade e legitimidade para a pesquisa. Essa prática, tem uma implicação direta, porque ao fazê-la caímos em um modelo de esquema teórico pré-definido, pois escolhemos uma narrativa em detrimento a outras. Vale notar que isso pode ser feito tanto consciente quanto inconscientemente, dado que um grande número de referências a uma opção teórica acaba por naturalizá-la como um fato e não como uma interpretação. Outros autores seguem a mesma linha de Garcia (2015) na proposição sistemática do “escudo ético”. Santos e Silva afirmam:

Uma boa explicação para o respeito e empatia das comunidades sertanejas pelos cangaceiros, apesar de qualquer mal que estes pudessem lhe causar, nos parece ser o da construção, consciente ou inconsciente, por parte dos marginais, de um “escudo ético”, terminologia tão apropriada e tão bem elaborada por Frederico Pernambucano de Mello. Esse elemento “ético”, em última instância, os diferencia de forma inequívoca dos bandidos comuns aos olhos da população. E teria ajudado a manter a imagem de justiceiros ao longo do tempo na região (SANTOS; SILVA, p. 6 – 7).

Carneiro (2010) segue na mesma direção, quando aponta:

O Fato de Lampião nunca ter tomado a atitude de abandonar a criminalidade, apesar de possuir recursos e receber propostas para que o fizesse, é representativo dos motivos que cercam as ações do cangaceiro. Por mais que no início de sua carreira criminal tivesse como justificativa às suas atitudes uma vingança familiar, não se pode afirmar com segurança que tenha mantido esse objetivo no decorrer de sua vida. Parece-me inclusive mais pertinente a ideia de que a partir de um certo momento o Cangaceiro lhe passa a ser muito mais um meio de vida, no qual se estabelece sem pretensão de deixá-lo, do que uma forma de tirar a desforra de seus inimigos de outrora (CARNEIRO, 2010, p. 61).

Na tentativa de discernir o cangaço litorâneo e o cangaço no agreste, Tavares (2013) segue a mesma linha de raciocínio apontada até então:

Isto teria se dado por causa da ausência do chamado *escudo ético*, ideia defendida pelo mesmo pesquisador; este “escudo” consistia no reconhecimento, por parte da população, de que o cangaço era um modo de viver alternativo socialmente reconhecido. A inexistência deste reconhecimento nas áreas litorâneas fez o cangaço se tornar peculiaridade de uma região brasileira: o semiárido nordestino (TAVARES, 2013, p. 19 – 20).

Felipe Gonsalves Figueira (2018) também ressalta a exemplaridade de Lampião nesse modo de vida, como é mais comum neste nicho historiográfico:

A partir das histórias que circulavam pelas vilas e cidades do sertão, constituiu-se o escudo ético de Lampião, que, segundo lemos no trecho da crônica, teria entrado para o cangaço por necessitar vingar a morte de seu pai. No entanto, apesar de ter constituído grupo muito bem armado e com mais de uma centena de homens, não consta que Lampião tenha levado a cabo sua vingança. Essa aparente contradição é solucionada pela teoria de Frederico Pernambucano de Mello, que nos alerta para o fato de que a vingança extinguiria consigo o escudo ético de Lampião, desprotegendo-o das possíveis reprimendas éticas da sociedade sertaneja (FIGUEIRA, 2018, p. 12).

Como pode ser observado nesse trecho, Figueira (2018) faz como muitos outros autores quando pensa em Lampião como figura icônica na construção de sua imagem pública, enquanto na realidade suas ações se mostravam o contrário do que era esboçado. Todavia, o autor não se limita na utilização prática do “escudo ético”, pensando em sua relação historiográfica costumeira, mas instrumentalizando-o também na caracterização de personagens que não seriam portadores da tática de se munir de apoio popular para outros fins. Em um segundo

momento, esse perfil ético extrapola os limites do cangaço lampiônico e chega a um cangaceiro admirado por muitos por suas ações que ficaram registradas: Jesuíno Brilhante.

O que gostaria de evidenciar é que, além de um escudo ético para a vingança, Jesuíno vai se revestindo durante a narrativa de uma espécie de bastião ético em um tempo de conflitos e abusos, especialmente daqueles em estado de maior necessidade. [...] Ao agir e falar em nome daqueles que não têm a sua coragem e o alcance de sua voz, Jesuíno Brilhante age como um sujeito eticamente ideal. Reveste-se, como um todo, da proteção dos valores sociais de sua coletividade. Não só o registro romanesco evidencia isso, como outros discursos também reverberam essa imagem de Jesuíno Brilhante propagada até hoje (FIGUEIRA, 2018, p. 96).

Chamamos a atenção para a denominação das ações e dizeres empreendidos por Jesuíno Brilhante e a caracterização de Figueira (2018) como sendo a construção de seu “escudo ético” para que não percamos a linha mestra do que foi proposto por Frederico Pernambucano com essa nomenclatura, inicialmente.

Na pesquisa, o autor não se refere diretamente à figura histórica a todo momento. Na maior parte do tempo, analisa a construção do personagem “Jesuíno Brilhante” no romance *Os Brilhantes*, de Rodolfo Teófilo publicado, em 1895. Ainda que se possa mudar o foco da pessoa para o personagem, a postura de Figueira (2018) nos remete a vários momentos em que ações do personagem poderiam ser entendidas como tentativas de se cativar um determinado público para a legitimação de suas ações, porque se trata do cangaceiro conhecido na historiografia, popular e acadêmica, como “cangaceiro romântico”. Todavia, não é essa a esquemática teórica ou o significado prático da nomenclatura proposta pelo idealizador do “escudo ético”. Afinal, o conceito em si cotidianamente utilizado para pensar a figura de Lampião e Antonio Silvino, como faz Figueira (2018) em um momento anterior, na tese, é pensado justamente no desvio moral destes atores acobertados pela sustentação de um perfil ético residente em um plano metafísico. A jura de vingança contra a morte do pai e a não realização ou mesmo a busca do desafeto durante quase toda a trajetória foi o que marcou a possibilidade de existência de um conceito que apregoa a elevação ética de outrem, enquanto o mesmo tem sua “carreira” manchada por desvios morais absurdos, o que não é o caso de Jesuíno Brilhante, pelo menos não como o conhecemos nas obras escritas sobre ele.

Em tese, Jesuíno Brilhante não estaria sequer na mesma tipologia de Lampião e Silvino. Até sua morte, acreditava-se que buscava vingança contra quem tinha jurado, e isso separa a modalidade do cangaço que exercia de cangaço-meio de vida para cangaço de vingança, como foi definido.

Em outra medida, este caso em específico, deve ser levado em consideração para a exposição de um usufruto do conceito que foi e é largamente utilizado pela historiografia, mas que não é de simples discernimento. O caráter “ético” presente nas guerras e rixas sertanejas, realmente existe. Vemos, por exemplo, os casos de cangaceiros que se vingaram e saíram do cangaço. Como já citado, temos também personagens literários, como no romance *Cangaceiros* de Lins do Rego em que a mulher do Capitão Custódio falece pela ausência da vingança, porque seu marido não teria se encorajado para vingar a morte do filho. Lins do Rego ainda define, no mesmo romance, esta tradição bastante explorada por Gustavo Barroso na frase: “Por essas bandas um homem que não vinga uma morte é homem morto” (REGO, 1953, p. 67).

Dado a concordância da existência do caráter “ético” sertanejo, pensa-se logo no significado imediato de “escudo” na nomenclatura do conceito. O “escudo” seria a existência de uma penumbra que reveste o bandoleiro que se aproveita do perfil ético existente para usufruir de benefícios como uma vida de crimes. Não queremos dizer com isso que a instrumentalização possível de “escudo ético” caberia apenas a casos como os de Lampião e Silvino ou mesmo restringir a análise do cangaço para o que foi inicialmente idealizado. Desde que a *persona* perscrutada atenda aos requisitos de se apelar moralmente para a obtenção parcial de apoio popular, conseguindo o feito, e na realidade busque a promoção de sua vida em particular explorando a todos quanto possível, este conceito extrapolaria, em tese, os limites do cangaço.

O já citado Luís Bernardo Pericás (2010), ajuda-nos a entender esse lado racional e consciente nos cangaceiros e sertanejos quando pensa também nas possibilidades do “escudo ético”:

Uma boa explicação para o respeito e empatia das comunidades sertanejas pelos cangaceiros, apesar de qualquer mal que estes lhes pudessem lhe causar, nos parece ser o da construção, consciente ou inconsciente, por parte dos marginais, de um “escudo ético”, terminologia tão apropriada e tão bem elaborada por Frederico Pernambucano de Mello. Esse elemento “ético”, em última instância, os diferenciaria de forma inequívoca dos bandidos comuns aos olhos da população. E teria ajudado a manter a imagem de justiceiros ao longo do tempo na região. Afinal, como diria Luís Câmara Cascudo, o “sertanejo não admira o criminoso, mas o homem valente” (PERICÁS, 2010, p. 39).

Na espontaneidade do cangaço, como fenômeno de longa duração, mesmo considerando a marca do século XIX para seu início e não a posição de autores que acreditam nos antecedentes criminais da região remetentes ao começo da colonização, é complicado pensar em um todo racionalizado em virtude de os cangaceiros manipularem sua imagem pública aparentemente como o faz os protagonistas na série já citada. Lampião, por exemplo, é icônico

nesse sentido porque demonstrava mais carisma do que os demais na construção de sua imagética pessoal, na “marca” que veio a se tornar esse cangaceiro mesmo *post-mortem*. Todavia, seria impreciso afirmar que todos os cangaceiros que optaram por levar o cangaço como profissão o tenha feito com tamanha lucidez como Lampião, abrindo margem para o que Pericás (2010) chama a atenção para a construção de sua figura pública mesmo no campo da inconsciência.

Até o presente momento, concentramo-nos nos ecos produzidos pelo que veio a ser a obra mais significativa de Frederico Pernambucano – *Guerreiros do Sol* –, mas isso não significa que ela tenha sido a única a produzir diálogos. Exemplificamos, ainda, nesta seção, a obra *Benjamin Abrahão: Entre anjos e cangaceiros* (2012), e na seção 2, do capítulo 3, a dimensão estética abordada em *Estrelas de couro*, publicado, em 2010.

A multiplicidade de temas abordados não nos permite ter uma visão ínfima das contribuições do autor para a historiografia do cangaço, mesmo que nenhuma de suas outras obras tenha a dimensão da primeira que foi publicada. Até por isso não consideramos nesta pesquisa apenas *Guerreiros do Sol*, e sim todo o conjunto de produções do autor como constituintes da matriz interpretativa que se erige, sobretudo, a partir dele.

Podemos observar que em menor escala, a obra *Estrela de couro*, por ser uma inovação no plano estético, logo cultural, não passou despercebida pela historiografia. Estudos sobre a estética do cangaço foram feitos a partir da publicação da obra.

Luciano Gutemberg Bonfim Chaves (2018) é um exemplo desse feito. Embasado em várias premissas apontadas em *Estrelas de couro*, o autor pensa na estética do cangaço a partir das noções nietzschianas de apolíneo e dionisíaco, cujos cangaceiros apresentariam “aspectos mais singulares de individuação” ao mesmo tempo em que exaltariam a exuberância, sociabilidade e luxúria (CHAVES, 2018).

Este seria o mesmo perfil adotado por Frederico Pernambucano na caracterização destes sujeitos, e diferente de como faz Chaves (2018), Mello (2010) não se utiliza de categorias teóricas como propostas por Nietzsche, o que não significa que a percepção dos dois autores siga caminhos diferentes.

A estética do cangaço, sem seus traços arcaizantes, se apresenta como uma arte tipicamente brasileira de origem e feições populares que extravasou os seus próprios limites e se estabelece como um elemento fortíssimo de criação de uma identidade e de uma fabulação específica do Nordeste do Brasil (CHAVES, 2018, p. 57).

Este trecho do artigo de Chaves (2018) mostra-nos a dimensão da paridade interpretativa se relacionado ao que pensou Frederico Pernambucano. Os elementos estéticos, em sua

primazia, seriam os representantes mores de um Brasil encarnado pelo sertanejo euclidiano, que se perfaz através da identidade de um grupo específico, e mesmo no papel de bandoleiros conseguiriam mobilizar um grande contingente de pensadores e diletantes que atribuem a maneira como se vestem a uma ideia legítima de brasilidade. As condecorações dionisíacas ou apolíneas de Nietzsche nos ajudam a pensar todo esse reboiço estético-identitário, mas não mudam o quadro ou a percepção principal do que é idealizado em *Estrelas de couro*.

Gabriel de Campos Carneiro (2010) na dissertação já citada também traz também a idealização do campo estético como um caminho interpretativo, dado que é essa a proposta de sua pesquisa. Todo o embasamento feito nesse recorte, que diz respeito ao visual dos cangaceiros, é feito majoritariamente nas considerações de *Estrelas de couro*, e não apenas na descrição de quais apetrechos os cangaceiros carregavam e nem com foco exclusivo nos significados dos bordados. Junto a estas informações, a idealização inicial sobre a relevância desse aspecto no cangaço é abarcada na abordagem. Junto às informações de quem possui acesso direto às fontes, quem opta por absorver os dados compra junto a ideia dos motivos que levaram a pesquisa a ser realizada. Nesse caso, em específico, é impossível desassociar a descrição estética da relevância social de exaltar o visual do cangaço.

Pode ser que as obras *Estrela de couro* (2010) e *Benjamin Abrahão* (2012) não tenham tamanha visibilidade se comparado à magnitude de *Guerreiros do Sol* (1985) que revolucionou o campo sociológico do cangaço, mas há de se considerar o mérito particular de cada uma destas obras, uma vez que a receptividade, apesar de mais tímida, ainda existe no contexto geral. Outros textos importantes ainda foram produzidos pelo mesmo autor, como *Quem foi Lampião* (1993) e *Apagando Lampião* (2019), mas como a matriz interpretativa que buscamos identificar no autor retrata mais o cangaço em sua dimensão impessoal ou generalizada, discussões acerca da datação e acontecimentos específicos da vida do “Rei do cangaço” não foi priorizada e, por isso, alguns autores importantíssimos dentro da historiografia do tema não foram problematizados, como Antonio Amaury Correa Araújo, um dos pesquisadores mais aclamados do cangaço, mas por escrever mais especificamente acerca da vida dos cangaceiros e não da sociologia em si, ou pelo menos por não fazê-lo de modo marcante, ele não foi contemplado.

Não se restringindo a Antonio Amaury, a bibliografia do cangaço apresenta uma dimensão colossal e há de se pensar que por isso há necessidade de se entendê-la a partir de uma linha mestra, que possibilite alguma unidade interpretativa, o que nos levaria a escapar por entre as brechas deixadas pela historiografia para pensar na dimensão política dos autores que racionalizam esse espaço. Duas reflexões decorrem disso.

A primeira se remete à própria viabilidade da matriz interpretativa. Como foi observado ainda no decorrer dessa seção, a partir da década de 1990, especialmente a partir do início do século XXI, muito se tem produzido sobre o cangaço. Essa é uma pauta corrente e discutida ao longo da pesquisa, todavia, o que queremos ressaltar é o lugar de enunciação destas produções. Antes da década de 1990, a grande maioria das obras na bibliografia do cangaço estavam fora do muro da academia, o que não as descredibiliza, ao contrário, as personaliza. Escritos acadêmicos, normalmente, seguem uma tendência unitária, visto que passos básicos de pesquisa precisam ser dados para que os resultados sejam mais completos e, por isso, a tendência acadêmica contemporânea nos leva a identificar um perfil comum em trabalhos de dissertação e teses, por exemplo.

Como apontamos quando nos referimos às tipologias do cangaço, é impossível fugir de uma reunião mínima de ideias a respeito do tema que se pretende perscrutar, mesmo com um recorte demasiado específico. A denominação de uma área do conhecimento que tem início com a micro-história no século passado, hoje se reveste de uma esquemática simples. O recorte normalmente é precedido pelo “estado da arte”, na qual há uma reunião sumária de conhecimentos produzidos com aspectos gerais sobre o que se pretende fazer. Não confundamos o simples, que não pode ser aplicado abertamente a tudo, pois esta discussão ainda é terminantemente grosseira por não apresentar dados quantitativos, desqualificando pesquisas de ordem científica.

Fato é que esse aumento exponencial de pesquisas acadêmicas no século XXI fez com que a interpretação legítima de Frederico Pernambucano se tornasse mais perceptível, mais fiável e aparente do que a matriz faconiana ou a barrosiana, principalmente se contabilizarmos o conjunto de pesquisas de pós-graduações e artigos científicos que dialogam diretamente com a interpretação do autor, mas como apontamos ainda nas outras matrizes, a leitura historiográfica e os diálogos realizados no campo subjetivo e objetivo têm de ser percebidas conforme o contexto temporal ao qual estão alocadas. Portanto, seria difícil perceber a presença de Gustavo Barroso em pesquisas sobre Maria Bonita, antes da década de 1960, pois à época as mulheres no cangaço não eram nem mesmo problematizadas nesse período. Cada matriz aludida nesta historiografia tem de lidar com as consequências temporais que lhe são inerentes.

A segunda reflexão necessária sobre a matriz de Frederico Pernambucano são os seus limites. Diferentemente das outras matrizes, se esta é a interpretação que diagnosticamos como vigente, obviamente a resposta imediata seria a negação de qualquer barreira, pelo menos por ora, mas não é exatamente assim que acontece. É importante destacar a outra face desta

historiografia omitida nessa pesquisa, porém há outro panteão de autores, a exemplo do próprio Antonio Amaury, Sérgio Dantas, Nertan Macedo e mais um grande contingente de pesquisadores, na qual a sociologia do cangaço dá vez a nichos particulares, a alguns cangaceiros que nem adquiriram grande fama, volantes, coiteiros, e demais agentes que não estão presentes na exposição das causas primárias, aparecem como protagonistas. É um emaranhado de autores e personagens que não intentamos, mas que possuem um valor grandioso e que devem ser levados em consideração.

A obra *Jesuíno Brilhante (1844 – 1879)* de Raimundo Nonato publicada na década de 1970 é considerada por muitos estudiosos contemporâneos do cangaço como a maior biografia de Jesuíno Brilhante já escrita. Em que medida seria possível pensar em qualquer das três matrizes interpretativas aqui racionalizadas que sombreasse uma biografia de um cangaceiro em específico, por exemplo? É inegável que Raimundo Nonato, e não Gustavo Barroso, Rui Facó ou Frederico Pernambucano de Mello seja maior referência no assunto.

A alusão a esses nichos bibliográficos dentro da temática cangaço é suficiente para demonstrar que existem outras referências grandiosas nesse contexto que não seja Frederico Pernambucano ou outros dos autores aqui citados.

Sobre os limites que embatem, diretamente, a percepção de Frederico Pernambucano, é importante ressaltar que a abordagem cultural do cangaço ainda é confrontada com autores que almejam resgatar uma acepção social do movimento, mesmo depois da grandiloquência do conceito de “escudo ético”. Em 2009, por exemplo, foi relançado pela UFRJ o livro *Cangaceiros e fanáticos*, e no prefácio, Lenilde de Servolo Medeiros considera que, “[...] do ponto de vista teórico, a interpretação de Facó está superada [...]” (MEDERIOS, 2009, p. 17). Se a obra fundamental desta corrente interpretativa é prefaciada por uma autora que assume o desgaste teórico da interpretação, é difícil soerguê-la, pelo menos se o cangaço for o único objeto problematizado.

Talvez o esboço do que pode ser considerado subversão contra o que propõe diretamente o autor de *Guerreiros do Sol* foi pensado por Sarmiento (2019), no qual o estudo cartográfico de Lampião, o autor aponta que Frederico Pernambucano termina por ser reducionista, como o fez Gustavo Barroso, principalmente na consideração particular do isolamento sertanejo como causa possível (SARMENTO, 2019).

Se tais apontamentos forem levados à proa, e concatenados com uma ideia do todo social, o cangaceirismo e, não especificamente Lampião, for considerado um sintoma do latifúndio, e a continuidade do fenômeno “pistoleiro” for considerada como uma das herdeiras

dessa tradição, talvez aí veremos um embate ideológico dentro da temática cangaceira. O social pode assim voltar a fazer frente ao cultural¹²⁷.

Por ora, essa seria uma tarefa difícil, penosa e de pouca visibilidade, se considerarmos a grande influência do autor que, por muitos, produziu a verdadeira bíblia do fenômeno do cangaceirismo. Diríamos, no momento, que tais imediações não sombreiam o discípulo de Gilberto Freyre, por enquanto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A confrontação dos pontos de vista citados, suficientemente eloquentes para não precisar de comentários, sugere imediatamente uma pergunta que constituirá o objetivo central do nosso estudo: a verdade objetiva é possível na ciência da história?

Adam Schaff

A historiografia do cangaço se mostrou, até o momento, complexa pelo próprio fluxo do qual emana. Adotamos o critério cronológico para a organização do que chamamos de matrizes interpretativas, ainda assim, não reconhecemos nela, linearidade. Partindo dessa premissa, iniciamos as considerações finais desta pesquisa com uma reflexão, reiterando uma questão levantada por Adam Schaff, na obra *História e Verdade* (1995), na qual o autor questiona: Por que reescrevemos continuamente a história?

A reflexão que evoca tal pergunta normalmente ocorre àqueles que usam da história da historiografia como campo de análise, pelo fato de ser na historiografia que encontramos, continuamente, retornos a eventos com novas explicações, visões inauditas. Tal disparidade de perspectivas coloca “em xeque” a possibilidade de um conhecimento pleno. Adam Schaff (1995) também nos oferece explicações quando levanta a questão mencionada, resumindo as principais respostas a essa pergunta em dois enunciados: a) a reinterpretação da história é função das necessidades variáveis do presente; b) a reinterpretação da história é função dos acontecimentos do passado emergindo no presente” (SCHAFF, 1995, p. 270).

A primeira das respostas nos levam a outras duas alternativas distintas, uma que Schaff (1995) chama de “presentismo”, e a outra de caráter mais moderado quanto aos usos do passado. A primeira das alternativas, a mais extrema, consideram os anseios do presente transfigurados pela função das necessidades de explicação para a vida social moldando determinados juízos

¹²⁷ Alguns estudos sobre os pistoleiros já foram realizados, a exemplo de BARREIRA (2012), CUNHA (2011), JUNIOR (2017), ZALUAR (1999).

específicos, ignorando o estado processual da história objetiva. O problema identificado nessa alternativa é a possibilidade de uma mudança de condições de vida e a nova necessidade de uma leitura diferente da anterior, dado que a última não reflete o estado atual do historiador. A segunda explicação, mais moderada, mas ainda com pés na necessidade de se pensar o pretérito pelo presente, opta por pensar a variabilidade do passado de acordo com os critérios de avaliação atuais, em voga. Logo, novas comunidades ou mesmo comunidades tradicionais, quando repensam critérios de avaliação, trazem consigo novas possibilidades interpretativas do evento que já não refletem os valores contemporâneos (SCHAFF, 1995, p. 274-276).

O segundo enunciado vai na contramão do primeiro, em ambas assertivas. As experiências passadas – históricas e historiográficas – permitem a elaboração de um conhecimento sensato pela maturação adquirida através do tempo. O historiador que detém consigo o conhecimento do passado e uma visão ampla do evento, tem possibilidades alargadas de tecer interpretações mais adequadas que às anteriores. O resgate desse modelo historiográfico implica na reconsideração de um evolucionismo na história, na busca de uma sociedade moral. É o resgate do modelo de história hegeliano, em que a alegoria da coruja de Minerva alça voo quando a noite chega, permitindo-a ter uma visão mais ampla do processo histórico (SCHAFF, 1995, p. 277).

Pois bem, tomando conhecimento das possibilidades elencadas por Schaff (1995), diríamos, no limiar da historiografia que ora perscrutamos, que a resposta do por que reescrevemos continuamente a história estaria na fronteira entre os usos do passado e as demandas do presente. “Sair de cima do muro” e escolher algum dos modelos apresentados implicaria em silenciar aspectos fulcrais das análises feitas ao longo de toda a pesquisa. Por exemplo, quando Gustavo Barroso vai a campo para racionalizar o evento “cangaço” no limite de sua inconsequente contemporaneidade, ele o faz com precisão possível naquele instante. Ainda assim, a temporalidade que o atravessa nos impediria de dizer que sua obra não possui critérios de objetividade suficientes para serem considerados válidos na historiografia, independentemente de seus enunciados? Sua obra não apenas compõe o conjunto de escritos em sua emergência como se tornam referência durante determinado período de tempo.

A segunda matriz interpretativa apontada – que se remete a Rui Facó – também se articula dentro do mesmo eixo. Diferentemente de Gustavo Barroso, Facó escreve *Cangaceiros e Fanáticos* mais de duas décadas após o término do fenômeno, mas sua linha interpretativa não parte de uma base historiográfica. Na realidade, ele a constrói quando rompe com a explicação pré-estabelecida, usando da situação presente como base para um novo ideal de

cangaço, único até ali. Na seção 3, do Capítulo II, isso fica claro quando vários pensadores marxistas ambicionam dar respostas contundentes ao problema latifundiário do país. Facó segue a mesma esteira, mas usando o cangaço e os cangaceiros como instrumento de luta. Seu discurso é extremamente datado.

Se o presente tem as qualidades de se manter criterioso na construção de enunciados atuais, eles são feitos na grande maioria das vezes, com base num banco de dados relativos ao evento estudado – mesmo tendo em mente os exemplos que fogem à regra, como já apontados –, ou seja, na atribuição dos usos do passado. Desse modo, mantemos ativa a segunda premissa apontada por Schaff (1995), quando a reescrita da história não apenas ambiciona as vontades presentes, mas também parte de uma base. Como exemplo, temos a matriz interpretativa relativa a Frederico Pernambucano de Mello. Com força a partir do ano de 1985, sua interpretação, bastante sólida, possui bases claras nas proposições de Gustavo Barroso, autor que fora um pouco esquecido na historiografia àquela altura, mas que parte de enunciados válidos, por isso, resgatáveis. A partir dessa volta à premissa barrosiana, vemos também a negação de uma leitura evolucionista na historiografia do cangaço, uma vez que Frederico Pernambucano vai na contramão de Rui Facó para ir ao encontro das interpelações de Gustavo Barroso. Não houve o processamento e a refinação da interpretação vigente nos anos de 1960 e 1970, mas sim a negação, por isso reiteramos a necessidade de se pensar esta historiografia longe dos limites do evolucionismo, dado que existe uma tendência clara de variabilidade.

A variabilidade interpretativa do cangaço é outro fator a ser mencionado. Ao longo da presente pesquisa, esforçamo-nos para demonstrar a preponderância interpretativa de alguns autores eleitos por nós como matrizes de algumas correntes de pensamento. A diversidade de aceitação das ideias expostas desses autores, ao longo de toda a historiografia, é necessariamente relativa. Isso significa que não existe a possibilidade de uma ou outra ser melhor visto durante todo o tempo e por todos. E não significa, na mesma medida, que sejam os únicos autores a esboçarem alguma opinião. Aqui, buscamos retratar apenas quem teve mais preponderância de acordo com os resultados obtidos, mas outros nomes na historiografia também “saíram da linha”.

Ao lado da historiografia acadêmica, também encontramos os cordéis, não analisados diretamente nessa pesquisa, porém considerados de suma importância. Frederico Pernambucano de Mello (1985) chega a afirmar que os poetas populares foram os historiadores do sertão. Não há dúvida de que a compreensão e a divulgação sobre o cangaço dependeram diretamente destas figuras populares. Ali, também, existem interpretações regulares, que ainda

prezam de aceitação dentre grande parcela da população na proposição da aura de “herói vingador” que ainda recobre estes personagens, há exemplo de Francisco Chagas Batista e a divulgação da imagem de Antonio Silvino.

Todo esse quadro só nos confirma que a emissão de opiniões não depende da academia para serem expressas, e nem que as interpretações contemporâneas vão vigorar para sempre. Como já mencionado no final do Capítulo III, Sarmiento (2019) expõe em sua pesquisa, a fragilidade que tem as principais ideias do cangaço vistas até então. O determinismo euclidiano, que perpassa desde Gustavo Barroso, passa por Rui Facó e chega a Frederico Pernambucano de Mello, é um assunto a ser discutido nos próximos anos por ter sido presente de maneira massiva em toda a historiografia sobre o tema¹²⁸. Isso significará uma Nova Era nos estudos do cangaço ou de sua historiografia? Talvez sim, mas é fato que todo corpo histórico produzido até então não desaparecerá. A variabilidade continuará a ser a medida. Em algum momento, as representações históricas relacionadas a cada um dos autores estudados foi encarado como verdade, e assim continuam, mesmo não existindo uma hegemonia completa.

Por fim, seria correto dizer que a inconstância de tudo que foi apontado até então pela ausência de certezas metodológicas e imprecisões interpretativas resultariam na impossibilidade de ver todo esse conhecimento histórico validado? Verdades relativas a algum período não podem ser dotadas de prestígio pela iminência de seu fim?

Mais uma vez respondendo a essa questão, Schaff (1995) afirma:

As verdades parciais, fragmentárias, não são erros; constituem verdades objetivas, se bem que incompletas. Se a história (no sentido de *historia rerum gestarum*) nunca está definitivamente acabada, se está subordinada a constantes reinterpretações, daí resulta apenas ela ser um processo, e não uma imagem definitivamente acabada, não uma verdade absoluta. Desde o momento em que se toma o conhecimento histórico como processo e superação das verdades históricas – como verdades aditivas, cumulativas – compreende-se o porquê da constante reinterpretação da história, da variabilidade da imagem histórica: variabilidade que, longe de negar a objetividade da verdade histórica, pelo contrário a confirma (SCHAFF, 1995, p. 177).

A variabilidade representativa que surge da reinterpretação da história reafirma a necessidade de se constatar a objetividade deste processo. Tal reflexão, infelizmente, ainda não resolve todas as questões levantadas. O processo histórico é mutável e, por isso, inconstante. Na seara do cangaço, há um outro problema, nunca solucionado por completo e que diz respeito à cambiante indecisão de se pensar qual seria, por fim, o veredito dos cangaceiros? O

¹²⁸ Cf. (SARMENTO, 2019).

levantamento das principais reinterpretações do tema poderia nos dar uma ideia para se pensar a solução desse imbróglio infundável. E de fato nos deu. Essa figura histórica seria, então: Vingador ou Mercenário? Na nossa concepção, ambos, na medida em que se pode pensar as diversas representações como anunciantes de uma verdade objetiva, obviamente, guardada às proporções.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Emília da Silva. “*À Sombra das palavras*”: A oligarquia Acciolina e a imprensa (1896-1912) – Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

ALMEIDA, José Américo. *A Parahyba e seus problemas*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1937.

AMATUCCI, Isabela Mouradin. *Sentidos da Memória*: a experiência do cangaço em Paulo Afonso – BA. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2019.

ANDRADE, Manoel Correia. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. *História e historiografia*, Ouro Preto, v. 6, n. 12, 2013, p. 34 – 44.

_____. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, 2006, p. 79-94.

BABINSKI, Karla de Souza. *Representações de ciência e tecnologia em Gustavo Barroso (1909-1935): nacionalismo autoritário, eugenia e antissemitismo*. Dissertação (Mestrado em tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

BABINSKI, Karla de Souza; QUELUZ, Gilson Leandro. Gustavo Barroso: Eugenia e nacionalismo autoritário. *Intellèctus*. Jaguariuna, ano XVI, n. 1, 2017, p. 152-176.

BAPTISTA, Pedro. *Cangaceiros do Nordeste*. Paraíba do Norte: Liv. São Paulo, 1929.

BARBOSA, Maria Rita de Jesus. A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da Lei no 10.639/03. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 10, n. 2, 2016, p. 260-272.

BARREIRA, Cesar. Pistoleiro ou Vingador: construção de trajetórias. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, , jul./dez , 2012, p. 52-83.

BARRETO, Sérgio Alberto Menezes. *A história do cangaço enquanto atrativo turístico: o caso do produto Xingó (Canindé do São Francisco–Se)*. Dissertação (Mestrado em Cultura & Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilharréus, 2004.

BARROS, Luitgarde Oliveria Cavalcanti. Cangaço E Memória. *Educação Em Debate*, Fortaleza, ano 21, n. 37, 1999, p. 26-31.

BARROS, Souza. *Messianismo e violência de massa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986.

_____. Cangaço – violência no sertão do Nordeste. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v.12, n. 22, jan.-jun. 2018, p. 62 – 77.

BARROSO, Gustavo. *Almas de Lama e Aço*. São Paulo: Editora Proprietária, 1931.

_____. *Heróis e bandidos (os cangaceiros de Nordeste)*. São Paulo: Liv. Francisco Alves, 1917.

_____. *Terra de Sol: Natureza e costumes do Norte*. Ceará: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Loyola, 1999.

BENZAQUEN, Ricardo Araújo. *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Editora 34: Rio de Janeiro, 1994.

BERTONHA; João Fábio; NETO, Oldilon Caldeira. Fascismos e fascistas em comparação Gustavo Barroso, Adrien Arcand e o antissemitismo no Brasil e no Canadá no entreguerras. *História & Perspectiva*, Uberlândia, v.28, n. 53, 5 de Jan. 2015, p. 371 – 400.

CAMELO FILHO, José Vieira. *Lampião, sertão e sua gente*. São Paulo: Edição do autor, 2008.

CAMPOS, Maximiliano. *Sem lei nem rei*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1969.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. *Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

CARNEIRO, Emmanuel Teixeira. Rui Facó: o jornalista revolucionário e o escritor de combate. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*, Florianópolis, de 27 a 31 de Julho de 2015.

CARNEIRO, Gabriel de Campos. *No rastro dos cangaceiros: Em busca de novas trilhas para a apreensão de um movimento social*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed. 1982.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes. O Conceito De Representações Coletivas Segundo Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, 2005, p. 143-165.

CARVALHO, Joice Anne. Considerações sobre o pensamento raciológico do século XIX e início do XX e seus reflexos no Brasil. *Aedos*, Porto Alegre, v. 8, n. 19, Dez, 2016, p. 128-150.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASCUDO, Câmara. *Vaqueiros e Cantadores para jovens*. São Paulo: Global Editora, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CERQUEIRA, Erika Morais. *O passado que não deve passar: História e autobiografia em Gustavo Barroso*. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011.

CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião: o rei dos cangaceiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. *História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

_____. O mundo como representação. *Estudos avançados*, v.5, n.11, 1991, p. 173-191.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

CHAVES, Luciano Gutemberg Bonfim. A Estética do cangaço à luz das noções nietzscheanas de apolíneo e dionisíaco. *Análogos*, Rio de Janeiro, n.1, 2018, p. 46-58.

CORREIRA, Éverton Barbosa. *A poética do engenho: A ótica de João Cabral sob a perspectiva canavieira*. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo 2007.

COSTA, Hilton. As teorias raciais, a cidadania, política e os libertos. In: *Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional - Seminário Nacional de Sociologia & Política*, Curitiba de 20 a 22 de maio de 2015.

CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. Criminalidade organizada: antigos padrões, novos agentes e tecnologias. *Ponto Urbe*, São Paulo, n. 8, 2011, p. 1-29.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: UBU Editora, 2019.

DANTAS, Elynaldo Gonçalves. Gustavo Barroso e a fabricação da história: costuras entre política e literatura no discurso barrosiano 1917 – 1920. *Clio: Revista de Pesquisa em História*. Recife, n. 36, Jan-Jun, 2018, p. 219 – 233.

_____. *Gustavo Barroso, o Führer Brasileiro: Nação e identidade no discurso integralista barrosiano de 1933 – 1937*. Dissertação (História e Espaços) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

DE CASTRO, Jeanne Berrance. *A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

DILTHEY, Wilhelm. *Introdução às ciências humanas: tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DÓRIA, Carlos Alberto. *O Cangaço*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____. O dual, o feudal e o etapismo na Revolução Brasileira. In: MORAES, João Quartim. *História do Marxismo no Brasil: Teorias e interpretações*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. O Nordeste: “Problema Nacional” para Esquerda. MORAES, João Quartim; ROIO, Marcos del (org.). *História do Marxismo no Brasil: Visões do Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. 9º ed. Fortaleza: Editora Civilização Brasileira S.A, 1963.

_____. *Brasil Século XX*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1960a.

FERRERAS, Norberto O. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina. *História*, São Paulo, 22(2), 2003, p. 211-226.

_____. Facundo no sertão: Gustavo Barroso e o cangaceirismo. *Revista Histórias & Perspectivas*, Uberlândia, v. 1, n. 2930, 3 Fev. 2009, p. 159-176.

FILHO, Cícero João da Costa. Gustavo Barroso: um pensador católico, autoritário e racista brasileiro. In: *Encontro Estadual de História: História por quê e para quem – Anpuh, XXIII*, 2016, Assis, SP.

FILHO, Evaristo de Moraes. A Proto-História do Marxismo no Brasil. In: FILHO, Daniel Aarão Reis (org.). *História do Marxismo no Brasil: Impacto das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FONSECA, Vitória Azevedo de. Pesquisa histórica na construção de roteiros cinematográficos: o caso de Baile Perfumado. *Opsis (on-line)*, Catalão, v. 17, n. 1, jan./jun., 2017, p. 85-98.

FREITAS, Ana Paula Saraiva de. *A presença feminina no cangaço: práticas e representações (1930-1940)*. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2005.

FREIXINHO, Nilton. *O sertão arcaico no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Imago, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 48º ed., São Paulo: Global Editora, 2003.

_____. *Nordeste*. 7º ed. São Paulo: Global Editora, 2014.

_____. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global Editora, 2013.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HASENBALG, C. *Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil*. In: MAIO, M.C., SANTOS, R.V., orgs. *Raça, ciência e sociedade [online]*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, p. 235-249.

HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

_____. *Rebeldes Primitivos: Estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

IANNI, Octavio. Dialética das Relações Raciais. *Estudos Avançados*, v. 18, n.50, São Paulo, 2004, p. 21-30.

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro; FLEURY, Renato Ribeiro. Reforma agrária e concentração fundiária: uma análise de 25 anos de reforma agrária no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 47, n. 3, jul./set., 2016, p. 31 - 44.

JUNIOR, Antonio Ferreira de Melo. *A assinatura “Gustavo Barroso”*: Análise do discurso narrativo de Ideias e Palavras, Ronda dos Séculos e os Protocolos dos Sábios de Sião (1917 – 1936). Dissertação (Mestrado em História e Espaços) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5º ed. Cortez Editora: São Paulo, 2018.

_____. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. In: *XIII Encontro de História Anpuh-Rio – Identidades*. Rio de Janeiro, 04 a 07 de Agosto.

JÚNIOR, José Maria Pereira da Nóbrega. *Violência homicida no Nordeste brasileiro*: Dinâmica dos números e possibilidades causais. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, Set/Dez 2017, p. 553-572.

JUNIOR, Rômulo José Francisco de Oliveira. *Antonio Silvino: “De Governador dos Sertões a Governador da Detenção”* (1875-1944). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

Live “Bibliografia do Cangaço”. Aderbal Nogueira. Aderbal Nogueira – Cangaço, 2020, 4 vídeos. 161min11s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fjwm-d1qXdc&t=6s&ab_channel=AderbalNogueira-Canga%C3%A7o>

MACHADO, Cristina Mata. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste Brasileiro. *Revista de História*, São Paulo, 46 (93), p. 139-173, jan.-jun., 1973; 47(95) jul. set. 1973, p. 177-212.

MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. O Brasil e a lógica racial: Do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. *Periódicos Eletrônicos em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 30, n.2, 2018, p. 265 – 286.

MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra a ideia, a coisa. *Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 4-57, dezembro de 2003, p. 1-25.

MANFREDINI, Luiz. *Albânia - Horizonte Vermelho nos Balcãs*. Alfa Ômega: São Paulo, 1985.

MANSUR, João Paulo. *Aos amigos o direito; aos inimigos a lei: Mandonismo, Coronelismo, Júri e Cangaço na literatura de José Lins do Rego*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

_____. Literatura ou Antropologia Criminal: o cangaço em Pedra Bonita e Cangaceiros. *MANA* 25(2): 2019. p. 427-455.

MARQUES, Dalva Aparecida. A formação das teorias raciais no Brasil. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. *O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense*, V.1, Curitiba: SEED/PR, 2010.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MARTINS, Jossefrania Vieira. *O reino encantado do sertão: Uma crítica da produção e do fechamento da representação do sertão no romance de Ariano Suassuna*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais à esquerda no campo nos anos 50/60. MORAES, João Quartim; ROIO, Marcos del (org.). *História do Marxismo no Brasil: Visões do Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

MELLO, Frederico Pernambucano. *A guerra total de Canudos*. Escrituras Editora: São Paulo, 2020.

_____. *A tragédia dos blindados*. Companhia Editora de Pernambuco: Recife, 1991.

_____. *Apagando Lampião: vida e morte do Rei do cangaço*. São Paulo: Global Editora, 2018.

_____. Aspectos do banditismo rural nordestino. *Ciência & Trópico*, Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, n.1, v.2, jan. jun. 1974, p. 67 - 111.

_____. *Benjamin Abrahão: entre anjos e cangaceiros*. Escrituras Editora: São Paulo, 2012.

_____. *Conversa com Bial*. Pedro Bial. Globo: Televisão, 13 de Novembro de 2018. Acessado em: 25/09/2020. < <https://globoplay.globo.com/v/7159848/>>

_____. Cangaço. Sem lei nem rei, “Guerreiros do Sol” mais universais e irredentos do que nunca. [Entrevista concedida a] Marcel Bezerra. *Revista Nordeste VinteUM*, Fortaleza, I (1), 2009, p. 32-38.

_____. *Estrelas de Couro: a estética do cangaço*. São Paulo: Escrituras Editora, 2015.

_____. *Guerra de Guararapes & outros estudos*. São Paulo: Escrituras Editora, 2017.

_____. *Guerreiros do sol: Violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa (5ª edição), 2004.

_____. *Programa do Jô*. Jô Soares. Escrituras Editora: Youtube, 04 de Setembro de 2012. Acessado em: 25/09/2020. < https://www.youtube.com/watch?v=8eZoRfK-Los&ab_channel=EscriturasEditora>

MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1937.

MONTENEGRO, Abelardo F. *Fanáticos e Cangaceiros*. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno, 1973.

MORAES, João Quartim. *O Programa Nacional-Democrático: fundamentos e permanências. História do Marxismo no Brasil: Visões do Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

MORAES, João Quartim; ROIO, Marcos del (org.). *História do Marxismo no Brasil: Visões do Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

MORAIS, Julierme. *Paulo Emílio historiador: matriz interpretativa do cinema brasileiro*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusta. *No norte da saudade: Esquecimento e memória em Gustavo Barroso*. Tese (História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. History: Feudalism and the Latifundio in the Interpretations of the Left (1940/1964). *História Crítica*, Bogotá, n. 51, septiembre-diciembre 2013, p. 121-144.

NARA, M. C. Santana; SANTOS, Ricardo Augusto. Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX. *Revista de Estudios Sociales*, n. 58, Out/Dez., 2016, p. 28-38.

NASCIMENTO, Maria Roberta Soares do; FRANKLIN, Rubem Maciel. *Sarmiento: a civilização e a barbárie na identidade Argentina*. *Revista Ameríndia*, Fortaleza, v.2, n.2, Agosto de 2007, p. 1-16.

NEGREIROS, Adriana. *Maria Bonita: Sexo, violência e mulheres no cangaço*. São Paulo: Objetiva, 2018.

NERY, Jônatas Côrrea; FALEIROS, Rogério Naques. Teorias raciais, luta de classes e implementação de políticas para reparação: percurso do movimento negro no Brasil. *Temporalis*, Brasília, ano 19, n. 37, jan./jun. 2019, p. 26-44.

NETO, João Cabral de Melo. *Morte e Vida Severina*. Rio de Janeiro: Editora Alfaguara, 2007.

NETO, Odilon Caldeira. Gustavo Barroso e o esquecimento: integralismo, antissemitismo e escrita de si. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 14, out./dez, 2013, p. 44-56.

NONATO, Raimundo. *Jesuíno Brillhante – O cangaceiro romântico (1844 – 1879)*. 3º ed. Acervo Oswaldo Lamartine: Rio Grande do Norte, 1970.

OLIVEIRA, Amurabi. A identidade disciplinar de Gilberto Freyre e a institucionalização acadêmica da antropologia no Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. 23, n.3, nov. 2019.

OLIVEIRA, Anderson Bruno da Silva. *A Invenção do Sertão no Romance D'A Pedra do Reino*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife 2015.

OLIVEIRA, Harrison. *Reflexões sobre a miséria do Nordeste*. João Pessoa: Cia. Editora, 1984.

OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Souza. Violência, crime e os estudos sobre banditismo na história. *Panóptica*, Vitória, vol. 9 (n. 27), 2014, p. 97-131.

PAIVA, Melquiades Pinto. *Cangaço: uma ampla bibliografia comentada*. Fortaleza: Iemph, 2012.

PERICÁS, Luís Bernardo. Cangaço e banditismo social: breves considerações. *Ruris*, Campinas, v.9, n.2, 2015, p. 45-61.

_____. *Os Cangaceiros: ensaio de uma interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Uma intérprete do cangaço: Maria Christina Russi da Matta Machado. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 72, abr. 2019, p. 200-210.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os cangaceiros*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

RAMOS, Graciliano. *Viventes de Alagoas*. Rio de Janeiro: Record, 1965.

REGO, José Lins. *Cangaceiros*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2011.

_____. *Fogo Morto*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2010.

_____. *Pedra Bonita*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2011.

REIS, José Carlos. *A História, entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

RIBEIRO, Arnor da Silva. *Mundos de Silvino Jacques: terra, banditismo rural, poder e sociedade na Fronteira Oeste do Brasil (1929-1939)*. Dissertação: (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil*. 2º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

RODRIGUES, Nina. *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

ROIO, Marcos Del. A Teoria Da Revolução Brasileira: Tentativa de uma Revolução Burguesa em processo. MORAES, João Quartim; ROIO, Marcos del (org.). *História do Marxismo no Brasil: Visões do Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. *História viva: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

_____. *Razão Histórica: fundamentos da razão histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Reconstrução do passado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SADER, Amir. Cuba no Brasil: Influência da Revolução Cubana na esquerda brasileira. In: FILHO, Daniel Aarão Reis (org.). *História do Marxismo no Brasil: Impacto das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SALLA, Thiago Mia; LEBENSZTAYN, Ieda (org.). *Cangaços: Graciliano Ramos*. 1º ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, ano 3, n. 6, dez., 2011.

SANTOS, Luís Sérgio. *Rui Facó: Uma biografia*. 2º ed. Fortaleza: OMNI, 2014.

SANTOS, Milton. Rui Facó. In: *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: FILHO, Daniel Aarão Reis (org.). *História do Marxismo no Brasil: Impacto das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa. Racismo científico no Brasil pós-escravatura. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 15, set./dez., 2017, p. 253-268.

SARMENTO, Guerhansberger Tayllow Augusto. *Virgulino Cartografado: Relações de poder e territorializações do cangaceiro Lampião (1920-1928)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*. Buenos Aires: Losada, 1999.

SANTOS, Elaine Maria Geraldo dos. *A face criminosa: O neolombrosianismo no Recife na década de 1930*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil no século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SILVA, Diógenes Luiz da. *Do latifúndio ao agronegócio: os adversários do MST no Jornal Sem Terra*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Jurandir Machado da. Gilberto Freyre, o clássico injustiçado. *Alceu*, Rio de Janeiro, v.10, n.20, jan./jun., 2010, p. 70-81.

- SILVA, Rafael Ricarte. “Facundo – civilização e barbárie”: uma interpretação da argentina pós-independência. *Revista Ameríndia*, Fortaleza, v.3, n.1, Agosto de 2007.
- SINGELMANN, P. Political structure and Social Banditry, in Northeast Brazil. In: *Journal of Latin American Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, v. 7, part 1, May 1975, pp. 59- 83.
- SLATTA, R. (Ed.). *Bandidos*. The varieties of Latin American Banditry. New York: Greenwood Press, 1987.
- SKIDMORE, Thomas E. Fato e Mito : descobrindo um problema racial no Brasil. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 79, nov. 1991, p. 5-16.
- SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultura brasileira. *Tempo Social*, São Paulo, n.12, v.1, maio de 2000, p. 69-100.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. História, poder e identidade nacional em Gilberto Freyre. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, v.5, n.10, jul./dez., 2006, p. 159-177.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 3, set.-dez. 2012, p. 745-760.
- SOUZA, Wagner. *Entre a fé cega e a faca amolada: representações ficcionais do cangaço*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960*. 2° ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.
- SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. 39° ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2018.
- _____. *Romance da Pedra do Reino e o Sangue do Príncipe do Vai-e-Volta*. 16° ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2017.
- SUSIN, Ivania Valin. Imagens visuais de violência: reapropriação e reconstrução da História Apontamentos Historiográficos. In: *XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal, 22 a 26 de Julho de 2013.
- TAVARES, Eraldo Ribeiro. *Cangaceiros e Devotos: religiosidade no movimento do cangaço (Nordeste brasileiro, 1900-1940)*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013.
- TEIXEIRA, Everton Luís. “O senhor sabe o perigo que é viver”: O banditismo social de Eric Hobsbawm no sertão de Guimarães Rosa. *Caicó*, v. 17, n. 39, jul./dez. 2016, p. 130-160.
- TELES, Luciano Everton Costa. Caudilhismo e clientelismo na América Latina: uma discussão conceitual. *FACES DA CLIO*, Juiz de Fora, v.1, n.2, Jul./Dez., 2015, p. 100-114.
- THEODORO, Mário (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008.

THOMPSON, Edward, P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987).

_____. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TORRES, Lilian de Lucca. Reflexões sobre raça e eugenia no Brasil a partir do documentário "Homo sapiens 1900" de Peter Cohen. *Ponto Urbe*, online, 2, Dez., 2008, p. 1-24.

VIEIRA, Marcelo Dídimo Souza. *O cangaço no cinema brasileiro*. Tese (Doutorado em Multimeios) – Instituição de Artes da Unicamp, Campinas, 2007.

VIEIRA, Newton Colombo de Deus. *Além de Gustavo Barroso: O antissemitismo na Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

VESENTINI, Carlos A. *A teia do fato*. São Paulo: Hucitec, 1997.

XAVIER, Oliveira de. *Beatos e Cangaceiros*. Rio de Janeiro, 1920.

WEBER, Max. A política como vocação. *Ensaios de Sociologia*, Munique, p. 396-450, 1919.

_____. *Metodologia das Ciências Sociais*. 4º ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

WIESEBRON, Marianne Louise. Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo em nível nacional e internacional. *Ci & Tróp.*, Recife, v. 24, n 2, jul./dez., 1996, p. 417-444.

WILLIAMS. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. *Revista USP*, São Paulo, n.65, p. 210-224, março/maio 2005.

_____. *Cultura e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 2011.

ZUCCOLOTTO, Vinícius Rodrigues. O culturalismo de Freyre versus a persistência dos determinismos de "raça" e "clima" na formação social brasileira Uma reflexão a partir de 'Casa Grande & Senzala'. *Simbiótica*, Vitória, v. único, n.2, dez. 2012, p. 39-52.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: Violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 13, n. 3, 1999, p. 03-17.